

Universidade Federal de São Carlos

Amanda Pinheiro Mancuso

**Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das
forças armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha**

São Carlos

2007

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças
armadas brasileiras – os casos do exército e da marinha**

Amanda Pinheiro Mancuso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura

Orientador:

João Roberto Martins Filho

São Carlos

2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M269et

Mancuso, Amanda Pinheiro.

Entre terra e mar : história e política na narrativa oficial das forças armadas brasileiras – os casos do exército e da marinha / Amanda Pinheiro Mancuso. -- São Carlos : UFSCar, 2008.

273 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Ciência política. 2. Guerra – história. 3. Organização militar (Forças armadas). 4. Brasil.Marinha. 5. Brasil. Exército. I. Título.

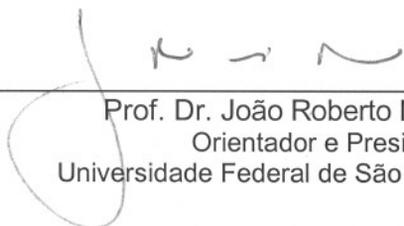
CDD: 320 (20ª)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO

Amanda Pinheiro Mancuso

19/09/2007



Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



Prof. Dra. Maria da Gloria Bonelli
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



Prof. Dr. Piero da Camargo Leirner
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



Prof. Dr. Renato Luis do Couto Neto e Lemos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Fundação Getulio Vargas (FGV)

Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade.

Uma estrada é deserta por dois motivos: por abandono ou por desprezo. Esta que eu ando nela agora é por abandono. Chega que os espinheiros a estão abafando pelas margens. Eu ando por aqui desde pequeno. E sinto que ela bota sentido em mim. Eu acho que ela manja que eu fui para a escola e estou voltando agora para revê-la. Ela não tem indiferença pelo meu passado. Eu sinto mesmo que ela me reconhece agora, tantos anos depois.

(Manoel de Barros, Memórias Inventadas: A infância)

Aos meus avós,
Juca e Cacilda,
Cida (*in memorian*) e Hélio (*in memorian*)
Cada um a sua maneira me mostrou quem eu quero ser

Agradecimentos

Assim como na história é difícil prescindirmos das periodizações, essa tese constitui um marco pessoal, o fim de um ciclo. Ainda não me é possível falar sobre o que virá, mas posso falar sobre o que me permitiu chegar até aqui.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. João Roberto Martins Filho, que me acompanha na vida acadêmica desde a iniciação científica. Muitas vezes ouvi que esses quase dez anos de convivência e orientação poderiam comprometer minha autonomia profissional em razão de uma identificação que poderia surgir entre o meu nome e meu trabalho ao nome e à perspectiva do Prof. João Roberto. Porém, se essa identificação existe, isso se deve à minha admiração profissional e pessoal. Não fosse essa nossa “longa” jornada, não me seria possível conhecer e reconhecer a dedicação do *professor* no preparo de suas aulas, o respeito do *pesquisador* com seu objeto de estudo e com sua posição acadêmica, o carinho do *avô, pai e marido* na vida familiar e, no que me afetou mais diretamente, o comprometimento do *orientador* na formação do pesquisador autônomo. Hoje, vejo sua orientação como a relação de um pai que em algum momento tem que jogar seu filho no mundo para que ele aprenda a caminhar sozinho, pois um dia não poderá mais contar com ele. Embora muitas vezes doloroso, foi isso que me permitiu encontrar meu próprio caminho e, como acontece com os pais, sei que posso continuar contando com sua ajuda e sua amizade.

Agradeço também aos professores do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais que, sem dúvida, deixaram suas marcas na minha formação. Da mesma forma, agradeço aos funcionários da instituição, na pessoa de Ana Maria Suficiel. Agradeço também ao apoio concedido pela CAPES, que permitiu minha dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer ao Arquivo Ana Lagoa e à Ana Virgínia Amaral, que é quem coloca o arquivo para funcionar. Colega de trabalho e amiga pessoal, sem sua ajuda esse trabalho teria sido muito mais difícil.

Aos professores Piero Leirner e Celso Castro quero agradecer especialmente pelas contribuições no exame de qualificação que foram particularmente valiosas, pois me deram segurança para seguir em frente.

Aos amigos, agradecer é pouco. Todos tiveram sua parcela de contribuição: alguns leram meu trabalho e discutiram, alguns ouviram e discutiram, outros só ouviram e outros só falaram. Houve também os que não ouviram nem falaram, mas me fizeram lembrar que minha vida não é só o trabalho. Não há como colocar uma ordem, pois cada um teve sua importância nesse percurso: Cris, Larissa, Marlucy, Sandra, Simone, Aninha, Leila, Rodrigo, Eveline, Eliana, Sabrina, Eliana, Isabel, Érika, Aline e Lauriani. E não posso deixar de falar de um grupo que passou a fazer parte desse mundo me mostrando o verdadeiro sentido da interdisciplinaridade: ao pessoal do grupo do Laboratório de Eletroquímica da UFSCar, e ao do Prof. Dr. Ernesto Chaves Pereira.

Por fim, mas não por último, agradeço a minha família, que compartilhou alegrias, mas principalmente ausências e angústias. Palavras não seriam suficientes para expressar minha gratidão aos meus pais, Dindo e Lu, à minha irmã Marina, ao Chico e aos meus avós. Eles são meu porto-seguro, suporte emocional que permitiram que eu chegasse até aqui. Também não podem faltar nessa lista os nomes de Giovanni, Susana, Beto e Marcello, pessoas que hoje são minha família.

Sumário

Resumo	1
Introdução	2
Capítulo I O discurso histórico do Exército Brasileiro	34
1. Criação das bases de representação	40
1.1. O início da colonização	41
1.2. As invasões estrangeiras no Brasil: Guararapes, o primeiro marco de representação do Exército	48
1.3. Consolidação do sistema colonial e expansão territorial: do nativismo aos contornos do nacionalismo	61
2. Exército Nacional: a consolidação do imaginário	74
2.1. Reino Unido e Império: o Exército e a manutenção da integridade nacional	76
2.2. A Guerra do Paraguai: o segundo marco de representação do Exército	98
2.3. Os anos iniciais da República	108
Capítulo II O discurso histórico da Marinha Brasileira	121
3. Do Descobrimento à Independência	127
3.1. A Marinha nos anos iniciais da colonização: aspectos técnicos e históricos	127

3.2.	A marinha na luta contra as invasões estrangeiras	133
3.3.	Um período de pausa (ou uma sensação de pausa)	145
4.	Da criação da Marinha aos anos iniciais da República	151
4.1.	A Independência: marco de formação da Marinha Nacional	151
4.2.	A HNB e a construção da contranarrativa do Exército	162
4.3.	A Revolta da Armada e a definição do <i>ethos</i> naval	174
4.4.	A Revolta dos Marinheiros de 1910	188
Capítulo III	Entre História e Memória	198
5.	As Forças Armadas entre a história e a memória	208
5.1.	O tenentismo: uma zona de penumbra dentro da história	220
5.2.	A Segunda Guerra Mundial: uma zona de história na penumbra	235
5.3.	31 de março de 1964: a coroação da Revolução Brasileira ..	241
	Considerações Finais	256
	Referências Bibliográficas	263

Resumo

Este trabalho se dedica à análise da construção histórica do Exército e da Marinha, expressa em suas publicações oficiais *História do Exército Brasileiro* e *História Naval Brasileira*, com vistas a compreender a maneira como as faces pública e privada dessas forças se entrecruzam na construção de um discurso histórico compatível tanto com a manutenção da auto-imagem do grupo quanto com a realidade de sua inserção na história nacional. Dessa forma, reproduzindo e sustentando um *ethos* militar, essa narrativa é um dos recursos dos quais podemos lançar mão para a compreensão de elementos importantes da identidade militar.

Abstract

This research consists of an analysis of Army and Navy history development presented on the official history publications *História do Exército Brasileiro* and *História Naval Brasileira*, aiming at the comprehension on how public and private aspects of those two forces intercrossed for the construction of a historical speech compatible with both, the maintenance of their self-image and the reality of their intersection on nation history. By reproducing and sustaining a military *ethos*, this speech materializes one of the resources that can be used to understand important aspects of the military identity.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em 2003, defendi dissertação de mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, intitulada *O Brasil vai à guerra: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade*, que consistiu num estudo comparado das duas principais experiências de combate vividas pelo Exército brasileiro no século XX: a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) como força aliada na Campanha da Itália (1944-45) na Segunda Guerra Mundial e a repressão à Guerrilha do Araguaia (1972-75) ocorrida durante o regime militar. O objetivo era entender a contemporaneidade desses dois acontecimentos, definida como influência doutrinária ou como valorização simbólica no discurso público das Forças Armadas, partindo da constatação de que o primeiro é valorizado como capítulo heróico da história militar brasileira enquanto o segundo é por ela pouco mencionado em sua memória, oficial, sendo, porém, referência prática de ação do Exército.

A análise desses episódios chamou atenção para o tema desta tese de doutorado, isto é, a construção do discurso histórico militar brasileiro. O contato com a literatura militar apontava para o fato de que essa narrativa apresentava algumas alterações relacionadas à conjuntura pertinente à sua publicação. Embora as duas experiências – cada

uma em seus termos – sejam igualmente importantes no panorama militar, a análise apontou para a seguinte relação: por um lado, a narrativa histórica produzida pelos militares sobre a atuação da FEB na Segunda Guerra (única experiência brasileira de combate numa guerra convencional) tende a supervalorizar os eventos dos quais tomou parte, o que evidencia o valor simbólico dessa experiência para as Forças Armadas brasileiras, vista como marco histórico do valor combativo das Forças Armadas no século XX; de maneira oposta, o silêncio das Forças Armadas sobre o ocorrido na região do Araguaia (a mais importante experiência organizada de contraguerrilha) e a ausência de uma “versão oficial” sobre o episódio apontam para a dificuldade em se justificar, ainda hoje, a sua repressão.

Partindo dessa característica dinâmica da história militar, chamou a atenção a maneira como essa narrativa histórica é construída pelas Forças Armadas, uma vez que ela sofre influência de uma questão que vai além do relato histórico das experiências vividas pela instituição e sua construção desempenharia uma função referencial importante em dois níveis: tanto interno, uma vez que essa narrativa é um dos meios de contar aos seus oficiais que instituição é essa da qual fazem parte, qual seu papel e sua função na sociedade; quanto externo, já que, através desse recontar histórico, que se insere no panorama mais amplo da história nacional, a instituição estabelece sua relação com a sociedade. Dessa forma, reproduzindo e sustentando uma auto-imagem militar, essa narrativa concretiza um dos recursos através dos quais podemos lançar mão para a compreensão de elementos importantes da identidade militar. Da maneira como serão aqui trabalhados, os conceitos de auto-imagem e de identidade social aproximam-se muito, pois ambos se referem à construção da imagem.

Auto-imagem, neste caso, pode ser entendida através do conceito de *ethos* que, de maneira sintética, pode ser resumido como a construção de uma imagem de si que é produzida em todo ato discursivo. A análise do termo se insere em vários campos das Ciências Humanas, passando principalmente pela Lingüística através dos estudos da Retórica,

das teorias narrativas e da Análise do Discurso, e também pelas Ciências Sociais por meio dos estudos culturais e da sociologia dos campos. Em todos esses casos, existe um entendimento sobre a definição de *ethos* como um cruzamento de olhares, isto é, “o olhar do outro sobre aquele que fala, o olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê” (CHARAUDEAU, 2006:115). Assim, afirma Patrick Charaudeau (2006:115), o sentido expressado por nossas palavras depende, ao mesmo tempo, daquilo que somos e daquilo que dizemos, sendo o *ethos*, portanto, o resultado dessa dupla identidade, mas que termina por se fundir em uma única.

A abordagem de Ruth Amossy (2005) sobre o *ethos* amplia essa perspectiva, uma vez que a autora o define não somente como uma elaboração discursiva, mas também institucional. Para ela, “Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu)”, havendo instâncias mediadoras responsáveis pela passagem do sujeito falante como um ser empírico (ou “ser no mundo”) para o locutor como pura instância de discurso: a construção discursiva, o imaginário social e a autoridade institucional. Todas essas instâncias contribuiriam, portanto, para estabelecer o *ethos* e a troca verbal do qual ele é parte integrante. Por essa perspectiva, entende-se que a fala possui poder de produzir um efeito sobre aquele a quem se dirige na troca verbal, isto é, “o discurso permite (inter)agir”. Assim, “Para todas as abordagens que valorizam a eficácia da fala, o *ethos* não é somente uma postura que manifesta o pertencimento a um grupo dominante, ele é uma imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes” (AMOSSY, 2005:142).

Barthes define *ethos* pela afirmação de que o orador que enuncia diz: “Sou isto, não sou aquilo”. Porém, para Charaudeau (2006:116), essa definição é simplista, pois não explica que essa intenção (subentendida) do orador que procura significar o que ele quer ser

para o outro é um: “Eu sou o que desejo ser, sendo efetivamente o que digo que sou”. Neste caso, as identidades discursiva e social se fundem no *ethos* (CHARAUDEAU, 2006:116).

Seguindo Michel Pollak, em seu trabalho *Memória e Identidade Social* (1992), o conceito de identidade está sendo utilizado em seu sentido mais superficial, mas que basta para a análise ora empreendida,

que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Nesse sentido, *ethos* e identidade social, ambos abordados pela perspectiva coletiva, isto é, do grupo Forças Armadas e não por seus indivíduos particularmente, referem-se, em última instância, ao mesmo processo pelo qual é construída a auto-imagem institucional, tanto na dinâmica interna do grupo quanto em sua relação com a sociedade.

Diante disso, o objeto de análise privilegiado neste trabalho é o discurso histórico das Forças Armadas brasileiras em suas versões organizadas pelas Forças naval e terrestre. Embora afirmem serem constituídas visando um público geral, essas obras têm uma circulação restrita, pelo menos no meio acadêmico, onde são tratadas com desconfiança por serem consideradas obras de baixo teor científico e de caráter prioritariamente doutrinário. Contudo, elas são referências importantes para aqueles que procuram se aprofundar na temática militar, permitindo uma aproximação das questões e dos problemas concernentes às Forças Armadas na construção de sua própria identidade.

Partindo do princípio que esse corpus é produzido com um caráter “oficial”, voltado para o público (leia-se o outro, civil) e não apenas para os seus pares, poder-se-ia afirmar não ser possível apreender o conteúdo dessa identidade para o grupo, pois este discurso seria construído visando estabelecer uma imagem pública positiva, enquanto a identidade militar é, segundo Celso Castro (1990), construída em sua relação de oposição ao

civil. Contudo, como apontou Piero de C. Leirner (1997:13), “por mais que a instituição tenda, como mecanismo de construção da sua identidade social, a se fechar numa micro-totalidade, ela tem uma face pública, por ser uma instituição nacional, pertencente portanto ao mundo da *polis*”. Por essa razão, afirma o autor, a construção da identidade militar não se desenvolve apenas internamente, mas possui uma face que tem que ser politicamente negociada com a sociedade.

Nesse sentido, o objetivo é identificar a maneira como esses dois níveis de construção social da identidade, isto é, as faces pública e privada da instituição militar, entrecruzam-se na construção de um discurso histórico que seja compatível tanto à manutenção da auto-imagem do grupo quanto à realidade de sua inserção na história nacional. Este aspecto ganha maior importância não somente por serem as Forças Armadas uma instituição nacional, mas principalmente por terem desempenhado papel político importante na história do Brasil.

Dessa forma, é possível identificar, através do discurso histórico, aspectos relacionados à identidade militar construída nesta dupla relação entre a face pública de uma instituição com um histórico *sui generis* de participação na vida nacional, e a face privada de uma organização imbuída de características e interesses próprios. Isso porque, ao mesmo tempo em que ele visa a construção de uma imagem pública positiva, serve também de referência aos oficiais (principalmente àqueles em formação), dando-lhes um suporte moral através de exemplos históricos capazes de sustentar o espírito de corpo.

O que significa dizer que estamos lidando com uma única história: A História da Forças Armadas Brasileiras. Ou seja, uma única narrativa dirigida tanto para dentro como para fora da instituição, não havendo distinção entre “a história que contamos para os outros” e a “nossa verdadeira história”.

Contudo, as Forças Armadas não são um grupo homogêneo em suas opiniões e visão de mundo, embora publicamente se apresentem com uma aparência de unidade, coesão e estabilidade, principalmente no trato de algumas questões com o mundo externo à instituição.¹ Suas divergências são mais facilmente perceptíveis nos problemas concernentes às suas relações internas e, como descrevem Celso Castro e Maria Celina D'Araújo (2001:11), “em períodos de democracia, quando a instituição está restrita aos quartéis”. Essa complexidade apresentada pela categoria “militares”, que engloba segmentos definidos tanto verticalmente (diferentes níveis hierárquicos e de gerações) quanto horizontalmente (as diferentes forças – Exército, Marinha e Aeronáutica) (CASTRO, 2001:12), encontra-se também refletida em nosso objeto de análise, através da preocupação explícita de cada uma das Forças com a elaboração de sua própria história.

Assim, em cada uma dessas publicações, além dos episódios históricos vividos por cada Força, é possível identificar, através das diferenças presentes no discurso, não somente a relação com o mundo exterior através de sua face pública, mas também questões relativas à sua realidade interna através das divergências que podem se materializar em visões de mundo e posicionamentos político-ideológicos particulares.

Tudo isso, finalmente, nos permitiria identificar aspectos referentes à identidade militar através da produção de um discurso histórico que estabelece relações em três diferentes níveis: com a sua própria história em momentos diversos; com a história das Forças Armadas e, neste caso, materializando a relação com suas forças irmãs; e com a história das Forças Armadas no Brasil, determinando sua relação com a sociedade. Este é o tema desta pesquisa.

¹ Segundo Charaudeau, por estar relacionado à percepção das representações sociais, o *ethos* pode contribuir para uma essencialização da identidade de um grupo em relação ao outro. Isso porque, em razão de sua filiação, os indivíduos do grupo partilham com os outros membros algumas características similares, que, quando vistas de fora, causam a impressão de que esse grupo representa uma entidade homogênea, o que acaba engendrando estereótipos como o que dizem que “os franceses são *chauvinistas*, os ingleses, *fleumáticos*, os italianos, *falastrões*, os alemães, *austeros* etc” (CHARAUDEAU, 2006:117).

* * *

O corpus deste trabalho é o discurso histórico encontrado na *História do Exército Brasileiro* e na *História Naval Brasileira* (a partir de agora citadas como *HEB* e *HNB*), entendidas como as principais publicações da história “oficial” de suas respectivas Forças. Nessa análise, parte-se de um pressuposto da historiografia que entende que toda história é discurso, um discurso sobre o passado, estruturado sob a forma de texto, que constitui o objeto de estudo da historiografia:

Respondendo à pergunta “o que é historiografia?”, diz Carbonell: “Nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado”. Neste sentido, “cabe à historiografia” – como área específica ou especializada de atuação dos historiadores – “não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores ou (...) sobre as obras históricas (...). Vale dizer, o debruçar-se sobre a história-conhecimento” (KARVAT, 2005: 48).

Esse conhecimento sobre o passado, por sua vez, não se baseia apenas nos eventos tais como se deram, sendo sempre mediado pelo tempo presente. Isto é, “tudo o que enunciamos acerca do passado resulta de um exercício proposto sempre e no próprio presente e, desta maneira, suscetível a este mesmo presente” (KARVAT, 2005:48). É este presente, segundo Michel de Certeau, de onde parte toda a escrita da História: “Já dizia Lucien Febvre no seu estilo muito próprio: ‘o Passado’, escrevia ele, ‘é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje’” (CERTEAU, 2002:22). Isso implica reconhecer que o conhecimento que temos acerca do passado se desenvolve com base nos problemas que preocupam os pesquisadores do presente.

Este trabalho toma a historiografia militar através de obras que representam uma forma de discurso histórico “oficial”. Ser oficial significa sustentar em um determinado contexto, a fala de toda uma instituição. No caso das histórias oficiais, elas são as narrativas

de caráter referencial para a instituição militar e são construídas como uma afirmação de veracidade que procura passar a mensagem: “esta é a nossa história”.

O entendimento da produção histórica como narrativa foi por muito tempo rejeitada pelos historiadores, pois era associada a uma ênfase excessiva sobre “os grandes feitos de grandes homens”, isto é, supervalorizava a importância dos líderes políticos e militares em detrimento das pessoas comuns. Esta é justamente, segundo Shawn Smallman (1998:231), a principal preocupação das Forças Armadas não somente no Brasil, mas na América Latina de forma geral, na construção de sua versão oficial, principalmente na construção da memória pública de sua história. A narrativa resultante procuraria promover uma história que enfatize a unidade militar a despeito dos conflitos internos, excluindo assim lutas de facções, aliados civis e abusos de força violentos, que fazem parte da história do Exército desde sua constituição, ocultando muitas dessas experiências em favor das escolas, dos grandes oficiais, das ideologias dominantes e das missões externas.

Entretanto, reacendeu-se nos últimos anos tanto o interesse histórico pela narrativa como o interesse pelas práticas narrativas características de culturas particulares, isto é, a história que as pessoas de um determinado grupo e num determinado contexto “contam a si mesmas sobre si mesmas”. Segundo Peter Burke (2005:158), essas narrativas culturais, como foram chamadas, oferecem pistas importantes sobre o mundo em que foram contadas. É neste quadro que se insere o segundo aspecto da história oficial, pois ela se estabelece visando não somente seu aspecto público. Existe a preocupação com a consolidação de um discurso público através do qual buscam organizar e conduzir de maneira positiva a construção de sua imagem social e estabelecer “oficialmente” seu lugar e seu papel na história nacional. Porém, essa construção não pode entrar em conflito com a imagem difundida internamente como elemento de doutrinação dos novos oficiais ao mundo no qual vão se inserir, “uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais”

(JANOWITZ, 1967:176). Dessa forma, esse discurso precisa equalizar o confronto que possa existir entre a sua visão particular dos fatos e a construção de sua imagem pública, chegando a uma narrativa que seja coerente com esses dois mundos.

Assim, consideramos que o discurso histórico oficial é elaborado numa dupla relação, não somente com o público em geral, mesmo que afirme se dirigir a ele, mas também na relação com seus pares que, inevitavelmente, irão julgá-lo. E isso não acontece somente no caso da narrativa histórica de uma instituição tida como conservadora como é o caso das Forças Armadas, mas é característica geral de toda obra historiográfica, como demonstra Certeau (2002:72). Segundo este autor, é necessário verificar a prioridade do discurso histórico em cada obra historiográfica particular tendo em vista que o público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral:

Uma obra é menos cotada por seus compradores que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “polícia” do trabalho.

Torna-se, portanto, impossível pensar a narrativa histórica independentemente de suas condições de elaboração, pois é ela que define a sua produção, entendida por Certeau como o discurso resultante da relação da história com o tempo passado e presente, pois da mesma forma que esse discurso fala sobre a história (o passado), ele está situado nela através do presente:

Os discursos são históricos porque estão ligados a operações e definidos por funcionamentos e, por isso mesmo, não podem ser compreendidos independentemente da prática de que resultam. Por esta razão, entendo como história esta prática (uma “disciplina”), o seu resultado (o “discurso”) ou a relação de ambos sob a forma de uma “produção” (CERTEAU, 2002:32).

A idéia de “construção” ou “produção” da realidade surgiu dentro do panorama da Nova História Cultural, da qual Certeau é um dos mais destacados expoentes, como

decorrência do desconforto gerado entre seus historiadores com uma implicação do conceito de “representação”. Central na nova história cultural, este conceito foi acusado por muitos de significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social e, em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em “construção” ou “produção” da realidade (de conhecimento, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidade e assim por diante) por meio de representações. A idéia de produção transpõe a antiga construção de causalidade que, por muito tempo, conduziu a análise histórica, tornando-nos, porém, atentos a dois outros problemas: de um lado, o remetimento do “fato” àquilo que o tornou possível e, de outro, a criação de uma coerência ou encadeamento entre os fenômenos constatados (CERTEAU, 2002:23). Essa coerência não é dada pelo encadeamento natural dos eventos históricos, pelo contrário, é produto das intenções e da posição social e histórica daquele que se dedica ao trabalho historiográfico. Como descreve Marshall Sahlins (2006:27):

O contar história histórico é o recontar, desde o começo, de um resultado já conhecido, aquele conhecimento que guia a seleção (dos arquivos) dos sucessivos eventos da narrativa. É como disse François Furet: “Toda história eventual é uma história teleológica; apenas o fim da história permite que se escolham e compreendam os eventos com os quais ela é fabricada”.

Dessa forma, os resultados da narrativa estariam mais relacionados aos objetivos propostos pelo trabalho historiográfico do que propriamente à sucessão de eventos, dado que esta é sempre definida por esses objetivos. Essa definição está estritamente relacionada ao que Certeau chama de lugar de produção – sócio-econômico, político e cultural – que irá definir a particularidade de onde eu falo e o domínio em que realizo uma investigação, ambos, portanto, impossíveis de serem suprimidos (CERTEAU, 2002:66-67).

Nesse sentido, o discurso histórico é resultado de uma série de fatores que irão determinar sua produção e, em função disso, a compreensão desses “movimentos discursivos” deve ser multifacetada (FREITAS, 2000:12). A inserção do autor num lugar de produção determina, tanto subjetiva quanto objetivamente, o tipo de análise que será empreendido.

Entender essa ligação nos permite desnaturalizar a sucessão de eventos históricos e perceber que não há neutralidade no discurso, pois existe um autor implícito que é responsável pelo recorte, ordenamento e narrativa dos fatos:

A análise revelaria, assim, dois níveis do histórico, o das significações que o historiador voluntariamente atribui aos fatos narrados, dos quais pode tirar explicitamente lições morais ou políticas, e um segundo nível, cujas significações são perceptíveis através da temática do historiador, ou da estrutura de sua narrativa, que acaba por revelar, implicitamente, uma determinada visão, uma determinada filosofia da história.

Perceber isso é desconfiar da noção de fato histórico, tão cara a uma historiografia positivista. Perceber isso é descobrir que os fatos não existem por si, mas nascem do sentido que lhes é atribuído, do recorte que o historiador faz do real ao expressá-lo por palavras; não mera cópia, como quer fazer crer, ainda, a maior parte dos historiadores. (LEITE, 1999: 83).

Por tudo isso, é praticamente impossível analisar um discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza (CERTEAU, 2002:71). O que significa dizer que esse discurso será produto não somente de seu lugar de produção, como também de uma situação social, que afeta ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso resultante. Assim, a história se define pela relação entre a linguagem (ou seja, o texto) e o corpo social, isto é, pelos limites que este corpo social impõe, permanecendo configurada pelo sistema no qual é elaborado (CERTEAU, 2002: 77). Se “isto é um ‘bem’ ou um ‘mal’? Antes de mais nada é um fato, que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado” (CERTEAU, 2002: 74):

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso tudo aquilo que é a sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida essa combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado à modificá-la (CERTEAU, 2002: 77).

Por essa perspectiva, podemos considerar a produção historiográfica como diretamente relacionada à construção da identidade social, não no sentido de que ela seja

responsável pela definição de suas características, mas essa produção não deixa de levar em conta, mesmo que não intencionalmente, as questões concernentes à realidade social do grupo num dado momento. Nas palavras de Jurandir Malerba (2006:21): “A historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou”.

Segundo Certeau (2002:56), “O discurso explicita uma identidade social, não como ‘dada’ ou estável, mas enquanto se diferencia de uma época anterior ou de uma outra”. É justamente esse processo de alinhamento das versões construídas sobre o passado pela sociedade do presente que motiva a historiografia, pois que por essas retificações a sociedade ajusta sua história às condições do presente. Conforme Malerba (2006:17):

Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração. Quase desnecessário lembrar a ascendência croceana dessa postura, de acordo com a qual cada época levanta suas próprias questões e novas demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar seu passado. A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em recentes descobertas documentais e/ou alargamento do horizonte teórico-metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga o historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica (MALERBA, 2006:17).

No caso específico da produção historiográfica em questão, essa retificação não nasce do desejo da crítica ou da necessidade teórico-metodológica de alargamento do conhecimento em função de novas fontes, mas de uma necessidade de atualização e realinhamento entre o passado e o presente, num processo estritamente relacionado à construção de sua identidade social. Isso porque, nesse realinhamento, o passado é “apresentado” de maneira a fazer sentido para o grupo no presente, criando, segundo Massino Mastrogerori (2006:75), um espaço de *cognoscibilidade* dentro do qual se percebe o único passado possível. Nesse processo, aspectos como as condições políticas, econômicas, religiosas, morais e estéticas convergem num determinado presente para moldar o passado visível, isto é, “um passado possível de tornar-se real”.

É nesse sentido que entendemos que o discurso histórico constitui recurso para a análise da identidade militar. É fato que nem todas as questões levantadas pela história sejam vividas no cotidiano da instituição, onde recebem destaque principalmente os elementos articulados pela tradição. Porém, as tradições não surgem simplesmente no cotidiano social e, antes mesmo de serem criadas, elas passam por uma elaboração da história.

Tomemos como referência o trabalho de Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições* (1997), que entende por “tradição inventada” um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição (HOBSBAWM, 1997:10). Essas tradições seriam inventadas como reação a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores (ou estabelecem seu próprio passado), principalmente quando uma transformação rápida da sociedade debilita os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais elas são incompatíveis. Dessa forma, com o intuito de se adaptar a um novo contexto, as sociedades acabam por se reinventar, garantindo sua própria continuidade.

Castro (2002) também trabalhou com a idéia desenvolvida por Hobsbawm, porém, afastando-se de sua concepção original ao considerar que não existem tradições genuínas: enquanto construção cultural, as tradições seriam todas elas inventadas. O autor destaca ainda que essa invenção não ocorre num terreno absolutamente livre, mas sim dentro de um campo de possibilidades históricas culturalmente limitado: “o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob o risco de não vingar” (CASTRO, 2002:10-11).

É nessa relação que se estabelece um dos principais papéis da história na construção da identidade, mostrando-se como um dos articuladores desse estoque simbólico descrito por Castro nas invenções culturais. A tradição, nesse sentido, pode ser entendida como o elemento que faz a passagem da história para o cotidiano, trazendo efetivamente o

passado para o presente, sendo possível porque em algum momento já havia um discurso histórico de alguma forma elaborado, capaz de fornecer as bases para sua efetivação.²

Nesse sentido, Mastrogregori (2006:69) propõe considerar a historiografia como uma das expressões de tradição das lembranças. Por tradição das lembranças o autor entende a dinâmica pela qual as lembranças são transmitidas ou esquecidas:

Narrativas, listas de nomes e de coisas, história, mitos, cerimônias, relatos, crônicas, arquivos, bibliotecas, coleções, coletâneas de objetos, imagens, registros de custódia, conservação e tesauroização, monumentos, restaurações, escavações, ritos de comemoração, tudo isso são ações e resultados de tradições das lembranças assim como a destruição de rastros, objetos, imagens e textos, interpolações, omissões, desmembramentos, dispersões, ruínas, abandonos, furtos, ocultamentos, sepulturas e reconstruções.

O próprio autor destaca a estranheza que a palavra tradição pode causar quando utilizada também como referência ao que se perde, uma vez que tradição é sempre concebida com valor positivo, como alguma coisa que é salva, transmitida. O limite, segundo ele, é lingüístico, pois não dispomos de um termo que abarque conservação e destruição, memória e esquecimento. Porém, aqueles que estudaram não apenas o resultado da tradição, mas principalmente seu processo, sabem que essas questões aparentemente contraditórias são, na verdade, duas faces da mesma moeda. Para entendê-lo melhor, deve-se ater a dois aspectos:

de um lado, a transmissão da lembrança e da imagem do passado é frequentemente ligada ao exercício do poder. Os movimentos da tradição histórica das lembranças, que são às vezes batalhas para o conhecimento crítico e a memória, foram inúmeras vezes deslançados pelo poder político ou religioso (pensem, por exemplo nas primeiras obras de Muratori). De outro lado, é preciso notar que esses movimentos determinam diretamente a formação, a posição, a localização das fontes que a historiografia científica um dia deverá explorar. O estudo do passado não é baseado em uma força de inércia na produção e na localização de rastros, de fontes, de documentos, mas na participação ativa de eras passadas – uma ação que vai em direção à conservação e à destruição (MASTROGREGORI, 2006:72).

² Como veremos adiante, esse pode mesmo ser o caso das comemorações em torno de Guararapes, pois antes de passar para o terreno da tradição já havia uma construção historiográfica que evidenciava que essa passagem seria possível. Não pretendemos, com isso, estabelecer uma relação de precedência entre história e tradição, mas apenas trazer a narrativa histórica para o mesmo patamar das outras formas de representação.

Dessa forma, enquanto parte da tradição de lembranças, as narrativas históricas devem ser entendidas também como um processo dinâmico, uma vez que os discursos históricos construídos pela sociedade e pelos grupos não são fixos, sendo passíveis de sofrer alterações no decorrer das gerações e, dessa forma, não pode ser pensado de maneira dissociada da realidade social de sua produção. Isso sugere que, em diferentes contextos, um determinado grupo pode pensar sobre si mesmo de maneira diferente e, conseqüentemente, reelaborar sua representação no discurso histórico. Como descreve Maria de Lourdes Mônaco Janotti (2000:119):

Estudos de historiografia supõem o julgamento da obra de história, não apenas como trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedido, mas também como resultado intelectual do confronto das concepções que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado momento vivido de seu percurso. Por esta circunstância, as condições históricas sob as quais a obra historiográfica foi produzida são tão importantes quanto as citações bibliográficas nela contidas.

Explicar, compreender a vida das grandes sociedades e registrar os acontecimentos presentes e passados foram sempre os objetivos mais aparentes da historiografia. Entretanto, essas opções são impelidas pela busca, sempre renovada, dos elementos constitutivos de uma identidade coletiva que se articula dialeticamente com o corpo abrangente das relações político-sociais (JANOTTI, 2000:119).

Por tudo isso, a história, através de sua produção, pode ser entendida como mais um dos campos onde se desenrolam as representações sociais, pois através da narrativa sobre o seu passado a sociedade é capaz de se reinventar sempre que necessário de forma a produzir uma conexão de sentidos entre os eventos de acordo com sua realidade num dado momento. Como afirma Certeau (2002: 33), a história oscila entre dois pólos: por um lado, ela remete a uma prática e, portanto, a uma realidade; por outro, é um discurso fechado num texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade:

Espelho do fazer que hoje define uma sociedade, o discurso é ao mesmo tempo sua representação e seu reverso. Ele não é o todo – como se o saber fornecesse a realidade ou a fizesse aceder ao seu grau mais elevado! Esse lance maior do conhecimento está ultrapassado. Todo o movimento da epistemologia contemporânea, no campo das ciências ditas “humanas” o contradiz e, antes, humilha a consciência. O discurso não é senão uma cédula a mais numa moeda que se desvaloriza. Afinal de contas não é mais do que papel. Mas seria falso lançá-lo do excesso de honrarias ao excesso de indignidade. O texto da história, sempre a retomar, duplica o agir com o seu rastro e sua interrogação. Articulado com aquilo que não é – agitação de uma sociedade mas

também a própria prática científica – ele sublinha o enunciado com um sentido que se combina simbolicamente com o fazer. Não substitui a prática social, mas é sua testemunha frágil e sua crítica necessária (CERTEAU, 2002: 58).

Assim, ao reorganizar seu passado, as sociedades estão sempre se representando, na medida em que as relações históricas que irão estabelecer consigo e com os outros estão sujeitas – senão determinadas – à realidade que as cerca num determinado momento. Ao estabelecer sua história, a sociedade se representa num determinado lugar, tempo e contexto. Para Certeau, essa operação histórica tem um efeito duplo, uma vez que ao historicizar o atual, o discurso personifica não apenas uma situação vivida, mas, ao mesmo tempo, representa aquilo que falta:

Um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si – o que ainda falta – senão por uma redistribuição do seu passado. Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro (CERTEAU, 2002:93).

Dessa forma, a escrita tem o mesmo valor de mito, pois que substitui as representações tradicionais que autorizam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção: “Sem dúvida a história é o nosso mito. Ela combina o ‘pensável’ e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende” (CERTEAU, 2002:33).

Segundo Astor Diehl (2002:13): “O conteúdo destas duas possibilidades – uma cultura de mudança e as idéias de futuro no passado – são elementos que compõem a cultura historiográfica”. Essa forma de pensar a historiografia também como um dos campos da representação foi uma mudança paradigmática importante que se desenvolveu nas décadas de 1980 e 90 na passagem da história estrutural para a área dos estudos de história cultural. Nesse momento, muitos historiadores consideravam que a cultura historiográfica havia perdido sua capacidade de explicação estrutural dos movimentos culturais e dos processos civilizatórios sob o argumento de que sua energia explicativa inicial, dos grandes feitos

modernizadores, cedia lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados.

A mudança temática decorrente direcionou-se à compreensão do horizonte particularizado das culturas, da compreensão do outro – outros valores e outras culturas nas suas respectivas dimensões. Nesse panorama, ganharam destaque as análises das memórias coletivas e individuais uma vez que elas permitiriam o desdobramento metodológico em uma infinidade de possíveis leituras do passado: “Frente a essa diversidade de possibilidades da memória, o historiador já não consegue ter a certeza de reconstituir e significar um único passado” (DIEHL, 2002:15).

Contudo, se o estudo da memória e da identidade é uma das chaves de compreensão atual das perspectivas historiográficas elas não são, em essência, seu ponto central, mas sim as representações dessas memórias e das identidades nas experiências e expectativas de vida (DIEHL, 2002:113):

Entretanto, o processo de conscientização da experiência presente, através da memorização, configura-se como o ponto chave da contemporaneidade daquilo que podemos chamar de identidade. O ato de lembrar produz sentido e significação através da ressubjetivação do sujeito e a repositivação do passado, produzindo uma nova estética do passado (DIEHL, 2002: 114).

Na medida em que a historiografia seja entendida como fruto da especialização e da profissionalização da história enquanto disciplina, podemos concordar com Malerba e sua análise sobre a perspectiva do teórico alemão Jörn Rüsen que demonstra a dificuldade de se pensar a historiografia como representação, pois que ela seria originária de uma necessidade da consciência histórica de orientação temporal no mundo. Nesse sentido, Rüsen propõe entendê-la a partir da idéia de *práticas de narração histórica*, pois “por meio dessas práticas a ‘historiografia’ torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana” (MALERBA, 2006:22 – grifos do autor):

Nesse reino das várias *práticas culturais de narração histórica* e das diferentes manifestações do construto mental chamado história, “historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social.

No entanto, as produções historiográficas em questão não são obras que podemos considerar como independentes, uma vez que estão ligadas à instituição por seu caráter oficial e, por isso mesmo, não seriam exemplo do que se poderia chamar de pensamento científico, que tem como um de seus pressupostos iniciais a objetividade. Porém, isso não quer dizer que essas obras devam ser desqualificadas de seu caráter historiográfico. Como afirma Janotti (2000:120), não só obras originais, fruto da pesquisa inédita, mas também alguns textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica e didática podem ser suscetíveis de uma análise historiográfica. A essas obras a autora chama de manifestações historiográficas. Essa classificação pode ser estendida ao objeto deste trabalho, pois se as publicações aqui analisadas não podem ser classificadas como obras historiográficas *strictu sensu*, elas não podem ter seu caráter historiográfico descartado uma vez que constituem a “escrita da história” (uma das definições mais elementares da historiografia) da instituição militar, embora conduzida pela própria instituição.

Essa perspectiva harmoniza-se à característica da história apontada por Horst Blanke, que afirma que “A matéria da história não é caracterizada apenas pelo fato de ser uma especialização acadêmica com seus métodos particulares, mas também por estar ligada à vida pública em geral” (BLANKE, 2006:51). Nesse sentido, a história não pertence somente àqueles atrelados a ela pela profissionalização e pela especialização, mas a todos os grupos sociais, tanto em termos coletivos quanto individuais. Essa construção da história considera o passado capaz de fazer sentido ao grupo no presente e, portanto, retomando Diehl (2002:115), são repoezados e ressubjetivados apenas elementos e sentidos culturais dos grupos sociais

específicos e não da sociedade como tal, “caso contrário, identidade passa a ser ideologia, facilmente vinculada à concepção de cultura nacional”.

Contudo, pondera Janotti (2000:121-122), embora o discurso histórico seja um campo fértil para a produção e reprodução ideológica, essa relação não se processa mecanicamente, “havendo diversos níveis de mediação entre a obra de história e as exigências das metas de dominação e controle social”. Essa é justamente uma das críticas dirigidas à produção historiográfica militar, entendida como uma produção concebida com o fim único de doutrinação, o que marcou por muito tempo seu desenvolvimento e lugar dentro da academia.

Apesar de seu principal objeto, a guerra, ser descrito como um dos fenômenos sociais mais antigos da humanidade e “porque as guerras, as instituições que as fazem possíveis e as idéias que guiam sua conduta formam uma parte importante da experiência humana, elas deveriam ser o principal sujeito do estudo histórico” (PARET, 1993:210), sua posição como campo de especialização acadêmica se alterou constantemente ao longo da história da disciplina. Como destacou Peter Paret, o desenvolvimento da disciplina partiu de uma análise que se caracterizava pela preocupação com as campanhas militares, as batalhas, suas estratégias e táticas, enquanto considerações sobre a forma como a guerra influenciava as estruturas institucionais, sociais e econômicas do período eram negligenciadas. Primordialmente, a história militar exercia uma função didática aos oficiais do exército, que deveriam aprender com as experiências do passado.

Diante disso, o auge da história como disciplina acadêmica acarretou a substituição do estudo das batalhas e da guerra pela história constitucional e diplomática, ao mesmo tempo em que os aspectos sociais e econômicos se tornavam cada vez mais importantes (PARET, 1993:212). Esse período de menor atenção dada aos eventos militares, por sua vez, coincide com o desenvolvimento das perspectivas da Escola dos Annales na

França, da história social anglo-saxã e da historiografia marxista, que consideravam que ao invés de narrar acontecimentos os historiadores deveriam dedicar-se à análise das estruturas sociais. Essas perspectivas ganharam fôlego no período pós-Segunda Guerra, quando se desenvolveram com força a história econômica e social enquanto a história política passava para segundo plano por ser considerada tradicional, sendo seguida pela história militar que sofreu as conseqüências dos horrores provocados pela guerra.

Nesse quadro, a história militar era considerada uma disciplina sem interesse acadêmico e a análise das batalhas sua parte mais decadente (LÓPEZ, 2000). Praticamente abandonada pela academia, esta área acabou restrita aos meios militares, num processo que limitou muito seu estudo independente. Essa assimetria entre a história acadêmica e os programas de história militar das forças armadas foi uma das razões do retraimento do estudo histórico da guerra para uma área marginal de especialização.

Ao mesmo tempo, as organizações de historiadores ligados às sessões históricas das Forças Armadas em diversos países estendiam seu poder sobre o campo através do controle dos arquivos e do conhecimento técnico (“technical expertise”), cuja importância crescia com a industrialização da guerra (PARET, 1993:215). Geralmente, esses departamentos oficiais de publicação tinham uma característica apologética ou de orientação política que poderia comprometer a visão que o profissional da historiografia adotava para o estudo militar e, por isso, os historiadores acadêmicos por muito tempo hesitaram em se envolver com história militar (TALLET, 1992:1).

Além disso, segundo Gordon Craig (1986:352), os historiadores militares seriam vistos com suspeita tanto pelos seus colegas de profissão quanto pelos militares. A suspeita militar seria resultado do desprezo natural do profissional pelo amador, enquanto a suspeita de seus pares apresenta raízes mais profundas: a crença, em especial nos países

democráticos, de que a guerra é uma alienação no processo histórico e que, conseqüentemente, seu estudo não é nem frutífero, nem decente.

Ainda assim, paulatinamente, o estudo da guerra e da história militar vem passando por um processo de renovação e revalorização. Pode-se dizer agora que a história militar começou efetivamente a escapar da influência de seus praticantes do século XIX e início do século XX, que tendiam a ser militares escrevendo para outros militares (TALLET, 1992:1). Se até então o estudo da guerra era didático e normativo, isto é, se as guerras do passado eram estudadas a fim de deduzir seus princípios imutáveis ou as linhas de desenvolvimento como guias para a condução eficiente da guerra no futuro (HOWARD, 2001:IX), passava-se a acreditar realmente que o historiador dedicado ao estudo da guerra deveria estudá-la não apenas no panorama da história política, mas também da história econômica, social e cultural sem, contudo, negligenciar o fim último para o qual as forças armadas foram criadas: o combate (TALLET, 1992:2).

Essa corrente de renovação histórica, que ficou conhecida como nova história, beneficiou o estudo da história militar e seus historiadores têm obtido sucesso na elucidação de tópicos que eram negligenciados por seus antecessores. Nesse contexto, a batalha deixa de ser vista isoladamente e passa a ser analisada como parte da história, uma vez que, enfocando a dependência contínua do homem à força como um instrumento da política, entendeu-se que todos os seus aspectos são pertinentes para a história militar (PARET, 1993:220).

Mais que isso, segundo Burke (2005:139), é fácil ver porque o tópico da violência atrai hoje os historiadores culturais:

A sugestão de que a violência tem uma história cultural pode parecer surpreendente, já que ela muitas vezes é vista como a erupção de um vulcão, a expressão de impulsos humanos que nada têm a ver com a cultura. O argumento de que é uma espécie de teatro pode até parecer escandaloso, já que se derrama sangue de verdade. No entanto, a analogia do teatro não pretende negar o derramamento de sangue. (...) A proposta da abordagem cultural é revelar o significado da violência aparentemente “sem significado” e as regras que governam o seu emprego.

O processo proporcionado por esse “novo” modo de fazer história – que aumentou significativamente a interdisciplinaridade e diversificou a variedade de fontes disponíveis para o estudo dos mais diversos objetos – afetou a produção da história militar tanto nas instituições civis como nas militares. A nova história se beneficiou da produção historiográfica militar, principalmente nos países em que ela é produzida de maneira mais sistemática (e Paret destaca o caso dos EUA), onde a qualidade das histórias “oficiais” é boa e podem servir de base para o trabalho de outros pesquisadores, principalmente como alvo dos estudos revisionistas, seus maiores beneficiários (PARET, 1993:215-217).³

Observando pela perspectiva institucional e não-acadêmica, o tema pode adquirir novas formas em razão de sua utilização como recurso para atender diferentes funções para a instituição. Uma dessas funções diz respeito à utilização da história militar como substituta da experiência prática, uma vez que a guerra, em sua realidade, não é algo que se possa criar ou simular em sua totalidade para fins de treinamento. Partindo do princípio de que a vocação militar se torna uma profissão pelo acúmulo de experiências que promoveriam um conjunto de conhecimentos profissionais, Samuel Huntington (1996:82) afirma que a história militar seria o meio de acumular tais experiências:

Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Liddell Hart, “a experiência universal”, e História Militar, como disse Moltke, “é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz”. Desse modo, a ética militar dá grande valor ao estudo metódico e objetivo da História. Mas a História só tem valor para o militar quando é aproveitada para desenvolver princípios capazes de futura aplicação.

Para Liddell Hart, ela possui essa característica de ideal de treinamento militar, pois proporciona uma experiência indireta de grande valor pela sua variedade e extensão já que a História é considerada como a experiência universal de muitos sob as mais diversas condições:

³ Embora, afirma Paret, o problema da dificuldade de acesso ao material, sob domínio e controle das instituições militares ainda persista.

Aqui está a explicação racional de se ter a história militar como base da educação militar – seu valor prático preponderante para a formação e desenvolvimento mental do militar. Porém, como toda experiência, os benefícios dependerão da amplitude e do método utilizado em seu estudo (LIDDELL HART, 1982:26).

A história militar exerce ainda outra função que, embora seja a mais criticada pelo meio acadêmico, é também uma das mais importantes para a instituição. Trata-se de sua utilização como elemento de doutrinação dos oficiais, principalmente dos jovens ingressantes nas Forças Armadas. Mais especificamente, como meio de lhes ensinar não somente a história da instituição na qual estão se inserindo, mas principalmente de imbuí-los de seus valores intrínsecos e do modo de vida ao qual terão que se adaptar, justificando-se a seleção de dados e informações de forma a promover uma interpretação idealizada dos acontecimentos:

A história militar é antes uma interpretação idealizada dos acontecimentos passados, destinados a inspirar o profissional. Quanto ao ensino de história, os oficiais militares criticam abertamente a instrução civil ministrada em programas universitários de treinamento de oficiais de reserva, visto acharem que os historiadores acadêmicos são indiferentes ao uso da história com a finalidade de doutrinação de futuros oficiais (JANOWITZ, 1967:222-223).

Essa visão utilitarista da história com a qual a perspectiva militar está comprometida enfraqueceu o impacto da história militar como disciplina acadêmica, pois essa orientação afeta a coleta e a seleção de dados. Porém, como vimos na discussão precedente, essa é uma característica encontrada em toda produção historiográfica e não somente na militar. Por outro lado, essa missão pedagógica se alia às expectativas especiais presentes em muitos dos potenciais leitores desses trabalhos. Esse espírito utilitarista e a fé na relevância da experiência histórica sempre foram forças-guia da história militar (PARET, 1993:15-16).⁴

⁴ Tânia Oliveira, em trabalho que analisa o ensino de História Militar aos cadetes da Academia da Força Aérea brasileira (AFA), observou esse caráter pragmático da disciplina, como meio de extrair lições dos acontecimentos bélicos que possam ser utilizados em situações futuras. Mais que isso, a autora afirma que é possível observar nas academias militares a reprodução intencional de certos valores morais e culturais como forma de manutenção do espírito do profissional militar: “Assim sendo, o papel destinado ao conhecimento da História nas atividades militares, segundo a visão da instituição militar, é daquela que reproduza os valores próprios do profissional de farda e a busca de lições que as guerras passadas possam revelar para suas atividades bélicas” (OLIVEIRA, 2001:25).

Para historiadores militares com experiência como soldados profissionais tal qual Liddell Hart e Michael Howard, essa utilização da história militar é perfeitamente natural. Já para o historiador que segue o caminho inverso, ou seja, que passa da vida acadêmica para os estudos militares, é necessário superar um certo ceticismo sobre o uso que pode ser feito de seus estudos, devido principalmente a um medo do círculo acadêmico de que seu trabalho possa ser usado de forma propagandística (HOWARD, 1983:188-189). No entanto, esse medo hoje vem desaparecendo não só pela ampliação da temática e dos centros de estudos desvinculados da prática oficial, como também pela percepção dos próprios pesquisadores de que os problemas a que essa história está sujeita incidem sobre toda a produção historiográfica e, portanto, desde que contornados, podem servir como recurso e objeto de análise.

Entretanto, a produção da história militar e seu desenvolvimento como disciplina se deu de forma diferente nos diversos contextos. Nos países europeus ela ocupa lugar de destaque porque a história da formação dessas nações se confunde com suas guerras.

⁵ Segundo Craig (1986:326-327), no Ocidente do século XIX (leia-se EUA e Europa Ocidental), a voz do povo era incrivelmente sentida em todas as áreas da administração governamental, na qual se inseriam as questões militares. Parecia importante para a segurança do Estado e para a manutenção de suas instituições militares que o público em geral fosse educado para uma apreciação “própria” dos problemas militares. Nesse sentido, as publicações do Estado-Maior eram destinadas não apenas para o uso do Exército, mas também para o consumo mais geral, embora os textos dos soldados fossem muito mais técnicos.

Da mesma forma nos EUA, trabalhos sobre a Guerra de Independência e sobre a Guerra Civil ocupam lugar de destaque na historiografia tanto acadêmica quanto militar

⁵ Sobre o assunto ver Charles Tilly (1996).

devido às profundas marcas deixadas na sociedade por esses conflitos. Ao mesmo tempo, os assuntos militares estão hoje em debate por conta do envolvimento americano em operações militares recentes (Kosovo, 1998; Afeganistão, 2001; Iraque, 2003), as duas últimas decorrentes de ataques empreendidos por grupos “terroristas” afegãos em 11 de setembro de 2001 que fizeram com que, de alguma forma, a temática militar se tornasse parte da vida cotidiana do cidadão comum, abalado em seu sentimento de segurança.

Já no Brasil, a disciplina não adquiriu no mesmo passo a importância observada em outros países e o baixo interesse civil pelo tema tem suas razões. Embora tenhamos participado de uma das mais importantes e sangrentas guerras do século XIX, a Guerra do Paraguai (conhecida fora do Brasil como Guerra da Tríplice Aliança), a difundida percepção de ausência de ameaças externas fez com que a temática militar não ocupasse posição de destaque na academia.

Por outro lado, as Forças Armadas no Brasil tiveram maior envolvimento em questões internas que nos países Europeus e nos EUA, desempenhando papel predominantemente político. Embora essa seja uma característica encontrada em muitos países originários de estruturas coloniais da América Latina, África e Ásia, no Brasil a história militar se confunde em muitos momentos com a própria história do país. Dessa forma, o envolvimento político das Forças Armadas aliado à baixa atuação militar em conflitos externos, relegou de certa forma os assuntos relacionados à história militar a um papel marginal.

Embora alguns autores tenham nos mostrado anteriormente que este foi um processo que caracterizou uma fase do pensamento histórico mundial, o Brasil parece estar levando mais tempo para se libertar de antigas concepções. Talvez isso se deva ao fato de que, enquanto em muitos países a história militar passava pelo processo de revalorização, vivia-se no Brasil um regime dirigido pelas Forças Armadas e a desqualificação de tudo o que

estivesse relacionado a esta temática pode ser considerada como conseqüência natural. Como destacou Castro (2004:13), a história militar acadêmica seguiu uma trajetória difícil no Brasil, pois o envolvimento militar na política desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas e a maioria dos trabalhos voltou sua atenção ao estudo de seu envolvimento na política.

Na área militar, a construção desse campo também não se deu de forma linear. Embora o imaginário militar busque na Batalha de Guararapes suas raízes históricas (CASTRO, 2002), é muito difícil falarmos numa história militar genuinamente brasileira até o século XIX. Enquanto colônia, até esse momento nossa história militar se confundia com a história militar de Portugal, sendo considerada como um sub-campo da “vida militar” portuguesa, embora as instituições e práticas militares européias tenham sofrido alterações no processo de implementação no Novo Mundo (CASTRO, 2004:12).

Era também muito difícil nesse período separar a história militar da produção desenvolvida por outros campos da história e da literatura, não chegando a constituir campo próprio. Como descreve Janotti (2000:122), durante o século XIX, a própria historiografia foi definida como gênero literário para somente depois ser elevada à categoria de conhecimento científico e, até hoje, essas duas posturas se encontram presentes no discurso historiográfico. Nesse sentido, por algum tempo as memórias pessoais e os trabalhos de viés literário dominavam a história militar brasileira e somente a partir de 1890 é possível identificar a emergência de um gênero de história militar brasileira, momento que coincide com o crescimento e fortalecimento institucional do Exército (CASTRO, 2004:14).

As obras tanto de Visconde de Taunay (1925) quanto de Tasso Fragoso (1934) são exemplos de um momento da história militar brasileira que marcou as primeiras décadas do século XX, no qual a fascinação com os aspectos românticos e patrióticos da história militar permeou setores da sociedade brasileira. Contudo, no final dos anos 30 essa situação

começou a mudar. O processo de reestruturação do Exército iniciado em fins do século anterior, os movimentos tenentistas que marcaram a década de 1920 e a proeminência das Forças Armadas no cenário político na década posterior fizeram com que o Exército assumisse diretamente a publicação dos autores de seu interesse através de sua Editora – Editora Biblioteca do Exército (CASTRO, 2004:15). Grande parte das publicações mostra o interesse desse veículo na formação de seu corpo de oficiais e, neste intuito, as memórias do período revolucionário de 1920 e da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália durante a II Guerra Mundial forneceram grande quantidade de material publicado por essa editora.

Porém, o período posterior à participação das Forças Armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial marca um momento político delicado, no qual o ideário anticomunista da Guerra Fria marcou as publicações militares. No meio acadêmico, isso se refletiu na dificuldade de pesquisa e publicações sobre temas militares. Ainda assim, nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, identifica-se um volume substancial de trabalhos sobre os militares na política, cuja agenda (implícita ou explícita) era a busca das origens históricas do movimento de 1964 (CASTRO, 2004:16-17). O tema foi tratado de maneira diferente por muitos autores. Enquanto alguns centraram sua atenção em problemas de origens de classe, outros procuraram explicações de origem organizacional para compreender o comportamento político dos militares, baseando-se principalmente na educação militar e no processo de socialização dos oficiais.⁶

Nesse contexto, grande parte das discussões girava em torno do problema do controle civil sobre os militares, numa comparação com outros exércitos, principalmente o americano, onde a profissionalização promoveu o afastamento militar da política. No Brasil, pelo contrário, o aprofundamento do processo de profissionalização militar fez com que as

⁶ Sobre o assunto ver, entre outros, Carvalho (2005), Coelho (2000), Nun (1992), Stepan, (1975).

Forças Armadas se estabelecessem como atores políticos relevantes. Da mesma forma, a fraqueza institucional do sistema político aliada à recorrência de crises institucionais serviam como reforço ao papel político dos militares.

Entretanto, com o fim do regime militar, o tema começou a adquirir o respeito da academia e suas perspectivas se alteraram a partir da década de 90. O aumento gradativo do número de pesquisas e publicações, assim como a diversificação dos temas abordados menos voltadas ao problema do envolvimento militar na política trouxe novo fôlego para os estudos militares.

Diversas questões colocam os militares como um tema relevante e que merece a atenção do meio acadêmico. As Forças Armadas são um grupo social que concentra em suas mãos o poder por excelência – o poder das armas – e cuja função específica é, como define Huntington, a administração da violência. Além disso, os militares foram protagonistas da vida pública no Brasil desde o século XIX e tomaram parte de maneira decisiva dos mais importantes eventos da história política do país. Num país que procura consolidar um Estado democrático, a compreensão da temática militar é importante para a sua própria consolidação.

Um dos problemas que se apresenta nesse contexto da Nova República é o da subordinação militar ao controle político civil, num ajuste de contas com a política brasileira. Nesse sentido, o estudo da história militar contribui para o aperfeiçoamento do controle democrático, uma vez que a compreensão militar dos problemas nacionais está diretamente relacionada a sua forma de pensar a própria história e, através dela, sua inserção na sociedade. Ao mesmo tempo, a conjuntura democrática apresenta aos militares novos problemas como a reconfiguração de sua imagem e de seu papel social, redimensionando a função e o significado da própria história militar.

Dessa forma, através da análise do discurso histórico oficial produzido pelo Exército e pela Marinha,⁷ será possível identificar a maneira como cada uma dessas Forças se apresenta e representa no discurso e, conseqüentemente, o que essa representação tem a nos dizer sobre a identidade militar. Essa perspectiva permitirá observar questões concernentes à relação de cada uma dessas forças entre si e com a sociedade. Vistos através de uma perspectiva comparada, os pontos de junção entre essas narrativas permitirão também identificar elementos concernentes às Forças Armadas, proporcionado a formação de um *ethos* militar relativo ao conjunto da instituição.

As publicações aqui analisadas tiveram sua primeira publicação no início da década de 1970, durante um dos períodos mais tensos do regime militar.⁸ Nesta época, a desestruturação dos movimentos revolucionários estava no primeiro plano da atenção militar. Nas cidades, as organizações de esquerda já haviam sido praticamente desmanteladas e, no campo, tinham início as campanhas de combate ao maior movimento do gênero no país: a Guerrilha do Araguaia. A delicada conjuntura que envolveu a publicação dessas obras não pode ser ignorada, sendo essa uma das principais preocupações metodológicas deste trabalho. Isto é, através da comparação dessas obras em dois momentos diferentes procuraremos verificar em que medida a narrativa histórica “oficial” sofre a influência dessa conjuntura histórica e, conseqüentemente, o que o novo discurso – se é que ele se altera – pode nos dizer sobre a instituição militar.

Nesse sentido, nos debruçaremos também sobre a segunda edição da *História do Exército Brasileiro* publicada pelo Exército com patrocínio da iniciativa privada em 1998,

⁷ A análise da Força Aérea não foi contemplada neste trabalho por uma questão metodológica. Embora essa força possua também uma publicação histórica oficial, ela só foi publicada, contudo, numa análise que parte do surgimento das Forças Aéreas em nível mundial até a formação da Força Aérea brasileira, em 1941. Dessa forma, seria muito difícil analisar a construção de um discurso histórico ainda não suficientemente elaborado.

⁸ Como veremos adiante, a primeira edição da *HEB* começou a ser organizada em 1970 e teve sua publicação concretizada em 1972. Já a *HNB* teve seu primeiro volume publicado em 1975 e o último em 1985.

intitulada *O Exército na História do Brasil*.⁹ A esta altura, os militares já haviam se afastado do controle do Poder Executivo e o país caminhava para uma segunda década democrática. Uma das mudanças mais importantes impostas à estrutura militar viria a acontecer no ano seguinte, com a criação do Ministério da Defesa, sob o comando do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A criação desse Ministério alterou a forma de inserção das Forças Armadas junto ao Poder Executivo, sendo considerada por muitos como um dos mais importantes passos rumo ao controle civil.¹⁰

Já com relação à publicação da Marinha tivemos que fazer uma escolha metodológica de forma a regularizar nossa análise entre as instituições que deve ser justificada. *A História Naval Brasileira*, organizada em 10 volumes, não foi publicada em seu conjunto num mesmo momento, havendo um período de aproximadamente 10 anos entre a publicação do Tomo I do Primeiro Volume (1975) e a publicação do Tomo II do Quinto Volume (1985). Isso nos deixaria com um discurso “atrasado” em cerca de uma década em comparação com a nova edição do Exército, dificultando a análise da adaptação da narrativa histórica ao contexto pós-regime militar. Contudo, a *HNB* vem sendo reeditada sem alterações desde então, o que representa a validade do discurso produzido pela Força Naval nos dias atuais. Isto é, se uma atualização do discurso não foi julgada necessária, pode-se considerar que a narrativa ali encontrada é ainda tida como representativa de sua visão histórica.

* * *

A análise foi organizada em torno de um eixo central que acabou definindo a delimitação dos capítulos que dão corpo a essa tese. Buscando compreender a construção histórica das forças naval e terrestre foi possível perceber que, em ambas as obras, existiam dois blocos narrativos centrais: um bloco narrativo organizado de forma coesa no qual podia

⁹ A edição de 1998 aqui utilizada foi uma edição publicada em inglês, o que, se por um lado, pode dificultar em algum nível a comparação em função de diferenças idiomáticas, por outro lado, demonstra o alcance que a Força Terrestre pretende dar para a sua História Oficial.

¹⁰ Para diferentes perspectivas sobre este assunto ver Oliveira (2005), Zaverucha (1994, 2005) e Martins Filho (2000).

ser identificada a existência de um projeto histórico definido. Em ambos os casos, esse período abarcava o período que se estende do Brasil colonial até a Proclamação da República. Desse momento em diante, podiam ser identificadas mudanças e fraquezas narrativas significativas nessa construção histórica que remetem diretamente às questões que são identificadas pela relação entre e história e a memória.

Nesse sentido, o trabalho se organizou em torno de três capítulos. O primeiro capítulo analisa a construção da narrativa histórica oficial do Exército no período que se estende do descobrimento do Brasil à proclamação da República, tendo como objetivo identificar sobre que pontos essa construção se estrutura e, principalmente, o que ela significa em termos objetivos da construção social da identidade militar, mais especificamente do oficial do Exército. Os mesmos objetivos são seguidos no segundo capítulo, tendo como foco a construção histórica da Marinha. Por fim, o terceiro capítulo analisa a construção referente à República, mais especificamente a partir da década de 20 até os dias “atuais” (1972 para a primeira edição da *HEB* e 1998 para a segunda; e 1985 para a *HNB*).

I. O DISCURSO HISTÓRICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

I. O DISCURSO HISTÓRICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A História do Exército Brasileiro foi publicada pela primeira vez em 1972, durante o governo Médici, um dos períodos mais tensos do regime militar. Esse contexto político não pode ser ignorado, pois a narrativa oficial é influenciada pela conjuntura histórica, o que pode ser verificado através da comparação desta obra com o discurso histórico posteriormente produzido em uma nova publicação, já sob o regime democrático. Essa segunda obra foi publicada pelo exército em 1998, com o patrocínio da Construtora Odebrecht, num contexto em que os militares já haviam se afastado do controle do Poder Executivo.

Neste novo panorama, afirma-se que o público alvo da nova obra transferiu-se do público interno da força terrestre para o público em geral, no que o patrocínio de uma instituição civil seria significativo. Porém, em certo sentido, isso não acarretou mudança no conteúdo da narrativa histórica. Embora seja dito que a edição de 1998 tem um caráter menos didático que a edição de 1972, o objetivo de servir como suporte do soldado não desaparece. O que se alterou no discurso – e aí está a principal diferença entre os textos – é que os elementos de “doutrinação” ou “didáticos” aparecem de maneira menos direta, o que não quer dizer que esses elementos tenham desaparecido. Esse caráter permanece na medida em que

buscam transmitir uma imagem institucional coesa e positiva, a fim de destacar os laços inseparáveis que unem Exército e sociedade. Procurando atualizar a linguagem para o novo panorama democrático, permanece não somente o caráter doutrinário interno, mas a própria atualização do discurso pode ser vista como uma tentativa de restabelecer uma imagem positiva da força terrestre junto à sociedade com o intuito de obter apoio desta num momento discutido e vivido por muitos como de crise de identidade militar.¹¹

Essa diferença de perspectiva é apontada pelas próprias obras. Como afirma a primeira edição, ela tem finalidades específicas de acordo com o público ao qual se destina. Ao grande público objetiva informar e contribuir “para a formação do caráter do jovem brasileiro, ao evidenciar os melhores valores espirituais e morais da Nacionalidade, tradicionalmente cristã”. Quanto ao Exército brasileiro, que a receba como o manual, que lhe faltava, para rever-se no passado e motivar-se para as lides do presente e do futuro. Esse caráter civilizador do Exército como uma espécie de “professor da nação” era uma visão típica da época da ditadura militar que foi transmitida na sua produção historiográfica.

A edição de 1998 destaca o caráter didático da anterior, dizendo que a *HEB* surgiu como um trabalho de natureza mais didática, destinado a ser um manual que permitisse ao exército reexaminar o seu passado e motivá-lo a encarar o presente e o futuro. Porém, ao mesmo tempo em que afirma derivar diretamente dessa publicação, preocupa-se também em se diferenciar dela. Esse caráter didático é destacado em sua própria concepção, pois em ambos os casos não existe autoria definida. A edição de 1972 (e, conseqüentemente, também

¹¹ As transformações em curso na década de 1980 como o fim do regime militar – no âmbito nacional – e o fim da Guerra Fria, acabaram disseminando, na década de 90, a visão de que os militares estariam passando por uma crise de identidade. Embora seja possível encontrarmos vários posicionamentos a respeito dessa crise de identidade – tanto dentro quanto fora do meio militar – em termos gerais ela se refere a uma espécie de indefinição sobre quais seriam, então, o papel e a missão das Forças Armadas dentro dessa nova ordem mundial. Isto é, qual seria a razão da existência do aparelho militar no Brasil democrático. Neste quadro, desenvolvia-se, à época, um panorama de discussão sobre “Novas Ameaças”, que tinha como componente principal a pressão exercida pelos EUA sobre os países da América Latina no sentido de um envolvimento mais efetivo de suas Forças Armadas em operações de combate aos chamados ilícitos transnacionais, com destaque para o problema do narcotráfico (FUCCILLE, 1999:18-22).

a de 1998, já que são pontuais as mudanças verificadas), o Prefácio destaca o fato de a obra ter sido escrita por oficiais-alunos do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército na forma de monografia. Foram distribuídos temas para equipes de alunos que se encarregaram de escrever sobre eles. Depois, houve uma revisão para que fosse dada uma unidade para o conjunto da obra, não havendo, porém, um autor identificado ou um revisor único.¹²

O primeiro indício dessa reestruturação é a mudança do título, que passou de *História do Exército Brasileiro* para *O Exército na História do Brasil*. Essa mudança é um indicador do objetivo que se procurou alcançar, seguido pela revisão e atualização dos textos e ilustrações. O âmbito de sua circulação também teria mudado e agora o público externo à caserna passa para o primeiro plano de sua atenção, visando preencher uma lacuna existente na historiografia brasileira, principalmente com relação à compreensão do papel institucional atribuído à força terrestre. Dessa forma, o objetivo pode ser compreendido como a intenção de mostrar, através do recurso histórico, como o Exército sempre atuou dentro do limite de seu papel constitucional, o que serve também para o próprio soldado, que encontrará em suas páginas o suporte no cultivo e manutenção de seu espírito de corpo (HEB, 1998:14).

Apesar das diferenças conjunturais, o discurso encontrado em ambas as obras difere minimamente e logo nas introduções¹³ o projeto histórico levado adiante pela HEB pode ser identificado, através dos elementos que darão o tom da narrativa. Em linhas gerais, o

¹² "O Estado-Maior do Exército, fevereiro de 1970, decidiu fazer nova tentativa. Entregou a missão de elaborar a história da força terrestre à sua Comissão de História do Exército Brasileiro, criada, julho desse ano. Esta elaborou o Plano da Obra, segundo Diretrizes da Chefia do Estado-Maior do Exército. O documento, maio de 1971, entregue, para execução, à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Uma plêiade de oficiais-alunos do 2º ano dessa escola passou a pesquisar os assuntos pertinentes ao tópico do Plano. A pesquisa devia objetivar a melhor bibliografia existente, a qual foi posta à disposição dos oficiais na própria área de estudo. É, basicamente, a constante da lista que se encontra no final desta obra". Posteriormente constam os nomes que participaram da elaboração das diretrizes, do plano da obra, estrutura e bibliografia, das monografias, da revisão dos aspectos históricos das monografias, entre outros.

¹³ A apresentação da edição de 1972 é assinada pelo General-de-Exército Breno Borges Fortes e o prefácio pelo General-de-Exército Alfredo Souto Malan. A apresentação de 1998 é assinada pelo Ministro do Exército na época, general-de-divisão Zenildo de Lucena, e o prefácio pelo Chefe do Estado-Maior do Exército General-de-Divisão Délio de Assis Monteiro.

Exército é apresentado como a força de ligação que uniu o colonizador vindo com as caravelas, os povos indígenas nativos e os africanos. Se da mistura dessas raças nasceu o povo brasileiro, sua união na defesa do território deu origem ao povo em armas, cujo início é oficializado em Guararapes. Dessa forma, as origens tanto da nacionalidade brasileira quanto do próprio Exército vêm seus destinos selados no momento de sua fundação e, a partir de então, a história de um não pode ser diferenciada da história do outro. Isso tem implicações importantes na definição da auto-imagem da força terrestre e, conseqüentemente, na concepção de seu papel na sociedade, pois em função dessa origem comum o Exército se estabelece como guardião da nacionalidade.

Em um momento de redefinição de papéis, a nova versão da *HEB* deu um passo importante ao estabelecer parceria com a “sociedade civil”, transformando a obra num esforço de civis e militares na compreensão do “incontestável” papel que ela desempenha na sociedade como uma instituição nacional permanente. Dessa forma, reforça-se a crença na necessidade da Força para a nação pela divulgação do papel do soldado na história do Brasil, de Guararapes ao presente. A própria mudança do título da obra define a indissociabilidade do vínculo criado entre o Exército e a Nação. Para se prevenir das críticas que tal associação possa gerar, a narrativa logo apresenta a diferença entre a formação institucional do Exército e suas origens remotas:

O Exército verdadeiramente nacional só teve organização institucional em 1824, dois anos após a Independência. Suas origens, entretanto, segundo interpretação de muitos historiadores, remontam aos primeiros séculos que se seguiram ao descobrimento. Vinculam-se à chegada dos contingentes pioneiros das tropas lusitanas pagas, ou à criação das ordenanças, expressão militar do povo, na época, ou ainda à formação de grupos de gente brasílica, que se armavam, às ordens dos comandantes portugueses, contra corsários ou conquistadores, para defesa da terra, a que já denominavam Pátria.

Quaisquer que sejam os seus primórdios, o Exército tem sido fiel ao passado. Através de quatro séculos de história, identificou-se com as aspirações da comunidade brasileira e tornou-se uma força de integração social absolutamente imprescindível ao desenvolvimento nacional.

O discurso vai mais além nesse vínculo, afirmando que, em razão dessa origem comum entre Exército e nação, a própria sociedade nunca diferenciou efetivamente os soldados de seus cidadãos, atrelando a história de um ao outro, o que faz com que a história da força terrestre nunca tenha sido contada sem as distorções promovidas pelas paixões (HEB, 1998:13).

* * *

Na análise do discurso histórico construído pela *HEB*, respeitaremos a periodização estabelecida pela obra não somente para seguir sua metodologia, mas porque ela expressa uma lógica central na construção do discurso estabelecendo dois momentos importantes para a sua compreensão.

O primeiro conjunto narrativo tem início com o descobrimento do Brasil e segue pela história do Brasil colônia até momentos imediatamente anteriores à chegada da família real portuguesa ao Brasil, buscando estabelecer o surgimento do Exército já nos primórdios de nossa história. Para atingir tal fim, a narrativa destaca a atuação da força terrestre como promotora da integração e unidade nacional, papel que nesse período dizia respeito à manutenção da estrutura geográfica pela posse e defesa do território. O principal elemento simbólico desse conjunto é a narrativa sobre a expulsão dos holandeses do Brasil, marco de fundação ou mito de origem do Exército brasileiro.

No segundo momento, iniciado com a chegada da família real ao Brasil, a garantia da unidade e integração nacional transforma-se em defesa da integridade nacional. Isto é, a atuação do Exército estará voltada principalmente contra processos de desagregação que afligiam o Brasil naquela época. Assim, a garantia da unidade do território passa pela unidade política e, dessa forma, a Guerra do Paraguai estabelece o segundo marco de fundação para o Exército, pois se liga a uma idéia de “conscientização” do importante papel político que ele seria chamado a desempenhar no Brasil.

1. Criação das bases de representação

Para ser contada a história do nosso exército, é preciso distinguir os fatores que o compuseram, alicerçando, paulatinamente, as vigas mestras, que formam a estrutura vigente.

Não seria bastante o ato de um governante para criar uma força militar, efetivamente representativa, porquanto, nela, é imperativa a presença dos componentes da própria nacionalidade.

Poder-se-ia organizar uma legião estrangeira, ou convocarem-se mercenários a soldo. Nunca, porém, estruturar-se um exército, através de suas vinculações com o povo de onde emana.

Por isso, é difícil procurar uma origem do exército, sem que nossa pesquisa se aprofunde nos pródomos da história da nação brasileira, onde o fator fundamental se apóia no homem brasileiro, nascido na terra que ama como filho, e de cuja história é o dínamo propulsor.

É, pois, no segundo século de existência do Brasil, nas cruentas batalhas dos Guararapes, quando já podemos sentir o nosso compatriota que, embora vinculado a uma força lusitana, não está a soldo de Portugal, mas representando os anseios da raça nascente: a sua.

Daí até a nossa efetiva independência, o exército brasileiro será esse entremeado de brasileiros e portugueses, os últimos, ensinando aos primeiros, a difícil arte das armas, e estes aos lusitanos, dando demonstrações de amor pela terra dadivosa, talhada pela Providência para crisol de raças e dos ideais democráticos.

À natureza brasileira se deve o papel catalisador desses homens, moldando-os a sua feição, com os resultados benéficos, sentidos hoje (HEB, 1972:323-324).

1.1 O início da colonização

A *HEB* inicia sua narrativa¹⁴ traçando seus antecedentes históricos nos primeiros momentos da colonização. Como é possível entender a existência de um exército nacional num território que era extensão colonial de Portugal? Logo na primeira sentença, o elemento-chave que irá nortear o discurso é definido e apresentado ao leitor, de modo a guiá-lo na compreensão dessa construção histórica: embora reconheça que historicamente o Exército brasileiro surgiu como instituição nacional somente após a Independência do Brasil, há uma nota de referência explicando que, apesar da data “histórica”, a criação do Dia do Exército no dia da primeira Batalha de Guararapes representa o reconhecimento da existência da força antes mesmo de sua fundação como instituição genuinamente nacional. Nesse panorama, Guararapes simboliza o momento exato do despertar do Exército para a sua existência (HEB, 1998:26).

Voltaremos ao tema de Guararapes em momento apropriado para discuti-lo em detalhes. O que pretendemos destacar agora é que, dessa forma, o elemento central dessa construção histórica é apresentado ao leitor: existe uma diferença entre a “realidade” histórica e a “representação” dessa realidade vivida pelo Exército. Ou seja, o discurso construído nos três volumes da *HEB* está baseado não somente nos eventos históricos, mas no significado que lhes foi atribuído pela instituição. Assim, justifica-se a arbitrariedade histórica no campo “emocional”, isto é, no caso de Guararapes, ele representa o momento em que o Exército tomou consciência de sua existência e passou a se reconhecer enquanto tal.

Segundo a narrativa, o Exército foi formado por oficiais e soldados que aprenderam a arte da guerra no Brasil colonial, incorporando idéias e tradições dos habitantes

¹⁴ A diferenciação entre a primeira e a segunda edição da *HEB* (1972 e 1998, respectivamente) será feita sempre que necessário, caso contrário, entenda-se a concordância entre elas quando utilizados termos como “a narrativa” ou “o discurso”.

originários. A história das populações era quase toda militar uma vez que, para elas, as únicas ocupações de um homem adulto eram a guerra e a religião. A descrição da vida indígena, principalmente de sua forma de guerrear, procura mostrar que essas populações deixaram importante herança estratégica e tática que muito teria ensinado aos portugueses, principalmente no que tange à defesa da colônia do ataque de outros grupos europeus. Essa herança passou para as milícias que lutaram pela Independência e para o futuro Exército, cujas fileiras foram formadas pela mistura entre nativos, europeus e africanos (HEB, 1998:26).

Contudo, o Exército foi também influenciado pela estrutura militar que aqui se instalou pelas mãos do colonizador português. Segundo a narrativa, havia na estrutura militar portuguesa um sentido evolutivo que se estendeu às suas colônias nas Índias e no Brasil: aspectos anfíbios das operações e o estabelecimento de fortificações garantidoras do comércio português em terras do ultramar (HEB, 1972:15; 1998:33). Isto é, os empreendimentos portugueses desencadeados no Brasil constituíam-se num duplo aspecto, onde os objetivos e necessidades militares se entrelaçavam aos objetivos e necessidades de colonização. Dessa forma, não havia uma distinção muito clara, em primeiro lugar, entre os empreendimentos de colonização e os militares, seja de conquista ou defesa, não havendo gente destinada à tarefa militar e gente destinada à colonização, pois estes eram dois aspectos do mesmo projeto. Em segundo lugar, inexistia também distinção entre organizações marítimas e terrestres e, portanto, nas primeiras décadas do século XVI não havia separação entre combatentes de terra e combatentes de mar e todos estes estavam empenhados nos objetivos de colonização. Com isso, as forças militares caracterizavam-se mais como forças anfíbias, ou seja, deveriam operar desde a navegação até a defesa do território e as fundações coloniais. (HEB, 1972:95; 1998:89).

Embora considere que o desenvolvimento das forças marítimas atrelado à empresa de expansão colonial tenha acabado com a antiga organização militar terrestre portuguesa, a narrativa procura resgatar elementos dessa estrutura que teriam permanecido latentes quando de sua chegada ao Brasil e que ressurgiriam mais tarde, com reflexos importantes na estrutura militar brasileira: o da nação em armas¹⁵, o da previsão e do preparo de todos os homens válidos, desde o tempo de paz, para o serviço militar na guerra terrestre e marítima e o da existência permanente de comandos e tropas operacionais e territoriais (HEB, 1972:17; 1998:34). Essa continuidade com a estrutura herdada de Portugal¹⁶ será buscada não somente para transmitir um sentido de constância e estabilidade, mas principalmente, destacar a autenticidade e as especificidades da estrutura militar que aqui se desenvolveu:

As idéias e costumes incluídas nessas instituições militares, cujos traços principais acabamos de resumir, constituíram a doutrina militar dos portugueses no momento histórico em que se defrontaram com as novas terras descobertas e as condições vigentes no Brasil de 1500. Essas idéias e costumes iriam sofrer a influência do meio brasileiro e de fatores externos, para afinal, com o passar de largos períodos de tempo, consubstanciar em instituições militares caracteristicamente brasileiras (HEB, 1972:17; 1998:34).

Dessa forma, a descrição das “origens” é sempre ressaltada de forma a mostrar como a organização política colonial se deu atrelada à sua organização militar, pois a defesa do território conquistado assim o exigia. Nesse quadro, o sistema de capitanias, instituído trinta e dois anos após o descobrimento, é descrito como a primeira organização militar

¹⁵ O termo “Nação em Armas” surgiu pela primeira vez na França, após a Revolução, quando a Convenção francesa decretou a *levée en masse* com o decreto de 23 de Agosto de 1793. Mas o princípio do serviço militar obrigatório e individual durou pouco tempo, pois em 1799 foi regulamentado o serviço voluntário e a autorização da substituição. Anos depois foi feito novo apelo ao termo, dessa vez na Prússia, como forma de combater os exércitos napoleônicos. O processo que se completa com a emancipação dos servos prussianos, dando início na Alemanha ao processo de transformação de súbditos em cidadãos. Em 1813, o Rei da Prússia introduziu o recrutamento universal sem exceções, mas, esta experiência também durou pouco tempo, já que com o fim da guerra, em 1815, o exército prussiano voltou à sua antiga organização, com pequenos efetivos recrutados por longo tempo e numa faixa restrita da população. De qualquer forma, o conceito de "Nação em Armas" manteve-se em 3 extratos diferenciados: primeiramente associado à Revolução; depois, representando um verdadeiro exército de cidadãos; por fim representando a capacidade de recrutamento de um Estado sem renunciar à existência de um Exército profissional (CHABY, 1991).

¹⁶ Como herdeiros de uma tradição, nesse momento há a necessidade de justificação das atitudes dos colonizadores com relação à empresa desenvolvida no Brasil. Um exemplo é a afirmação de que não era somente o pragmatismo comercial que animava os portugueses em seus empreendimentos militares, mas sim a consciência de que estes serviam à expansão da fé e da cultura européia aos incultos e infiéis (HEB, 1972:17; 1998:34).

terrestre. As capitanias constituíam porções do território doadas em usufruto a pessoas capazes de povoar, explorar e defender as terras a expensas próprias, e os proveitos eram divididos com a fazenda real como meio de solucionar os problemas de invasões e pilhagens. Na divisão de responsabilidades, as autoridades reais forneciam armas, munições e até alguns oficiais, aos quais incumbia armar, instruir e comandar as forças que organizassem, cabendo aos donatários empregá-las para a manutenção da ordem e para a defesa. Ao reino cabia a defesa do mar (HEB, 1972:25; 1998:40).

Apesar dessa característica militar conferida às capitanias, a primeira organização predominantemente militar teria surgido em São Vicente em 9 de julho de 1542 (Termo da Câmara de São Vicente), com forma de milícia composta por colonos e índios visando fazer frente aos ataques constantes dos nativos. Os reinóis domiciliados no campo eram obrigados a concorrer, em igualdade de condições com os cidadãos, ao serviço das armas: “Praticamente, criava-se o serviço militar obrigatório na capitania e a implantação de verdadeira estrutura militar para a defesa territorial” (HEB, 1972:31,58; 1998:43,65). Embora alguns historiadores fixem a data da primeira organização militar no Brasil em 17 de dezembro de 1548, data do regulamento que habilitava todo colono habitante da terra a possuir arma de fogo, pólvora e chumbo,¹⁷ para a perspectiva oficial: “O ano de 1542 assinalou, em verdade, dois fatos importantes para a nossa história militar: o início do serviço militar obrigatório e a primeira sistematização de defesa da terra” (HEB, 1972:32; 1998:44).

18

¹⁷ O Regimento de 1548 organizava a defesa do território em novas bases, dando melhor estrutura à tropa miliciania já existente em cada capitania e prevendo a fortificação das sedes dos engenhos por meio da construção de torres ou casas-fortes. Surgiram, ainda, os primeiros serviços: de suprimento de material bélico e de engenharia (HEB, 1972:34; 1998:45).

¹⁸ Em razão dessa data, há quem afirme que o Exército nasceu em São Vicente, o que não é difícil de compreender, tendo em vista as apropriações simbólicas a que os eventos estão sujeitos. Dessa forma, o comandante do 2º Batalhão de Caçadores Martim Afonso de Sousa, tenente-coronel José Perez Bezzi, em parceria com o vereador do PSDB de São Vicente, Ricardo Veron Guimarães, pretendem instituir uma data específica para comemorar a criação da primeira sistematização da defesa do Brasil: “Veron lembrou que São Vicente, que já é reconhecida como *Cellula Mater* da Nacionalidade e Berço da Democracia no Novo Mundo, onde foi criada a primeira câmara das Américas, poderá também conquistar o título de cidade onde foi instituído

A história das organizações militares dispostas na colônia no início do século XVII é narrada de maneira linear, numa perspectiva que destaca como característica dos primeiros anos a movimentação na faixa litorânea, muito embora, ao mesmo tempo, já tivessem início as primeiras movimentações rumo ao interior do território. Esse período será retomado somente após a descrição das invasões estrangeiras no litoral brasileiro, num movimento que indica que, para tomar consciência do espaço territorial e da importância de sua integração e unidade, foi preciso lutar primeiro contra o invasor estrangeiro antes de lidar com as questões internas. Assim, a construção do Exército como o povo em armas se deu pela união de seu povo na luta contra o invasor, um “outro” que não brasileiro. As disputas entre “sua própria gente” só poderiam se dar, portanto, num período posterior, em que a principal base de sua representação já estivesse definida, permitindo, assim, atuar na defesa dos interesses genuinamente nacionais:

Foi, através dessa organização militar, em que se arrimava o sistema administrativo da colônia, e das lutas freqüentes, que tiveram de sustentar contra índios e corsários alienígenas, que se formaram as primeiras gerações de brasileiros. Assim, desde cedo, depois de menos de um século de colonização, mamelucos e caribocas nativos aprenderam a amar o torrão natal e começaram a ser preparados para as lutas mais perigosas que se aproximavam, com as tentativas de domínio e de conquista estrangeiras (1972:95; 1998:89).

Nesse momento, começam a aparecer as primeiras referências à “força brasileira” e aos “brasileiros” como os habitantes do território. A palavra aparece pela primeira vez na edição de 1972 quando da descrição da luta entre portugueses, índios e franceses pelo domínio da região da Paraíba, que terminou com a retomada da região pelos portugueses: “firmou-se, em Filipéia de Nossa Senhora das Neves, a paz entre lusos e brasileiros” (HEB, 1972:54). Contudo, na revisão da edição de 1998 a palavra é substituída por Potiguares nativos:

Na presença dos governadores da Paraíba e Pernambuco, Feliciano Coelho de Carvalho e Manuel Mascarenhas Homem, com frei Bernardino das Neves, os filhos de João Tavares atuando como intérpretes, um tratado foi assinado pelos Portugueses e Potiguares nativos em Filipéia de Nossa Senhora das Neves. (HEB, 1998:60).¹⁹

A diferença entre as expressões é bastante significativa, pois seria a primeira vez que o termo brasileiro é citado, numa época em que a palavra referia-se àqueles que se dedicavam à atividade de extração do pau-brasil e, por razões óbvias, não era utilizada como referência ao habitante do Brasil, que nem mesmo existia ainda como país (SOUZA, 2000: 17).²⁰ Mais que isso, a nova edição parece querer estabelecer uma coerência narrativa já que a nacionalidade será definitivamente estabelecida no momento das lutas contra as invasões estrangeiras e não nas disputas com os portugueses.²¹

Apesar disso, a análise desse período inicial da colonização através da descrição da organização colonial desenvolve-se no sentido de manter a visão da existência de um povo, senão “brasileiro”, pelo menos em processo de miscigenação e, portanto, que já apresentava sentimentos relacionados ao “amor à terra”, o que mais tarde seria transformado em nativista. Como exemplo, podemos citar a narrativa sobre a capitania de Ilhéus, em cuja luta contra os franceses em 1597 sobressaiu-se um mestiço de nome Antonio Fernandes, filho de mãe índia e pai preto, já nascido no Brasil (HEB, 1972:64; 1998:68). Outro exemplo referente à capitania do Espírito Santo: “Já nessa época [fins de 1500], os habitantes dos povoados e vilas do litoral brasileiro possuíam alto grau de sentimento nativista, e estavam organizados satisfatoriamente, com seus próprios recursos, e os fornecidos pelo governo-geral, para enfrentarem os piratas” (HEB, 1972:69).²²

¹⁹ As citações retiradas da HEB de 1998 foram traduzidas pela autora.

²⁰ Como descreve a autora, o período colonial foi um período em que o “Brasil ainda não era Brasil, sendo melhor chamá-lo de América portuguesa, pois como portugueses da América, mais do que como brasileiros – designativo dos comerciantes de pau-brasil –, se viam os próprios habitantes do território (SOUZA, 2000: 17).

²¹ Em diversos outros momentos a palavra brasileiros foi retirada da nova edição quando aparecia antes do momento das invasões. Parece mesmo que o intuito é delimitar o marco: somos brasileiros agora.

²² Na edição de 1998 o texto aparece como: “Naquele tempo os habitantes dos povoados e vilas ao longo da costa brasileira tinham um forte sentimento de nacionalidade. Eles eram suficientemente bem organizados para

De maneira geral, a situação inicial do Brasil colonial é apresentada como de poucos recursos e muitas dificuldades que contrastavam com a boa vontade e heroísmo daqueles que se identificaram com essa terra: “Martim Soares Moreno, fundador do Ceará e iniciador da conquista do Maranhão e Pará, era um jovem português, amigo dos índios, a ponto de se identificar com eles, dando tudo de si pela nova terra” (HEB, 1972:82; 1998:80). Narrativas como essas procuram exaltar os melhores sentimentos de que são constituídos não somente os brasileiros, mas principalmente os militares. São exemplos também:

Ao chegar, Alexandre de Moura convocou Jerônimo de Albuquerque, a quem fez ler a carta de sua patente. Este, a princípio, indignado com a falta de reconhecimento pelos serviços prestados, teve gesto de rebeldia. Todavia, era mais forte no coração do bravo mameluco o sentimento de amor à terra natal e ao cumprimento de seu dever. Curvando-se diante de seu superior, entregou-lhe o comando e continuou a servir, com abnegação, à causa pela qual tanto já se sacrificara (HEB, 1972:87; 1998:85).²³

Durante dois anos, com o auxílio dos índios, já agora favoráveis, Jerônimo de Albuquerque governou a capitania do Maranhão. Era o prêmio de sua bravura, esforço, habilidade guerreira e capacidade de liderar. Seu nome e sua estirpe espalharam-se pelo norte e nordeste, povoando a terra e construindo o Brasil, indicando uma das bases étnicas da população brasileira (HEB, 1972:88; 1998:85).

A narrativa sobre o período colonial caminha rumo ao século XVII, debruçando-se sobre as invasões estrangeiras no Brasil, principalmente dos holandeses, onde encontramos o primeiro marco de representação do Exército.

se defender dos piratas com seus próprios recursos e aqueles supridos pelo Governo Geral” (HEB, 1998:71). Foi a primeira vez que a palavra nacionalidade foi utilizada.

²³ Destaque à abnegação, obediência no cumprimento do dever e espírito de sacrifício, características tidas como próprias dos militares. Sobre o assunto ver Vigny (1967), Brochado (2001).

1.2 As invasões estrangeiras no Brasil: Guararapes, o primeiro marco de representação do Exército

Na narrativa até agora apresentada – e que é característica constante da construção da *HEB* – a descrição dos eventos que envolvem as invasões estrangeiras no Brasil é feita de maneira factual e linear, isto é, a narrativa é produzida como se a história fosse uma sucessão de eventos que segue um caminho quase de inevitabilidade. Porém, essa inevitabilidade não significa dizer que os acontecimentos se desenrolariam de determinada maneira qualquer que fosse a situação. Na verdade, esses eventos somente tiveram seu desfecho em função da “ação vigilante e decidida dos chefes e da bravura e espírito combativo dos soldados” (HEB, 1972:188; 1998:184).

Outra característica observada até este momento e essencial para compreendermos a continuação da narrativa foi sua preocupação em formar uma imagem da “gente da terra” e das condições políticas e sociais trazidas com a colonização. Isso é fator fundamental, pois baseada nas características dessa gente que formou o Brasil o Exército começa a estabelecer a sua própria imagem. Com a consolidação dessa imagem começa a se desenhar uma imagem “dos outros” a quem o Exército irá se contrapor.

Dessa forma, o maniqueísmo será característica importante dessa construção. Isto é, apresentam uma narrativa onde as disputas e conflitos de interesses presentes nos eventos históricos são entendidos como a tentativa de um “outro” em subjugar os interesses dessa gente da terra. Outro que é, em tudo, o seu oposto. Assim, enquanto, a imagem do “bem” já veio sendo construída na discussão sobre o início da colonização, formada por uma população nativa solidária que, pelo recurso da miscigenação, unia a garra nativa aos bons ideais e à fé cristã difundidas pelo colonizador, o invasor estrangeiro é apresentado como o

cruel dominador. Frente a essa realidade, essa “gente” fortalece seu sentimento de amor à terra.

A *HEB* divide as Guerras Holandesas em quatro períodos: a invasão da Bahia, a invasão de Pernambuco, o período do Governo de Maurício de Nassau (ou a Paz Pernambucana) e a Restauração Pernambucana (onde se desenrolou o episódio de Guararapes).²⁴

Portugal permaneceu unido à Espanha de 1580, quando Felipe II ascendeu ao trono português após a morte do rei de Portugal, cardeal D. Henrique, até 1640. Essa união atraiu sobre Portugal (e, conseqüentemente sobre o Brasil) os tradicionais inimigos da Espanha (HEB, 1972:101; 1998:92). Em 1621, a Holanda cria a Companhia das Índias Ocidentais que por duas vezes promoveu invasões em território brasileiro: 1624 na Bahia e 1630 em Pernambuco. Essas invasões deram lugar à Guerra Holandesa (1624-1654), “na qual escreveu-se a sangue o endereço do Brasil” no dizer do sociólogo Gilberto Freire” (HEB, 1972:103; 1998:92).

A descrição do primeiro período das invasões holandesas – a invasão da Bahia – funciona dentro dessa estrutura narrativa como apresentação do contexto das invasões e das dificuldades que a população iria enfrentar nessa luta, sendo construída de forma eloqüente, a fim de mostrar que apesar do jogo de forças ser desfavorável ao Brasil, o povo atendeu brilhantemente ao chamado das armas na defesa da terra.²⁵

²⁴ De maneira geral, essa divisão é seguida por grande parte da historiografia do período, como demonstra Evaldo Cabral de Mello (1998:15): “Quando se exclui o episódio da ocupação de Salvador em 1624-1625, a dominação holandesa no Brasil, que vai de 1630 a 1654, divide-se em três períodos. O primeiro, de 1630, queda de Olinda, a 1637, quando as tropas do rei católico abandonam Pernambuco rumo à Bahia, corresponde à guerra de resistência, que se saldou com a afirmação do poder neerlandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o São Francisco. O segundo período, de 1637 a 1645, engloba principalmente o governo de João Maurício de Nassau (1636-1644), podendo ser prolongado até o ano seguinte, quando eclodiu o levante luso-brasileiro. É esta fase que constitui, para a historiografia, a idade de ouro do Brasil holandês. O período final, de junho de 1645 a janeiro de 1654, abrange a guerra de restauração, que terminou com a capitulação do Recife e das últimas praças-fortes inimigas e com a liquidação definitiva da presença holandesa no Nordeste”.

²⁵ Num certo sentido, essa eloqüência foi mais bem trabalhada na nova edição de forma, nos parece, a perder um pouco do caráter ufanista e ideológico que esse tipo de linguagem deixa transparecer. Assim, várias vezes podemos perceber uma amenização da narrativa que passa a focar-se apenas na descrição dos eventos. Por exemplo, a sentença: “Todos os chefes se uniram e passaram a acreditar que era chegado o momento da rejeição

A região Nordeste é descrita como militarmente despreparada, com sistema defensivo concentrado em torno de localidades isoladas e disposto apenas sobre os índios. A Espanha, por sua vez, preocupada com o México (ouro) e o Peru (prata), deixava o Brasil vulnerável. “Não possuía Salvador frota numerosa para defendê-la: apenas 80 soldados profissionais e fortes antiquados. Para agravar a situação, não contava com força naval para patrulhar a costa” (HEB, 1972:103-104; 1998:92-93).

Além do despreparo e da falta de apoio da metrópole, havia uma imensa disparidade de forças, onde um pequeno e improvisado exército do povo lutava contra vinte e seis navios armados com 500 canhões e guarnecidos por 3.300 homens, sendo 1.700 para o combate em terra e ocupação, uma fração expressiva de um dos mais famosos exércitos da época (HEB, 1972:106; 1998:94). Nesse quadro de adversidades, “A única coisa abundante entre os luso-brasileiros foi ânimo para a luta e o grande desejo de libertar a Bahia” (HEB, 1972:110; 1998:97). Na busca pela superação das dificuldades numéricas e materiais, os luso-brasileiros se valeram de sua criatividade e capacidade de improvisação e criaram o que passou a ser conhecida como Guerra Brasília:

Sem ajuda militar e desamparados da metrópole, os luso-brasileiros improvisaram meios para enfrentar a potente e bem treinada parcela de um grande e famoso Exército.

Através de judicioso aproveitamento do terreno e do emprego de táticas de guerra nativas brasileiras, organizavam as companhias de emboscadas, compostas de 25 a 40 homens, para levarem a luta sem quartel ao invasor.

Surgiu, assim, no Brasil, novo tipo de guerra, a “Guerra Brasília”, que tanta surpresa e admiração iria causar entre os europeus. [Caracterizava-se por ataques-surpresa, dispersão, mobilidade e iniciativa pessoal] (HEB, 1972:109; [1998:96]).

do intruso mercantilista, lutando pela terra e seus autênticos valores” (HEB, 1972:110) por “Seus líderes se reuniram e chegaram à conclusão de que tinha chegado a hora de expulsar os invasores.” (HEB, 1998:96). Outro exemplo, sobre o início da reação ao governo de Maurício de Nassau: “Estes bravos, liderados por filhos da terra brasileira, salvaram da destruição a força expedicionária, chegaram em tempo para fazer malograr uma expedição punitiva, reacenderam a chama da reação e causaram grandes prejuízos no plano de Nassau de recuperação econômica de Pernambuco, e deram às gerações brasileiras do porvir exemplo imortal de responsabilidade na defesa da terra. Nesta marcha participaram tropas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitânicas do sul, que já ofereciam, assim, no passado distante, magnífico exemplo de solidariedade e integração, constante na história do povo brasileiro” (HEB, 1972:157). Sentença transformada em: “As tropas de Luís Barbalho evitaram que o exército fosse destruído, chegando à Bahia em tempo de lançar uma expedição punitiva. Eles reacenderam o espírito da rebelião e lançaram um duro golpe nos planos de Nassau de restaurar a economia de Pernambuco” (HEB, 1998:119).

Graças à força da gente da terra e à astúcia de sua organização militar, em 30 de abril de 1625 se deu a capitulação do invasor:

Com a recuperação da Bahia, encerrou-se um dos mais belos capítulos da história militar do povo brasileiro, escrita com sacrifícios de toda ordem, heroísmos e provas inextinguíveis de amor à terra por parte dos bravos baianos, sobre os quais recaiu o peso da luta durante 10 longos e sofridos meses, até a chegada dos valiosos reforços da metrópole. Destes, permaneceu em salvador um terço português, 10 companhias de homens cada (HEB, 1972:115; 1998:98).

O segundo período da Guerra Holandesa é caracterizado pela invasão de Pernambuco e, em termos de operações militares, é o menos representativo do conjunto das invasões.²⁶ Segundo a narrativa, após a experiência na Bahia, houve uma tentativa holandesa de se aliar à população local que falhou, pois

Este povo não era dado a tratados de “mútua amizade e aliança” com o dominador, pois após um século de colonização portuguesa, já possuía acendrado amor a terra e aos seus símbolos. A grande maioria do povo pernambucano já comungava do ideal luso-espanhol da dilatação da Fé e do Império (1972:120; 1998:100).

Em 3 de março de 1630 ocorreu a Ocupação de Recife pelos holandeses, importante ponto estratégico naval (HEB, 1972:125; 1998:104). A resistência impôs uma situação difícil por conta do abandono das lavouras para a luta e o bloqueio marítimo dos recursos, onde “somente o amor à liberdade e à fé cristã e a conseqüente solidariedade, cooperação e espírito de renúncia, poderiam amenizar aquela emergência” (HEB, 1972:127; 1998:104), já que enquanto os invasores recebiam reforços continuamente, os defensores não receberam nenhuma ajuda da metrópole em um ano e meio de luta (HEB, 1972:129; 1998:104).

O terceiro período da guerra holandesa trata do Governo de Maurício de Nassau, mas especificamente na *HEB*, o capítulo discute aspectos militares das campanhas de expulsão dos holandeses e muito pouco sobre outros aspectos do governo de Nassau, que

²⁶ Para diferentes aspectos e visões sobre as invasões holandesas no Brasil ver Mello (1998), Varnhagen (2002).

desembarcou no Brasil, em 23 de novembro de 1637, como governador, Capitão e Almirante-geral das terras conquistadas ou a conquistar no Brasil (HEB, 1972:150; 1998:114).

O ano de 1641 (fevereiro) marca o ano da restauração de Portugal e a volta de D. João IV ao trono português. Para não se envolver em duas frentes de disputa (Espanha e Holanda), Portugal assina um armistício com os holandeses que suspenderia as lutas na colônia por dez anos. Nesse período, Portugal reconheceu a posse da Holanda sobre Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba e, em contrapartida, a Holanda comprometia-se a não expandir suas conquistas no Brasil (HEB, 1972:159; 1998:120). Em junho de 1644, Nassau retorna à Holanda. Nesse período, começam a aparecer os sinais de resistência à dominação holandesa. Até então, a luta havia se dado dentro do contexto político do Império (Portugal-Espanha), porém “doravante, orgulhosos com a contribuição que deram para a defesa da terra, lutariam até o fim dentro de uma concepção política predominantemente brasileira, contrariando, frontalmente, a orientação política e estratégica de Portugal” (HEB, 1972:161; 1998:121).

A narrativa vai acentuando a divisão entre as glórias alcançadas pelos “bravos filhos da terra” contra o “cruel dominador holandês”. Os holandeses são descritos como maus e cruéis, pois mataram todos os luso-brasileiros que encontraram pela frente, incluindo mulheres, velhos e crianças; ludibriaram os índios para conseguir que se juntassem a eles; mataram suas vítimas das formas mais bárbaras (HEB, 1972:164; 1998:123). A imagem do invasor é de desrespeito pela vida, pelas propriedades, pela honra pessoal e familiar, pela fé católica e imagens de santos e padres, enfim, de todos os valores espirituais e morais da terra brasileira. No campo político, há a quebra sistemática da palavra, a negação da participação efetiva dos pernambucanos nos governos locais e o incentivo à inimizade entre índios e luso-brasileiros (1972:166; 1998:124). Enfim, há uma intenção constante em desqualificar o

holandês, desfazendo sua imagem de “europeu desenvolvido” como é descrito por uma corrente historiográfica.²⁷

O quarto período da guerra, conhecido como Restauração Pernambucana, é último e mais importante capítulo dessa guerra, pois nele se desenrolaram os combates de Guararapes que, historicamente, marcam o que pode ser visto como um momento de atuação autônoma das forças “brasileiras” que, mesmo sem o apoio oficial da metrópole, seguiram com os combates até a expulsão das forças holandesas.

A primeira batalha dos Guararapes é notável feito das armas brasileiras que muito bem justifica o relevo que se procura dar à sua periódica comemoração (...). Realmente, desde os preliminares até os últimos instantes, os brasileiros foram sempre superiores aos holandeses, quer em espírito ofensivo, quer na própria direção e coordenação dos combates (HEB, 1972:186; 1998:133).

Porém, no plano das representações, Guararapes significa mais que isso para o Exército, consistindo no seu mito fundador. Segundo Marilena Chauí (2000:9),

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade, mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade.

Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. (...)

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

É importante insistir na expressão *mito fundador* porque há uma diferença entre os termos fundação e formação. O registro da formação seria a história propriamente dita, enquanto a fundação estaria relacionada à representação e ao imaginário:

²⁷ De acordo com Mello (1998:16), o ideal de uma tentativa, aliás, fracassada, de implantação de instituições ou de valores superiores aos lusitanos foi proposta pela historiografia nativista, mas a realidade das invasões holandesas no Brasil foi de pelo menos 16 anos de guerra entre os vinte e quatro de dominação.

(...) a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade da qual ela emana e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade da qual emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito.

Os mitos de origem são buscados em momentos remotos da história de um grupo de modo a conferir-lhes legitimidade. Como descreve Lilia Schwarcz (1989:27), no momento da consolidação de um projeto de Estado-nacional concebido no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), seus artigos preocupavam-se com a fundação de mitos de origem conformadores da identidade nacional. Nesse quadro, o Instituto elegeu no Descobrimento do Brasil seu marco ritual. De um lado, esse episódio representava uma espécie de mito de origem a partir do qual se poderia datar uma história local branca e europeia (dado o desconhecimento sobre a história nativa anterior). De outro – e talvez até mais importante – revelava concepções comuns que pressupunham a existência de um objeto chamado Brasil, antes mesmo de seu efetivo processo de conquista e colonização (SCHWARCZ, 1989:60).

Guararapes pode ser entendida de maneira semelhante, pois estabelece não somente o marco fundador do Exército como também um vínculo indissolúvel entre ele e a nacionalidade:

Os insurretos prosseguiram a luta, sozinhos, desamparados e em desobediência à Metrópole.

Com esforço hercúleo, vontade inquebrantável, fé, sacrifícios indescritíveis e processos de combate genuinamente brasileiros, criaram condições para a recuperação de Pernambuco e Angola para Portugal, além de preservarem a unidade física e espiritual do Brasil.

Por esta razão, o presente capítulo que poderia ser chamado Epopéia Brasileira, reveste-se da maior relevância do ponto de vista da nacionalidade brasileira e das origens do Exército (HEB, 1972:165; 1998:124).

Esse vínculo é criado porque neste momento, as três raças formadoras da população brasileiras teriam se unido em torno de um sentimento comum, o amor à terra, e sua luta conjunta teria formado a nação em armas (o Exército):

Na iminência do perigo, o povo atendeu ao sagrado chamamento das armas, em defesa do ideal luso-espanhol de dilatação do Império e da Fé católica, sob séria ameaça no Brasil.

Catalisados por este ideal, todos aglutinaram-se para proteger a terra.

O povo em armas era constituído de portugueses, espanhóis e brasileiros, estes, por sua vez, formados de brancos, negros e mestiços²⁸ de todos os matizes, já impregnados daquele ideal político-religioso²⁹ (HEB, 1972:106; 1998:94).

Por essa construção, o Exército sela de vez seu destino aos destinos da nação, pois, apesar de todas as adversidades, as três matrizes raciais da população brasileira (brancos, negros e índios) teriam lutado juntas pela defesa de seu território. Assim, a idéia central “é que em Guararapes teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros” (CASTRO, 2002:69).

A construção dessa matriz racial brasileira teria surgido dentro de panorama maior do desenvolvimento de um “projeto nacional”. Dentro desse quadro, o IHGB promoveu, em 1884, um concurso intitulado “Como escrever a História do Brasil”, sendo premiado o trabalho de Karl Friederich Phillipp von Martius, que tinha como base o suposto papel específico do país, composto por três raças mescladas e formadoras. Segundo Schwarcz, a partir desse projeto, os historiadores passaram a se empenhar no estabelecimento de uma correlação entre o desenvolvimento do país e o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham (SCHWARCZ, 1989:25).

Exemplo da aceitação dessa perspectiva pela historiografia tradicional pode ser visto no livro de Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* [1944

²⁸ Desde o início da narrativa, as palavras mestiço, nativo e mameluco aparecem como referência direta ao índio e à mistura do indígena com o colonizador ou daquele com negros, mas dificilmente à mistura entre negros e brancos.

²⁹ Não era somente o pragmatismo comercial o que animava os portugueses em seus empreendimentos militares, mas sim a consciência de que estes serviam à expansão da fé e da cultura européia aos incultos e infiéis (HEB, 1972:17; 1998:34).

(2000)], onde o historiador afirma que a revolta que se viu nos episódios da expulsão dos holandeses “foi a primeira afirmação certa e irrecusável da unidade, eu poderia quase dizer, da nacionalidade brasileira” (2000:81). Para o autor,

Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda. E a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob o nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa foi feita pelos oradores exaltados, muito antes do sábio Matius haver publicado seu ensaio sobre a maneira de compreender e escrever a história do Brasil (2000:81).

Entretanto, historicamente é difícil conceber o nascimento da nacionalidade brasileira num momento em que o próprio Brasil era apenas extensão territorial de Portugal. A nação é uma construção histórica recente, que nasce com a independência ou soberania política e unidade territorial e legal aproximadamente em 1830.³⁰ Como tal, a nação é uma construção social abordada por Chauí como um semióforo, isto é, um “signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e nem por sua força simbólica” (CHAUÍ, 2000: 12):

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirado do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo o espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência. É um objeto de celebração por meio de cultos religiosos, peregrinação a lugares santos, representações teatrais de feitos heróicos, comícios e passeatas em datas públicas festivas, monumentos; e seu lugar deve ser público: lugares santos, templos, museus, bibliotecas, teatros, cinemas, campos esportivos, praças e jardins, enfim, locais onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade (CHAUÍ, 2000: 12).

A aquisição desses semióforos se torna, assim, uma insígnia de riqueza e de prestígio e as hierarquias religiosas, políticas e econômicas passariam a disputar sua posse, bem como a capacidade de produzi-los:

³⁰ Sobre o assunto ver Hobsbawm (1990), Anderson (1989).

Dessa disputa de poder e prestígio nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e histórico-geográfico da nação; isto é, aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico. Em outras palavras, os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são de propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional.

Para realizar esta tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a nação. Por meio da intelligentsia (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa (CHAUI, 2000: 14).

Uma vez que a nação é concebida como o semióforo-matriz, ou seja, como o principal signo de poder político, o Exército entra nessa disputa ao estabelecer sua origem atrelada às origens da nacionalidade. Se a nacionalidade brasileira surgiu da mistura das três raças que formaram o país e o Exército brasileiro surgiu no momento em que essas três raças se uniram na luta contra o invasor estrangeiro, essa ligação daria ao Exército uma precedência sobre todas as outras hierarquias sociais na disputa pela posse do semióforo. Essa posse lhe serviria, mesmo que simbolicamente, como o principal recurso para a manutenção de seu papel de salvaguarda nacional. Surgiam, portanto, em Guararapes, a nacionalidade brasileira e o Exército que, juntos, levariam o Brasil à grandeza a que se destinava.

Dessa forma, esse sentimento até agora descrito como de amor à terra se apresenta na narrativa como algo mais que o apego ao território. Nesse momento, “A maioria já considerava Pernambuco como Pátria, com o mesmo significado do Brasil de hoje” (HEB, 1972:170):

Surgia assim pela primeira vez no Brasil, a palavra Pátria, e a firme disposição de instaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal. Início, parecia, do processo irreversível de independência, concretizado cerca de dois séculos após (HEB, 1972: 174).

É significativo notar que, ao contrário do que vínhamos observando até agora, uma afirmação esboçada na primeira edição da *HEB* é acentuada na segunda: “O processo irreversível da Independência havia começado, alcançando seus resultados cerca de dois

séculos depois.” (HEB, 1998:127). O mesmo acontece com a utilização agora corrente das palavras “patriota” e “brasileiros” em substituição à “gente da terra”, termo até então utilizado como referência aos habitantes locais.³¹ Isso se deve, em grande medida, ao fato de que, no momento dedicado a repensar a narrativa, o mito de Guararapes já ter sido institucionalizado e, neste caso, a reestruturação da narrativa histórica funciona como um de seus suportes. O marco dessa institucionalização foi a criação do Dia do Exército no dia das comemorações da Primeira Batalha de Guararapes (19 de abril de 1648) em 1994, por iniciativa do ministro do Exército, general Zenildo Lucena (CASTRO, 2002:68).

No momento em que a atenção do Exército se volta para o equacionamento dos problemas resultantes de vinte e um anos à frente do regime autoritário, a invenção da tradição de Guararapes recorria a um estoque simbólico capaz de estabelecê-lo “como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira” (CASTRO, 2002:13). Porém, como afirma Castro (2002:11), essa invenção cultural se dá “num campo de possibilidades histórica e culturalmente limitado”. Na historiografia oficial, o terreno que estava preparado na edição de 1972 se consolidou em 1998.

Segundo Castro (2002:72-73), a adoção de novos elementos simbólicos foi parte do processo de definição da identidade do Exército na conjuntura democrática. Neste quadro, Guararapes teria se destacado por quatro idéias centrais que permitiam ao episódio adaptar-se perfeitamente a essas necessidades. As duas primeiras estão diretamente relacionadas à concepção de um papel institucional do Exército. A primeira e talvez até a mais importante é de que existe um vínculo indissolúvel entre o Exército e a nacionalidade.

³¹ Essa passagem pode ser observada de maneira mais sistemática na segunda edição da *HEB*, onde a utilização dos termos antes de Guararapes foi suprimida, o que é relevante do ponto de vista da construção histórica da origem: a partir daqui existem brasileiros, o mesmo povo que formou a nação em armas. Além disso, o Exército de “gente da terra” passa a ser descrito como “Exército de patriotas” e até mesmo por “nosso exército” e seus componentes tratados por soldados (nossos soldados). Exemplos podem ser encontrados em *HEB* (1998: 134-136).

Outra idéia é que o Exército é composto pelas três principais matrizes raciais formadoras do povo brasileiro. As duas outras idéias fazem mais sentido no contexto político atual. Uma é que, diferentemente das comemorações da Intentona Comunista e de 1964, Guararapes é uma luta contra estrangeiros. A outra está relacionada a uma das principais concepções estratégicas atuais do Exército, pois Guararapes teria sido uma batalha onde, através de táticas genuinamente brasileiras, a vitória teria sido alcançada contra um inimigo militarmente mais poderoso. Assim, Guararapes atenderia às necessidades de atualização simbólica do Exército por conter os elementos referenciais à sua realidade atual.

No campo da chamada arte da guerra, os combates travados em Guararapes também são exaltados como pioneiros por apresentarem, naquela época, as principais características da guerra moderna. Os combatentes tomaram medidas incomuns na época e que hoje são consideradas normais, como a busca de informação e reconhecimento do terreno e do inimigo, tendo em vista o ataque projetado. Também a procura da batalha decisiva, característica fundamental da guerra moderna, materializou-se nas duas batalhas de Guararapes. Em pleno século XVII, longe dos campos de batalha da Europa, no Novo Continente já se fazia guerra de movimento e de destruição do inimigo (HEB, 1972:191-192; 1998: 136-137): “Não parece absurdo concluir, respeitadas as proporções, nas pugnas do Recôncavo dos Guararapes existe bem nítido um esforço do quadro da guerra moderna, total”.³² Essa passagem é exemplo da falta de clareza do texto de 1972. A revisão promovida pela nova edição tornou a narrativa mais fluida e clara: “Não seria excessivo concluir que, comparativamente, todas as batalhas desde a Bahia até Guararapes claramente demonstram rudimentos da guerra total dos tempos modernos.” (HEB, 1998:137).

Um ano depois, a 19 de fevereiro de 1649, houve a segunda Batalha de Guararapes, onde “os patriotas, novamente, demonstraram em relação ao inimigo, absoluta

³² Mais uma vez, a *HEB* estabelece um anacronismo pela antecipação de um conceito que é historicamente estabelecido em outro momento. Isso porque o conceito de guerra total foi desenvolvido posteriormente à Primeira Guerra Mundial e, neste caso, suas características são antecipadas para definir a guerra brasileira.

superioridade em espírito combativo, conhecimento da arte de fazer a guerra, coragem e determinação” (1972:190; 1998:136). Em 26 de janeiro de 1654 deu-se a rendição dos holandeses e, como consequência direta, “A guerra acarretou o aumento das guarnições militares dos principais núcleos populacionais brasileiros” (HEB, 1972:194; 1998:140).

A narrativa segue com a descrição da invasão francesa no Rio de Janeiro em 1710 que, à semelhança do que já foi discutido, destaca o amor dos “moradores” na defesa do território: “Ficou mais uma vez comprovado o grau elevado de união dos diversos núcleos sociais do Brasil, ressaltando o espírito de solidariedade na defesa do solo comum” (HEB, 1972:202; 1998:143). Como síntese do período de invasões, a *HEB* afirma que o Brasil sempre foi uma presa compensadora e, embora a defesa da terra estivesse entregue aos colonos, o espírito de solidariedade se evidenciava pelo alto valor combativo dos brasileiros quando conduzidos por chefes capazes, equiparando-se aos melhores combatentes da época (HEB, 1972:209; 1998:146).

Além, portanto, do momento de fundação do Exército, Guararapes representa o despertar nos habitantes do Brasil de um sentimento de amor à terra mais profundo, agora já relacionado a um ideal de Pátria, estabelecendo as bases da nacionalidade. De acordo com Mello, foi a historiografia do século XIX que instituiu uma relação causal entre a dominação holandesa e a origem do “sentimento nativista” ou da “consciência nacional”, porém, contentou-se com explicações mais ou menos subjetivas, sem estabelecer o nexo preciso entre ambos os fenômenos que permitisse analisar o problema com rigor. Ainda segundo o autor, vai além a insuficiência da historiografia oitocentista na suposição mecânica de tal nexo. Isso porque entre a restauração da suserania portuguesa em 1654 e a eclosão inequívoca do nativismo em 1710 (Guerra dos Mascates) passou-se mais de meio século, que se relega assim ao esquecimento (MELLO, 1998:14-15).³³

³³ Como será possível ver na discussão sobre a Guerra dos Mascates, o enquadramento deste episódio como precursor dos movimentos nativistas suscita muita polêmica.

Nesse momento, há uma mudança na condução narrativa em relação à Portugal, como se a partir desse instante ocorresse uma espécie de “tomada de consciência” dos “brasileiros” no sentido de perceber que os interesses da pátria nascente não poderiam se coadunar com os da metrópole que a explorava. Veja bem, estamos a praticamente um século e meio da independência, mas Guararapes, ao trazer ao Exército a consciência de sua existência, despertou em seus habitantes a consciência de que idealizavam uma organização política diferente do modelo colonial português. A questão agora era empreendê-la.

1.3. Consolidação do sistema colonial e expansão territorial: do nativismo aos contornos do nacionalismo

A narrativa agora faz uma volta temporal para tratar das questões relativas às expedições de expansão territorial conhecidas como entradas e bandeiras até chegar aos chamados movimentos nativistas do século XVIII. A seqüência narrativa assim organizada parece ter tido a intenção de chegar logo em Guararapes porque esse evento é o elemento estruturador do discurso que, uma vez estabelecido, permite que se faça a volta na descrição dos eventos que se desenrolaram concomitantemente.

Tal como vimos até agora, o argumento segue com o objetivo de mostrar como a estrutura política e social brasileira surgiu a partir de organizações militares, conferindo ao Exército seu papel como guardião da nacionalidade. Mais que isso, o discurso agora vai procurar mostrar de que forma o Exército, através da garantia da grandeza e unidade territoriais do país proporcionou ao Brasil ser o que ele é hoje, com língua, costumes e organização administrativa comum, consolidando um ideal de “pátria” que começou a se delinear na luta contra as invasões. Dessa forma, começam a ser agregados ao discurso

fundador outros argumentos que funcionarão como suporte e justificativa da atuação militar em áreas alheias à sua jurisdição, principalmente na esfera política.

Nesta volta histórica, a *HEB* passa à discussão das Bandeiras, cuja principal função era fornecer informações valiosas sobre a geografia do interior (principalmente as bacias do Prata e do Amazonas e suas divisas), além de concorrer na fundação de povoados. Como representação, o discurso sobre as bandeiras é construído de maneira a mostrar como essa organização – prioritariamente militar – contribuiu para o desligamento político do Brasil da metrópole ao proporcionar a conquista e manutenção de vasto território. Por meio de sua atuação os bandeirantes foram capazes de manter a unidade territorial do Brasil, sendo considerados construtores de sua grandeza geográfica (HEB, 1972:217; 1998:150). Mais que isso,

Eles e outros sertanistas consolidaram a integridade da comunidade brasileira com a língua comum, os mesmos usos e costumes, com a mesma organização administrativa e também com os mesmos sentimentos de tradição cristã. Contribuíram decisivamente para a formação democrática brasileira, aprendendo nas duras campanhas, o quanto valem a solidariedade e a tolerância. As alianças e a intensa miscigenação com os indígenas, evitaram divergências e preconceitos raciais, desde o início (HEB, 1972:217).

Na edição de 1998 esse discurso é um pouco melhor trabalhado, mas sem alteração de seu sentido:

Os Bandeirantes fizeram da sociedade brasileira o que ela é hoje, uma nação com língua e cultura comuns, organização administrativa única e sentimentos e valores semelhantes, provenientes das tradições católicas romana. Eles plantaram as sementes da democracia no Brasil, tendo aprendido os valores da solidariedade e da tolerância entre diferentes grupos durante suas difíceis campanhas. Sua aliança e intensiva miscigenação com as populações indígenas evitaram diferenças raciais e preconceito em uma extensão raramente vista em qualquer outra civilização moderna. (HEB, 1998:150).³⁴

³⁴ Destacam-se aqui dois elementos que irão povoar não somente o imaginário militar na construção de sua auto-imagem, mas também o imaginário brasileiro: a construção do Brasil como um país que, miscigenado, é livre de preconceitos raciais (a chamada democracia racial); e a vocação democrática do exército.

Responsáveis pela exploração do interior, as entradas e bandeiras, até o fim do século XVI, estenderam o domínio português dos muros do Forte dos Três Reis Magos no Rio Grande do Norte até Cananéia (litoral de São Paulo), alcançando pelo interior o Vale do Paraíba e Tietê e a região compreendida entre a Serra da Mantiqueira até o Paranapanema (HEB, 1972:218; 1998:150). No Sul, o principal problema eram as reduções jesuíticas, que funcionavam como entrave à expansão luso-brasileira para além do Tratado de Tordesilhas. Na tentativa de ultrapassar essa barreira e aumentar o domínio territorial, importantes povoações jesuítico-espanholas na região Centro-Oeste foram destruídas pelas entradas, abrindo caminho para a fixação do *uti possidetis* luso-brasileiro na vertente do Paraná. A conquista e destruição de outros redutos dessa região entregaram ao Brasil a rica vacaria mato-grossense e possibilitaram a expansão ao sul e ao norte de Mato Grosso, quiçá a conquista da Amazônia, pelo domínio luso-brasileiro sobre a via fluvial dessa região (HEB, 1972:224; 1998:154).³⁵

Dessa forma, o processo de ocupação do Brasil – e, portanto, de sua própria formação – é analisado com base em características prioritariamente militares. Nesse caminho rumo ao interior, a história militar destaca a importância da constituição de fortes como elemento de colonização, numa valorização dos feitos militares a fim de fortalecer os laços entre a história do Exército e a história do Brasil. Exemplo dessa ocupação entendida como processo militar é a narrativa sobre a ocupação amazônica. O marco aqui é 1616, quando o Forte do Presépio foi construído por Francisco Caldas Castelo, considerado baluarte avançado da expansão para o norte, principal apoio à exploração da bacia amazônica. Em seu entorno se estabeleceram colonos e índios pacificados, dando origem a Belém do Pará (1972:89; 1998:86). Em julho de 1637, chega à região Pedro Teixeira, o mais destacado sertanista da

³⁵ É interessante notar como redimem os bandeirantes pela destruição de povos indígenas inteiros com o argumento de que, embora facilitassem a catequização e aculturação do indígena, as Missões Jesuíticas tornavam os mais frágeis aos assaltos dos bandeirantes uma vez que provocavam a perda de suas possibilidades naturais de fuga e defesa (HEB, 1972:218; 1998:152), o que leva a entender que aqueles eram os verdadeiros vilões.

Amazônia e, “ao findar o século XVII, canhões de ferro e de bronze já artilhavam o Forte de São José do Rio Negro, origem de Manaus. A Amazônia era brasileira” (HEB, 1972:228; 1998:156).

Porém, se no norte do país “a ocupação mansa e ordeira dos missionários era seguida por militares e sertanistas luso-brasileiros, que asseguravam a posse da Amazônia, principalmente com a construção de vários bastiões” (HEB, 1972:230; 1998:157), na região sul esse processo era mais problemático em razão das questões de fronteira com outros domínios espanhóis. O episódio mais marcante nessa disputa foi aquele que envolveu o território da Colônia Jesuítica de Sacramento, que gerou como consequência uma política militar específica para a região sul e a bacia do Prata.

Em 22 de janeiro de 1680, D. Manuel Lobo chegou a Sacramento, o ponto mais meridional do domínio português na América (HEB, 1972:236; 1998:160). Desde então, sua história foi marcada por uma série de lutas, tanto militares quanto políticas, que transferiram por diversas vezes a posse da colônia do domínio espanhol ao português e vice-versa. Após guerra de um ano entre Portugal e Espanha, a Colônia de Sacramento foi despovoada e suas instalações incendiadas pelos portugueses para que não pudessem “servir ao inimigo” (1972:240; 1998:164). Mas o problema da posse ainda não estava resolvido. Dez anos depois, em 1715, foi assinado o Tratado de Utrecht, que devolveu à Portugal o território da Colônia de Sacramento. Porém, em 13 de Janeiro de 1750, pelo Tratado de Madri, Portugal desistiu de sua fronteira no Prata, recuando para a Lagoa Mirim e entregando para a Espanha toda a vertente do baixo Uruguai, no interior. Novos tratados (1751-1752) regularam a sua aplicação: “As cortes estavam decididas a efetivar o tratado e não hesitaram em empreender a luta que passou a história com o nome de Guerra Guaranítica” (HEB, 1972:243; 1998:166).

O texto afirma que “em torno das tênues trincheiras de Sacramento estavam em jogo a honra do soberano de Portugal, a Glória de seus soldados e até o futuro da unidade do

Brasil” (HEB, 1972:245; 1998:169). É interessante notar que, neste caso, não foi utilizado o termo Pátria, tantas vezes já utilizado, omissão que não é, obviamente, fortuita, pois determina no discurso o lugar e as relações estabelecidas entre Portugal e Brasil. Principalmente neste momento, essa construção define os limites do domínio português frente aos interesses “nacionais”, que não são mais os mesmos. Nesse sentido, a questão da definição representa o controle sobre um desdobramento histórico. Essa escolha intencional dos termos pode ser observada na descrição da atuação do bandeirante português D. Manuel Lobo, que “procurou transmitir, pelo exemplo, o sentimento do dever, mostrando que acima de cada um e de todos, estava o interesse da Pátria” (HEB, 1972:237; 1998:163). Essa alternância na utilização dos conceitos pode ser encontrada em vários momentos, numa disputa pela supremacia nos eventos, ora entre Brasil e Portugal; ora entre pátria e território; ora entre luso-brasileiros, portugueses, brasileiros e nativos, dependendo o objeto em disputa.

Um dos processos apontados pela *HEB* como resultante da Guerra Guaranítica foi a miscigenação, através do casamento de soldados e índias e sua posterior fixação na região após a guerra:

Naquela época, já se podia considerar o Brasil privilegiado entre as nações do mundo, possuidor que era de uma perfeita mentalidade de integração racial, incentivada ainda pela metrópole. Quem, senão o português, daria com orgulho o seu próprio nome ao filho da mulher de cor a quem amou? (HEB, 1972:262-3).³⁶

Como se uma coisa levasse à outra, a miscigenação e a fixação na terra geraram uma mentalidade nativista: “A consequência natural da posse da terra foi que, entre aquela população alienígena [população de origem portuguesa, na nova edição], acrescida de inúmeros jovens já nascidos naquelas plagas, tomou vulto uma mentalidade nativista, aliada a um temperamento arrojado e altivo, apaixonado pela terra que lhe pertencia de fato e de

³⁶ Mudança na nova edição: “Naquele tempo, o povo brasileiro já estava propenso à integração racial, que foi encorajada pela pátria mãe. Os portugueses tinham orgulho em dar seus nomes às crianças que eles geraram com mulheres de cor.” (HEB, 1998:76). Embora menos apelativa, a idéia permanece a mesma.

direito” (HEB, 1972:263; 1998:177).³⁷ A idéia é de que foram essas pessoas transformadas em soldados que possibilitaram aos seus comandantes brilhantes feitos da nossa história militar.

No campo militar por excelência, o discurso mais uma vez destaca o desenvolvimento de técnicas genuinamente “brasileiras” através de processos de adaptação ao contexto colonial. Aqui, como nas lutas contra os invasores estrangeiros, os bandeirantes adaptaram os ensinamentos militares portugueses às novas condições regionais. Como grande parte do efetivo das expedições era indígena, aprenderam também seus métodos de combate e da organização ibérica herdaram o sentimento prático de hierarquia indispensável. Novamente, sua atuação adiantava características que serão marcas da guerra moderna, vivenciadas pelo Exército brasileiro na década de 1970, fornecendo-lhes ensinamentos práticos aplicáveis ainda hoje. Não descuidaram da segurança, mantendo informações sobre o inimigo, dispersando-se, deslocando-se a pé de madrugada e pela manhã; praticavam emboscadas e a surpresa; conheciam as vantagens da guerra psicológica (HEB, 1972:231-2; 1998:157-8).

Em síntese, os acontecimentos principais deste século – a guerra holandesa e as expedições bandeirantes – tornaram-se extraordinariamente propícios à organização militar terrestre, pelas razões: permitiram que ela se entranhasse na alma popular; contribuíram para que ela se nacionalizasse, em extensão e profundidade, através das tropas milicianas (diferente das milícias, a surgir no século XVIII), isto é, as unidades de ordenanças, Auxiliares e irregulares ou experiência de preia ou combate aos índios ou quilombos; adaptaram-na melhor às contingências do meio; aumentaram o seu valor profissional; e alargaram mais o campo de ação, dantes adstrito ao litoral (HEB, 1972:284; 1998:192).

O período compreendido entre 1750-1801 é caracterizado pela consolidação do sistema colonial no Brasil. Em termos territoriais, o Tratado de Madri (1750) marcou o fim de uma longa fase de expansão do domínio português para oeste do Tratado de Tordesilhas (1494), marcando também o reconhecimento internacional de uma configuração dos limites

³⁷Esta afirmação é exemplo da disputa já citada. Agora, o território pertence à gente da terra e não mais aos portugueses, estrangeiros.

do que viria a ser o Brasil muito próximo à configuração atual (CARDOSO, 1990: 111). Anos mais tarde, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) definiu as fronteiras entre a América espanhola e a portuguesa.

Em termos econômicos, o período corresponde ao ciclo do ouro, que iniciado com a descoberta deste metal pelos bandeirantes em Minas Gerais e Goiás no século XVII, desempenhou papel importante na expansão territorial. Porém, mais do que um processo de expansão, o período acarretou uma série de transformações de caráter econômico, político e social, desencadeando movimentos nos quais participaram as mais diversas camadas sociais. Aqui, esses movimentos, conhecidos como nativistas, são entendidos como consequência natural da mistura de “culturas” e sua fixação no território.

Nesse contexto, encontramos novamente uma narrativa que busca estabelecer uma continuidade, que é representada, entretanto, através da mudança abrupta das categorias que dão forma ao discurso. Para um leitor desavisado, essa quebra pode levar a uma interpretação errada de que os interesses da instituição sofreram alterações nos diversos momentos de sua história. Contudo, a intenção é justamente a oposta. Isto é, se nos anos iniciais da colonização nossa relação com a metrópole era de harmonia, pois se baseava na comunhão dos interesses luso-brasileiros, uma vez combatidas as ameaças estrangeiras que punham em risco a unidade territorial, portugueses e brasileiros passam a compor termos de oposição, numa ruptura que só pode ser explicada através da continuidade: a defesa dos interesses maiores do Brasil. Nesse momento, a atenção “do povo” e de sua manifestação armada – o Exército – se volta contra o colonizador, que passa a constituir um dos pólos da representação, ao mesmo tempo em que a questão territorial passa para o controle das disputas internas que colocavam em risco a unidade do Brasil.

Como afirma Boris Fausto (2000:63), é difícil estabelecer um momento para o surgimento de uma consciência nacional, isto é, o ponto “em que membros da sociedade

colonial nascidos na colônia e mesmo alguns portugueses nela residentes começaram a pensar o Brasil como uma unidade diversa de Portugal”. Esse processo pode ser analisado através de diversos pontos de vista que envolvem ações e influências tanto de natureza interna quanto externa.

No campo das influências externas, a Revolução Francesa e a Independência dos EUA tiveram alcance ideológico sobre as colônias das Américas que, embora incontestável, é difícil de ser avaliado (CARDOSO, 1990:122). No campo interno, a colônia passava por um processo de transformação econômica que se refletia na redefinição de relações pessoais e de poder (FURTADO, 2002: 19). Também a Coroa portuguesa passava por uma política de reforma do absolutismo que desencadeou na colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência que tinham a ver “com as novas idéias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local” (FAUSTO, 2000:62). Em razão disso, esses movimentos se caracterizam mais como movimentos de revolta regional que como revoluções nacionais.

Com exceção da Guerra dos Mascates, os movimentos aqui analisados desenrolaram-se em Minas Gerais, num momento em que a região vivia uma efervescência de idéias e interesses que a transformaram num grande foco de agitação social e política:

Nesse contexto disseminavam-se idéias que iam desde demandas mais localizadas quanto à opressão causada pelo fisco até a propaganda “revolucionária liberal”, passando também pela pregação autonomista. Tais ideais fermentavam em meio a uma massa populacional heterogênea: atingiam algumas parcelas dos setores menos favorecidos e encontravam guarita em meio às elites, embora entre estas com um significado especial. Considerando as sobejas evidências quanto à crise econômica que se abateu sobre as Minas, em especial Vila Rica, a circulação e a fermentação de idéias de ruptura, bem como a conhecida instabilidade social e política que caracterizou, desde o início de sua montagem, a “região mineradora”, podemos supor que, no fim do século XVIII, em situação agravada pela miséria, era a própria sobrevivência da ordem social que estava em questão (FURTADO, 2002:25).

Nesse sentido, os movimentos analisados neste tópico são marcados pelas ambigüidades e contradições próprias do período e a narrativa desenvolvida pela *HEB* reflete

essas contradições. As descrições são apresentadas, na maioria das vezes, de forma confusa, o que pode ser explicado, principalmente, pelo tipo de abordagem que privilegia os eventos militares em detrimento de análises mais abrangentes. Deixando de lado os aspectos de transformação econômica, social e política que envolveram tais conflitos, a compreensão do problema fica comprometida, sendo difícil muitas vezes entender as razões da disputa e, principalmente, de que lado estava o “Exército”.

A frase de Oliveira Lima (2000:120) exemplifica o tipo de narrativa construída na *HEB* para o período:

O espírito de autonomia que devia surgir no Brasil no fim do século XVIII – surgir não é bem a palavra, desde que havia se revelado antes, mas que devia então organizar-se e passar ao estado de aspiração latente – seria a reação natural contra a onipotência do Estado que, em Portugal, ninguém encarnou melhor que o marquês de Pombal.

Ou seja, assim como procedeu com relação à busca de uma origem do Exército nos primeiros anos da colonização, o discurso histórico sobre os movimentos de consciência nacional irá estabelecer seu início em momento anterior às suas manifestações históricas.

Esse marco é estabelecido pela Guerra dos Emboabas (1708-1709), que colocou em lados opostos paulistas (considerados os descobridores das minas de ouro das Gerais) e portugueses e mineradores de outras localidades, principalmente baianos. Nessa disputa, os paulistas reclamavam por privilégios (que se consideravam merecedores dado serem os descobridores das minas dispostas em seu território) que, contudo, eram dirigidos aos chamados emboabas (os de fora, estrangeiros). A descrição seguinte sintetiza o desenrolar dos acontecimentos que proporcionaram sua construção como movimento nativista:

Em 1707 o assassinato de dois chefes paulistas no Arraial Novo acirrou os ânimos. Foi argutamente difundido o boato de que os ofendidos, com reforços numerosos chegados de São Paulo, moveriam campanha de extermínio contra dos portugueses. O lusitano Manoel Nunes Viana foi aclamado ditador para a missão de “acabar de vez com a insolência dos paulistas”. Por todas essas razões quer-se ver na guerra dos emboabas um conflito de profundas raízes nativistas, o primeiro em que, claramente, filhos da terra tomaram armas contra o europeu dominador (DONATO, 1996:88).

Contudo, esse seria mais um episódio de guerra civil que de consciência nacional, pois na luta pelo ouro opuseram-se paulistas de um lado e estrangeiros e baianos de outro (FAUSTO, 2002:54). Mesmo que o termo guerra civil seja utilizado para denominar o episódio na *HEB* (1972:316), a guerra dos Emboabas é tratada dentro do panorama maior das primeiras reações nativistas, mais especificamente, como a primeira delas. Embora a segunda edição tenha tentado dar uma “objetividade” histórica através da retirada de passagens marcadamente ideológicas e comprometedoras, sua inserção dentro do capítulo sobre os movimentos nativistas demonstra que essa percepção permanece.³⁸

Da mesma maneira, a Guerra dos Mascates (1710-1711) entra nesse quadro, vista como precursora do processo que levou à Independência. Mais que isso, a narrativa começa a apresentar novas cores nessa descrição, pois para além de características nativistas, o episódio é apresentado como o primeiro movimento republicano:

A Guerra dos Mascates foi um movimento nativista, precursor de nossa independência. Originada pela discórdia entre duas localidades, Olinda e Recife, a primeira habitada por fazendeiros, senhores de engenho, nascidos no Brasil, orgulhosos descendentes da nobreza que, valentemente lutara contra o domínio holandês; outra, habitada por negociantes portugueses, enriquecidos à custa do comércio do açúcar produzido pelos primeiros.

A vitória final a favor dos mascates aumentou mais a rivalidade entre naturais do Brasil e filhos de Portugal, culminando com a independência declarada por D. Pedro.

Eis o primeiro pronúncia de emancipação realizado no Brasil, em que se manifestou o estabelecimento de um governo sem rei – um regime republicano (*HEB*, 1972:315; 1998:213).³⁹

³⁸ O trecho a seguir era o mais marcante dessa construção, ausente na segunda edição: “A guerra entre paulistas e emboabas forma um dos capítulos do surto nacionalista, a série de protestos que já se faziam sentir em terras brasileiras, contra o domínio português. Revelou combatividade, parte a parte, batendo-se os litigantes por aquilo que julgavam seu direito. Quanto aos homens de São Paulo, representou a manifestação contra a posse das terras descobertas. O sentimento de ódio ao domínio dos reinóis explodiu, nesta guerra, e foi se agravando pelo insucesso decorrente. Na primeira fase da luta, ressaltaram o heroísmo, a valentia e o combate corpo-a-corpo. Na segunda, a organização de um verdadeiro exército, com companhias de infantaria, piquetes de cavalaria e uma hierarquia bem estruturada, caracterizou a atuação dos paulistas. Por outro lado, da parte dos emboabas a construção de fortificações marcou a luta” (*HEB*, 1972:311).

³⁹ O caráter elitista do episódio não é mencionado por essa construção historiográfica. Em análise sobre a Guerra dos Mascates, Mello afirma que ela “foi um movimento pernambucano de caráter elitista ou senhorial, ‘caráter, aliás, bem apreendido por Gilberto Freyre, quando salientou o lado ‘distintamente aristocrático’, ‘rural e antiurbano’ do levante de 1710. Feição oligárquica que já vicia, um século antes da emancipação, o processo de independência na América Portuguesa tanto quanto a espanhola, na medida em que caberá à camada conservadora da sociedade colonial empreender a ruptura do vínculo com a metrópole” (*MELLO*, 2003:16).

Se a omissão do texto acima na atualização de 1998 pode parecer um atenuante, sua idéia central não foi perdida, como podemos perceber na descrição que segue. Após o terceiro dia de fuga do governador, os rebeldes reuniram-se em Assembléia no Senado da Câmara de Olinda para tratarem de assuntos relacionados à direção do governo, surgindo da discussão dois partidos: um moderado, que pretendia o retorno à legalidade, e outro

constituído pelos senhores da terra, manifestando-se pela instituição de uma República como a da Holanda ou de Veneza. O líder deste grupo, Bernardo Vieira de Melo, expôs a situação extrema a que se havia chegado, fazendo sentir a todos que o maior perigo seria recuar; propunha, formalmente, a transformação da capitania em república, “pois só assim ficariam livres dos riscos por que acabavam de passar” (HEB, 1972:313-314).⁴⁰

No conjunto de análise sobre esses movimentos, a narrativa sobre a Conjuração ou Inconfidência Mineira requer mais cuidado em sua apreciação devido à construção simbólica de que foi alvo. Apesar de ter sido transformada em mito fundador da República no Brasil, o episódio não recebeu na *HEB* a mesma atenção que a “história nacional” lhe confere. A questão é muito mais complexa do que pode parecer, inserindo-se na disputa de poder pela construção de uma versão oficial. Segundo José Murilo de Carvalho (1990:35), a batalha em torno da construção de uma versão oficial dos fatos e a luta pelo estabelecimento do mito de origem é fenômeno comum aos grandes eventos, onde se tenta ampliar ao máximo o papel dos atores principais e reduzir ao mínimo a parte do acaso dos acontecimentos. Nesta disputa, condescender com o mito de Tiradentes, para os militares, seria como negar sua primazia na proclamação da República.

Como veremos adiante, 15 de novembro foi uma ação decidida e levada a efeito pelos militares. Mas, para que sua legitimidade fosse garantida, era importante que ele não aparecesse como uma simples ação militar: “Era fundamental que a presença dos

⁴⁰ Mesmo que na publicação de 1998 o caráter ideológico dessas afirmações seja amenizado, ele ainda aparece de forma camuflada: “Durante o debate, emergiram duas posições, uma dos moderados, que pretendiam legalizar a si mesmos e entregar o governo ao bispo, e outra dos proprietários de terras que eram a favor da secessão. É possível que nessa ocasião Bernardo Vieira de Melo tenha sugerido a instalação de um governo similar ao da república de Veneza” (HEB, 1998:210).

históricos constasse do próprio evento, a fim de evitar a ironia de uma proclamação alheia aos esforços que desenvolviam havia tantos anos” (CARVALHO, 1990:51). Essa construção era importante para que a posição dos civis na Proclamação e a perspectiva liberal da República fossem garantidas, embora fosse impossível negar o aspecto militar do evento e o caráter inesperado de sua eclosão. Nessas circunstâncias, era difícil elaborar um mito de origem baseado na predominância civil e, principalmente, estabelecer um lugar para a participação do povo, que estava fora do roteiro da proclamação (CARVALHO, 1990:51-52).

Nesse quadro de disputas, reflexo das próprias contradições que marcaram o início do regime republicano, as perspectivas da história militar e da história nacional se desencontram. Na visão dos militares, eles se esforçaram – como de costume – para eliminar as contradições e, como veremos, encontraram em Caxias a figura capaz de representar o “símbolo não só da união militar, mas da união própria da nação” (CARVALHO, 1990:53). Já a história nacional encontrou seu mártir em Tiradentes.⁴¹

Dessa forma, a Inconfidência Mineira é considerada a mais importante manifestação de rebeldia ocorrida no Brasil, a partir de fins do século XVIII, e sua importância não decorre de sua materialidade – uma vez que o movimento em si não chegou a se concretizar e suas possibilidades de êxito eram quase nulas – mas da construção simbólica de que foi objeto. Assim como a maioria dos movimentos desse período, a Inconfidência teve relação direta com o agravamento dos problemas da sociedade regional naquele período, ao mesmo tempo em que seus integrantes eram influenciados pelas novas idéias que surgiram na Europa e na América do Norte (FAUSTO, 2002:63). Dessa forma, a atribuição de sentido nativista ao movimento esteve estreitamente associada à constituição, posterior, de uma memória nacional correlativa ao evento (FURTADO, 2002: 217).

⁴¹ Sobre a construção do mito de Tiradentes ver Carvalho (1990) e Furtado (2002).

Mesmo assim, o episódio não desapareceu da construção histórica militar, mas sua carga simbólica foi bastante amenizada. Embora Tiradentes seja considerado protomártir da Independência, sua ligação com o Exército (Tiradentes era alferes) é destacada de modo a mostrar que a participação de “Tiradentes e os outros conjurados militares constituem mais uma prova da identificação da força terrestre brasileira, com as melhores aspirações da Nacionalidade” (HEB, 1972:322; 1998:219). Estabelecida essa relação, o episódio pode ser considerado precursor do movimento de Independência:

A constância da participação de militares de terra em movimentos precursores de nossa Independência, se, de um lado, decorre da própria natureza da força terrestre no período colonial – o povo em armas – de outro, nos mostra que seu surgimento regular ou profissional, o exército de então, já não era uma classe ou uma casta, perseguindo objetivos estranhos aos interesses supremos da Nacionalidade nascente (HEB, 1972:322; 1998:219).⁴²

⁴² O volume segue ainda com mais alguns capítulos que, em seus aspectos gerais, retomam a maioria das discussões já apresentadas no decorrer da narrativa, por isso julgamos desnecessária a sua retomada.

2. Exército Nacional: a consolidação do imaginário

A segunda periodização definida pela narrativa correspondente ao segundo volume da *HEB, Reino Unido e Império, de 1815-1889*, e se dedica, como seu título antecipa, aos eventos que se desenrolaram logo dos primeiros anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil até a Proclamação da República, em 1889.

A construção histórica sobre o Império irá se caracterizar pela idéia de que, num momento de crise e instabilidade, marcado por sucessivos movimentos provinciais e disputas na região platina que colocaram em risco a unidade nacional, o Exército foi o responsável pela manutenção da unidade. Em um contexto em que o Brasil corria o risco da fragmentação que caracterizou o processo de independência das nações vizinhas, além da questão da integração territorial, a unidade política é o que define agora o ideário narrativo. Assim, o Exército seria não somente o mantenedor da unidade, mas também o fiador da “integridade nacional”.

Este termo, tão marcado pela Guerra Fria, é referência constante na edição da *HEB* de 1972 a partir deste segundo volume. Mesmo que a nova edição tenha promovido a adaptação do discurso ao contexto pós-Guerra Fria através da suavização dos termos de caráter marcadamente ideológico, seu conteúdo não sofreu mudanças que acarretassem alterações em seus elementos simbólicos. Nesse sentido, embora a narrativa privilegie a

utilização de palavras como “unidade” ao invés de “integridade”, a construção resultante permanece a mesma.

Dessa forma, a descrição dos eventos que marcaram o período procura estabelecer um novo mito de origem: o da atuação política do Exército; isto é, a narrativa estará comprometida em localizar historicamente a origem e a legitimidade da participação militar na vida política do país. Os movimentos que se seguiram à Independência e aqueles que caracterizaram o período Regencial são descritos como os preparadores desse momento, como os eventos que permitiram que, aos poucos, o Exército fosse tomando consciência do papel político que desempenharia na sociedade brasileira.

A atuação do Exército nas lutas da regência e na região do Prata foi responsável pela unidade nacional e sua atuação na defesa dessa integração ultrapassou os ideais políticos de que pudesse partilhar. Ou seja, neste momento, seus esforços estavam concentrados na centralização e na unidade do país, posicionando o Exército, em função disso, em torno da política imperial. A ruptura, assim como se deu em momento anterior no episódio de Guararapes, será dada pela Guerra do Paraguai, momento em que, garantida a unidade, a atenção do Exército se volta para o sistema político, a República, estabelecendo o seu segundo marco de representação. Com a Guerra do Paraguai, consolida-se no imaginário militar o elemento simbólico que lhe justificará a atuação política, sintetizado pelo ideal de fiador da integridade nacional. Comparativamente, uma vez estabelecida a origem do Exército em Guararapes como “o povo em armas”, é chegada a hora de estabelecer sua transformação em “a nação em armas”.

2.1. Reino Unido e Império: o Exército e a manutenção da integridade nacional

A narrativa deste volume começa com a descrição de elemento da organização militar brasileira nos primórdios do século XIX. Houve uma mudança na organização da edição de 1972 para a de 1998 e os quatro tópicos finais do primeiro volume da primeira edição passaram a compor o segundo volume da nova publicação, *Reino Unido e Império (1815-1889)*, mesmo envolvendo episódios anteriores a essa data. Em termos de periodização, essa mudança torna o discurso mais coerente, pois agora a narrativa sobre o Império tem início com a chegada da família real ao Brasil (1808), considerada por muitos historiadores como o início do processo de independência.

O primeiro tópico trata da chegada de D. João VI e as mudanças estruturais organizadas para enfrentar as lutas napoleônicas que, imaginava-se, chegariam ao Brasil. Assim, são descritas a organização dos batalhões, das capitânicas, a criação de regimentos e todo o processo de reorganização militar levado a cabo na época descrita como “fase orgânica” da força terrestre:

Ao chegar, D. João encontrou o Brasil em pleno processo de desintegração político-administrativa. O governo-geral do vice-rei, instalado no Rio de Janeiro, não tinha nenhuma autoridade, de fato, sobre os capitães-generais. Deparou com idéias emancipacionistas amadurecidas, fruto das reformas pombalinas, as quais tornaram mais rígida a vinculação colonial do Brasil a Portugal. A instalação da Corte no Rio de Janeiro propiciou, como consequência político-militar imediata, a unificação do governo e daquele Exército, dividido e repartido pelas capitânicas gerais, em Exércitos particulares dos capitães-generais. [Agora, obedientes a uma chefia suprema, paulatinamente, encaminhava-se para uma formação do Exército brasileiro].⁴³

Afastando, de início, os elementos desagregadores, D. João VI lançou os fundamentos da unidade brasileira.

Na previsão de que a guerra napoleônica se propagaria à América e de realizar uma política externa visando a levar seus domínios à Guiana Francesa, e a consolidar a fronteira da colônia, no Prata, D. João teve de reorganizar e melhorar a situação

⁴³ A frase entre chaves não consta da nova edição. A idéia parece clara: já havia um Exército brasileiro; ele apenas passava por uma reestruturação.

encontrada. Dentre as inúmeras providências, destaca-se a criação da Academia Real Militar, e de órgãos constitutivos da Marinha brasileira, [lançando, ao mesmo tempo, novos e sólidos fundamentos do Exército] (HEB, 1972:383; 1998:10).⁴⁴

Até então, como vimos, a força terrestre se estruturava basicamente na população local e, por isso mesmo, seria a expressão armada do povo a despeito de todas as dificuldades encontradas em sua organização e instrução (HEB, 1972:385; 1998:10). Neste quadro, a imagem da força terrestre é construída como sendo o elemento de integração de um território disperso e diferenciado.

Na narrativa produzida em 1972, utiliza-se para a descrição da força terrestre termos que caracterizaram a discussão sobre forças armadas no Brasil nessa década e que fazem parte do imaginário sobre a instituição militar, como de mobilidade social. A substituição por unidade social permite, mais uma vez, identificar as alterações narrativas de forma de retirar-lhe palavras cuja conotação esteja datada:⁴⁵

As províncias, em fase de consolidação do sistema colonial português, apresentavam, cada qual, feição própria, constituindo, pela vida quase autônoma e característica em que se isolavam, verdadeiros compartimentos estanques. Elo de ligação: elementos da força terrestre, principalmente os de primeira-linha. Pela sua presença efetiva, em todos os quadrantes, [transformaram-se em instrumentos de forte mobilidade social]⁴⁶ e de representação dos nascentes ideais de autonomia. [A força terrestre, dominada pelo espírito miliciano, seu embrião, desde os tempos das primeiras capitâneas hereditárias, caracterizava-se bem brasileira, em consonância com os sentimentos da alma nacional]⁴⁷. Tem sido poderoso auxiliar em nossas aspirações de liberdade e de democracia (1972:385; 1998:10).

Em 1815, alguns anos depois da chegada da família real, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. “Nesta fase, a organização militar

⁴⁴ O trecho entre chaves foi excluído da nova edição, que apenas destaca que a criação desses órgãos é digna de nota. À maneira do exemplo discutido na nota anterior, o objetivo parece ser manter a construção que veio sendo desenvolvida até agora. Ou seja, os fundamentos do Exército não só já haviam sido lançados como se solidificaram em sua relação com a construção nacional e não pela criação das Academias Militares que, sem dúvida, tiveram sua influência, porém, sobre uma estrutura já existente.

⁴⁵ Sobre essa discussão ver Coelho (2000), Carvalho (2005) e Sodré (1965).

⁴⁶ Na nova edição: “Aquelas tropas tornaram-se instrumento de unidade social e transmissoras de idéias de autonomia”. Neste contexto, unidade e mobilidade se referem a processos distintos.

⁴⁷ Na nova edição: “As forças terrestres distinguiram-se por seu nativismo, que se harmonizava com sentimentos nacionais”.

assegurou ao Brasil a sua expansão geográfica máxima” (Guianas e Banda Oriental),⁴⁸ expansão que também pode ser explicada pela transferência da Corte portuguesa ao Brasil, acarretando em transformações no quadro das relações internacionais na América do Sul. A partir de agora, a política externa de Portugal passaria a ser decidida aqui na colônia, com a instalação do Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros. Assim, a luta com a França pela Guiana e a conseqüente conquista de Caiena, as investidas contra a Banda Oriental – atual Uruguai – em 1811 e a Guerra de Artigas (1816-1820) são os conflitos marcantes dessa política. Principalmente com relação aos conflitos na região do Prata, a narrativa é construída de modo a mostrar a intervenção do Brasil como força pacificadora em detrimento das tentativas de posse e incorporação da região, que se deu em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Mas os conflitos envolvendo a região platina estavam longe de um final.

Muito embora essas narrativas tenham sido modificadas e, principalmente, sintetizadas na edição de 1998, o que identificamos como denominador comum é a exaltação da participação do Exército na luta contra Exércitos estrangeiros das maiores potências militares da época. Com isso, contrapõem-se também à perspectiva da historiografia brasileira que destaca o baixo envolvimento brasileiro em conflitos internacionais. Segundo a *HEB*, como as disputas ocorridas no cenário europeu refletiam-se nas colônias sul-americanas (principalmente na região platina), “Podemos afirmar ser constante em nossa história o envolvimento do Brasil em guerras européias ou mundiais” (*HEB*, 1972:371).

Apesar de apontamentos sobre a desorganização encontrada pela família real, o contexto maior que envolveu sua transferência e suas conseqüências mais imediatas são pouco discutidos, o que acaba comprometendo a compreensão do processo que levou à Independência e a posterior reorganização do Brasil, mesmo que em seus aspectos essencialmente militares. Nesse sentido, afastam-se dos aspectos apontados por Hobsbawm

⁴⁸ É sobre esses conflitos de fronteira de que tratam os outros três capítulos transferidos do primeiro para o segundo volume da *HEB* na edição de 1998.

em seus trabalhos. Para este historiador, é necessário perceber sempre a complexa relação entre as ações coletivas, a transformação econômica e a reorganização política a ser estudada. Os episódios discutidos neste volume destacam-se justamente por essa interconexão, pouco atendida pela narrativa da *HEB*.

Como dito anteriormente, a instalação da Corte portuguesa no Brasil é vista por muitos como iniciadora do processo de independência. Isto porque nesse momento há a criação de um aparelho governativo no Brasil que se estabelece não somente pela transferência de órgãos portugueses, mas também pelo surgimento, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital como biblioteca, um jornal e instituições de fomento (MONTEIRO, 1990:129). Entretanto, mesmo instalada no Brasil, a Coroa deu seqüência à sua política de favorecimento dos interesses portugueses e, nesse panorama, as forças militares constituíram um dos principais focos de descontentamento, já que D. João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizar o Exército, reservando os melhores postos para a nobreza lusa (FAUSTO, 2002:69).⁴⁹

É neste contexto de descontentamento com as condições econômicas e os privilégios concedidos aos portugueses, onde sentimentos antilusitanos aliavam-se a uma condição de desigualdade regional, acentuada com a instalação da família real no Rio de Janeiro, que se desenrolam os movimentos nativistas do século XIX, seguindo a linha daquelas que vinham tomando corpo no Brasil desde o século XVIII.

A Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução Nativista de 1817,⁵⁰ é o primeiro movimento da fase autônoma descrito pela *HEB*, com uma diferença marcante com relação aos movimentos anteriores: “Agora com maior extensão e profundidade, estavam presentes as idéias de liberdade, autodeterminação dos povos, de república, inerentes ao século” (HEB, 1972:395; 1998:28). Principalmente a idéia de

⁴⁹ Sobre a organização militar após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil ver Holanda (1970).

⁵⁰ A apresentação do título do episódio já é significativa da visão do Exército que o caracteriza como um movimento de cunho “nacional” para além das questões de regionalidade discutidas anteriormente.

República, que só viria a se concretizar meio século depois, dá o tom da descrição dos movimentos nativistas do século XIX.

Embora seja muito discutível a existência de ideais republicanos em todos esses movimentos, sua existência se insere mais numa idealização *a posteriori* que propriamente referência de ação desses movimentos. Quando apareciam nesses movimentos, a República e a idéia de secessão, segundo Marcelo Basile (1990:236), expressavam uma situação limite de descontentamento frente às demandas regionais não atendidas pelo governo central. Mesmo nos momentos mais conturbados da Regência, o ideal republicano esteve longe de constituir ponto central dessas revoltas:

Ao domínio da realidade, o que sabemos é que a idéia republicana no percurso da independência, pelo menos depois de 1824, foi um devaneio de poucos. E que o perigo republicano existiu principalmente na imaginação de absolutistas assustados, ou feito espantinho pelo governo, desejoso de abater os liberais sob capa de combater o extremismo (HOLANDA, 1978:403).

Entretanto, nesse jogo de construções e idealizações, pela primeira vez as contradições presentes na narrativa são justificadas pelas contradições inerentes ao próprio momento histórico. De um lado estavam os ideais, numa conjunção de elementos simbólicos como liberdade e república que se mostra mais forte que o próprio desenrolar dos acontecimentos históricos e, de outro, estava a defesa da unidade territorial, tão cara ao Exército. Nesse meio, a própria construção histórica da força terrestre encontra dificuldade em estabelecê-la como participante de um dos lados em oposição. Como justificar a participação como força da Coroa no combate aos seus mais caros ideais de liberdade e autodeterminação? Por sua vez, como defender uma revolução que poderia ter sido responsável pela desestruturação da integridade nacional? É em nome dessa integridade que o desfecho do episódio é aceito como benéfico, pois de outro modo estaria a nação separada.

Essa dualidade poderá ser encontrada na narrativa sobre todos os movimentos desenrolados nesse período e as únicas ressalvas serão feitas (quando existirem) em torno da

questão da dureza da repressão. Por tudo isso, torna-se muito mais fácil assumir contradições internas num panorama mais amplo de contradições que envolveram todo um período e distanciar-se narrativamente, denominando os lados em conflitos por reinóis e revolucionários:

Do ponto de vista da história do Exército, o movimento mostra o quanto a força terrestre correspondia à realidade da época. Refletindo o que se passava no seio do povo, apresentava feições contraditórias, servindo pelo menos para atestar a autenticidade e a identificação com o meio social (HEB, 1972:395; 1998:28).

Assim sendo, a participação efetiva do Exército é analisada dentro de um quadro de antagonismo entre militares brasileiros e portugueses no qual se destacam como elementos de fomento à revolta os atrasos no pagamento do soldo e as arbitrariedades no recrutamento sem, contudo, tolher as idéias políticas básicas do movimento. Apesar de a República ser chamada muitas vezes a tomar parte e explicar os movimentos ocorridos nesse período pré-independência, fica claro que esta não é a preocupação principal do Exército neste momento. Aliados em torno da Coroa, o principal tema é o da defesa da unidade territorial (ou integridade nacional, como prefere a edição publicada durante a Guerra Fria). Entretanto, os termos de oposição narrativa não se alteram com a Independência e os portugueses continuam sendo os principais antagonistas. A narrativa sobre a Revolução de 1821 também só pode ser compreendida dentro desse panorama de justificativas, concentrando-se na descrição dos efetivos e organização das tropas militares que no desenrolar dos acontecimentos levariam à Independência do Brasil.

O processo que levou à Independência é explicado por um conjunto de fatores, tanto internos quanto externos, mas foram principalmente os fatores externos que deram rumo aos acontecimentos numa escala que passou da defesa da autoridade brasileira à independência como alternativa (FAUSTO, 2002:71). Em 24 de agosto de 1820 estoura a Revolução do Porto, em Portugal, onde a linha de divisão entre os diversos grupos passava pela questão do retorno da família real para Portugal. Temendo perder o trono em Portugal, D.

João optou pelo regresso, em abril de 1821, deixando em seu lugar, como príncipe regente, seu filho, futuro D. Pedro. Na *HEB*, a opção de D. João é descrita com pesar, como se ele anteviesse a perda do Brasil: “Contemplando a cidade colonial em que vivera mais de treze anos, e que deixava penalizado, o velho monarca sabia que, com a sua partida, se esvaeciam as ilusões de manter o Brasil, por muito tempo, tutela portuguesa” (*HEB*, 1972:408; 1998:37).

No decorrer da narrativa, D. Pedro é descrito como uma figura contemporizadora, que teve como principal crise o dilema da escolha entre brasileiros e portugueses, isto é, independência ou recolonização. Nesse processo, os militares lusitanos estavam contra D. Pedro (*HEB*, 1972:409; 1998:38). Apesar disso, “não escondeu D. Pedro a preferência pelo Brasil” (*HEB*, 1972:412; 1998:40):

D. Pedro encontrava-se, seguidamente, entre a transigência e a reação. Não dispunha de força militar suficiente para enfrentar a divisão. Restava-lhe contemporizar, preparando, paulatinamente, base de apoio na opinião pública, proporcionadora de elementos para adequada resistência (*HEB*, 1972:410; 1998:38).

Entre setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pela Corte fortaleceram no Brasil a opção pela independência, sendo seu ponto decisivo a determinação da volta do príncipe regente para Portugal. A decisão de D. Pedro em ficar no Brasil, solenizada no “Dia do Fico” (9 de janeiro de 1822) representou um caminho sem volta, pois seus atos posteriores foram de ruptura (*FAUSTO*, 2002:71). Por fim, depois de uma seqüência de episódios de insubordinação é proclamada a Independência, em 7 de setembro de 1822.

Pela perspectiva militar, nesse momento – sem esquecermos as questões de “origem” – começa a ser organizado um Exército em bases nacionais. As tropas portuguesas que se recusaram a jurar fidelidade a D. Pedro viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro. D. Pedro também “enfrentou a arrogância dos militares portugueses e decretou o recrutamento geral para a formação de unidades de tropas brasileiras”, surgindo, assim, um Exército comandado por brasileiros. Dessa forma, o Exército e D. Pedro são colocados lado a lado nos

episódios relativos à Independência do Brasil, este como o responsável pela sua implementação e o Exército pela sua garantia: “Pedro I, impetuoso e entusiasta, artífice dessa vitória. Ao seu lado estavam grandes patriotas brasileiros, ajudando a formar o instrumento da garantia da independência: o Exército Brasileiro” (HEB, 1972:435; 1998:57).

É conhecida a divergência existente entre a historiografia tradicional e outras alas mais críticas em torno do processo da Independência. A historiografia tradicional é responsável pela construção e difusão de um discurso histórico que define a Independência como um processo pacífico frente ao delicado processo de emancipação política da América espanhola, que se fragmentou em vários países enquanto o Brasil permaneceu unido em um único território. Por outro lado, uma historiografia crítica vem há tempos trabalhando nessa desmistificação, salientando que a Independência, sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro, resultou de uma luta e não de um consenso (FAUSTO, 2002:79; MONTEIRO, 1990:136). Por esta perspectiva, a unidade territorial só teria sido garantida *manu militari*, com a participação efetiva da nascente força terrestre em sua defesa. Como diz Fausto (2002:78),

as objeções têm o mérito de chamar a atenção para o fato de que a Independência do Brasil não correspondeu a uma passagem pacífica, embora esse processo tenha se consolidado em poucos anos e sem muitos desgastes e, principalmente, não resultou em alterações da ordem social, econômica e da forma de governo.

Ainda segundo o autor, entender este processo de manutenção da unidade territorial passa pelo entendimento dos acontecimentos ocorridos entre 1822 e 1840, período marcado por uma enorme flutuação política, por uma série de rebeliões e pelas tentativas contrastantes de organização do poder (FAUSTO, 2002:79).

Nos dois primeiros anos após a Independência, a formulação de uma Constituição esteve no centro das atenções políticas. Porém, a intensa disputa entre poderes resultou na dissolução da Assembléia Constituinte por D. Pedro, que contou com o apoio da

tropa. Nessa conjuntura, a primeira Constituição brasileira foi promulgada em 25 de março de 1824 e sua principal característica foi a criação de um Poder Moderador que, embora baseado em modelos europeus, diferenciava-se destes, pois no Brasil não houve uma separação tão clara entre este e o Poder Executivo (FAUSTO, 2002:82).⁵¹

A atitude de D. Pedro dissolvendo a Assembléia e decretando a Constituição acabaram simbolizando o predomínio do Imperador e de um grupo de burocratas e comerciantes de maioria portuguesa parte de seu círculo íntimo. Em muitos lugares, principalmente em Pernambuco, esses atos reacenderam uma fogueira de descontentamento que ainda não havia se apagado desde 1817, impulsionando um novo movimento: a Confederação do Equador (1824).

Este movimento é descrito como separatista, influenciado por ideais republicanos, eclodido em Pernambuco e irradiado para províncias vizinhas (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), que deveriam se reunir sob forma federativa e republicana. Além dos fatores acima descritos, o estopim de sua eclosão foi a contrariedade provocada na província com a nomeação de um governador não desejado, diferenciando-se do movimento de 1817 pelo seu caráter essencialmente urbano e popular. Apesar disso, ele não teve condições de resistir militarmente às tropas do governo e, na historiografia tradicional, a história militar da Confederação é vista como pouco auspiciosa, incapaz de resistir ao Exército que encontrou apoio também na nobreza açucareira (HOLANDA, 1970:235). Destaca-se, novamente, a severa punição que atingiu os revolucionários, sendo seu líder Frei Caneca e outros condenados à morte.⁵²

⁵¹ Baseada na doutrina francesa idealizada por Benjamin Constant, sua base estava na divisão do poder monárquico, isto é, na separação entre a autoridade régia do monarca e a condução do Poder Executivo, onde o rei exerceria uma espécie de poder neutro e o executivo ficaria a cargo dos ministros. Porém, a Constituição brasileira de 1824 promove o desvirtuamento da doutrina, pois não se estabelece a estrita separação dos poderes e, “o que comete em relação à teoria e ao texto de Constant é uma simples apropriação indireta” (Holanda, 1970:258).

⁵² Sobre o assunto ver também Fausto (2002), Basile (1990).

Nesse momento, os processos políticos começam a aparecer cada vez mais concatenados aos eventos que envolvem a participação militar, numa relação que vai se tornando cada vez mais forte até se consolidar como elemento simbólico na Guerra do Paraguai. Em razão disso, a própria descrição histórica dos eventos passa a fazer mais sentido, pois que se traduzem basicamente em questões políticas em que o Exército teve participação ativa:

Ao analisarmos a participação do Exército na Abdicação, não podemos nos deter, isoladamente, nos fatos que cercaram o acontecimento. Se assim procedêssemos, estaríamos divorciando o Exército da Nação, para situá-lo apenas como fator decisivo neste episódio histórico. Consideraríamos como elemento acéfalo que, apenas, usando do seu poder bélico, aparecia para impor a vontade, não a do povo. Seria como se não fosse o próprio povo, que acompanha, julga e sofre com os acontecimentos nacionais (1972:437).

Buscamos, através da história, os fatos que nos parecem conduzir à Abdicação. Nos mais importantes, encontramos o Exército. Ora cumprindo o seu desígnio de defensor dos poderes constituídos, mantendo a lei e a ordem. Ora premido pelas circunstâncias, sentindo o desvirtuamento desses poderes, apoiando e conduzindo o povo no restabelecimento da normalidade sócio-política (HEB, 1972:437; 1998:58).

Neste panorama, o primeiro passo é justificar sua atuação até agora na defesa dos interesses do Coroa, na pessoa da D. Pedro I, já que em pouco tempo estarão do lado oposto. Depois da Independência, a atuação militar se concentrou na luta pela manutenção da coesão e da unidade em torno do imperador. Porém, aos poucos, o Imperador revelou sua tendência a governar sem o parlamento e o Exército “viu-se” envolvido em acontecimentos políticos: “Envolvia-se a nossa força terrestre em acontecimentos nacionais e, sem o perceber, contra a vontade do povo” (HEB, 1972:439; 1998:58).

Além das questões internas, o recém-criado Império brasileiro ainda tinha que lidar com sua herança na região platina, mais especificamente com os problemas gerados com a ocupação da Banda Oriental e, em 1825, uma rebelião regional proclamou a separação da região do Brasil e sua anexação às Províncias Unidas do Rio da Prata, precipitando uma guerra entre Brasil e Buenos Aires. Essa guerra foi um desastre militar para o Brasil e financeiro para as duas partes envolvidas. Internamente, a guerra provocou o impopular e temido recrutamento da população por meio da força. Dessa forma, os gastos militares com a

guerra agravaram problemas econômicos já existentes, ao mesmo tempo em que o recrutamento e a contratação de tropas no exterior para preencher as fileiras do Exército acirraram sentimentos antilusitanos tanto na população urbana quanto no Exército.

Esses acontecimentos faziam corar a uma suspeita de que D. Pedro tentaria voltar aos tempos de Reino Unido, especialmente depois da morte de D. João VI (1826), que abria a possibilidade dele assumir, como filho mais velho, o trono português. Assim, o Exército foi-se afastando do Imperador (FAUTO, 2002:85): “Chegamos aos pródomos da Abdicação. O Exército revelar-se-ia aliado natural do povo, libertando-se da condição de guarda pretoriana” (HEB, 1972:440).

A partir de 1830 os fatos se precipitaram e, por fim, em 7 de abril de 1831, D. Pedro viu-se forçado a abdicar em favor de seu filho, num movimento percebido como uma revolução quase exclusivamente operada pelos militares, onde “Tudo, tudo se deve à nossa resolução e patriotismo, e à coragem invencível do Exército brasileiro, que desmentiu as senhas insensatas da tirania” (HEB, 1972:441; 1998:59).

Após a Abdicação, foi instalada uma Regência Provisória composta por Costa Carvalho (SP), Bráulio Muniz (MA) e Brigadeiro Lima e Silva: “Uniram-se civis e militares, no encontro da fórmula salvadora” (HEB, 1972:442; 1998:60).⁵³ Assim sendo, o país foi dirigido por figuras políticas em nome do Imperador até que este atingisse a maioridade, antecipada em 1840.

O período regencial foi um dos mais agitados da história política do Brasil, pois naqueles anos “Esteve em jogo a unidade territorial do país, além dos temas da centralização e descentralização do poder, do grau de autoridade das províncias, da

⁵³ Interessante notar que a referência regional é apresentada apenas para os elementos civis, mostrando que, no caso militar, essa sua condição o coloca acima dessas regionalidades na defesa dos interesses nacionais.

organização das forças armadas”⁵⁴ (FAUSTO, 2002:86). Contudo, pouco é dito na *HEB* sobre as medidas de reorganização do Exército e, principalmente, sobre a criação da Guarda Nacional, que tanto impacto teve sobre sua formação. Nem todos esses problemas se decidiram nessa época, mas somente em torno de 1850, com a consolidação da centralização da Monarquia, quando cessaram as últimas rebeliões provinciais. Segundo Nelson Werneck Sodré (1965:105), “Com o 7 de abril, a Independência aprofundava os seus efeitos e começava a mostrar a realidade da composição política que a permitira. Surgiria, agora, a luta interna”.⁵⁵

De acordo com Fausto (2002), as revoltas do período regencial não se enquadram em uma moldura única. Em comum apresentavam as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas da organização política, porém, elas resultaram de realidades provinciais ou locais específicas. Holanda (1970:382) também discute a regionalidade desses movimentos face à historiografia tradicional que procura estabelecer como ideal a causa da nacionalidade que estaria sob ameaça nesses episódios. Na narrativa da *HEB*, as disputas políticas e regionais passam ao largo da questão central: em comum, esses movimentos representavam perigo à integridade nacional, pois representavam a manutenção dos interesses portugueses no Brasil. Caberia ao Exército a garantia da unidade.⁵⁶

⁵⁴ Quando do início do período regencial, o Exército era visto com muita suspeita, em função não apenas do grande número de oficiais portugueses ainda dispostos em suas fileiras, mas principalmente por conta de sua base, formada por gente mal-paga, insatisfeita e propensa a aliar-se ao povo nas rebeliões urbanas. Neste contexto é criada a Guarda Nacional, em substituição às antigas milícias. Ela era composta obrigatoriamente por todos os cidadãos entre 21 e 60 anos com direito de voto nas eleições provinciais. Esse alistamento obrigatório desfalcou os quadros do Exército, pois aqueles pertencentes à Guarda Nacional estavam dispensados do serviço no Exército. Para mais informações sobre a criação da Guarda Nacional e suas implicações para o Exército ver Fausto (2002:87), Holanda (1971); Sodré (1965), Coelho (2000).

⁵⁵ Como as descrições na *HEB* são lineares, o período total da regência é apresentado, resumidamente, no capítulo sobre a Regência e, em função disso, os movimentos regenciais, muitas vezes, parecem desconexos dessa conjuntura política. Assim termina a narrativa sobre o período: “Encerrava-se um dos períodos mais brilhantes e fecundos da história brasileira, durante o qual muito foi feito, no sentido de regular a vida administrativa, política e constitucional do país, até bem pouco, dependente da metrópole portuguesa. Deve-se-lhe, sobretudo, o mérito de manter unido o Brasil, quando dois fatores poderosos conspiravam contra a unidade – a geografia dissociativa, o sentimento, por assim dizer, telúrico de federação, e república imanente ao povo brasileiro” (HEB, 1972:445; 1998:62).

⁵⁶ Para um quadro geral dos desses movimentos e os atores envolvidos ver Carvalho (2003).

Assim é descrita a Cabanagem, conflito desenvolvido na região do Pará, onde as dificuldades regionais são vistas como facilitadoras da pretensão portuguesa sobre o território brasileiro, mesmo depois da Independência: “As ligações com o centro de decisão nacional, difíceis e demoradas, levou os portugueses a pretenderem, mesmo depois da Independência, a posse do local” (HEB, 1972:446; 1998:64). Assim, os interesses antagônicos de brasileiros e portugueses acendiam a chama do conflito: “As relações entre o grupo nacional e o português eram tensas, posições antagônicas inconciliáveis. [No choque verificado identificam-se fatores sociais: o forte sentimento nativista de parte do primeiro, e o espírito colonizador, remanescente, no segundo]” (HEB, 1972:446; 1998:64).⁵⁷ O conflito se deve, portanto, à persistência lusa no domínio sobre o Brasil que, nesse intento, aliciava partidários entre os guardas nacionais e a “gente humilde” que compunha os cabanos, assim chamados em virtude de suas rústicas moradias. Para a narrativa, o principal perigo apresentado pela Cabanagem era de ameaça à integridade nacional, pois os franceses reivindicavam grande parte do território setentrional da então província do Pará e uma sucessão só poderia fortalecer seu intento (HEB, 1972:455; 1998:70).

Nessa narrativa, as disputas entre as elites locais pelo controle político passam à margem da questão central das manifestações antilusitanas, podendo, às vezes, serem encontradas como um elemento a mais a ampliar o quadro de desagregação. Contudo, não é possível encontrar no movimento o sentimento político que lhe é creditado por toda uma vertente da historiografia (FAUSTO, 2002:89; HOLANDA, 1978:119, BASILE, 1990:207). Os pronunciamentos contra governantes não significavam uma demonstração real de que visavam alguma reforma na estrutura política e os Cabanos não chegaram a oferecer uma organização alternativa ao Pará. A ocupação de Belém não colocou fim ao movimento, que se estendeu em guerrilha, favorecida pela rede hidrográfica e pela floresta amazônica, sendo

⁵⁷ O trecho entre as chaves não consta da edição de 1998.

vencida pelas tropas legais após longos e cruéis confrontos que terminaram com a destruição tanto física quanto econômica de Belém. No entanto, esse processo é descrito pela *HEB* como longo processo de pacificação que teria sido estabelecido já sob o Reinado de D. Pedro II:

O início do reinado de Pedro II abriu era de paz e prosperidade para a nação. Voltava o Pará ao seio da comunidade brasileira, inteiramente pacificado, pelos esforços das forças legais, combatendo principalmente, pela manutenção do objetivo da Integridade Nacional (*HEB*, 1972:456).⁵⁸

Em contraste com as revoltas que se desenrolaram em Pernambuco, de caráter predominantemente urbano e liberal, eclodiu nessa província em 1832 (1832-1835) a Guerra dos Cabanos, um movimento essencialmente rural e conservador. Os Cabanos de Pernambuco reuniam pequenos proprietários de terra, trabalhadores do campo, escravos, índios, e uns poucos senhores de engenho e, segundo Fausto (2002:88), “sob alguns aspectos, constituíram uma antecipação do que seria a revolta sertaneja de Canudos, no início da República”. Isto porque seu conteúdo pregava a luta pela religião e pelo retorno do Imperador.

A relação com Canudos pode ser percebida também na construção da *HEB*, pois assim como o capítulo anterior, a narrativa começa com o tópico “Terra e Homem”, numa referência direta ao livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos. Mais que isso, em conjunto com a Cabanagem ocorrida no Pará, os dois episódios são considerados como referência para a “meditação” sobre os problemas da segurança interna, onde estão implicitamente referenciados os movimentos de guerrilha que se travaram no Brasil na década de 1970. A passagem a seguir, embora longa, deixa clara essa relação:

Reflexões para hoje⁵⁹

⁵⁸ O trecho é exemplo da reformulação que viemos apontando em vários momentos, onde o termo “manutenção da Integridade Nacional” foi substituído: “Quando o Imperador Pedro II começou a governar o Brasil pessoalmente, uma nova era de paz e prosperidade começou para a nação. O Grão-Pará foi completamente pacificado através dos esforços governamentais” (*HEB*, 1998:71).

⁵⁹ Este título foi alterado na edição de 1998 para Observação, assim como a passagem entre chaves no último parágrafo foi suprimida.

As duas revoluções conhecidas como Cabanagem, Pará, e Guerra dos cabanos, PE e AL, representam valiosa fonte para meditação dos atuais responsáveis pela segurança interna.

No Pará, foi de inspiração liberal e visava afastar da política local os retrógrados conservadores, particularmente lusos. Desabafo dos brasileiros aos privilégios e à exploração dos reinóis. Movimento iniciado na cidade, apoiado no campo, e retornou à zona urbana, para configurar a realização dos objetivos políticos. A força, no campo, o combatente, o caboclo, pouco instruído, rústico, fanatizado e frustrado, conduzido por líderes populares incapazes de realizar os propósitos revolucionários. À tomada de poder seguiu-se o caos: a incapacidade de estabelecerem uma ordem político-administrativa. O movimento desintegrava-se pela lutas intestinas, pela posse do poder. Veio a anarquia, o saque, a desordem. A revolução perdeu-se, os ideais, esquecidos. A pacificação, difícil pelo medo à represália, temor à justiça, e hábito da guerra.

Em Alagoas e Pernambuco, a revolução foi paradoxal pelos objetivos perseguidos e pela massa integrante. Os líderes visavam a restauração de Pedro I, combatiam as idéias liberais, confundiam interesses lusos e brasileiros. Escorava-se no grupo retrógrado dos caramurus que, explorando a conjuntura socioeconômica da área, e aproveitando-se dos privilégios desfrutados na administração, envolviam a massa tradicionalmente sujeita. Manteve-se a ordem social: o senhor conduzia a guerra, os escravos e homens livres combatiam. Não pretendiam alteração social ou política, mas a manutenção de um status, reconhecidamente superado, no momento social. A nascente burguesia comercial, como classe intermediária urbana, não a apoiava. Restava o campo, com os senhores estabelecidos para impor o retorno a uma ordem, não aceita. Encontramos Vicente de Paula, cabano por excelência, conduzindo esta estranha campanha, no meio hostil do nordeste, impulsionado por uma população obstinada, religiosa e sofredora.

Se na Cabanagem do Pará, sobrelevava o objetivo da Integridade Nacional, na revolta dos cabanos, o magno problema era o da Integração, [hoje concretizado pela Revolução de Março] (HEB, 1972:461-2; 1998:76).

Assim, a descrição dos dois movimentos procura mostrar que ambos foram, cada um à sua maneira, enganadores do povo, pois se utilizaram de suas fraquezas (homem do campo pouco instruído, fanatizado, frustrado) na promessa de transformação de sua realidade – a revolução – cujos propósitos seriam incapazes de cumprir. O título reflexões para hoje é sugestivo do fato de que essas rebeliões, à semelhança dos movimentos de “hoje” (1972), utilizam-se do povo como massa de manobra na consecução de objetivos próprios e a frase final dá a sentença de que os riscos oferecidos por ambos os movimentos foram suplantados pela Revolução de 31 de março de 1964, esta sim a verdadeira revolução.⁶⁰

Seguindo ordem de apresentação cronológica do início dos movimentos, a narrativa se dirige à descrição da Revolução Farroupilha (1835) em que, mais uma vez, toda a

⁶⁰ A supressão do trecho entre chaves é significativa da atualização levada a efeito pela edição de 1998. Resta saber se isso quer dizer que a questão foi repensada ou se 64 se insere numa perspectiva dos “não-ditos” da história militar.

complexidade do período é restringida a fatores como o sentimento antilusitano. Assim o clima de perturbações sociais e impasses partidários que marcaram o período da Regência, numa luta entre partidos políticos e a resistência dos que ambicionavam a volta de D. Pedro I “se estendeu ao Rio Grande do Sul, onde o espírito independente, ativo e patriótico do gaúcho, não admitia novas submissões, mesmo indireta, aos lusitanos” (HEB, 1972:463; 1998:78). Como podemos perceber, não existe menção aos aspectos econômicos que também deram contorno ao conflito. Como destaca Holanda (1978:505):

Não basta, por certo, verificar que havia pressões do governo central contra a economia gaúcha para explicar a guerra dos Farrapos, que assim ficaria reduzida a mero reflexo político de tensões econômicas. Mas não se pode, por outro lado, restringir a problemática da revolução farroupilha às lutas entre tendências liberais e tendências conservantistas e entre as idéias federativas republicanas e o sistema monárquico.

Um dos pontos de destaque da narrativa é a nomeação de Caxias, em 28 de setembro de 1842, para o comando das operações militares, como Presidente e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul. Seu nome teria sido imediatamente acatado, pois sua atuação rápida e bem-sucedida em São Paulo, Minas Gerais e Maranhão “lhe havia granjeado notável estima e acatamento, tanto no mundo militar como civil” (HEB, 1972:475; 1998:84). Começa, assim, a despontar o grande líder que, na Guerra do Paraguai, irá se estabelecer como o principal símbolo do Exército:

Caxias compreendeu bem o espírito e a mentalidade do povo rio-grandense. A sua intervenção, decisiva no sentido de acalmar os ânimos. Não era o grande cabo de guerra que, com valor, soube vencer o inimigo. Agora, o diplomata, na hora da paz reconhecia a estirpe do adversário, e propugnava por seus direitos, como pessoa humana e compatriota (HEB, 1972:479).⁶¹

Porém, a descrição de Farrapos constitui um bom exemplo da atenção despendida pela nova edição com a escrita e também na abordagem do problema, incluindo,

⁶¹ A alteração dessa passagem na edição de 1998 é um bom exemplo da atenção dedicada agora à escrita pela HEB: “O experiente Caxias, consciente da mentalidade do povo gaúcho, esforçava-se para amenizar seus espíritos. Ele não era mais um grande soldado impondo condições. Em tempos de paz, ele era um diplomata habilidoso que reconhecia o valor do inimigo e lutava por seus direitos.” (HEB, 1998:87).

embora de maneira pontual, aspectos econômicos e de disputa política para além da simplificação entre brasileiros e portugueses. Nesse capítulo, o texto foi melhorado, incluindo novos parágrafos que tentam traçar um panorama mais abrangente da situação do país à época, mesmo que ainda de forma a sustentar sua visão dos eventos. Um bom exemplo dessas mudanças é o último tópico adicionado “O ocaso nacional”, que faz um apanhado da situação do país em 1837:

A situação do Brasil em 1837 era aflitiva. Havia desavença entre as áreas do governo e o equilíbrio constitucional do país estava ameaçado pela disputa entre Parlamento e Regência. As frágeis reservas de ouro preocupavam mercadores e a queda de nossa capacidade produtiva preocupava a todos.

As revoluções no Rio Grande do Sul e no Pará ameaçavam a unidade do Império. O conceito de Nação estava imerso numa atmosfera de dúvidas e incertezas. As revoltas, que pretendiam restaurar a normalidade, pioravam a situação, gerando um círculo vicioso.

A sociedade lutava com doutrinas mal-absorvidas, incapaz de encontrar interpretações corretas, e dividida em partes, facções e grupos. Sob a influência das idéias revolucionárias que derrubaram o rei Carlos X na França em 1830 e o Federalismo Americano, facções eram formadas e as diferenças se aprofundavam entre as pessoas. Como nos dias da independência, a lealdade à Coroa garantia a manutenção da unidade nacional. (1998:87).⁶²

Em 1837 tem início na Bahia a Sabinada, movimento cujo nome deriva de seu principal líder, Sabino Barroso, jornalista e professor da Escola de Medicina. Embora a Bahia fosse palco de várias revoltas urbanas desde a Independência, a Sabinada se destaca no conjunto de movimentos ocorridos nesta província, bem como no restante da corte, por uma série de questões: o volume das forças envolvidas e das que foi preciso mobilizar para vencê-la, a duração da luta (mais de quatro meses, com vitória inicial dos rebeldes com domínio da capital), o eco da revolução no interior da província, a violência dos combates e a repetição da estratégia e tática antes usada na guerra da Independência (FAUSTO: 2002:90; HOLANDA, 1978:279-80). Segundo a *HEB*, nesse ambiente convulsionado todas as idéias cabiam (1972:480):

⁶² O argumento que termina o capítulo nessa edição começa o capítulo sobre a Sabinada na edição de 1972.

A sociedade debatia-se em doutrinas mal-assimiladas, sem interpretações certas, extremava-se em partidos, facções e grupos. Em torno dos reflexos da revolução francesa, e do federalismo americano, formavam-se grupos, separavam-se homens. A fidelidade à Coroa, como nos dias da Independência, um penhor seguro em prol da manutenção da Integridade Nacional.

Assim como vimos na construção sobre os dois movimentos Cabanos, também na Sabinada procura-se estabelecer uma relação entre as experiências vividas pelo Exército no período regencial. Neste caso, o destaque está no ponto comum existente entre essa multiplicidade de doutrinas: a revolução. Isto é, qualquer que fosse a filiação revolucionária, o movimento armado era visto como solução. A principal consequência, como sempre, era o risco à unidade, sentimento ainda não bem desenvolvido no país e que se consolidaria apenas na Guerra do Paraguai:

Não se desenvolvera, ainda, no país, um sentimento forte de unidade. Embora existisse com a Independência e a criação do Exército Brasileiro, só se consolidaria na Guerra do Paraguai. Não foi difícil a idéia separatista, favorecida por causas econômicas, evoluir, e, no entardecer de 6 de novembro: a Sabinada (HEB, 1972:481; 1998:88).

A Bahia foi restaurada em 15 de março de 1838 e, a despeito da crueldade das punições que se seguiu, a *HEB* apenas cita a anistia decretada por D. Pedro II a todos os delitos políticos. Mais uma vez, o Exército atuou como principal elemento na manutenção da unidade, pois “Graças ao auxílio do povo, pôde o governo, com as forças armadas, Exército e Marinha, manter a sua integridade, proporcionando a paz necessária ao desenvolvimento, naquela região” (HEB, 1972:485; 1998:91).

Característica comum dos movimentos até agora discutidos, a Balaiada também envolveu a disputa entre grupos da elite local, cuja rivalidade acabou resultando em uma revolta popular (FAUSTO, 2002:90). Embora em seus raros escritos não estejam presentes temas de natureza social ou econômica, o movimento é descrito como um movimento subversivo irrompido em uma pequena vila no Maranhão e que se alastrou por toda a província maranhense, ameaçando as regiões vizinhas (HEB, 1972:486; 1998:92). Nos

combates, esteve à frente das tropas imperiais Luis Aves de Lima e Silva, que na ocasião recebeu o título de barão de Caxias.

O momento de intensas disputas e conflitos vividos pela Regência é destacado como de importância capital para a consolidação da nacionalidade. Citando Viriato Corrêa, “Das fases históricas do Brasil, foi a regência a mais curiosa e a mais brasileira, por ter sido aquela em que se firmou definitivamente o cunho da nossa nacionalidade” (HEB, 1972:486; 1998:92). Para tanto, o Exército desempenhou papel fundamental, pois garantiu a manutenção da “ordem e da integridade nacional” frente ao potencial desagregador desses movimentos, papel que desempenha até hoje graças à consciência que adquiriu em sua participação no combate a essas revoltas:

Quanto ao Exército, não solicitado a intervir, não possuía na região, efetivos adequados. Mais tarde, viria a exercer, com eficiência, o papel que, até hoje, legalmente exerce: da manutenção da ordem e da integridade nacional (HEB, 1972:487).

A construção narrativa sobre a Revolução de 1842 é um exemplo de como a descrição centrada apenas nos aspectos militares dificulta a compreensão de um movimento que não tem nos combates a sua principal característica. Conhecida também como Revolta dos Liberais, o movimento é o último do quadro das Revoltas Regenciais, eclodindo dois meses antes da alteração da lei constitucional para que D. Pedro II pudesse assumir o governo do Brasil apesar de sua idade, processo que ficou conhecido como Golpe da Maioridade. Dessa forma, a Revolução de 1842 é mais uma das disputas entre liberais e conservadores, que se levantaram em Minas Gerais e São Paulo (províncias pouco afetadas por rebeliões), sem envolver, entretanto, nenhum ideal político (DONATTO, 1996). O mote principal do movimento era muito mais econômico, centrado nas políticas destinadas ao café e ao combate ao tráfico de escravos (FAUSTO, 2002:95).

Pela primeira vez, há uma conexão entre todos os episódios que vieram sendo apresentados, talvez até pela dificuldade em se destacar uma atuação militar quase inexistente.

Até agora, o texto passava a impressão de eventos desconectados, sem qualquer ligação um com o outro, embora estivessem acontecendo simultaneamente ou em momentos muito próximos. Por isso representavam tanto perigo a integridade e as vitórias sobre elas se destacam, pois o Exército teve que dar conta de uma série de movimentos em diferentes regiões do país:

A situação geral do Brasil, vésperas da Revolução de 1842: grande dispêndio de forças e de recursos por parte do governo imperial, para sufocar movimentos armados, em pontos diametralmente opostos. O Exército acabava de empenhar-se nas campanhas do Pará, Maranhão e Confederação do Equador, e continuava no sul, Revolução Farroupilha, quase dez anos (HEB, 1972:492).

Nesse contexto, a intervenção militar – descrita como pacificação – é justificada, mais uma vez, no contexto da defesa da unidade, mesmo que combatendo ideais aos quais iriam se aliar posteriormente. Com isso, acaba-se também por justificar e preparar o terreno para o rompimento com o Império e a participação na Independência:

O contínuo intervencionismo militar brasileiro, num só sentido, a pacificação, correspondia, de outra forma, ao papel desempenhado pela força terrestre no Brasil, defendendo-o e engrandecendo-o. Herdeiro dessa longa tradição do povo em armas, não poderia o Exército brasileiro aceitar que idéias avançadas ou respeitáveis, destruíssem uma obra trissecular, de cuja continuidade, sempre fiador. Desse estado de espírito exemplo, o valoroso Manuel Luis Osório, adversário leal da revolução Farroupilha, republicano de coração: acima do ideal político, a unidade nacional (HEB, 1972:504).⁶³

Em 1848, Pernambuco foi novamente palco de agitações com a Revolução Praieira. Este ano foi marcado por uma série de revoluções democráticas na Europa e muitas de suas idéias teriam chegado ao Brasil e marcado o movimento de Pernambuco. Contudo, a Praieira não era uma revolução socialista, envolvendo muito mais as disputas entre locais e portugueses e entre liberais e conservadores (FAUSTO, 2002:96).

Independentemente da denominação (revolução, rebelião, levante, etc), para a *HEB* o mais importante é que “todos [os historiadores] são unânimes quanto à característica

⁶³ Tudo isso, na nova edição, transformado em: “A ação freqüente do Exército brasileiro na pacificação de movimentos revolucionários e na manutenção da ordem política interna ajudaram a manter sua tradição de ser o povo em armas” (HEB, 1998:103).

armada e conduzida à semelhança das guerrilhas atuais” (HEB, 1972:505).⁶⁴ Essa analogia com os movimentos armados combatidos durante o regime militar se deveria a certas características comuns: “Ao mesmo tempo, desencadeavam violenta propaganda contra o presidente da província, objetivando, nos mesmos moldes da guerra revolucionária atual, conseguir, a um só tempo, o apoio da população, e a desmoralização das autoridades” (1972:505). Todas essas afirmações foram retiradas da nova edição, levando-nos de volta à questão da atualização ao contexto pós-Guerra Fria. No caso das referências à luta armada, como veremos, a questão se torna ainda mais delicada, pois sua ausência pode estar mais relacionada aos temas que não podem ou não devem ser discutidos.

Dentro desse quadro de atualizações, a questão do envolvimento do Exército com a República também passa por amenizações. Na edição de 1972, esse envolvimento é constantemente retomado, muitas vezes em momentos em que a referência é desnecessária, deixando a impressão de que essa relação é tão forçada que precisa ser repetida à exaustão para que as pessoas se convençam dela. A descrição da Praieira é um exemplo:

Movimento, para alguns, exclusivamente político, sem fundo ideológico maior, embora limitado a Pernambuco, não significou regionalismo, transcendendo, nas conseqüências, para o plano nacional. Para outros, a Praieira apresenta as nuances de movimento social. O Exército brasileiro, mais uma vez convocado para pacificar uma província conflagrada, fê-lo, sereno, firme e bravo, propiciando ao país condições para a proclamação da República, mais tarde, sem derramamento de sangue (HEB, 1972:505).

Na nova edição, além da limpeza do texto, mantêm-se as referências à República somente quando se fazem pertinentes, isto é, quando apresentam caráter de referências históricas e não quando funcionam como reforço ideológico. Nesse sentido, o parágrafo acima foi reformulado para:

Para alguns, o movimento era exclusivamente político, sem uma base ideológica e confinado a Pernambuco, sem repercussão nacional. Para outros, era um levante nativista altamente xenofóbico. Seus seguidores clamavam pela nacionalização do

⁶⁴ “Entretanto, eles concordam unanimemente que uma de suas características era a guerra de guerrilhas” (1998:104).

comércio e a expulsão de todos os portugueses sem laços familiares. Mais uma vez, o Exército foi chamado para pacificar uma província em guerra (1998:105).

Derrotada pelas forças do governo, a Praieira foi a última grande revolta interna do II Reinado, graças ao trabalho eficiente do Exército (HEB, 1972:510; 1998:106), sendo também a última das rebeliões provinciais. A partir de agora, a narrativa se volta para os conflitos sul-americanos. É interessante notar que, na edição de 1972, estes se inseriam no panorama mais amplo de conflitos sul-americanos, começando com a Questão Christie até a Guerra do Paraguai. Na nova edição, este último episódio recebeu capítulo próprio, destacando-se do restante por suas características e conseqüências para o Exército brasileiro, demonstrando já sua importância simbólica para a instituição.

Nesse sentido, todos esses eventos funcionam, no contexto narrativo, como preparação do conflito principal: a Guerra do Paraguai. Essas descrições apresentam um panorama geral da região do Prata e dos conflitos que ali se desenrolavam nos anos que precederam a guerra. Para além das questões de fronteira e limites de território, amplamente relacionados aos aspectos econômicos que envolviam a disputa pela região, sobressalta da narrativa uma visão “civilizadora” do Exército, que se envolveu nos conflitos para salvar povos vizinhos da opressão de tiranos:

Os brasileiros chegaram ao Prata, árdua campanha e, de armas na mão, corrigiram e cortaram excessos de um visionário, cujas ambições descabidas alimentaram a tirania interna e a opressão de outros povos.

(...)

Melhor prova de nosso desprendimento? Alguém contestaria a influência decisiva do Brasil em prol da liberdade dos irmãos platinos? (HEB, 1972:559; 1998:132).⁶⁵

⁶⁵ Em momento posterior podemos mais uma vez identificar a rearticulação da narrativa de modo a retirar-lhe afirmações que comprometem a perspectiva histórica em razão da excessiva exaltação de feitos brasileiros idealizados: “Mais uma vez, atestada a excelência da participação brasileira, em benefício de nossos irmãos orientais. A Divisão de Observação em Montevidéu, 1854 a 56, incorporou aos nossos registros históricos páginas onde se harmonizam a altivez à humildade, a energia à tolerância e o patriotismo aos interesses latino-americanos. Repositórios de que nos orgulhamos mostram como os países mais desenvolvidos podem ajudar os mais necessitados a vencer dificuldades conjunturais, dentro de princípios de autodeterminação, liberdade e soberania, aliados a uma legítima consciência de segurança coletiva” (HEB, 1972:562). Na edição de 1998: “A Divisão de Observação estacionada em Montevidéu de 1853 a 1855 entrou para as páginas da nossa história harmonizando orgulho e humildade, energia e tolerância, patriotismo e consciência da unidade latino-americana” (HEB, 1998:135).

2.2 A Guerra do Paraguai: o segundo marco de representação do Exército

A Guerra do Paraguai se desenrolou como consequência imediata da Guerra do Uruguai (1864-65), com o aprisionamento do navio *Marquês de Olinda* pelas forças de Solano López, transformando-se na maior guerra da América do Sul e a segunda em importância no continente americano (HEB, 1972:579; 1998:146). Muitos debates se seguiram na historiografia sobre a guerra. Nessa disputa de visões, consolidaram-se três principais correntes de análise.

A historiografia tradicional foi a primeira a se estabelecer, surgindo logo depois da guerra pelos relatos diplomáticos e militares, mantendo-se predominante até a década de 1950. A abordagem da *HEB* se enquadra nesta corrente, cujas características são apresentadas por Basile (1990:258):

Dotada de forte cunho patriótico, factual por excelência, e centrada nas batalhas, nas negociações diplomáticas e nos atos dos grandes heróis ou vilões, esta visão atribui o conflito às pretensões expansionistas ou hegemônicas na região platina do presidente paraguaio Francisco Solano Lopez, sempre retratado como um ditador sanguinário e megalomaniaco, ao passo que os brasileiros nada mais teriam feito do que a reagir à agressão sofrida, sendo figuras como Tamandaré, Osório e Caxias, sobretudo, apresentadas como os grandes heróis da guerra, salvadores da pátria ultrajada.⁶⁶

Na década de 1960, período marcado pela efervescência das análises marxistas e pelas ditaduras militares na América do Sul, surgiram obras que definem uma perspectiva historiográfica revisionista sobre a Guerra do Paraguai, perspectiva esta que se opõe radicalmente à historiografia tradicional. Porém, estes trabalhos não passaram ilesos à crítica da simplificação conduzida à corrente anterior. Se, por um lado, a historiografia tradicional reduziu os acontecimentos às características pessoais de Solano López e diminuiu a

⁶⁶ São exemplos dessa vertente o livro de Alfred d'Escragolle Taunay, *A retirada da Laguna* (embora se deva destacar que Taunay nem sempre é laudatório), e a obra de Augusto Tasso Fragoso, *A história da guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai* (que mesmo tendo sido escrita quase meio século após o final da guerra, ainda enseja as características acima apontadas).

importância dos demais aliados na vitória, de maneira semelhante, esse revisionismo simplificou as causas e o desenrolar da guerra afirmando terem sido o Brasil e a Argentina manipulados por interesses britânicos a fim de aniquilar o desenvolvimento autônomo do Paraguai (DORATIOTO, 2002:33). Novamente recorreremos à Basile (1990:258) na síntese das principais características dessa vertente:

De acordo com essas versões, ao contrário do Brasil e da Argentina, subservientes ao capital e ao governo ingleses, o Paraguai seria, antes da guerra, uma república próspera, cujo Estado provia o país de uma via nacionalista de desenvolvimento econômico auto-suficiente, que o mantinha independente da ingerência e do capital estrangeiros, fomentando a produção industrial e possibilitando aos camponeses a posse de pequenas extensões de terra, em grande parte pertencentes aos Estado e não a uma aristocracia rural. Nestas condições, o Paraguai seria um obstáculo e uma ameaça à expansão britânica no Prata, sendo a guerra provocada por Brasil e Argentina, que temendo a potência do país vizinho, teriam agido como instrumento do imperialismo inglês na região, ainda que tivessem, diante da heróica resistência paraguaia, que destruir todo o país e massacrar a quase totalidade de seu povo.⁶⁷

Essa vertente marcou a análise sobre a Guerra do Paraguai até a década de 1980 passando, na década seguinte, a ser questionada por trabalhos que contestavam seus principais fundamentos. Além de abordarem múltiplas faces do conflito, em comum esses trabalhos possuem uma forma de pensar a guerra que busca na própria dinâmica dos Estados platinos e na disputa entre eles pelo controle da região a explicação para o conflito.⁶⁸

Um resumo dos fatores e causas da Guerra do Paraguai apresentado pela *HEB* nos permite situá-la dentro da perspectiva tradicional:

- fatores fisiográficos: a disputa do Paraguai pelo acesso ao oceano pela via fluvial do Prata, passando pelo Brasil (rios Paraná, Paraguai e Uruguai);
- fatores psicossociais: territórios perdidos para o Brasil e Argentina, faziam do Paraguai um país desconfiado quanto aos propósitos de seus maiores vizinhos, desenvolvendo aspirações de recuperar seus territórios, sendo, porém, sensível ao que pudesse afetar sua soberania. Já a situação do Brasil contrastava com a situação de instabilidade política que caracterizou a

⁶⁷ Figuram neste bojo obras como de León Pomer, *A guerra do Paraguai: a grande tragédia rio platense*, de Júlio Chiavenatto, *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*, e de George Thompson, *A Guerra do Paraguai*.

⁶⁸ São exemplos dessa produção historiográfica trabalhos como de Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*; a coletânea organizada por Maria Eduarda Marques, *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*; o livro de Wilma Peres Costa, *A Espada de Dâmoles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*; de Jorge Prata de Sousa, *Escravidão ou Morte*; e de Francisco Doratioto, *Maldita Guerra – Nova História da Guerra do Paraguai*.

região do Prata no período, pois depois da independência, o país vivia uma “estabilidade” que lhe teria proporcionado a coesão necessária para atuar no Prata como força de equilíbrio dos antagonismos (HEB, 1972:581; 1998:147);

- fatores políticos: questões de limites e navegação; instabilidade política do Uruguai;
- fatores econômicos: preocupado em isolar o país da influência do caudilhismo das províncias vizinhas, o ditador Francia fechou as fronteiras do Paraguai ao comércio internacional, adotando uma política de auto-suficiência econômica;
- fatores militares: o Paraguai desconfiava de seus vizinhos e acreditava na inevitabilidade da guerra como meio de resolver as questões fronteiriças, o que fez com que aumentasse suas forças terrestres. No início da guerra, a superioridade militar do Uruguai, em número de efetivos, atingia uma proporção de aproximadamente 60mil uruguaios contra 18320 brasileiros. “Além disso, López não acreditava no valor combativo do Exército brasileiro” (HEB, 1972:583; 1998:148).

Neste contexto, o principal objetivo militar do Tratado da Tríplice Aliança era destruir o governo do Paraguai e, no plano político, possuía objetivos mais amplos: eliminar a ameaça que Solano López representava à paz, segurança e prosperidade dos três aliados; permitir ao povo paraguaio escolher o seu governo e suas instituições desde que não lopistas; igualdade de tratamento entre o Paraguai e as três nações e definir os limites do Paraguai com o Brasil e a Argentina (HEB, 1972:586; 1998:152).

Dessa forma, em toda a descrição das sucessivas batalhas que se travaram durante os cinco anos de luta, podemos encontrar os elementos destacados por Basile como característicos da historiografia tradicional. A narrativa construída se concentra predominantemente sobre as batalhas, os efetivos envolvidos e a movimentação das tropas de ambos os lados, além das ações serem creditadas ao alto valor combativo de tropas lideradas por brilhantes chefes militares. Porém, o que torna a Guerra do Paraguai um importante elemento simbólico, marco de representação da “tomada de consciência” política do Exército, não é a luta em si, mas a sua utilização como fator determinante na explicação das mudanças que se seguiram no Exército após a guerra. A partir de então, todos os eventos serão descritos como conseqüência da guerra e preparação para o desfecho desse importante papel que o

Exército desempenharia na sociedade, iniciado nos movimentos provinciais e concretizado após a Guerra do Paraguai: a Proclamação da República.

A historiografia sobre o tema discute de maneira bastante abrangente as conseqüências da guerra do Paraguai tanto para o Exército enquanto instituição como para os rumos do Império. Mesmo dentro de uma perspectiva militar menos ortodoxa, reafirma-se a tese de que a partir da Guerra do Paraguai o Exército ganhou a estabilidade e coesão interna que lhe permitiu constituir importante ponto de resistência do organismo político (Sodré, 1965:138).

Isso se deve, no que tange às questões propriamente militares, à reestruturação do Exército, tanto em termos organizacionais – era preciso um contingente maior de pessoas para os combates – quanto operacionais e materiais. Até a Guerra do Paraguai, a milícia gaúcha era a principal responsável pelas campanhas militares do Brasil no Prata, mas revelou-se incapaz de enfrentar um Exército moderno como o paraguaio (FAUSTO, 2002:119). Em termos organizacionais, não contava o Exército com quadro suficiente para sustentar uma guerra deste porte, pois estes eram formados e preenchidos por uma população civil militarmente pouco ou mal adestrada.⁶⁹ Assim,

a necessidade quase súbita de criar um instrumento militar forte, para operar distante de suas bases nacionais, contra inimigo que lutava em seu próprio território, numa guerra de longa duração – e nessa longa duração estava o imprevisto do problema – imporia novas medidas: uma atenção mais próxima, continuada e persistente para com esse instrumento militar, concessões de honras e regalias aos seus membros, ampliação do sistema de recrutamento, fomentado o voluntariado, inclusive com a largueza das alforrias ao escravo alistado (SODRÉ, 1965:140-141).

Dessa forma, o Exército brasileiro foi se consolidando no decorrer da Guerra e essas transformações concorreram para que ele saísse do conflito como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios: “O corpo de oficiais emergia da Guerra do Paraguai com um

⁶⁹ Sobre o recrutamento militar durante a guerra do Paraguai ver Izecksohn (2004).

sentimento de unidade corporativa, um novo sentido de sua importância, uma amargura para com os civis e, talvez, com uma visão de mundo mais ampla” (HOLANDA, 1971:252).

Contudo, essas são questões marginais na narrativa construída pela *HEB*, deixando, por vezes, a impressão de que a tão aclamada consciência teria surgido como num processo de geração espontânea entre seus membros, apenas por saberem que “Não realizamos uma guerra de conquista contra um povo e uma nação, e sim, contra um tirano e seu governo” (HEB, 1972:661; 1998:195).

Da mesma forma como aconteceu no episódio da expulsão dos holandeses, a Guerra do Paraguai teve seu lugar estabelecido na história nacional como o episódio que favoreceu o fortalecimento dos laços nacionais, constituindo-se em poderoso elemento integrador e despertando um sentimento patriótico nunca antes visto em escala nacional, superando inclusive a Proclamação da República como fator mais importante na construção da identidade brasileira no século XIX (CARVALHO, 1996). Para a *HEB*, a Guerra do Paraguai teria se beneficiado de uma ajuda do destino nesse processo: “O próprio destino pareceu colaborar para a fraca atuação das divisões brasileiras, pois o sacrifício e a humilhação naquele extremo sudoeste do Brasil *acordaram a alma nacional*, em meio àquele pesadelo de dificuldades, de reveses” (HEB, 1972:623; 1998:173 – grifos nossos).

Contudo, a inserção política do Exército não foi imediata, desenrolando-se dentro de um contexto político de disputas e insatisfações contra o Império que atingia amplas camadas sociais. O que a guerra permitiu foi que as queixas contra o governo Imperial, que vinham de longe, ganhassem outra expressão. Os baixos salários, as promoções atrasadas, a falta de segurança e baixas condições de vida, aliavam-se a um sentimento de que o Exército, através de seu sacrifício de sangue, havia sustentado a luta na frente de batalha enquanto as elites civis estiveram a salvo e em certos casos enriqueceram com os negócios de

fornecimento para a tropa. Tudo isto combinava para predispor o Exército à ação política (FAUSTO, 2002:121; HOLANDA, 1971:253):

O acontecimento, sob todos os aspectos, fora demasiado traumatizante e demasiado longo para que deixasse de produzir efeitos consideráveis, tanto mais que tinha antecedentes significativos. O Exército que surge com a Guerra do Paraguai é força nova na vida do país, - não mais será relegado a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional (SODRÉ, 1965:141).

Os acontecimentos dos últimos anos do Império, por conseguinte, irão conter essa carga emocional de um Exército que, uma vez tendo adquirido consciência da dimensão de sua importância na vida nacional, não poderia mais se furtar ao seu papel, cuja gênese estabelecera-se na Guerra do Paraguai. Esses acontecimentos serão a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República:⁷⁰

O Exército teria atuado de maneira decisiva para a Abolição da Escravatura no Brasil, pois o fato de lutarem ombro a ombro com negros alforriados na Guerra do Paraguai proporcionou inúmeros ensinamentos aos oficiais, como conhecer melhor os problemas, as dificuldades e as injustiças contra os negros. Nesse sentido, o aumento da participação política do Exército depois da guerra do Paraguai transformou-se em fator decisivo para o término da escravidão em nosso país (HEB, 1972:669-670; 1998:200):

O esforço do Brasil durante a guerra, na qual o povo e o Exército se identificaram em torno de um objetivo comum, amalgamou de vez o sentimento nacional, e amadureceu a consciência cívica da nacionalidade, fazendo do Brasil uma das nações mais coesas e homogêneas da América.

Os ideais de liberdade pelos quais valentes irmãos, brancos e pretos, juntos, derramaram suor e sangue, em terras guaranis, sem distinção de raças, contribuiu, sobretudo, para a abolição da escravatura e a implantação da República no Brasil (HEB, 1972:661; 1998:195).

Embora cite algumas ações militares contra negros, como a captura de escravos fugidos, estas teriam ocorrido antes da guerra, quando o Exército estava ainda ocupado com

⁷⁰ Não há qualquer menção da *HEB* aos movimentos de resistência popular que se desenrolaram entre o fim da Guerra do Paraguai e a Abolição, como a revolta do Quebra-Quilos (Rio de Janeiro, 1871) e dos Mucker (Rio Grande do Sul, 1873), ou os distúrbios contra a Lei de Recrutamento Militar registrados em diversas províncias entre 1875 e 1876.

as lutas pela consolidação da Independência. Uma vez garantida a unidade e terminada a luta que travara para que “um povo irmão conhecesse a liberdade”, acelerou-se o processo de libertação dos escravos pela sua participação nas fileiras abolicionistas.

Se não fosse a inserção deste capítulo dentro do panorama geral do Exército nos momentos que precederam a República, seria difícil perceber a interligação do processo que levou à Abolição e a Proclamação da República, dadas às características da narrativa aqui construída. Em razão dessas características, que estabelecem uma narrativa basicamente centrada nos eventos, todo o conjunto de mudanças e transformações que afetou o Exército e concorreu para seu envolvimento tanto no movimento abolicionista quanto republicano é negligenciado em favor de uma narrativa que vê o Exército como promotor de ambos.

Dessa forma, a Guerra do Paraguai estabelece uma nova ruptura nos termos narrativos, agora entre Exército e Império. Na estrutura estabelecida pela *HEB*, o Império agora é o mal a ser combatido e eliminado, gerando incoerências que, olhando pelo prisma da ruptura necessária para a própria continuidade do processo, tornam-se compreensíveis.

Logo nos primeiros parágrafos de *O Exército e a República*, quando essa narrativa estabelece um panorama dos movimentos republicanos no Brasil, afirma-se que estes teriam sido sufocados pelo “Império”, e não mais pelo Exército promotor da Integridade Nacional. Embora um pouco extensa, vale a pena conferir essa narrativa (*HEB*, 1972:674; 1998:202):

A Guerra do Paraguai constituiu marco importante na cronologia dos acontecimentos que culminaram com a implantação do regime republicano no Brasil.

Antes dela e mesmo da Independência, os ideais democráticos, com vestes republicanas, estiveram presentes nas conjurações mineira e baiana, e também na pernambucana de 1817, não bem definidos nesta última, embora os adeptos desejassem exterminar o monstro infernal da tirania real.

Mais tarde, o Império sufocou, nordeste, a Confederação do Equador que dogmatizava a forma republicana; e a Sabinada, 1837-38, acenava com a bandeira de uma república – a Baiense. Por fim, o movimento de rebeldia de maior duração, a revolução Farroupilha, proclamou a república na província gaúcha, República Rio-grandense e em Santa Catarina – efêmera existência – República Catarinense ou Juliana.

A partir do término da Guerra do Paraguai, dois assuntos entraram definitiva e marcadamente nas cogitações dos brasileiros: abolição da escravatura e instauração do regime republicano. (...)

Quanto a extinguir a monarquia, substituindo a Coroa pelo barrete frígio, não representava operação fácil. E foi ao Exército que a nação brasileira deveu o fato de se ter efetuado tão importante transformação na vida política do país, com o mínimo de perturbação, e sem derramamento de sangue – salvo o do Ministro da Marinha, Almirante José da Costa Azevedo, barão de Ladário, de cujo ferimento, porém, se restabeleceu (HEB, 1972:674; 1998:202).

Dentro dessa perspectiva, o afastamento entre o Exército e o Império se deu pela situação a que o Exército foi relegado após a Guerra do Paraguai, levando-o inevitável e espontaneamente para a defesa da República (HEB, 1972:676; 1998:202):

Enquanto a nação crescia e se desenvolvia, o Exército, que, juntamente com a armada se responsabilizava pela soberania e integridade do país, era deixado em segundo plano, o que lhe diminuiu a eficiência para o cumprimento da missão constitucional. Operava-se, na força terrestre, natural e espontaneamente, um movimento de reação que, gradativamente, o afastava do governo imperial. Os velhos e gloriosos chefes que respeitavam e estimulavam sinceramente o Imperador, e, por isso mesmo, os esteios tradicionais do trono, sentiam diminuir a intensidade desses nobres sentimentos, corroídos pela ação destruidora da desilusão e da mágoa.

Dessa forma, uma vez consolidadas a unidade e integração nacionais, a tentativa de afastamento dos militares, descrita por Coelho (2000:60) como política de erradicação, teria criado as condições para o movimento militar que pôs fim à monarquia no Brasil. Essa política de erradicação, termo criado por Huntington, ajuda a entender as atitudes e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930, passando por momentos de hostilidade aberta para outras formas de marginalização do Exército e momentos de cooptação da liderança militar. Num panorama de marginalização vivido pelo Exército no Segundo Império, “a República teria sido o artifício de que se serviu o Exército para não perecer” (COELHO, 2000:61).

Nesse sentido, também a Questão Militar surgiu como consequência desse “desapego à classe por parte do governo imperial”. Embora seja interessante notar as ressalvas sobre o episódio consideradas pela *HEB*, ele não deixa de operar como estopim de

“toda a dinâmica do movimento que haveria de dar, dois anos mais tarde, com o trono em terra” (HEB, 1972:676; 1998:203):

A questão militar consistiu numa sucessão de incidentes que feriu o espírito de corpo da classe. Situá-los todos, hoje, é mais difícil, pois teríamos que discriminar, com justiça, os que efetivamente ofenderam a honorabilidade militar, daqueles provocados por questões pessoais ou, na fase derradeira do processo de transformação do regime, criados para facilitar a queda da monarquia (1972:676; 1998:203).

Por tudo isso, podemos perceber o enquadramento dessa narrativa sobre a Proclamação da República, ou golpe de 1889, dentro da perspectiva historiográfica tradicional, marcada por três características principais que foram descritas por Castro (1995:7-10).

A historiografia tradicional aponta uma série de eventos que teriam levado ao golpe, destacando-se: a identidade institucional adquirida pelo Exército durante a Guerra do Paraguai e as insatisfações em seu meio que os colocou em posição suscetível de receber influência de ideologias radicais; o movimento abolicionista, que também envolveu vários oficiais; e a Questão Militar, incidentes entre autoridades civis e militares que os levou a uma posição de antagonismo aberto ao governo. Embora seja uma simplificação, esse esquema é freqüentemente chamado a responder pelas causas do golpe.

Por ter sido um golpe vitorioso, aponta Castro, a historiografia ficou marcada por três características que dificultam a compressão dos motivos e da dinâmica da ação política dos militares. Em primeiro lugar, devido a uma sensação de inevitabilidade histórica da mudança de forma de governo, estabelecendo-se como mecanismo que dificulta a percepção da dimensão de risco político presente nas ações dos personagens envolvidos. Aliada a isso, outra característica que marca a historiografia sobre 1889 é o pressuposto de que os militares teriam apresentado, desde o fim da Guerra do Paraguai até a República, uma razoável unidade. O principal problema dessa visão é a perda da percepção de que essa

unidade, se realmente existiu, “foi o resultado precário de ações políticas que visavam alcançar a unidade da “classe militar”, para usar expressão da época”. Ou seja, é preciso ter em mente que não foram “os militares” que se opuseram à Monarquia e tiveram participação nos eventos que seguiram até o golpe, mas apenas um grupo pequeno e específico deles. Por fim, a terceira característica da historiografia sobre a República é vê-la como resultado final de um longo processo histórico, para alguns originado na Guerra do Paraguai, donde surge uma entidade social chamada de “classe militar” que, num processo mais ou menos longo que passa pela guerra e pela questão militar, vai “adquirindo consciência” de sua identidade, culminando no golpe.

Como vimos, esta é justamente a perspectiva da *HEB*, não havendo sequer referência aos múltiplos aspectos das mudanças que vinham tomando corpo no país desde meados da década de 1850. Essas mudanças envolviam tanto aspectos organizacionais das principais estruturas burocráticas do Estado – entre elas o Exército – como a emergência de novos atores sociais no cenário nacional – que passaram a demandar participação na vida política do país em compasso com sua importância econômica, como é o caso dos cafeicultores de São Paulo.

Nesse sentido, a *HEB* constrói uma narrativa focada nos eventos que tiveram destacada participação militar, ou melhor, da chamada “classe militar”, já que não distingue entre os diferentes grupos que se formaram. O principal objetivo dessa construção é destacar a unidade e coesão da força que, dadas as características e os valores superiores do Exército, não seria forjada no jogo político, pelo contrário, surgindo natural e espontaneamente em seus quadros: 1. como resposta ao governo Imperial e à elite civil pela falta de atenção dispensada ao Exército após a Guerra do Paraguai, o Exército teria prestado seu sacrifício de sangue; 2. pelos ideais superiores que o Exército sempre se empenhara em defender e que se encerravam na República. Destacam-se, nesse contexto, a atuação de líderes como Benjamim Constant,

“excepcional amálgama de soldado e cidadão”, e a participação da Mocidade Militar como expressão do ideal republicano.⁷¹

2.3 Os anos iniciais da República

Como pode ser observado, ao término do segundo volume da *HEB*, quando da descrição dos últimos momentos da Monarquia e da participação do Exército na implantação da República, identifica-se uma narrativa construída em torno da unidade da “classe militar”, vista como um dos fatores que permitiram a liderança castrense no processo que levou à República. Todavia, como manter um discurso de unidade num período marcado por divergências tanto dos amplos setores que participaram do movimento quanto no seio das próprias Forças Armadas? Apesar dessas disputas, a *HEB* se esforçará, mais uma vez, em manter uma idealização da unidade.

Como vimos, a primeira periodização da *HEB* preocupa-se em estabelecer seu mito de origem, vinculando o “surgimento” do Exército ao surgimento da própria nacionalidade. No segundo momento, o Exército começa a se aproximar da política e, nessa aproximação, constrói um discurso de sua participação como fiador da unidade nacional até estabelecer um novo mito de origem para o seu envolvimento político: a Guerra do Paraguai. Com exceção do golpe de 15 de novembro de 1889, essa atuação política é ainda instável e irregular, marcada por momentos de maior ou menor influência. Porém, se é preciso estabelecer uma data, podemos considerar que 1922 marca o momento de entrada “definitiva” dos militares na cena política e, portanto, sua narrativa histórica terá que lidar com as

⁷¹ Sobre o assunto ver Lemos (1999).

conseqüências desse envolvimento e com o ônus conseqüente do longo período em que estiveram no controle do Poder Executivo. Neste contexto, a *HEB* se verá em muitos momentos frente ao dilema de sua atuação política versus a manutenção da imagem idealizada da instituição. Em grande medida, a construção narrativa encontrará saída para tal dilema na omissão, ou no que Pollak (1989) chamaria de “não-ditos”.

Um dos principais problemas com o qual essa narrativa irá se deparar durante todo o período aqui tratado será o da falta de unidade interna de uma instituição que tantas vezes atuou pela manutenção da unidade nacional. Em torno dessa questão surge o primeiro não-dito: divergências do início da República que levaram à cisão entre deodoristas e florianistas. Embora a narrativa não consiga passar em branco sobre esses processos, ela afirma que essas disputas dividiram os outros grupos sociais participantes do movimento e não o Exército. No máximo, em se tratando de Forças Armadas, as cisões dividiram Exército e Marinha, pois essa divisão ajuda a destacar a primazia do Exército na condução das questões nacionais e seu caráter mais democrático.

Segundo a *HEB*, convergiram para a proclamação da República os ideais republicanos e a queda da monarquia, agravados por questões militares e religiosas, pela abolição da escravatura e, finalmente, pela delicada questão da sucessão ao trono da Princesa Isabel.⁷² Porém, embora a República consistisse em processo amadurecido ao longo dos anos, o país não estava preparado para um regime republicano federativo por algumas razões. Em primeiro lugar, destaca-se o despreparo do povo ainda não “perfeitamente esclarecido quanto ao voto livre”. Em segundo, havia uma variedade de forças que impulsionaram o movimento republicano e nem todas aderiram aos seus ideais de forma convicta. São identificadas neste quadro: a juventude exaltada com idéias revolucionárias; jovens militares liderados por

⁷² Enquanto a edição de 1972 debita essa última questão à influência estrangeira no governo brasileiro que poderia exercer o Conde d’Eu, marido da princesa Isabel, a edição de 1998 afirma que esse medo se devia às práticas patriarcais da sociedade brasileira e, portanto, não se desejava entregar o trono a uma mulher (*HEB*, 1972:693; 1998:12).

Benjamim Constant; militares mais antigos convencidos de que a monarquia era um regime superado, aderindo à República pelo seu “espírito de classe” (sendo esta a única referência a essa divisão que irá marcar a história da instituição); monarquistas escravistas; e católicos ressentidos da questão religiosa. No conjunto, poucos seriam os verdadeiros republicanos, com destaque para os paulistas (Américo Brasiliense, Rangel Pestana, Campos Sales e Prudente de Moraes)⁷³ (HEB, 1972:693; 1998:12). Nesse panorama instável, logo a aliança mostrou sua fragilidade.

O primeiro presidente do novo regime, o Marechal Deodoro, mesmo tendo sido eleito pelo Congresso, recebeu forte oposição que culminou em seu impeachment em 3 de novembro de 1891. Como resposta, o presidente dissolveu o Congresso, provocando reação da Armada, em episódio que terminou com a renúncia de Deodoro, encerrando sua carreira militar e política: “Evidenciou neste gesto: amor à Pátria e o firme propósito de servi-la. Encerrou-se a sua brilhante carreira militar e política, bravo, generoso e impulsivo” (HEB, 1972:693; 1998:12). O vice de Deodoro, Floriano Peixoto, assumiu a presidência num quadro ainda de instabilidade. A situação política do país era complicada. Havia cisão dentro das Forças Armadas: Marinha x Exército. Nesse contexto explode a Revolta da Armada: a Marinha, pretendendo depor Floriano Peixoto, rebelou-se (6 de setembro de 1893) e a revolta se expandiu para o sul, aliando-se aos federalistas em ação aí, na revolução mais longa das guerras civis da República (1893-1895). O Cerco da Lapa foi o episódio memorável desta disputa, epopéia de heroísmo: “Lapa, página heróica na história militar do Brasil e na consolidação da República. Resistira o suficiente para que os esforços governistas pudessem instalar-se em Itararé, fronteira entre São Paulo e Paraná, de modo a impedir o prosseguimento dos federalistas”. Em 27 de junho de 1894 se deu a última grande batalha

⁷³ Essa referência aos paulistas ajuda a explicar ideologicamente a aliança entre Floriano e este setor em seu governo.

desta trágica campanha.⁷⁴ Nessa descrição, desaparece a polêmica da ditadura florianista, muito discutida, principalmente por Sodré (1965).

Esta é, de maneira geral, a síntese da narrativa da *HEB* sobre o período que vai desde a proclamação da República até o fim da Revolta Federalista. Mais que isso, em termos políticos, esta será praticamente a narrativa da *HEB* até 1922. Do fim da Revolta Federalista até I Guerra Mundial serão descritas apenas as participações da força em “episódios irregulares” que irão se desenrolar principalmente no interior do país. A discussão sobre a participação do Brasil na I Guerra Mundial irá começar a preparar o terreno para o retorno “dos militares” ao cenário político.

Se enquanto grupo “os militares” já fizeram sua entrada “oficial” no cenário político e assumiram pública e historicamente esse papel, os movimentos que os levam a um maior ou menor grau de destaque neste cenário não deveriam fazer parte da História do Exército Brasileiro? Pelo menos neste primeiro caso, seu afastamento após a saída de Floriano é apresentado de maneira bastante brusca face ao processo anterior que os projetou no cenário político. Temos aqui, portanto, outro dos “não-ditos” identificáveis neste terceiro momento na *HEB*, em que a melhor forma de manter a unidade do Exército é não falar dos problemas que ela envolvia.

De fato, os anos que se seguiram ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza, pois os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e discordavam em suas concepções de como organizar a República. Dentro desse quadro geral de disputa de interesses, não se pode passar por cima da influência exercida pelos militares nos primeiros anos da República. Porém, eles não constituíam um grupo homogêneo. Duas eram suas divergências principais. Num primeiro plano havia rivalidade entre a Marinha e o Exército e enquanto este era visto como liderança na implantação do novo regime, aquela era

⁷⁴ A Revolta da Armada e a Revolução Federalista serão discutidas no capítulo sobre a Marinha, pois dadas as relações entre os dois episódios, elas tiveram significado mais contundente para essa força.

acusada de conservadora e monarquista. Num segundo plano, concernente à dinâmica do próprio Exército, havia diferenças pessoais e de concepções separando os partidários de Deodoro e Floriano. Em torno do primeiro reuniam-se veteranos da Guerra do Paraguai que, por não terem freqüentado a Escola Militar, distanciavam-se da idéia positivista. Já em torno de Floriano reunia-se a chamada “mocidade militar”, isto é, jovens oficiais que haviam freqüentado a Escola Militar e recebido a influência do positivismo (FAUSTO, 2002:138-139). Em comum, esses grupos possuíam apenas a indefinição sobre o regime que deveria substituir a monarquia e sobre o papel do Exército nessa sociedade: “Quanto ao papel do Exército na sociedade, a mentalidade militar não superava os limites de vagas referências a uma missão regeneradora da sociedade civil” (COELHO, 2000:82).

Deodoro entrou em choque com o Congresso ao pretender reforçar o Poder Executivo tendo como modelo o extinto poder moderador. Neste intuito, fechou o Congresso prometendo novas eleições e uma revisão da Constituição tendo como objetivo fortalecer o Executivo e reduzir a autonomia dos estados. Porém, o êxito de seus planos dependia em grande medida de uma unidade inexistente das Forças Armadas. Ante a reação dos florianistas, da oposição civil e de setores da Marinha, Deodoro acabou renunciando em 23 de novembro de 1891, subindo ao poder seu vice, Floriano Peixoto.

Diante da cisão das Forças Armadas, Floriano buscou apoio também na elite de São Paulo, numa aliança que se mostrou tão frágil quanto todas as outras deste período, terminando na ocasião da escolha de seu sucessor. Contando com pequena base de apoio, Floriano não conseguiu designar seu candidato à sucessão, prevalecendo o nome do paulista Prudente de Moraes, marcando o fim da presença de figuras do Exército na Presidência da República (FAUSTO, 2002: 143-144).⁷⁵ Assim, a atividade política dos militares como um todo declinou nesse período e estendeu-se até o início da década de 1920.

⁷⁵ A exceção foi a eleição do Marechal Hermes da Fonseca para o período de 1910-14, apenas mencionada na *HEB*.

Segundo análise de Coelho (2000:79), a mudança de regime significou para o Exército o rompimento dos vínculos primários que o ligavam à sociedade civil numa relação de dependência absoluta e, com ela, surgiu um sentimento de individualidade em compasso com a questão da aquisição de identidade:

Com a proclamação da república, este sentimento de individualidade manifestou-se, sobretudo entre os oficiais “científicos”, sob a forma de uma aguda consciência de sua condição militar e da existência do Exército como entidade única e distinta na sociedade brasileira. A efêmera unidade do movimento militar e o sucesso com que este havia contestado a autoridade do governo, somados à facilidade com que cederam as instituições monárquicas, impregnaram o espírito militar da crença na deterioração da ordem civil e na superioridade moral da ordem militar. Desde então, nada passou a ser mais estranho aos militares, ou a estar mais afastado de suas cogitações, do que a antiga aspiração a escalar a hierarquia e de prestígio na sociedade civil, ou a compulsão de “paisanizarem-se” com tal propósito. Pelo contrário, a prática de concessão de patentes militares aos civis participantes do movimento de 1889 consagrava a inversão na hierarquia das esferas civil e militar (COELHO, 2000:79).

Contudo, registra Coelho, essa consciência e auto-estima não vieram acompanhadas pela criação de instituições, valores e ideais de caráter distintivamente militar, mas surgiram como reação à marginalidade e subalternidade que até então vivera o Exército e seus oficiais. Assim, uma vez alcançado o poder, teria faltado ao Exército uma liderança de tipo institucional, isto é, uma presença sistêmica que, ao formular políticas, levasse em conta o futuro da organização e os altos custos do oportunismo político, provendo “valores que transformassem a organização em instituição na consciência de seus membros” (COELHO, 2000:80-81). Para o autor, somente com a institucionalização desse objetivo é que os militares se tornaram efetivamente políticos.

Essa ausência de objetivos próprios tanto de natureza institucional quanto política, aliada à fragilidade da aliança com setores da elite civil e da própria unidade das Forças Armadas, permitiram que os grupos civis levassem adiante a já discutida política de erradicação das Forças Armadas, agora desenhadas sob a forma de cooptação. Isso porque, mesmo que o Exército estivesse debilitado pelas lutas internas que se aprofundaram nos governos militares, isso não quer dizer que sua elite tivesse abdicado da participação no

poder, tornando possível a cooptação da elite militar no aparelho de mando político. Esse enquadramento político privilegiou essencialmente o quadro de oficiais superiores, constituindo fator importante na posterior divisão entre oficiais superiores e subalternos que culminaria nos movimentos tenentistas (COELHO, 2000:80-81).

Durante o período de consolidação da República, já com os militares afastados do comando político, desenrolou-se no interior do país uma série de “movimentos irregulares”. Para Sodré, essas lutas internas que tiveram início logo depois da conquista do poder pelos republicanos refletiam as contradições que a sociedade brasileira do tempo abrigava (SODRÉ, 1965:161). No entanto, em grande medida, esses movimentos são tratados pela *HEB* como expressão de “banditismo” e “fanatismo” em relação próxima aos movimentos armados “atuais” (1972).⁷⁶

Antonio Vicente Mendes Maciel, nascido no Ceará em 1827, impregnou-se de fanatismo pela crença católica ao ser traído pela esposa, embrenhando-se pelo sertão em constantes peregrinações. Logo se tornou adorado pelas populações incultas e passou a ser seguido por um grupo de adeptos. Em 1893, fixa raízes em Canudos, desencadeando o desenvolvimento desordenado do arraial com a vinda de número cada vez maior de fanáticos atraídos pela fama do Conselheiro (HEB, 1972:708; 1998:22):

Considerando sua cidadela, independente do resto do país, após um nascer pacífico, seus seguidores, paulatinamente, começaram a praticar desmandos pelas redondezas, chamando a atenção das autoridades estaduais. A carnificina de uma força policial, 30 homens, em Massate, levou o governo estadual à ação, deflagrando-se a Guerra dos Canudos, que, durante um ano inteiro, agitou a nova República de norte a sul.⁷⁷

⁷⁶ Segundo Edgard Carone (1975:9), esse tipo de denominação é predominante entre a literatura “oficial” e “oficiosa”, que considera que os movimentos insurrecionais da primeira metade de século XIX e do início da República, principalmente à época, como “baderna”, “insubordinação”, “movimentos insurrecionais” ou “caóticos” etc., e somente o movimento da Independência é que surge com valoração positiva, significativamente como reação da nacionalidade.

⁷⁷ Na seqüência deste parágrafo há referência aos intuítos monarquistas dirigidos pela historiografia tradicional ao movimento de Canudos, cuja ausência na nova edição pode ser inserida no quadro de atualizações narrativas e “desideologização” promovida pela nova edição da *HEB*. Segundo o novo trecho, como parecia ser um fenômeno religioso, o presidente do estado da Bahia, Luis Viana, enviou freis João Evangelista do Monte Marciano e Caetano de São Leo como observadores, mas suas palavras conciliatórias foram infrutíferas e pior, quando estes retornaram, falsamente retrataram o Conselheiro como um inimigo da República (HEB, 1998:22).

A participação do Exército teve início de maneira incipiente e aumentou a medida que as expedições falharam, extravasando o âmbito local. A descrição dos principais momentos da ação repressiva a Canudos segue o relato de Euclides da Cunha em *Os Sertões*, bem como as suas descrições pejorativas e de espanto e, de modo implícito, a narrativa procura estabelecer a semelhança entre Canudos e os movimentos armados que se desenrolavam nas décadas de 60 e 70, não somente no Brasil.

A primeira expedição, liderada por Pires Ferreira (7 de novembro de 1896), caracterizou-se pelo despreparo geral, devido à falta de conhecimento do local e da real situação do conflito. Contando com cerca de 100 soldados, em 21 de novembro de 1896 deu-se o primeiro confronto efetivo entre o Exército e um grupo de conselheiros, quando um bando de 500 jagunços atacou a força federal em Vavá que, mesmo numericamente inferior, “fazia valer o seu melhor armamento e preparo” (1972:709; 1998:22). Como consequência da demonstração da disposição dos fanáticos seguidores-soldados de Antonio Conselheiro houve a mudança na forma de combatê-los, evitando o combate direto, preferindo as posições sólidas ou ataques furtivos (HEB, 1972:709; 1998:23).⁷⁸ A segunda expedição (Expedição Febrônio) combinava elementos da polícia e do Exército, num total de 100-200 praças. Posteriormente reforçados em 300 praças, “Seria a primeira expedição regular contra o arraial, cheia de falhas e cercada de dificuldades” (HEB, 1972:711; 1998:23). A terceira expedição, liderada por Moreira César, era uma nova coluna mais bem dotada com a finalidade de extinguir, de vez, o foco sedicioso (HEB, 1972:713; 1998:24).⁷⁹

No sertão, a vitória dos Conselheiristas sobre a Coluna Febrônio retirou quaisquer dúvidas a respeito do poder de Antonio Conselheiro, provocando verdadeiro êxito,

⁷⁸ Essa referência está diretamente relacionada à forma de combate às guerrilhas, cuja principal característica está no combate indireto. Assim, a idéia principal empregada em seu combate é a de utilizar-se de seu próprio método para derrotá-la. Embora, quando da primeira edição da *HEB*, os combates à Guerrilha do Araguaia (1972-1975) estivessem apenas no início, suas campanhas se desenrolaram de maneira bastante semelhante à descrição de Canudos. Isto é, as derrotas proporcionaram ensinamento necessário ao rearranjo tático de maneira a atingir a vitória.

⁷⁹ As primeiras campanhas eram formadas basicamente por forças locais, havendo participação efetiva das forças federais somente na última campanha.

na direção de Canudos, constituído dos mais diversos tipos humanos, desde os pequenos criadores e vaqueiros crédulos, aos sanguinários facínoras sertanejos. Aqueles, pela satisfação de seu misticismo, e estes abrigo seguro contra a lei (HEB, 1972:714; 1998:25).

A última expedição foi liderada por Artur Oscar e duraria ainda cerca de um mês e meio até que Canudos fosse derrotado, com o último assalto governista em 1 de outubro de 1897. Segundo a *HEB*, a aceitação da rendição das tropas de Conselheiro não foi unânime e alguns, fanatizados ao extremo, assassinavam friamente os companheiros que pretendiam entregar-se, assim como atentaram “contra a vida de alguns militares de boa-fé” (HEB, 1972:731; 1998:32):

Terminava a participação do Exército na defesa das instituições, enfrentando o fanatismo, e o banditismo que, durante alguns anos, trouxeram a intranquilidade ao interior baiano, e tantos sofrimentos causaram à família brasileira, enlutada pela morte de alguns dos seus melhores filhos (HEB, 1972:731; 1998:32).

Dessa forma, podemos observar que o discurso oficial compartilha de uma perspectiva tradicional sobre Canudos, com excessiva acentuação na referência aos traumas particulares de Conselheiro que, segundo Douglas Monteiro (1978:58), é diretamente proporcional à visão de Canudos como uma aberração pela qual foi parcialmente responsável uma personalidade psicologicamente anormal.⁸⁰

A narrativa sobre as lutas irregulares segue com as lutas no Mato Grosso entre 1891 e 1906,⁸¹ a Revolta de Juazeiro, a Revolução Sertaneja, a Campanha do Acre e o Contestado. Com exceção da penúltima, todas as outras são tratadas, assim como Canudos, como manifestações da guerra revolucionária. No inóspito e atrasado sertão desenvolveram-se idéias atrasadas, constituindo abrigo de fanáticos e bandidos. Porém, atenua-se a participação dos sertanejos nesses episódios pela sua fibra guerreira e sua ignorância: “A História do

⁸⁰ Para diferentes visões sobre o episódio de Canudos, tanto acadêmicas quanto militares: Galvão (1977), Moniz (1978), Araripe (1985), Fundação Casa de Rui Barbosa (1986), Levine (1992), Litrento (1998), Villa (1999).

⁸¹ Mudança de título da primeira para a segunda edição, passando de *Mato grosso – lutas irregulares entre 1891 e 1906* para *Mato Grosso: conflitos armados de 1891 a 1906*.

nordeste, depositária de inúmeros feitos guerreiros é uma página a comprovar a fibra e a combatividade do seu povo, sempre afeito a inflamar-se pelas causas julgadas santas por suas almas rudes, igual à terra que os viu nascer” (HEB, 1972:748).

Neste contexto, “A ação do Exército no epílogo dos acontecimentos: conciliação e firmeza, recolocando o império da lei e da ordem” (HEB, 1972:745). Temos aqui o terceiro elemento de representação do Exército, onde um novo fator será adicionado aos termos da unidade e integridade: a defesa da lei e da ordem. Assim como vimos na narrativa sobre os movimentos provinciais anteriores à Guerra do Paraguai, o terreno começa aqui a ser preparado para a efetivação deste elemento simbólico que será chamado a justificar a atuação militar a partir de 1922, numa representação que irá se consolidar com a Revolução de 31 de março de 1964.

A Campanha do Contestado (1911) foi o mais destacado desses movimentos, combinando conteúdo religioso com reivindicação social. Ela desenrolou-se numa área litigiosa entre o Paraná e Santa Catarina e envolveu também o estado de São Paulo. Havia choques intermitentes entre elementos da força policial do Paraná e Santa Catarina, em torno de questões de jurisdição no território contestado, porém, segundo alguns autores, o movimento não tinha como objeto principal essa disputa.⁸² Nasceu reunindo seguidores de um “coronel” tido como amigo dos pobres e pessoas de diversas origens atingidas pelas mudanças que vinham ocorrendo na área: trabalhadores rurais expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e uma empresa madeireira e gente que, tendo sido recrutada na construção da ferrovia, havia ficado desempregada no fim de seus contratos. Os rebeldes se agruparam em torno de José Maria, uma figura que foi santificada após sua morte logo nos primeiros choques com a milícia estadual. Estabeleceram vários acampamentos, organizados

⁸² De acordo com Monteiro (1978:71), a disputa envolvendo a região se agravou com o estabelecimento do novo regime, em decorrência direta da autonomia constitucional adquirida pelas unidades federativas e, com a questão de limites, o Contestado manteve conexão apenas incidental.

na base da igualdade e fraternidade entre os membros. Reivindicavam a posse da terra enquanto esperavam a ressurreição de José Maria (FAUSTO, 2002:167).

Contudo, afirma a *HEB*, o governo paranaense, supondo ser a invasão de seu estado pelos fanáticos de José Maria um pretexto de Santa Catarina para inflamar ainda mais a questão de limites, resolveu reagir, expulsando-os de seu território. Tiveram início as ações de guerra no Contestado, uma das mais cruentas do Brasil (HEB, 1972:770-71; 1998:56). O Exército lutou ao lado da força pública do Paraná “e mais uma vez, o Exército interveio para restaurar a paz, garantindo a tranquilidade da família brasileira” (HEB, 1972:772; 1998:57). Contudo, os métodos utilizados neste combate não são mencionados pela narrativa, entrando também para o quadro dos “não-ditos”. Segundo Monteiro (1978:75), quando General Fernando Setembrino de Carvalho assumiu a chefia das operações (setembro de 1914), a ação repressora tomou caráter mais sério e organizado, sendo implacável no combate aos rebeldes. A descrição desse autor sobre a ação repressiva ao Contestado lembra muito as ações desencadeadas pelo Exército no combate aos movimentos de guerrilha das décadas de 60 e 70:

As vilas santas dos rebeldes e suas numerosas guardas e redutinhos foram sendo destruídas, refugiando-se os remanescentes no vale do rio Santa Maria, onde vieram a formar uma grande concentração. Foram então atacados nesse lugar, a partir de várias direções, por seis mil soldados do Exército e da Polícia, acrescidos por mil saqueadores. O mais moderno equipamento bélico foi contra eles utilizado, experimentando-se, inclusive, o emprego de pequenos aviões para bombardeio e reconhecimento. Em 1915 consumou-se a liquidação dessa rebelião sertaneja, restando apenas pequenos grupos esparsos (MONTEIRO, 1978:75).

A construção narrativa sobre o Contestado é, nesse sentido, mais um exemplo de como são traçados paralelos entre os acontecimentos passados vividos pelo Exército e sua experiência presente. Quando da primeira edição da *HEB*, as Forças Armadas estavam envolvidas na luta contra os movimentos armados que tomaram vulto no contexto da Guerra Fria, cujo tom era dado pela guerra revolucionária. Coincidentemente, suas características são aqui utilizadas para definir o Contestado:

Contestado, uma guerra revolucionária

Ao contrário de Canudos, em que os jagunços contentavam-se em viver, a seu modo, a sua ordem, na tróia sertaneja, nesta guerra surgiu a idéia de implantar uma nova ordem, além dos redutos do Contestado.

(...)

Se difere de Canudos em seus aspectos bélicos, Contestado se lhe equipara como fenômeno social. Ambos são rebeliões dos sertões, esquecidos pelo governo central. Ambos são advertências para a busca de melhores fórmulas de integração nacional, hoje, realidade das nossas esperanças (HEB, 1972:789; 1998:67).

Destacam-se nessa relação a questão do isolamento geográfico e social do interior do país que dá abertura a manifestações como de Canudos e do Contestado, aproveitando-se desse isolamento guerrilhas como de Caparaó e do Araguaia. Em segundo lugar, a referência à ordem, que começa a aparecer com mais freqüência na narrativa, indica o caminho do envolvimento do Exército nos assuntos de natureza interna, tendo por base essa justificativa. Isto é, sempre que a ordem for ameaçada, o Exército estará pronto para garanti-la e restabelecê-la.

Com o fim de estabelecer essa prerrogativa, dedicam um capítulo para mostrar a *Contribuição do Exército para a Integração Nacional nos Primórdios do Período Republicano* e outro sobre a *A Reforma Militar e o Significado para a Defesa Nacional*. No primeiro deles, destaca-se a participação das Forças Armadas, prioritariamente o Exército, em uma série de atividades de “interesse nacional” como a construção de ferrovias e rodovias, a ampliação das redes de comunicação, a contribuição para o campo científico (botânica, zoologia e mineralogia) e na demarcação e conhecimento de fronteiras terrestres. O objetivo é estabelecer uma ligação entre suas atividades e os interesses nacionais de forma a definir seu caráter civilizador:

Não devemos encarar unicamente o caráter pioneiro e civilizador da atividade militar. Muito representa o simples ato de presença. Poucos se dão conta da ação catalisadora do Exército na vida do país. De fato, sempre o primeiro a partir em socorro às populações nos momentos difíceis, nas calamidades, nas premências. (...) E se a ele somarmos o papel do Exército, como zona de confraternização social, dizer de Gilberto Freire, em nosso interior, integrando indivíduos primitivos, na alma e no espírito, em grupos cívico-sociais, perfeitamente definidos, como são os dos quartéis, mais nos capacitaremos da sua importância e indispensabilidade (HEB, 1972:793; 1998:69-70).

Uma vez estabelecida essa relação, o discurso segue destacando a importância da reforma militar que promoveu mudanças institucionais que teriam permitido novamente a aproximação dos militares do cenário político. Se nos últimos anos da Monarquia o Exército estava estagnado, não houve também grandes melhorias na situação das Forças Armadas nos primeiros anos da República, embora os militares ocupassem a presidência. Porém, já sob o governo do marechal Hermes (1910-1914), houve um surto renovador, com a reestruturação do Exército e a reorganização do ensino nas escolas militares (1972:802; 1998:74). O ápice dessa reforma se deu logo após a I Guerra Mundial que, trazendo novos elementos à chamada arte da guerra, mostrou ao Exército a necessidade de sua atualização.⁸³ Com este intuito, decidiu-se pela contratação de uma missão militar estrangeira para promover essa atualização.

Os primeiros anos da Missão Militar Francesa deram impulso à reforma e, de 1920 a 1940, a Missão trabalhou junto ao Exército, elevando o nível da sua oficialidade, adotando altos padrões para a seleção dos seus chefes (HEB, 1972:813; 1998:77): “Dessa conjuntura surgiu o Exército brasileiro atual, merecedor da confiança do país, porque o rumo de sua estrada se confunde com o próprio rumo da nacionalidade” (HEB, 1972:813).

Chegamos, assim, ao contexto que proporcionou que, em 1922, o Exército se aproximasse em definitivo do cenário político, culminando com o golpe de 31 de março de 1964 que instaurou o regime militar no Brasil. Mas, dadas às características encontradas nessa narrativa, principalmente as alterações encontradas de uma edição à outra e certa falta de sustentação narrativa, as questões envolvidas neste período serão traçadas em capítulo próprio, em análise conjunta com a Marinha.

⁸³ Embora a participação militar brasileira na I Guerra Mundial – principalmente do Exército – tenha sido marginal, a *HEB* destaca que, embora não muito numerosa, nossa participação na guerra foi bastante significativa justamente por permitir essas mudanças institucionais: “Externamente, o Brasil, primeira vez em sua história, ombreou-se com as nações mais poderosas do mundo, mostrando a capacidade de atuar, além fronteiras. Internamente, beneficiou-se, principalmente, pela passagem do Exército profissional da época, para a nação armada, do soldado-cidadão” (1972:823; 1998:83).

II. O DISCURSO HISTÓRICO DA MARINHA BRASILEIRA

II. O discurso histórico da Marinha Brasileira

Assim como o projeto histórico levado adiante pelo Exército, a Marinha também se empenhou na construção e organização de sua história, pois segundo as palavras de Geraldo Azevedo Henning na apresentação da obra, “estava, no entanto, para ser estudada de forma global, a capital importância das forças de mar na ocupação e defesa do território brasileiro, desde os anos imediatos ao Descobrimento” (HNB, 1975:10). Com este intuito, foi determinado ao Serviço de Documentação Geral da Marinha (atual Serviço de Documentação da Marinha) a redação e publicação da *História Naval Brasileira*. Criado em 1943, esse órgão da Marinha tem por função a conservação de documentação e do patrimônio histórico e artístico da Marinha, contribuindo, portanto, no “estudo, pesquisa e divulgação da História Marítima Brasileira”.⁸⁴

A obra é composta por cinco volumes (totalizando dez livros) que apresentam ao público textos assinados por “ilustres especialistas nacionais e estrangeiros”, fator que a diferencia de sua congênere terrestre. Apesar disso, optou-se por manter a referência similar a utilizada para a HEB, uma vez que autoria não desqualifica o caráter oficial desta publicação,

⁸⁴ Disponível em <<http://www.mar.mil.br/sdm/sede/missao.htm>>. Acesso em 25/07/2007.

objeto de estudo deste trabalho. Além disso, não são apresentados dados sobre a concepção e elaboração da coleção, que podem ser encontrados na *HEB*.

De maneira geral, é difícil encontrar discussões sobre a Marinha colonial, principalmente sobre o período que decorre do descobrimento das terras ultramarinas na América até a transferência da família real portuguesa para a colônia. Em grande parte, isso se explica pelo fato de, historicamente, essa Marinha ser expressão do poder naval português e não uma força brasileira que, como tal, só passaria a existir com a Independência. Essa visão, que caminha em consonância com a realidade histórica da formação da força naval, é sustentada durante toda a narrativa da *HNB*, de maneira diversa do que vimos ser construído na narrativa histórica do Exército, que busca nos primórdios do Brasil colonial as bases de sua fundação. Partindo dessa constatação, duas considerações precisam ser ponderadas.

Em primeiro lugar, como explicar que mais da metade das quase quatro mil páginas que compõem a *HNB* sejam dedicadas a um período em que a força naval brasileira “oficialmente” não existia? Em segundo lugar, se a Marinha não estabelece um mito de origem de sua fundação, baseando-se, pelo contrário, nos fatos históricos para fixar o momento de seu surgimento, isso significa que encontraremos em suas páginas apenas “constatações históricas” e, neste caso, haveria menor espaço para as construções simbólicas que remetem aos aspectos de representação, identificadas de maneira expressiva na narrativa do Exército? A resposta para ambas as perguntas se relaciona de maneira muito particular no caso da história naval e, definitivamente, refere-se a um aspecto capital de sua identificação.

A *HNB*, tal qual a *HEB*, começa sua narrativa com o descobrimento do Brasil e a estrutura militar, neste caso marítima, conduzida pelos portugueses nos anos que se seguiram. Entretanto, tanto essa estrutura como seus feitos são apresentados dentro do panorama do poder naval português e não brasileiro. Mesmo a existência de composições populacionais descritas como luso-brasileiras não é passível de transformar, nem ao menos

em termos de discurso, essa Marinha em brasileira. Pelo contrário, o termo que para o Exército indica a existência de aspectos de “nacionalidade”, na Marinha sustenta a visão de uma força que ainda não pode ser considerada nacional, pois os interesses de uma força cujos quadros eram compostos por elementos prioritariamente portugueses estariam comprometidos com os interesses da metrópole. Entretanto, os anos iniciais de nossa história, bem como a forma pela qual se deu o próprio descobrimento, são argumentos utilizados para destacar a supremacia e antecedência da força naval sobre as outras forças.

Essa supremacia pode ser mais facilmente identificada no que diz respeito à face tecnológica da força naval. Isto é, por ser uma força que necessita de equipamentos com características específicas para o pleno desempenho de suas atividades, o discurso preocupa-se sobremaneira com a descrição de aspectos tecnológicos, muitas vezes de uma maneira que pode parecer exagerada. No entanto, esse exagero exerce um papel representativo muito específico: estabelecer a diferença profissional entre Marinha e as outras forças. Mais que isso, concentrando-se em narrativas técnicas do manejo e utilização das diferentes embarcações, do conhecimento necessário sobre aspectos geográficos como de correntes marítimas e ventos, o discurso estabelece sua superioridade profissional como se mostrasse que a condução da guerra no mar prescinde de conhecimentos mais específicos e complexos. Nesse sentido, indiretamente, o discurso que se estabelece reitera o imperativo de profissionalização de seus quadros.

O argumento da profissionalização abre caminho para outra questão importante dentro de sua estrutura de representação, diretamente relacionada à posição da Marinha no quadro mais amplo da história nacional, que constantemente destaca a atuação do Exército. Isto é, implícita – e algumas vezes explicitamente – no discurso identificamos o seguinte argumento: a Marinha esteve presente em momentos importantes da história nacional tanto quanto o Exército. Entretanto, se sua participação não teve a mesma projeção dessa força, é

porque a Marinha esteve mais preocupada em exercer sua função profissional, afastando-se do cenário político sempre que seu profissionalismo esteve em jogo.

Profissionalismo neste caso está diretamente relacionado ao conceito desenvolvido por Huntington em *O Soldado e o Estado* (1997) que, em linhas gerais, afirma que quanto mais profissionalizada uma Força Armada, mais afastada ela deve se manter da política e, na medida inversa, mais distante se encontra do padrão profissional quanto mais envolvida nessa área. Nesse sentido, estabelece-se diretamente uma crítica ao discurso construído pelo Exército, como se dissesse: somos tão importantes quanto vocês, porém, se nossa participação na vida nacional não foi tão evidente é porque somos mais profissionais.

Esse posicionamento frente ao Exército permite compreender, portanto, a própria estrutura narrativa construída na *HNB*. A preocupação com a “veracidade histórica” e o pouco espaço aberto à exaltação inflamada dos líderes e da atuação da força naval nos eventos, que contribuiriam para as construções míticas, contrapõem-se diretamente à narrativa construída pela *HEB*. A própria apresentação da obra, com textos mais bem cuidados, repletos de referências bibliográficas e todos assinados, senão por historiadores, como o caso de Pedro Calmon, pelo menos por pessoas com experiência em estudos históricos, deixa transparecer uma preocupação com um “profissionalismo histórico”, no sentido de não ser uma obra amadora de história.

Isso pode ser lido nas entrelinhas da descrição sobre a criação do poder marítimo brasileiro. Segundo a narrativa, quatro personagens destacam-se na criação urgente do Poder Marítimo: D. Pedro, José Bonifácio (Ministro da Marinha), Luís da Cunha Moreira (Capitão-de-Mar-e-Guerra) e o Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes (brasileiro nato e herói naval), sendo necessário exaltá-los, “mas na espécie idônea do reconhecimento público, que é a verdade histórica. Em lugar dos lauréis, que se entrelaçam à retórica, a narração, a pesquisa, o documento, que impõem, e pressupõem, a justiça” (*HNB*, 1975:19).

Se, como afirma Bourdieu, a identidade social se define e se afirma na diferença,⁸⁵ enquanto na *HEB* é clara a diferenciação com o elemento civil, que segundo Castro (1990), compõe a estrutura principal na construção da identidade militar, na *HNB* essa construção se estabelece muito mais na relação interna entre as forças, numa disputa da Marinha com o Exército pelo seu lugar na história nacional. Nesse sentido, o discurso desenvolvido pela Marinha se configura como uma contranarrativa ao discurso construído pelo do Exército.

⁸⁵ A discussão de Bourdieu sobre a questão da diferença perpassa sua obra, podendo ser encontrada em *O poder simbólico* (1989), *Le sens pratique* (1980) e em *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1997).

3. Do Descobrimento à Independência

3.1.A Marinha nos anos iniciais da colonização: aspectos técnicos e históricos

Historicamente, houve três grandes eras do uso do mar com propósitos bélicos, seja na paz ou na guerra. Descartando o período do neolítico ao surgimento das primeiras cidades, a primeira era se estende da invasão dos povos do mar sobre o Egito (5500-4500 a.C.) às batalhas pela posse do Mediterrâneo oriental entre cristãos e muçulmanos (1500-1600 d.C.). Marcado pelas embarcações cujo tipo mais conhecido é a galera, nesse período uma frota poderia ser inteiramente criada em menos de um ano, o que descartava a manutenção de uma grande esquadra sem que houvesse necessidade militar imediata. Tampouco havia necessidade de pessoal especializado para a sua tripulação, pois seus equipamentos eram mais rudimentares. Além disso, havia nesse momento uma “enorme dependência da terra para as operações no mar, tanto em termos das necessidades logísticas quanto da própria forma de guerrear”, configurando um mundo naval com características completamente diversas daquele

que o sucedeu: a era da Vela (PROENÇA JUNIOR, 1999:91-92).⁸⁶ Era esse justamente o momento naval vivido por Portugal no período das grandes navegações, quando da descoberta do Brasil. A era da Vela teve início com a aventura da Escola de Sagres e a fusão dos conhecimentos ocidentais e muçulmanos que deram origem à caravela foi a matriz de todo o desenvolvimento naval característico desse período.

A preocupação da *HNB* com a descrição minuciosa dos navios e das técnicas de navegação pode, em parte, ser explicada pela dificuldade em se classificar as inúmeras possibilidades de navios dependentes basicamente de critérios de utilização. Isto é, se por volta de 1550, a forma do navio a vela já estava definida, as questões associadas à otimização das linhas, armamentos, carga, tripulação, navegabilidade e segurança ainda estavam sendo resolvidas em fins do século XIX e dependiam de sua utilização principal, se para fins bélicos ou econômicos, num processo em que “cada navio era concebido e construído individualmente, tornando difícil compará-los” (PROENÇA JUNIOR, 1999:94).

Entretanto, entre a primeira e segunda era identificadas por Proença Junior, as transformações no tipo de navegação não implicavam em maior dificuldade técnica no que tange à construção das embarcações. Tampouco existia ainda diferenciação definida entre as forças terrestre e naval e, portanto, a Marinha não se distinguia ainda em sua característica especificamente militar, pois era formada visando objetivos essencialmente comerciais. Dessa forma, dada à facilidade com que se compunha uma esquadra e o baixo treinamento requerido para sua tripulação, bem como as características particulares das grandes navegações e da própria constituição das Forças Armadas,

Até o século XVIII, as ações no mar eram consideradas semelhantes, em essência, às ações em terra, e não havia nada de extraordinário na nomeação de generais ou nobres para o comando no mar, sem nenhuma experiência prévia. Reconheciam-se as especificidades da vida marinheira e do manejo dos navios a vela, mas isso era considerado, para a boa condução da guerra no mar, menos importante na seleção de

⁸⁶ O livro foi escrito em parceria com outros dois autores, Eugênio Diniz e Salvador Ghelfi Raza, responsável pela parte sobre a Marinha.

um almirante do que o entendimento da arte da guerra ou vínculos aristocráticos (PROENÇA JUNIOR, 1999:94).

A grande transformação para a Marinha que estabeleceu a terceira grande era do uso do mar se tornou possível pelo desenvolvimento tecnológico surgido *pari passo* com a Revolução Industrial (PROENÇA JUNIOR, 1999:95), cujas transformações materiais levadas a cabo definiram também mudanças técnicas importantes, tanto em nível organizacional das Esquadras quanto em suas concepções estratégicas:

A terceira era – a era da máquina – foi marcada em seu início pelas alterações determinadas, em um primeiro momento, por inovações técnicas com ênfase nas áreas propulsivas, metalúrgicas e de armamentos, consideradas isoladamente. Num segundo momento, caracterizou-se pela busca dos melhores arranjos que as possibilidades combinatórias desses elementos permitiam, gerando assim uma dinâmica de inovação complexa cujos efeitos são sentidos até hoje.

Nesse momento começam a surgir as Marinhas propriamente ditas que são uma invenção recente, assim como os Exércitos profissionais. Como num processo de desdobramento, o desenvolvimento técnico-material promovido pela Revolução Industrial impôs necessidade maior de especialização dos recursos humanos para o manuseio dos novos equipamentos e, por conseguinte, aumentou a demanda pela profissionalização dos quadros militares para que estes pudessem desempenhar sua função no novo contexto.

Todas essas questões podem ser identificadas nesse primeiro conjunto narrativo da *HNB*, quando nos deparamos com detalhadas descrições técnicas sobre navegação. Num primeiro momento, as análises minuciosas sobre aspectos do descobrimento, como a verificação dos locais onde teria aportado o primeiro navio português em função dos dados técnicos disponíveis como latitude, longitude, ventos e correntes marítimas, podem parecer apenas uma inquietação em busca de uma “verdade” histórica. Contudo, esse exacerbado detalhamento traz implícita duas idéias expostas anteriormente.

Em primeiro lugar, a preocupação com um “profissionalismo histórico-científico”, isto é, não aceitam os dados dispostos na historiografia sob a justificativa de que

os dados devem ser confrontados. Nesse sentido, baseiam-se em análises técnicas para averiguar a veracidade, por exemplo, dos dados disponíveis sobre o descobrimento: se os portugueses chegaram por onde os documentos oficiais afirmam terem chegado, se levaram o tempo que se diz terem levado, etc. Esse tipo de análise dificilmente poderia ser levada à efeito por alguém que não dispusesse de conhecimentos específicos, o que conduz à segunda questão implícita na análise desenvolvida pela *HNB*, de que dada a sua tecnicidade, a Marinha possui características particulares que a diferenciam das outras Forças, principalmente do Exército. Esse posicionamento condiz com o pensamento de um dos mais influentes pensadores da guerra no mar cujas proposições dominaram o pensamento estratégico de toda uma geração⁸⁷:

Mahan afirma uma continuidade eterna dos assuntos do mar, dos assuntos navais, que se mescla bem com a visão da história (na forma de narrativas mitológicas) como fonte de tradição das Marinhas e que, justamente, oferta justificativa para a especificidade e identidade das Marinhas como distintas e separadas das outras forças (PROENÇA JUNIOR, 1999:121).

Assim, os primeiros capítulos são dedicados à “arte de navegar na época dos grandes descobrimentos”, “a navegação à vela no litoral brasileiro”, a descrição dos navios utilizados à época e o “condicionamento físico do Atlântico e a navegação à vela”. Essa narrativa prima pela descrição técnica das formas de navegação e dos instrumentos utilizados, como demonstra a descrição da primeira e da segunda fase da navegação astronômica.

Exemplo disso é o Apêndice intitulado *Um caso típico brasileiro – os caravelões*, escrito por Carlos Francisco Moura (*HNB*, 1975:103-115), cujos traços principais resumimos abaixo.

O Caravelão foi o tipo de barco mais utilizado ao longo do litoral brasileiro no início da colonização, embora a maioria dos textos de História do Brasil nem sequer o mencione. Muito semelhante às caravelas do descobrimento, mas de construção rústica, foi o

⁸⁷ Sobre os principais pontos do pensamento de Mahan e as críticas a ele dirigidas ver Proença Júnior (1999).

tipo de barco mais comum no Brasil do início da colonização até meados do século XVII, ficando também conhecido com outros nomes: barcos da costa, barco latino da costa, barco latino, caravelas de pouco porte e caravela pequenas.

Muito antes da chegada do primeiro governador geral, já se construíam caravelões no Brasil e sua participação “é assinalada em importantes acontecimentos da História brasileira: na guerra contra os franceses no Rio de Janeiro, na exploração do rio São Francisco, na conquista do Rio Grande do Norte, no povoamento do Ceará, na conquista do Maranhão, etc”. Essa embarcação freqüentava também o rio da Prata e o litoral argentino, além de ter sido utilizada na luta contra os holandeses.

O uso dos caravelões se generalizou no Brasil em função de sua adequação às condições de navegabilidade do litoral brasileiro e a escassez, na colônia, de carpinteiros especializados no fabrico de navios de grande porte. Segundo o autor, essa pesquisa sobre o assunto é a primeira, mas está longe de ser completa: “Entretanto, serve para tirar do esquecimento esse valioso meio de transporte e comunicação e de afirmação de soberania na fase do início da formação territorial do Brasil” (HNB, 1975:114).

Outro exemplo pode ser encontrado no tópico *O condicionamento físico do Atlântico e a navegação à vela*, escrito pelo almirante Max Justo Guedes (HNB, 1975:117-137), onde se discute a característica dos ventos na rota Portugal-Brasil no Atlântico. A justificativa para essa discussão afirma que se na navegação à vela o vento é o fator fundamental, há, portanto, necessidade de conhecê-lo, determinando-lhe as características nos diversos trechos da rota desejada, pois disso depende o sucesso e a realização da viagem. Os navegantes de vela tiram partido das situações dos ventos para atravessarem uma região no mais curto espaço de tempo, sofrendo o mínimo possível da inação das calmas. Depois de minuciosa avaliação técnica, conclui-se que qualquer dos tipos de navio antigamente empregados na Carreira do Brasil (viagens e torna-viagens entre Portugal-Brasil) podia fazer

a travessia em ambos os sentidos, sem maiores problemas, ao longo de todo o ano, ao contrário, por exemplo, do que acontecia no Oceano Índico (HNB, 1975:131).

Voltando a atenção para a narrativa propriamente histórica, o argumento principal da importância da Marinha na história do Brasil é expresso logo no início do primeiro capítulo, assinado pelo historiador Pedro Calmon que, numa análise da situação política do Brasil desde o descobrimento, afirma que “o Brasil foi o prolongamento e coroação da admirável aventura marítima dos portugueses” (HNB, 1975:13). Ou seja, a descoberta das terras brasileiras se deve à política predominantemente naval de Portugal no século XVI, pois foi justamente pelo seu poder naval que Portugal se destacou das demais nações européias à época das grandes navegações. Essa característica teria sido repassada à colônia, onde a Marinha desempenhou sempre papel importante: “Sem a Marinha, não se completaria a Independência, nem se unificaria o Estado” (HNB, 1975:15).

No entanto, é difícil encontrar trabalhos que se dediquem ao estudo da Marinha colonial, principalmente entre os anos iniciais da colonização e a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil. Como anteriormente apontado, isso se deve principalmente ao fato de, nesse período, a Marinha constituir-se como expressão do poder naval português. Essa idéia foi bem sintetizada por Holanda que, em capítulo sobre as Forças Armadas no período colonial dedica três parágrafos à Marinha do período, abaixo reproduzidos:

No período colonial o Brasil recebia continuamente de Portugal a visita de frotas de navios esparsos. Não só para a defesa do seu litoral, como também para aguada, antes de tomarem as naves o rumo das Índias. Posteriormente, com a produção em grande escala do açúcar e depois com a descoberta das minas de ouro e de diamantes, foi necessária a organização de um sistema seguro de transporte e proteção dessa riqueza para a Metrópole.

Mas toda essa organização tinha por base Portugal. As frotas e navios partiam daí com produtos manufaturados, importados na sua grande maioria do estrangeiro, e retornavam com as riquezas da Colônia.

Como os barcos eram de madeira, algumas naus e navios menores puderam ser construídos no Brasil, mas foram artilhados e equipados com peças e materiais provenientes da Europa (Holanda, 1971:259).

Contudo, embora se estabeleça a formação da Marinha brasileira com a Independência, o discurso situa, mesmo que indiretamente, sua antiguidade frente às outras forças ao destacar continuamente a tradição naval da Península Ibérica, uma vez que “Logo no início da integração dos povos das terras descobertas os portugueses instalaram a construção naval nessas terras”. O marco dessa antiguidade é estabelecido pela construção de embarcações no Brasil no momento inicial da efetiva colonização do território, logo após a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, quando são construídos no Rio de Janeiro dois bergantins de 15 bancos para reconhecimento da costa.

“Em resumo, e tal como sucedeu com a náutica, os portugueses prepararam-se tecnicamente no domínio da construção naval para a empresa do descobrimento e para assegurar o comércio com o Oriente e a defesa das rotas” (HNB, 1975:57) e, em razão disso, acabaram estabelecendo a prioridade naval também na colônia. Assim, sustenta-se a primazia da força naval nos anos imediatamente posteriores ao descobrimento, principalmente pela sua função de defesa das terras descobertas, mesmo que de maneira ainda pouco constante e efetiva, por meio das expedições de reconhecimento da costa brasileira.

3.2.A Marinha na luta contra as invasões estrangeiras

O foco da construção narrativa da *HNB* nesse momento inicial da história do Brasil está voltado para o desempenho do poder naval na defesa das terras brasileiras contra a atuação estrangeira, seja na forma de corso, pirataria ou nas tentativas de estabelecer redutos de colonização nas terras conquistadas. Como ainda não havia sido dado início ao efetivo processo de colonização, a defesa e manutenção da posse portuguesa – especialmente da costa

litorânea – passava necessariamente pela via marítima para a ligação entre colônia e metrópole. Essa característica, aliás, permanecerá durante toda a fase colonial.

Portugal viu por diversas vezes seu monopólio em risco diante dos interesses estrangeiros pelas riquezas do Brasil, o que o envolveu em vários episódios de beligerância marítima. A beligerância marítima é aquela exercida nas águas dos oceanos, mares costeiros ou internos, sendo de três tipos:

1. Oficiais: formada por elementos materiais e humanos criados pelas nações para a sua defesa, constituindo as diferentes Marinhas existentes. Como está totalmente subordinada ao Estado, no caso de guerra, ele pode requisitar todos os navios existentes, inclusive mercantes, e transformá-los em navios auxiliares ou de guerra;
2. Corso marítimo: “a empresa de um particular contra os inimigos de sua pátria, realizada com a permissão e debaixo da autoridade da potência beligerante, com o objetivo exclusivo de causar perdas ao comércio inimigo e interceptar os neutros”, podendo ser praticado tanto na guerra como na paz como represália;
3. Pirataria: empresa armada com fim lucrativo e sem autorização de qualquer governo (477-478).

As primeiras expedições de reconhecimento do litoral são aqui debitadas aos nautas espanhóis Vicente Yañes e Diego de Lepe, que teriam passado pelo Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Território do Amapá, entre 1499-1500. Porém, afirma-se que esse reconhecimento nada tem a ver com o descobrimento do Brasil, feito pelos portugueses, pois a costa avistada pelos espanhóis só se tornou território brasileiro mais de um século após o Descobrimento: “O Brasil nasceu na Baía Cabralia, e a partir dali foi construída a sua atual grandeza” (HNB, 1975:179-180).

As primeiras expedições portuguesas efetivamente de reconhecimento se deram imediatamente após o descobrimento, em 1501-1502 (HNB, 1975:226); Expedição de

1502-1503 (HNB, 1975:239); Viagem de 1503-1504 (HNB, 1975:241). No entanto, a ação portuguesa no Brasil nesse período resumiu-se à exploração do pau-brasil e, conseqüentemente, à defesa da costa contra os navios estrangeiros que vinham em busca da madeira, mesmo antes de 1500.

Embora Portugal estivesse mais propenso ao aproveitamento comercial do caminho marítimo para as Índias e à conseqüente garantia do monopólio com outras nações asiáticas, não se descuidou do Brasil, asserção comumente encontrada nos estudos da maioria dos nossos historiadores. Documentos vieram provar terem sido numerosas as expedições oficiais e as preparadas por particulares, com objetivos comerciais, destinados principalmente ao resgate de pau-brasil, produtos da terra e ao estabelecimento de feitorias ao longo do litoral (HNB, 1975: 475).

Segundo Donato, houve dois períodos de maior agressividade corsária no Brasil. O período que se estende de 1500 a aproximadamente 1650 foi incentivado pela cobiça material e por motivações políticas (união das coroas ibéricas) e mesmo religiosa (1996:69). Já o segundo período, na primeira metade do século XIX, teve inspiração patriótica. Durante os conflitos no Prata, navios e marujos americanos, franceses e ingleses principalmente, sob bandeira argentina ou uruguaia, obrigaram o Brasil a manter numerosos barcos vigiando a imensa costa, longe do estuário platino – verdadeiro centro das operações de guerra. Fora desses períodos, a movimentação de corsários e piratas foi freqüentemente registrada em toda a extensão do litoral, particularmente no Nordeste.

Dentro do primeiro período, a *HNB* estabelece características diferentes para a ação corsária no Brasil tendo como marco a União das Coroas Ibéricas em 1580. Entre 1500 e 1580, o motivo principal das incursões estrangeiras era o tráfico de pau-brasil, pois as dificuldades oferecidas ao curso de navios carregados com ouro e prata da América espanhola tornaram o Brasil uma alternativa para que esses navios não voltassem vazios à Europa. Durante esse período, os franceses foram aqueles que desempenharam mais ativamente as atividades de corso e, nas suas ações, evitaram quase sempre enfrentar a repressão portuguesa.

Anotações do Padre Anchieta datam de 1504 a chegada dos franceses ao Brasil. Este fato não contradiz uma possível presença anterior em algum ponto do litoral brasileiro, de bretões ou normandos desconhecidos e que, mesmo que tenha existido, segundo a *HNB*, não entraria em choque com o papel pioneiro dos portugueses, pois “uma coisa é tocar o litoral, outra coisa é estabelecer relações constantes com uma região” (*HNB*, 1975:405).

Assim, a atuação francesa na costa brasileira foi intensa desde o descobrimento. Nas palavras de Donato (1996:71): “A história da progressão da conquista portuguesa sobre o Leste, o Norte, o Nordeste e mesmo a Amazônia é igualmente a crônica do enfrentamento com soldados, corsários, aventureiros e mercadores franceses”. Para conter os franceses, principalmente, é que Lisboa organizou as expedições guarda-costas.⁸⁸

A relação entre o Brasil e a França no período colonial foi sempre muito intensa e contraditória enquanto os rivais disputavam apenas as riquezas naturais. Em virtude dos interesses econômicos em questão, suas operações de comércio se mesclaram freqüentemente com os combates navais: “o corso não foi senão a expressão violenta dos choques entre os diferentes grupos econômicos internacionais que dispunham de bandos de aventureiros no mar, sempre prontos para a ação armada” (*HNB*, 1975:413). Contudo, talvez por culpa da carência dos meios militares, os franceses dedicaram-se apenas à pilhagem comercial nesse primeiro período (*HNB*, 1975:525).

⁸⁸ Donato (1996) destaca que como os protestos do rei português se mostravam inúteis, foram enviadas “expedições de patrulhamento costeiro, as quais combateram os intrusos até mesmo com violência excessiva, caso daquela de 1526 comandada por Cristóvão Jacques” (DONATO, 1996:72). A *HNB* destaca a atuação de Cristóvão Jacques nessa luta em defesa dos portugueses, que empreendeu entre 1516 e 1528 três viagens de exploração ao Brasil. As três viagens a que procedeu eram completamente individualizadas: a primeira dedicou-se a reorganização do comércio de pau-brasil (1516-19); a segunda explorou o Rio da Prata e procurou interessar o rei para que procedesse a sua colonização (1521-22); e a terceira reprimiu as atividades do comércio clandestino no litoral do Brasil (1527-28). Cristóvão Jacques era Capitão-mor do Mar e, como tal, suas faculdades estavam perfeitamente delimitadas e suas atribuições limitavam-se ao mar: não tinha ingerência em assuntos das capitânicas de terra, porém, não era permitida nenhuma intromissão nas armadas sob seu comando. Em 1528, C. Jacques retorna a Portugal (*HNB*, 1975:285). Entretanto, nessa descrição, não existe qualquer menção à violência citada por Donato, o que é compreensível já que a aceitação da violência poderia colocar em risco a validade do símbolo.

Podem ser destacadas duas principais tentativas de fixação e domínio territorial francesa no Brasil: a França Antártica (1555-67), no Rio de Janeiro; e a França Equinocial (1612-15), no Maranhão. Em meados do século XVI, as capitanias portuguesas não eram uniformemente sólidas. São Vicente e Pernambuco eram as capitanias mais prósperas, porém, o longo espaço entre elas era mal policiado, o que favorecia os interesses corsários que dispunham de pontos de contato ao longo da costa onde se abasteciam de pau-brasil. Mas, em meados do século XVI, os interesses franceses na região ultrapassaram a pilhagem econômica com uma tentativa fracassada de criar uma França Antártica que, como resultado imediato, acabou consolidando o domínio português no Brasil. Embora o fim da França Antártica não tenha sido nem tão evidente nem tão rápido, seu fracasso transferiu o eixo das ações francesas no Brasil para o nordeste (HNB, 1975:434).

O principal episódio deste contexto de atuação francesa no Nordeste é conhecido como França Equinocial e caracterizou-se por episódio bem mais perigoso para a unidade nacional que a sua congênere no Rio de Janeiro, por ser um setor costeiro até então fora da órbita portuguesa, apesar das esporádicas tentativas de colonização. Os franceses detinham maior conhecimento da região que os luso-brasileiros ⁸⁹ e, “em decorrência, a empresa do Maranhão foi tarefa hercúlea, bem demonstrativa da determinação luso-brasileira de não abrir mão, em qualquer circunstância, da mínima parcela de seu território” (HNB, 1975:580). Para a história naval, este episódio desempenha papel ainda mais importante, pois “de seu fracasso resultou, em boa parte, um programa de construção naval que deveria inspirar as técnicas marítimas no decurso do século XVII” (HNB, 1975:547).

A expulsão dos invasores franceses da região envolveu quatro etapas. Inicialmente as forças militares empenharam-se no estabelecimento de postos avançados

⁸⁹ Nessa descrição é a primeira vez que o termo luso-brasileiros aparece, mais ou menos no mesmo momento em que aparece na *HEB*. Contudo, como já foi destacado na introdução do capítulo, enquanto para a narrativa do Exército o termo represente a emergência de características e interesses nacionais, no caso da Marinha ele destaca a permanência de um elo estrangeiro.

necessários para a escalada ao Maranhão, sob a forma principal de presídios e, na seqüência, desenvolveram-se alianças com os indígenas das regiões interpostas entre o Rio Grande e o território ocupado. Uma vez reconhecido o território inimigo e avaliadas as suas forças, foram enviadas expedições militares (HNB, 1975:580). Três figuras “gigantescas” de luso-brasileiros destacam-se nas lutas contra os franceses: Martim Soares de Moreno, Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura.

Há que realçar, finalmente, a importância dos meios navais utilizados; sem eles seria impossível o êxito. Coube aos capitães, pilotos e marinheiros a enorme responsabilidade de colocar a salvo, em território inimigo, as forças expedicionárias, navegando sempre em águas perigosíssimas e desconhecidas deles. Coube-lhes mais, assegurado o domínio do mar, cortar aos franceses qualquer possibilidade de recebimento de reforços, em decorrência, houve o reconhecimento da inutilidade da resistência e o abandono da empresa (HNB, 1975:582).

Os ataques corsários demonstram que a defesa naval no Brasil no período colonial era inexistente. Em virtude disso, essas ações quase sempre tiveram êxito, até a tentativa holandesa contra a Bahia em 1624. No Nordeste, o alvo principal das ações estrangeiras eram os engenhos de açúcar e destacaram-se neste quadro as ações holandesas, que caracterizaram a atividade corsária no Brasil após a união das coroas de Portugal e Espanha. Como descreve a *HNB*,

Os holandeses não eram estranhos ao Brasil. Suas ligações comerciais com a colônia datavam da primeira metade do século XVI, mas foi durante a trégua de 1609-1621 que o seu comércio com o Brasil expandiu-se grandemente, a despeito das explícitas e reiteradas proibições da coroa espanhola (HNB, 1990:27).

Como constantemente destacado pela historiografia tradicional, essa união transferiu para as colônias portuguesas a atenção dos tradicionais inimigos da Espanha. Feito rei também de Portugal, o espanhol Felipe II fechou o porto de Lisboa aos comerciantes holandeses que se abasteciam principalmente de açúcar brasileiro. Os prejudicados reagiram criando a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), autorizada a atacar, conquistar e

administrar terras que julgasse interessantes. A primeira delas foi o Nordeste brasileiro, alvo tentador para a WIC em função da agroindústria do açúcar (HNB, 1990:37).

A narrativa sobre a atuação naval na guerra contra os holandeses constitui grande parte da construção histórica da *HNB* sobre o período das invasões e, o que chama mais a atenção, em proporção superior ao que o tema recebe na *HEB*, a despeito de toda a carga simbólica que a batalha dos Guararapes carrega ao representar o nascimento do Exército.⁹⁰ De certa forma, isso pode ser explicado pelos traços já apontados da narrativa da *HNB*, em seus aspectos técnicos e propriamente históricos, ambos relacionados ao principal aspecto de representação da Marinha: sua distinção das outras forças armadas.

Essas duas características narrativas podem ser identificadas em toda a descrição das guerras holandesas no mar. Por exemplo, no tema do ataque holandês à Bahia, além da detalhada descrição das viagens e do ataque e ocupação holandesa da cidade, neste tópico podem ser encontradas minuciosos relatos sobre a vida nas embarcações como a disposição da hierarquia e comando, a diferenciação de tarefas entre as embarcações e dentro delas, a exposição sobre esquemas de sinalização, entre outros tópicos.

Percebe-se aí uma tentativa de ater-se somente ao que diz respeito à história naval e, por exemplo, neste quadro “não pertence à História Naval o relato da confusão que reinou na cidade e do pânico que se apossou da maioria da população, levando-a, sem resistência, a abandoná-la” (HNB, 1990:46). O mesmo acontece com relação à guerra ocorrida em terra, que “por não se prender diretamente à História Naval, exceto quanto ao episódio dos brulotes, apenas será feito um resumo dos sucessos decorridos entre 29 de março e 30 de abril, que culminaram com a rendição, nesta última data, das forças holandesas sitiadas” (HNB, 1990:66). Porém, imediatamente se nota que esse resumo é muito maior que toda a descrição sobre o período presente na *HEB*.

⁹⁰ Enquanto na *HEB* a narrativa sobre a expulsão dos holandeses se desenvolve em cerca de 100 páginas (extensão dedicada a um único episódio somente na Guerra do Paraguai), a *HNB* dedica os tomos I-A e I-B do Segundo volume às Guerras Holandesas no Mar, ambos os tomos assinados por Max Justo Guedes.

De resto, é preciso reconhecer a importância do poder naval no desenrolar dos acontecimentos. Isso se deve principalmente ao fato de que a monarquia espanhola acabou adotando a mesma concepção portuguesa de defesa do império colonial, que primava pela segurança de suas colônias em termos exclusivamente navais, já que este mesmo império havia sido criado principalmente em função da revolução militar que combinou as novidades em construção naval e em artilharia. Dessa forma, destacava-se o papel do poder naval na segurança dos estados “desunidos”, isto é, territorialmente dispersos (MELLO, 1998:24-26), uma característica que, como vimos, teria sido herdada pela colônia. Contudo, como meio de manter essa supremacia do poder naval, a Coroa acabou estabelecendo uma divisão de papéis muito bem definida entre as suas responsabilidades e as da colônia nos assuntos de defesa:

Ao privilegiar o poder naval, a estratégia de defesa colonial atribuía à guerra terrestre papel subsidiário e, o que é mais, introduzia uma especialização de funções entre metrópole e colônia, que se aparenta à situação relativa de cada uma em termos dos respectivos recursos demográficos e econômicos. Assim como a população colonial depende da emigração reinol e do abastecimento pela metrópole, a defesa da colônia depende do poder naval da metrópole; assim como os colonos dependem minimamente da produção local de víveres, a defesa da colônia depende minimamente dos recursos locais (MELLO, 1998:28).

Apesar dessa divisão de papéis, nem sempre a metrópole esteve apta a arcar com a sua parcela de responsabilidade na defesa das terras ultramarinas. Durante a invasão da Bahia, a armada luso-espanhola atuou de maneira determinante na defesa e, segundo a *HNB* (1990:80),

Pode-se hoje assegurar que o gigantesco esforço de preparar a armada e esquadras, que, sob o comando de D. Fradique de Toledo Osório, expulsaram de Salvador as forças holandesas que a ocuparam, e as vidas nela sacrificadas evitaram que fosse todo o nosso país dominado pelos batavos, o que certamente, ocorreria ante um insucesso. Não há dúvida de que isso provocaria a mudança total das características do nosso Brasil e teria conseqüências impossíveis de prever, mesmo pelo mais arguto analista.

A vitória sobre os holandeses no episódio baiano não significou o fim das ações holandesas nas águas brasileiras, entre 1625 e 1626 (*HNB*, 1990:80). Logo depois, a atenção da WIC se volta para o Caribe, com assaltos que garantiram meios para impulsionar

suas atividades, dando início aos preparativos para a nova ação contra o território brasileiro. Estando na Europa, Matias de Albuquerque foi comunicado do intento e voltou para o Brasil, contando, porém, com frota irrisória tanto em termos materiais quanto de pessoal.

No início de 1630 os holandeses chegam ao Brasil e desencadeiam ataque contra Pernambuco. “Sem resistência por parte dos luso-brasileiros, desembarcaram 3 mil homens e 2 peças de ferro, de 8 libras, ao anoitecer daquele dia 15, acampando durante a noite na praia” (HNB, 1990:107). Aproximadamente às 4 horas da tarde Olinda é ocupada, com a perda apenas de cinquenta a sessenta invasores (HNB, 1990:107). Segundo Mello (1998:31), nos cinco anos que se seguiram entre a restauração da Bahia e a ocupação holandesa de Pernambuco, a situação militar e financeira da monarquia espanhola deteriorou-se gravemente, o que explica em grande parte porque ela foi capaz de responder em favor de Salvador, mas não pode fazê-lo no caso de Olinda.

Nesse contexto de crise, a utilização do poder naval era marginal, sendo empregada apenas no transporte de reforços. Mesmo a garantia da navegação entre Portugal e o Nordeste, atividade essencial no momento em que o peso da guerra passava a incidir sobre a população colonial e sobre a exportação do açúcar, ficaria a cargo da Marinha mercante e de suas caravelas. Desfalcado na área naval, Matias de Albuquerque se volta para a organização das guerrilhas ou companhias de emboscadas, cuja importância foi discutida no capítulo atinente ao Exército.

Por diversas vezes, a narrativa debita à união das coroas ibéricas a demora no envio de socorro à colônia. Do lado português, houve demora de seis meses no prazo fatal de partida da Armada e, na mesma medida, tornaram-se mais lentos os preparativos, numa demonstração, segundo o discurso, “de que o defeito, tão brasileiro, de postergar as obrigações, só as atendendo quase no limite dos prazos, tem raízes nos nossos antepassados peninsulares” (HNB, 1990:140). Do lado espanhol, foi enviada ao Brasil uma expedição sob o

comando de Lopes de Hoces,⁹¹ mas “embora relativamente poderosa, a armada de Hoces não materializou os desejos da corte espanhola de enviar ao Brasil força naval que, a exemplo daquela comandada por D. Fradique de Toledo que expugnou a Bahia, em 1625, definitivamente alijasse os invasores batavos” (HNB, 1990:198).

Ao apresentar o cenário de crise naval vivido pela metrópole nessa época, Mello demonstra que, ao contrário da ajuda que se esperava da metrópole, a expedição de D. Lope de Hoces (1635) consistiu apenas numa armada de socorro, destinada a transportar tropas frescas a Pernambuco. Em seguida, a expedição velejou para o Caribe com a missão de socorrer Curaçao e comboiar o regresso da frota da prata a Sevilha:

As armadas de Oquendo e de Lope de Hoces tiveram apenas o objetivo de transportar reforços e comboiar a navegação mercante, embora na época se sustentasse que qualquer delas poderia ter desfechado um bem-sucedido ataque contra o Recife. Quando finalmente pode-se despachar a armada de restauração, sob o comando do conde da Torre, já os holandeses se haviam assenhoreado da região entre o Ceará e o São Francisco (MELLO, 1998:50).

A estratégia holandesa também foi responsável pela mobilização dos recursos locais pelo Exército luso-brasileiro, pois se baseava na aplicação coordenada do bloqueio naval e do sítio das praças-fortes. Essa preferência pela guerra de bloqueio e assédio era, em primeiro lugar, econômica, pois permitia tirar partido da superioridade da Marinha, da artilharia e da engenharia holandesas. Em segundo lugar, demandava menor quantidade de recursos, pois não era necessária a manutenção de tropas numerosas e mantinha intacto o sistema de produção açucareira. Por fim, consistia em característica da própria cultura militar do país (MELLO, 1998:54).

Apesar da ocupação de Olinda e do porto de Recife, o domínio holandês era precário, pois só se mantinha graças à presença da esquadra holandesa. Era tão completa a dependência holandesa de seus navios que tudo, começando pela alimentação, vinha dos

⁹¹ O texto sobre a expedição de Lopes de Hoces ao Brasil é de Jesus Varela Marcos, da Universidade de Valladolid – Espanha.

Países Baixos. O avanço por terra era muito difícil em razão do cerco imposto pelo Exército de resistência, que os isolava do interior da capitania. Porém, a guerra lenta não conseguiu expulsar os holandeses, impondo-se à metrópole o envio de forças navais: “estratégia limitada à contenção do inimigo no Recife, a guerra lenta, como vimos, pressupunha a certa altura a intervenção do poder naval, reputado o único capaz de romper o impasse” (MELLO, 1998:47).

Nesse tempo, os holandeses promoveram uma reconfiguração estratégica, empregando o poderio naval também em nível tático, através da utilização do vasto recurso fluvial aqui disponível, que lhes conferia mobilidade para atingir o interior. Por essa tática, os holandeses capacitaram-se a atacar em poucas horas pontos afastados da costa que as tropas luso-brasileiras, restritas aos caminhos por terra, levavam dias a socorrer. O emprego dessa tática naval pressupunha o domínio naval estratégico e, como careciam deste, os luso-brasileiros ficaram destituídos daquele (MELLO, 1998:66).

A importância naval holandesa, tanto em termos estratégicos quanto em sua aplicação tática, é constantemente destacada pela *HNB*, como demonstra a passagem que segue:

Foge ao tema deste trabalho a descrição minuciosa do assalto à Igarçu o qual deu início Calabar à sua colaboração com o inimigo, servindo-lhe de guia. O indiscutível valor dessa colaboração tem sido, alias, grandemente exagerado por muitos de nossos historiadores, que nela vêem a principal razão do sucesso holandês seqüente àquele ataque. Esquecem-se tais especialistas da importância capital da mudança de estratégia a que acabei de me referir e de uma nova tática que, paralelamente aos ataques terrestres ao interior da capitania, teve início então: o emprego de iates e calupas para “atacar os portos, fechar as barras dos rios ou subi-los para assaltar os engenhos às suas margens”, conforme a idéia antiga de Waerdenburch (*HNB*, 1990:138).

Com efeito, os ataques ao interior, decorrentes dessa mudança, tiveram grande impacto sobre a população e criaram sérios problemas para a resistência (MELLO, 1998:62-63).

A Restauração Portuguesa em 1640 estabeleceu uma trégua de dez anos entre Portugal e Holanda, em que ficava estabelecido o controle batavo sobre Pernambuco e suspendiam-se novas tentativas de ampliação desse controle. Porém, como advertido no capítulo sobre o Exército, essa paz consistiu numa paz precária, regularmente interrompida pelas excursões de contingentes de campanhistas procedentes da Bahia, que atacavam os engenhos, saqueavam as povoações e incendiavam os canaviais, para não mencionar a irrupção da armada e do conde da Torre, que em começos de 1640 tentou sem êxito a empresa da reconquista. De paz real, o Brasil holandês só conheceu os anos de 1641 a 1645, mas estes foram tempos difíceis, em vista da crise do preço do açúcar, que gerava inquietações inevitáveis (MELLO, 1998:15).

No que tange à história naval, esse período de “estabilidade” em território brasileiro foi marcado pelo desvio da atuação holandesa para a África, com destaque para a ocupação de São Paulo de Luanda e São Tomé, por iniciativa de Maurício de Nassau, cujas ações náutico-militares foram empreendidas a partir de território brasileiro (HNB, 1990:335).⁹² Como a restauração dessas localidades desenrolou-se concomitantemente às ações de restauração de Pernambuco, a atuação da esquadra portuguesa neste período esteve mais voltada para as atividades na África. Em razão dessa divisão de recursos, os meios navais de que dispunha o Reino durante a restauração pernambucana (1645-1654) eram ainda mais reduzidos (MELLO, 1998:50), fato que contribui para a compreensão do significado maior de Guararapes para o Exército, principal episódio desse período. Apesar de seu significado e de sua importância no conjunto das ações luso-brasileiras, as duas vitórias de Guararapes tiveram pouca participação naval, mas tiveram seus reflexos sentidos no mar, já que depois da derrota na segunda batalha de Guararapes, praticamente se encerra o papel

⁹² O Chile (1643-44) foi o último destino da expansão levada a efeito a partir de território brasileiro, porém, sua tentativa também foi frustrada.

ofensivo do Exército batavo e as ações holandesas transferiram-se para o cenário marítimo (HNB, 1993:96).

Nos anos que se seguiram, entre 1649 e 1651, a situação interna da Holanda e a morte de Willem II retardaram o socorro ofensivo: “É evidente que esta sucessão de graves problemas havia protelado, conforme dito, as decisões respeitantes ao socorro ofensivo contra Portugal, desafogando indiretamente os restauradores luso-brasileiros” (HNB, 1993:117). Em maio de 1652 irrompe a guerra anglo-holandesa e, conseqüentemente, deteriora-se a situação no Brasil holandês (HNB, 1993:124). A guerra terrestre chegara a uma situação difícil de ser rompida e, segundo Mello (1998:51), mesmo após o triunfo nas duas batalhas dos Guararapes, por maior que fosse nosso poder por terra, não seria possível render-se o Recife sem bloqueá-lo pelo mar. Como destaca a HNB, “O golpe de graça, como freqüentemente acontece nas guerras, teria que ser dado pelo mar” (HNB, 1993:133). As forças de Pedro Jacques de Magalhães e Francisco de Brito Freire estabelecem bloqueio naval de Recife e em 6 de agosto de 1661 foi assinado o tratado de paz entre Portugal os Estados-Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos (HNB, 1993:147), terminando, assim, a fase holandesa da história das invasões estrangeiras no Brasil.

3.3. Um período de pausa (ou uma sensação de pausa)

Dentre os dez volumes da *HNB*, este terceiro é o que se apresenta de maneira menos clara, constituindo uma narrativa menos integrada do que aquela encontrada nos demais volumes. Isso pode ser percebido já na seqüência encadeada entre o volume anterior, que finaliza a narrativa sobre as guerras holandesas no mar, e este novo volume que, com o

intuito de dar seqüência à descrição da atuação da Marinha na defesa do território contra as ações estrangeiras no Brasil, promove um salto temporal de quase um século. Isto é, do momento final de expulsão dos holandeses (1654), a narrativa passa para 1736, ano da expedição de Silva e Pais ao Rio Grande de São Pedro e as primeiras operações navais contra a colônia de Sacramento.

Com o fim da ameaça holandesa no nordeste, a atividade estrangeira no Brasil, como definiu Donato (1996) no início do capítulo, entra no segundo momento que caracterizou a agressividade corsária no Brasil (primeira metade do século XIX), marcado por conflitos de inspiração patriótica. Nessa fase, o foco das relações internacionais estava voltado para os conflitos na região sul, principalmente na bacia do Prata e, na medida em que esses conflitos se intensificavam, demandando atenção e recursos da metrópole, navios e marujos americanos, franceses e ingleses principalmente, sob bandeira argentina ou uruguaia, obrigavam o Brasil a manter numerosos barcos vigiando a imensa costa, longe do estuário platino – verdadeiro centro das operações de guerra.

De maneira geral, a atividade marítima no Brasil esteve “estacionada” por um considerável período de tempo logo após o fim da guerra com os holandeses, pois a estrutura econômica colonial baseada quase exclusivamente sobre o açúcar produzido no nordeste entrou em declínio. Em virtude dos escassos recursos financeiros, a estrutura naval foi utilizada quase que exclusivamente para fins de transporte entre a metrópole e a colônia, num sistema baseado na navegação por comboio. A distância dos portos no próprio Brasil e entre as demais colônias portuguesas (São Tomé, Angola, Açores e Madeira), tornava muito insegura a navegação fora desse sistema.

Já em meados do século XVIII, a mudança do foco econômico da colônia para o ouro descoberto na região das Minas Gerais, foi responsável por transformações significativas na estrutura colonial, incluindo a atividade da Armada portuguesa. A descoberta

do ouro obrigou as autoridades a reverem o combate aos piratas e corsários, que vinha sendo objeto apenas de medidas instantâneas e paliativas e somente em 1701 foi efetivada uma guarda-costas permanente (HNB, 1979:118). Contudo, essa intensificação do combate ao corso só foi possível, na mesma medida, graças aos recursos gerados pelo mesmo ouro, sendo por isso considerado como um dos principais responsáveis pelo renascimento da Marinha portuguesa nessa época. Como afirma a *HNB* (1979:45):

Finalmente, é preciso não esquecer que o ressurgimento da Marinha portuguesa, demonstrado pela possibilidade de dirigir para o sul do país relativamente poderosas forças navais, só se tornou possível graças ao oportuno descobrimento do ouro das Minas Gerais. Os que severamente criticam o seu esbanjamento pela Coroa portuguesa esquecem-se de que, graças a ele, foi possível tal ressurgimento, garantidor da definitiva incorporação do Rio Grande de São Pedro do Brasil (HNB, 1979:45).

Com o fim do período da união das Coroas de Portugal e Espanha e a conseqüente restauração da coroa portuguesa, aumentaram os conflitos entre as duas coroas pela posse de territórios na região sul, mais especificamente na bacia do Prata, região onde é extensa a fronteira entre possessões dos dois países. O principal território em disputa era a região da colônia do Sacramento. Como a região da bacia platina era econômica e politicamente visada por diversas nações que não somente as nações ibéricas diretamente envolvidas na disputa, Portugal se preocupava em dar início efetivo à colonização do Rio Grande de forma a garantir a posse do território e diminuir a ingerência estrangeira sobre a região (HNB, 1979:32). Nesse intuito é formada a expedição de Silva Pais, a quem coube a fundação do Rio Grande. Nessa política de ocupação, o domínio do mar desempenhou papel importante, pois concentrando as forças navais na região de estuário, era possível imobilizar os oponentes em Montevidéu.⁹³

⁹³ Com relação à política portuguesa para o Prata, a HNB não examina os erros e acertos do Tratado de Madri (1750), nem o histórico da demarcação conseqüente nem a campanha das Missões ou Guerra Guaranítica (HNB, 1979:139), umas vez que elas não pertenceriam à história naval. Depois, com o fim do Tratado de Madri, ações navais são empreendidas na região.

Na seqüência, a narrativa parte para a descrição da transmigração da família real portuguesa para o Brasil. Dadas as características da narrativa construída pela *HNB*, essa descrição se detém muito mais sobre os aspectos “marítimos” dessa travessia – como o número de embarcações que deixaram Portugal e de tripulantes que as compunham – do que propriamente sobre suas implicações políticas. Isso se deve principalmente ao fato de que a abordagem da Marinha sobre o evento difere de maneira significativa da perspectiva comumente adotada pela historiografia tradicional, que identifica no estabelecimento da corte portuguesa no Brasil o momento primeiro da Independência.

O principal aspecto político-econômico dessa mudança analisado pela *HNB* se refere, como não poderia deixar de ser à questão que atingiu diretamente a estrutura naval: a independência econômica proclamada pela carta-régia e a conseqüente abertura dos portos do país ao comércio estrangeiro (*HNB*, 2002:334). Segundo capítulo de autoria de Pedro Calmon, a abertura dos portos significou a independência econômica e a “afirmação de maturidade da consciência brasileira dos próprios interesses e a política régia de desvencilhar-se da tutela inglesa” (*HNB*, 2002:337). Como a transferência da corte portuguesa para o Brasil foi a saída política encontrada por Portugal frente ao domínio francês, “na realidade, abertos tinham de ser os portos luso-americanos uma vez Portugal invadido, dominado, governado pelos franceses” (*HNB*, 2002:337).

Além disso, como já foi visto sobre o Exército, com a transferência do poder central da metrópole para a colônia, houve também a criação de diversos órgãos administrativos para a nova sede. Assim chegou ao Brasil a Academia Real dos Guardas-Marinhas que, segundo Holanda (1971:259), foi o núcleo primitivo da nossa Academia Naval (Escola Naval). Essa academia foi a primeira instituição destinada a dar uma instrução científica para os futuros oficiais de Marinha em Portugal, mas ela não cogitava a formação propriamente militar de seus alunos, mas sim acadêmica (*HNB*, 2002:356). A Academia

instalou-se no mosteiro de São Bento e apesar das várias mudanças de nome e organização ao longo de sua história, “a Escola Naval do Brasil tem sua origem direta na Academia Real dos Guardas-Marinha, jamais tendo sido interrompida sua existência, desde 1782” (HNB, 2002:366).

Essa força portuguesa permaneceu no Brasil e teve papel destacado no desembarque e ocupação da Guiana Francesa (Holanda, 1971:259), que embora temporária, teve papel importante na delimitação dos limites do Oiapoque, tornados definitivos mais tarde (HNB, 2002:411). Mas esse não foi o principal motivo do ataque brasileiro à colônia francesa na América do Sul. Como dito anteriormente, a razão determinante na transferência da família real portuguesa para o Brasil foi a invasão de Portugal pelas tropas francesas e, segundo Maia (1975:36), seria natural que D. João alimentasse pela França algum desejo de vingança. Movido por tal desejo – e já seguro em terras brasileiras – em 10 de junho de 1808 o Príncipe declarou guerra à França, sendo este o primeiro ato belicoso praticado por D. João após seu estabelecimento no Brasil, “e, para levá-lo a efeito, a Marinha entrou em cena” (MAIA, 1975:36). Ainda segundo este autor, como a guerra não poderia ser diretamente levada ao território europeu, a Guiana Francesa apareceu como objetivo mais próximo e por nove anos ela esteve sob domínio brasileiro.

Da mesma forma, a Marinha desempenhou papel importante na ocupação da Banda oriental, não somente no transporte das tropas, desde Portugal, senão também em todo o desenrolar da ocupação, como parte da política portuguesa para o Prata (HNB, 2002:472). No entanto, toda essa narrativa, apesar da extensão característica das narrativas eventuais, é bastante pobre no que diz respeito à análise da participação da Marinha nesses eventos. Uma primeira resposta para essa “incoerência” identificada no discurso da história naval pode ser a baixa participação da Marinha nesses eventos, como demonstra a construção sobre a

Revolução de Nativista de 1817. A principal justificativa da *HNB* é que nesse episódio, a ação da Marinha se restringiu ao bloqueio do porto de Recife.

No entanto, parte da historiografia afirma que após o abandono da cidade pelos revolucionários, o Almirante Rodrigo Lobo teria desembarcado e “consentido, incentivado ou mandado praticar toda sorte de violências e arbitrariedades contra os patriotas vencidos” (MAIA, 1975:44). Nas histórias oficiais, os assuntos dessa ordem geralmente permanecem como lacunas historiográficas, sendo relegados aos não-ditos históricos.

Porém, não-ditos podem ser apropriadamente transformados de forma a poderem ser ditos, como demonstra o Almirante Maia em *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica* (1975). Seguindo o mesmo argumento apresentado pela *HNB*, bem como por outros trabalhos “oficiais” sobre a Marinha, como do Almirante Vidigal (1985), o autor afirma que a Marinha surge apenas no momento da Independência. Porém, sua justificativa ultrapassa o elemento histórico propriamente dito de formação da força, atingindo justificativa moral capaz não apenas de transformar não-ditos em ditos, como também de sustentar o argumento da origem. Segundo ele, em sua explicação sobre os desmandos do Almirante Rodrigo Lobo: “Ele era português, porém... E é justamente esse um dos motivos da nossa repugnância em admitir que a esquadra bloqueadora de Recife, como a Marinha de então, já fosse brasileira” (MAIA, 1975:44). Da mesma forma, “Não era brasileira a força naval que conquistou Caiena em 1809, como não era brasileira a esquadra que, em 1817, apoiou as atrocidades do Almirante Rodrigo Lobo contra os patriotas de Recife” (MAIA, 1975:52), pois em todas elas é possível encontrar algo que seria motivo de desonra à força.

4. Da criação da Marinha aos anos iniciais da República

4.1 A Independência: marco de formação da Marinha Nacional

Os primeiros capítulos destinados à Marinha nascida com a Independência debruçam-se sobre aspectos da evolução da estrutura administrativa da Marinha bem como sobre sua estrutura de organização de pessoal no momento imediatamente posterior à Independência. O objetivo dessa exposição, que antecede mesmo a participação mais específica da Marinha no processo de Independência, parece ser justamente sustentar o argumento da fundação da Marinha nesse momento. Como diversas vezes ressaltado, a Marinha contrapõem-se ao Exército ao estabelecer seu nascimento em base estritamente histórica e não através de um mito de origem, destinado a estabelecer laços profundos com a origem da nação.

No entanto, isso não significa dizer que a construção histórica da Marinha está isenta de aspectos de representação referentes à elaboração da auto-imagem institucional tal

qual sua correlata terrestre. É justamente nessa referência a uma superioridade científica ou a um “profissionalismo histórico” que a Marinha estabelece seus traços de identificação nos dois níveis expostos: externo, ao determinar seu lugar na história do país; e interno, ao promover sua diferenciação com as outras forças armadas, principalmente com relação ao Exército.

Desde a Independência, a Armada do Reino do Brasil (isto é, a Marinha), era formada pela parcela da Armada Real Nacional luso-brasileira que não acompanhara D. João VI no seu regresso a Portugal (HNB, 2002:9). Para dar conta desse novo momento, havia a necessidade de uma reestruturação administrativa da Marinha, porém, essa reforma foi negligenciada por longo período, mais especificamente até a República:

A grande reorganização administrativa do Ministério da Marinha (que o Almirante Jaceguay considerava “verdadeira aspiração das diferentes classes da Marinha de Guerra”) só se realizaria, contudo, na República, em 1907, na primeira gestão do Ministro Alexandrino de Alencar, sendo modificada, em 1923, na terceira gestão do mesmo ministro (HNB, 2002: 28).

No que tange ao quadro de pessoal, isto é, oficialidade e marinhagem, sua organização nesse período inicial deixava muito a desejar: “Tentativas foram feitas, por diversas vezes, no sentido de afastá-las dos meios de origem, mas os resultados foram insignificantes ou nulos” (HNB, 2002:36-37). Como destaca Vidigal (VIDIGAL, 1985:3), mesmo depois da transferência da família real ao Brasil, a grande maioria do quadro de pessoal da Marinha continuava sendo de portugueses, pois os “brasileiros” não eram aceitos na marinhagem e, a não ser em alguns casos de apadrinhamento, dificilmente um brasileiro era aceito na Academia de Marinha.

Apesar da adesão do Corpo de Oficiais da Marinha então portuguesa à “causa brasileira” – uma vez que poucos foram os oficiais portugueses sediados no Brasil que regressaram a Portugal – o quadro da Marinha era ainda escasso para dar conta de todos os movimentos que se desenrolavam nesse período (Campanha da Independência, Confederação

do Equador e Campanha Cisplatina). Em razão disso, após a Independência, foi medida necessária a contratação de estrangeiros de forma a completar o quadro naval. Segundo dados apresentados pela *HNB* (2002:37), em princípio de 1828, metade dos oficiais e mais de dois terços da marinhagem empregados no serviço naval brasileiros eram estrangeiros. Nesse sentido, afirma Vidigal, a formação da primeira esquadra do país não decorreu de nenhum planejamento ou conceito estratégico e, até por isso, não houve por parte dos oficiais estrangeiros contratados durante a Guerra da Independência qualquer preocupação com a organização técnica e administrativa dessa Marinha. “Sua missão era comandar e tripular os navios e com eles atacar os portugueses que se opusessem ao ideal de emancipação brasileira, expulsando-os da terra e dos mares que pertenciam ao novo império” (*HNB*, 2002:37).

As reformas almejadas pela Marinha eram as mesmas necessárias de maneira geral para a sociedade que emergia da Independência. Um exemplo disso era o nível cultural dos engajados e recrutados pela Marinha, pois “entre marinheiros, soldados e operários, era geral o analfabetismo nos tempos do primeiro reinado (o que, aliás, não fugia à regra em relação à maior parte da população do país, até mesmo entre os elementos da nobreza)” (*HNB*, 2002:46). O baixo nível cultural da sociedade na época se refletia nas forças armadas, que tinham no recrutamento forçado um dos principais meios de formação de quadros.

Até a criação das companhias Fixas de Marinheiros (1836), as guarnições dos navios de guerra brasileiros eram constituídas de pessoal das seguintes procedências: a) marinheiros engajados voluntariamente ou contratados (estes em geral eram estrangeiros, com elevados soldos); b) marinheiros recrutados à força, entre tripulantes das embarcações mercantes ou entre vagabundos, criminosos, etc. Os soldados do Corpo de Artilharia da Marinha eram, também, engajados voluntariamente ou recrutados à força como marinheiros. “Sendo muito pequeno o número dos que, voluntariamente, se apresentavam para servir à

Marinha, era o recrutamento forçado, praticamente, a única fonte de onde provinham os marinheiros e também os soldados do Corpo de Artilharia da Marinha” (HNB, 2002:46).

Esta prática de obter gente para a Marinha e Exército por meio de recrutamento [forçado] prolongou-se com maior ou menor intensidade até depois da República, antes do estabelecimento do serviço militar obrigatório (em 1908). Até que as escolas de aprendizes marinheiros instaladas no sul do país fornecessem um pequeno contingente de raça branca e que as do Norte fornecessem a massa de caboclos nordestinos, que, no tempo, vieram a constituir o grosso das guarnições dos navios de guerra nacionais, era, afora os estrangeiros (em maioria na campanha da Independência e na Guerra da Cisplatina), com os pretos que a Marinha cumpria suas missões e foi com eles que levou a cabo a mais gloriosa e mortífera delas – a Guerra do Paraguai (HNB, 2022:47).⁹⁴

Essa modalidade de recrutamento tinha consequência importante na formação dos quadros navais. Como o enquadramento voluntário era baixo e não havia incentivo por parte da Marinha lusa para o ingresso de brasileiros na vida naval, eram escassos os recursos humanos aptos a serem imediatamente empregados em situação de guerra. Neste quadro, afirma a *HNB*, “o governo se viu a braços com o problema de mão-de-obra bastante grave, e ameaçando tornar-se quase insolúvel” (HNB, 2002:75).

Todas essas questões relacionadas à reforma militar – e neste caso naval – tinham seus reflexos no plano político. Já por volta de 1824, pouco tempo após a Independência em 1822, todas as tropas portuguesas tinham deixado o Brasil e, em 1825, a Independência era reconhecida por Portugal e pelo mundo (HNB, 2002:63). Nesse novo contexto de autonomia política, a reformulação dos quadros navais era a principal, pois era essencial a constituição de uma força genuinamente brasileira, sob o argumento de que não se poderia confiar numa força cujos oficiais e marinheiros fossem portugueses (HNB, 2002:72). Dessa forma, “a organização de uma força naval que merecesse confiança constituía, sem sombra de dúvida, a mais urgente prioridade do governo imperial” (HNB, 2002:69).

⁹⁴ Em razão disso, a disciplina tornou-se questão delicada no desenvolvimento da Marinha imperial, culminando com a revolta da Chibata (1893). Na *HNB* (2002: 53) há uma descrição completa da utilização das chibatadas como castigo: quantas deveriam ser e como deveriam ser aplicadas.

Contudo, apesar dos problemas colocados à força naval nesse período, a Independência, segundo a *HNB*, não chegou a dividir a Marinha como fez com o Exército e os respectivos regimentos portugueses:

Ao norte, o Pará e o Maranhão – que nos dias da navegação à vela ficaram mais próximos de Lisboa que do Rio – conservaram-se firmemente leais às Cortes. As duas províncias eram dominadas por fortes juntas portuguesas e guarnições militares e haviam impacientemente repellido a autoridade do remoto governo de D. Pedro no Rio de Janeiro, sufocando quaisquer sentimentos patrióticos (*HNB*, 2002:67).

Nesse ambiente de disputa, a Marinha teria desempenhado papel preponderante na consolidação da Independência, numa relação de simbiose onde uma instituição fortaleceu a outra. Isto é, ao mesmo tempo em que a Marinha foi responsável pela garantia da unidade no processo de Independência, foi a Independência e as necessidades por ela geradas que permitiram o pleno desenvolvimento da Marinha. Ou, nas palavras de Maia:

Por tudo isso, é nossa opinião que a Marinha Brasileira nasceu com a Independência. A necessidade vital da consolidação de uma foi a determinante imperiosa de criação da outra. Assim, o Grito do Ipiranga representa a certidão de nascimento não só do Brasil, como entidade autônoma no concerto das nações, mas, também, da sua Marinha de guerra, garantidora incontestável dessa autonomia (*MAIA*, 1975:53).

Nesse sentido, o elo entre a Marinha e a nação é estabelecido no momento de sua constituição política por excelência: a Independência. Isto é, com a Independência do Brasil do domínio político de Portugal nascem, ao mesmo tempo, o Brasil e sua Armada, cujo batismo de fogo se deu nas lutas pela manutenção da garantia dessa independência, principalmente nas províncias do nordeste que “havam se recusado a aceitar a autoridade do governo de D. Pedro I no Rio de Janeiro, continuando fiéis à Coroa” (*HNB*, 2002:106). Neste contexto, “A intervenção da nova Marinha brasileira fora decisiva para assegurar a adesão ao império das províncias da Bahia, do Maranhão e do Pará” (*HNB*, 2002:118):

Cochrane e a Marinha brasileira realizaram tudo quanto deles se esperava – e ainda mais. Numa brilhante campanha que se prolongava por 6 meses, haviam conseguido bloquear e expulsar um Exército e uma poderosa Esquadra portuguesa da Bahia, zona estrategicamente fundamental. Perseguiram-nos para além das águas brasileiras

e através do Atlântico. Lograram a evacuação das guarnições portuguesas do Maranhão e do Pará, o que, com a de Montevidéu, permitiu que essas províncias afirmassem sua lealdade e adesão ao Império brasileiro.

O ano de 1823 fora um ano de vitórias. Em consequência, da campanha naval, fora resolvido o impasse militar que ameaçava frustrar a luta do Brasil para libertar-se de Portugal e o país, livre das tropas inimigas. Graças aos esforços da Marinha brasileira, o Governo Imperial se encontrava em condições de iniciar negociações de paz que permitissem o reconhecimento de sua independência com êxito. O Brasil era de fato uma nação independente (HNB, 2002:123).

Os anos que se seguiram à Independência foram anos de grande agitação e instabilidade política e, em todo o discurso, o domínio do mar – e, por conseguinte a Marinha, elemento principal desse domínio – é descrito como a chave da manutenção da Independência do Brasil. Isso porque, em razão das distâncias entre as províncias e a escassez de recursos terrestres, os meios navais foram utilizados no desenvolvimento das ações militares destinadas a manter a unidade política e territorial do país, plenamente alcançada em 1823 com a vitória e consolidação do Império brasileiro (HNB, 2002:129).

Partilham desse discurso todas as obras de cunho oficial que podemos encontrar sobre a Marinha, como podemos perceber na passagem de Vidigal (1985:7) que segue:

É incontestável que a Marinha foi fator preponderante para a consolidação de nossa Independência. E o que é extremamente importante, embora nem sempre notado, é que assim fazendo foi ela fator básico de integração nacional, ajudando, de maneira decisiva, a manter a unidade do Império. A resistência portuguesa em pontos isolados do território brasileiro gerou fortes reações locais que, em alguns casos pelo menos, poderiam acarretar a derrota dos reinóis, mesmo sem o apoio do governo central. O orgulho produzido por essas vitórias, aliado a um forte sentimento republicano, bastante difundido entre certas elites nacionais, poderia transformar-se em “nacionalismo” local, dando motivo a movimentos separatistas, do gênero da Confederação do Equador. Impedindo tal tipo de ações, a Marinha veio reforçar o poder do governo central, ajudando a manter sob controle dele todas as províncias do Império, sendo, pois, o mais importante fator de unidade nacional, nessa fase em que era, ainda, incipiente o conceito de nacionalidade brasileira.

O mesmo discurso pode ser acompanhado em Maia:

Já vimos como, do esforço comum, da colaboração fraternal e até do sacrifício de todos os brasileiros, se constituiu a Marinha do Brasil. Consertaram-se navios velhos, adquiriram-se navios novos e, em poucos meses, tínhamos organizado uma força naval respeitável, capaz de enfrentar a da metrópole velha de séculos. De fato, com a Cisplatina cindida e o norte quase inteiro submetido a Portugal, só a Marinha

caberia, como na verdade coube, a tarefa grandiosa de expulsar os reacionários e apertar, afinal, num bloco indissolúvel, a nacionalidade que se levantava. Instituição nacional por excelência, entidade garantidora da soberania da nação, liame entre o governo central e o das províncias, entre o povo da capital do Império e os caboclos da Amazônia, os praianos do Nordeste, os gaúchos desempenados dos pampas sulinos, a genuína Marinha Brasileira surgiu em tal momento – resultado de esforços coletivos – não apenas para o amparo e a defesa da nação, mas, dir-se-ia, providencialmente, para que se tornasse uma realidade, de norte a sul do Brasil, o brado enérgico de D. Pedro às margens do Ipiranga (MAIA, 1975:66-67).

Segundo Vidigal (1985:4), “O bloqueio naval, sem dúvida, foi a concepção estratégica básica nessa fase de formação do poder naval brasileiro, pelas circunstâncias especiais de que se revestiu a Guerra da Independência” (VIDIGAL, 1985:4) e, uma vez controlados os movimentos que compõem o quadro das guerras da Independência, a Marinha atuou nos outros movimentos que tomaram corpo nesse período: A Confederação do Equador e a Guerra Cisplatina.

Na Confederação do Equador, apesar das características particulares do movimento, que diferiam sobremaneira dos movimentos anteriores, ainda a concepção estratégica do bloqueio naval continuou sendo empregada, com seus objetivos sendo alcançados. Porém, ao mesmo tempo em que a Marinha desempenhou com presteza seu papel na manutenção da unidade do Império, ameaçada pelo movimento revolucionário desencadeado em Pernambuco que se espalhava para outras províncias do nordeste, suas limitações também foram colocadas em questão e, neste ponto, pode-se mais uma vez encontrar crítica ao Exército.

Segundo a *HNB*, a vasta linha de costa brasileira, principalmente na região nordeste, palco da Confederação do Equador, conferia ao domínio do mar um papel essencial “em matéria de defesa externa e preservação da ordem interna”. Porém, em virtude da grande extensão territorial e da existência de linhas internas de comunicação, a utilização da estratégia naval de bloqueio como único recurso de controle de “qualquer rebelião assentada em bases sólidas” seria ineficiente. Nesse fator assentam-se as razões das primeiras derrotas sofridas pelas forças imperiais (abril-julho de 1824). No entanto, quando se somam nas ações

as operações militares terrestres, o poder marítimo se torna instrumento poderoso e decisivo, conforme demonstrara o desenrolar das ações entre agosto e outubro do mesmo ano. Dessa forma, afirma o discurso, se “o ano de 1823 havia sido o da vitória da Marinha brasileira”, pela sua atuação na guerra da Independência, “o de 1824 representou o de sua consolidação”, com a vitória sobre o primeiro movimento dos novos tempos.

Esse movimento teve conseqüências importantes para a Marinha brasileira. Em termos materiais, sua posição começa a se fortalecer nesse período, pois no ano decorrido entre 1823 e 1824 houve um aumento significativo no número de navios de guerra com que a Armada contava. Assim, em abril de 1823 a Armada possuía 31 navios de guerra armados com 382 canhões e, um ano depois, o número havia se elevado para 46 navios montando 682 canhões, enquanto outros navios ainda eram construídos em estaleiros nacionais e estrangeiros.⁹⁵ Quanto ao pessoal, a *HNB* afirma que “os oficiais e marujos haviam lutado e convivido durante tempo suficiente para que se estabilizasse o começo de uma tradição naval fundamentada na disciplina, na audácia e na confiança na vitória” (*HNB*, 2002:156).⁹⁶

No ano seguinte, novamente as forças militares brasileiras ver-se-iam em atividade na região do Prata, no que historicamente ficou conhecida como Guerra da Cisplatina (1825-1828). Incorporada ao Império brasileiro com o nome de Província Cisplatina (31 de agosto de 1821), a antiga Banda Oriental do Uruguai deu início à guerra pela sua independência, contando com a ajuda da Argentina. Nesses quase três anos de combate, os resultados se alteraram diversas vezes para ambos os lados e as derrotas

⁹⁵ Uma das razões desse aumento foi o desentendimento entre Lorde Cochrane e o Ministro da Marinha, Francisco Vilela Barbosa, com relação aos apresamentos feitos no ano anterior pela Esquadra nas lutas contra Portugal. Visando uma “política de conciliação interna e paz externa”, foi decidido pela libertação da maior parte de presas que fosse possível, o que, segundo Cochrane, colocava em xeque a eficiência da Marinha, pois os apresamentos feitos nesses choques eram, pela lei, de propriedade da Marinha brasileira. Depois de muita controvérsia, como solução dessa disputa ficou decidido que a Marinha seria restituída em todas as perdas que viesse a sofrer com a devolução à Portugal de seus navios.

⁹⁶ Apesar da “vitória” da Marinha na defesa da unidade territorial e política do Império, Maia (1975:86) afirma que, terminada a Revolução Pernambucana, “o que se seguiu depois, com a criação das célebres comissões militares, foi uma página escura de tripúdios e vinditas contra os vencidos, na qual, felizmente, a Marinha não tomou parte”. Esse discurso de isenção da Marinha, como veremos, será constante, principalmente nos momentos políticos mais delicados.

marcaram tanto a força terrestre quanto naval brasileira. Porém, dadas as perdas materiais envolvidas num momento em que a Armada brasileira vivia um período de fortalecimento, o episódio constitui um dos maiores capítulos da *HNB*.

“Campanha Naval da Guerra Cisplatina” é, conforme esclarece a *HNB*, de autoria de Lucas Alexandre Boiteux. Sob o título de *Nossas Campanhas Navais*, a obra do almirante Boiteux foi sendo publicada na *Revista Marítima Brasileira* desde o número do último trimestre de 1955 ao terceiro de 1959. Considerado um trabalho de fôlego, a *HNB* julgou que não se justificaria a elaboração de “nova e original cobertura do evento” e, por isso, esse trabalho foi integrado como parte do Tomo I de seu Terceiro volume. Porém, a obra sofreu algumas adaptações, tarefa que foi atribuída ao almirante Hélio Leôncio Martins. A principal alteração confirma o que por diversas vezes já foi destacado com relação ao tipo de construção narrativa promovida pela *HNB*, que prima pelo “profissionalismo histórico”. Isso pode ser identificado em trecho constante da introdução ao capítulo que transcrevemos a seguir:

Entretanto, tanto o estilo como a apresentação da obra do Almirante Boiteux, com o tempo passado, exigem alguns toques de modernização. O volume das informações colhidas e nela incluídas é tal que torna o texto algumas vezes pouco claro, extremamente longo e cobrindo alguns aspectos, embora de valor histórico na época, não diretamente vinculados ao evento principal. Em suas análises e comentários, ainda que corretos, o Almirante Boiteux deixa-se levar muito por suas emoções pessoais, que se refletem na abundância de adjetivação laudatória ou veementemente condenatória dos personagens e dos fatos desenvolvidos, com prejuízo da isenção que deve caracterizar a análise histórica.⁹⁷ Há, ainda, certas considerações, fruto de novos e recentes conhecimentos, que complementam de forma positiva o estudo (*HNB*, 2002:163).

De fato, é extensa a análise empreendida sobre a Campanha Cisplatina pelo almirante Boiteux, iniciando com uma análise da situação da “fronteira do Vai-e-vem” desde os primeiros anos após o descobrimento do Brasil, de forma a mostrar que os limites dos impérios coloniais português e espanhol sempre estiveram em ebulição. Fazendo um

⁹⁷ Essa é, pelo contrário, uma das características da *HEB*, principalmente sua edição de 1972.

apanhado das disputas entre Portugal e Espanha pela posse da região, visando o controle da bacia do Prata, o autor passa por todas as disputas que envolveram a região e que culminaram na anexação da Província Cisplatina em 1821, para somente então debruçar-se sobre a guerra em questão.

Nos aspectos gerais referentes à guerra, é interessante notar que as falhas e os desacertos que levaram às derrotas militares brasileiras não são ocultados, pelo contrário, ainda que pela perspectiva da historiografia tradicional com enfoque nos eventos e nas decisões pessoais das lideranças, é possível encontrar críticas à condução dos conflitos. Segundo a narrativa, a revolta na Província Cisplatina não recebeu atenção imediata do governo Imperial, às voltas com as conseqüências da Confederação do Equador e as disputas entre partidos políticos que dominavam o cenário político interno. Aliado a isso, soma-se a precária condição financeira do país assolado por dívidas internas e externas. Também o Exército, além de consumir parte dos recursos, era ainda mal preparado, por ser “constituído por um amálgama de escassos e poucos escolhidos elementos nativos com a soldadesca que sobrara das Divisões de Avilez, de D. Álvaro Costa e dos prisioneiros feitos na Bahia” (HNB, 2002:197). A Marinha, embora não sofresse desse mal, pois “havia sido organizada com soldadesca própria para combater o poder naval oceânico de Portugal”, no caso da guerra a enfrentar no sul, não possuía o “necessário número de embarcações de pequeno porte capazes de operar no estuário do Prata” (HNB, 2002:197).

No bojo desses problemas, no que tange especificamente aos aspectos militares, a superioridade naval da Armada brasileira da época foi mal utilizada, assim como a campanha terrestre levada a efeito foi confusa e mal organizada. Esses problemas refletiam a falta de direção política e orientação estratégica, representadas pelo chefe da missão diplomático-militar responsável pelo comando da guerra, o almirante Rodrigo Lobo.

As operações navais do Império na Guerra da Cisplatina se deram principalmente no Rio da Prata e suas proximidades e, apesar de contarmos com um desequilíbrio de forças navais em favor do Brasil, essas forças estavam atuando em teatros de operação afastados de seus pontos de apoio. Além disso, seus navios não haviam sido construídos especificamente para aquele conflito, cuja execução demandava outros tipos de embarcações menores, próprias para o combate em região de estuário e não para combates oceânicos.

Além disso, não contava também a Marinha com uma coordenação estratégica específica que liderasse as atuações táticas da frota em combate. As idéias que coordenaram a atuação da Esquadra brasileira foram, segundo a *HNB*, reconstruídas de acordo com os documentos disponíveis:

Não se tem conhecimento da existência de um Plano de Campanha ou Plano Estratégico que norteasse a atuação de nossas Forças Navais na guerra declarada a 10 de dezembro de 1825, nem mesmo de uma Ordem de Operações expedida pelo Almirante Rodrigo Lobo. Tem-se que concluir quais foram as idéias acerca da atuação da Esquadra brasileira percorrendo os diversos documentos que foram sendo dados à luz (*HNB*, 2002:235).⁹⁸

A baixa eficiência e os reveses sofridos durante o período em que o almirante Lobo esteve à frente da campanha naval brasileira no Rio da Prata caracterizavam negativamente a campanha brasileira. A inércia das forças terrestres e sua situação de penúria, aliados ao baixo rendimento dos recrutas (sem estímulo patriótico e sofrendo com o clima), além dos prejuízos comerciais por conta das ações dos corsários⁹⁹ geraram reações

⁹⁸ Essa reconstrução pode ser vista nos capítulos que descrevem os combates, por exemplo, sobre a Batalha de Corales e o combate do Banco Ortiz. Nesses capítulos são descritas toda a movimentação da esquadra, desde a análise geográfica dos combates (latitude, longitude, etc) até a disposição das embarcações na região.

⁹⁹ A despeito da atenção dedicada pela historiografia brasileira, a *HNB* dedica grande atenção à ação corsária durante a Guerra Cisplatina, por ter sido a modalidade bélica que mais nos afetou na Campanha Naval Cisplatina. Durante esse período, em razão dos ataques corsários, a Marinha teve que atuar ostensivamente no estuário do Prata e defensivamente na defesa da costa. Em razão das poucas análises brasileiras sobre o tema (inclusive na obra do Alm. Boiteux), a análise baseia-se na historiografia argentina, pois que “o curso representou a atividade naval da guerra na qual foram mais ofensivos e melhores resultados obtiveram” (*HNB*, 2002: 347). A descrição das atividades de curso demonstra a importância desse tipo de atividade não somente para o corsário, mas principalmente com relação ao desempenho da Marinha de Guerra e como meio de

políticas negativas na Corte. A oposição utilizava-se da guerra para impopularizar o Imperador, afirmando que a guerra era fruto de suas ambições políticas. Enquanto isso, na imprensa clamava-se contra a “guerra injusta” (HNB, 2002:270):

O palavreado era intenso, não exatamente justo ou mesmo racional, nem sempre com nexos, pretendendo visivelmente fazer carga sobre o governo, através da crítica aos chefes por estes nomeados. Não era assim dos melhores o apoio popular aos combatentes pela fala de seus representantes. O que de positivo resultava do bloqueio da Esquadra das Províncias Unidas, a luta com algum êxito contra os corsários – era ignorado. Apenas as derrotas recebiam atenção e crítica (HNB, 2002:324).

A desastrosa atuação do almirante Lobo levou, em 1826, à sua exoneração do cargo e a posterior substituição pelo almirante Pinto Guedes, momento que marca uma nova estratégia do governo:

Como não havia ocupação territorial de lado a lado, nem, na época, dependência de importações para a vida da nação, mormente tendo o seu interior incólume, não se verificaria vitória definitiva. Só o esgotamento dos recursos nacionais e a desorganização financeira e política dos contendores com os gastos militares e as perdas comerciais iam levar à primeira tentativa de paz (HNB, 2002:312).

Como resultado da guerra, houve a criação do Uruguai e seu desligamento tanto das Províncias Unidas como do Brasil (HNB, 2002:319).

4.2 A *HNB* e a construção da contranarrativa do Exército

Na seqüência da estrutura narrativa destaca-se o salto temporal de cerca de quarenta anos verificado entre o Tomo I do Terceiro volume e o Quarto volume da *HNB*, já que o primeiro termina com a Guerra Cisplatina (1825-1828) e o segundo têm início em 1870,

aquisição material pelo apresamento de navios. As atividades de corso diminuíram ou cessaram com as negociações de paz (HNB, 2002:374).

já após a Guerra do Paraguai. Em termos históricos, essa é uma ausência significativa, dado que compreende período que se estende desde a abdicação de D. Pedro I, passando pela efervescência de movimentos de revolta que tiveram lugar durante o período regencial, pelo “golpe da maioria” de D. Pedro II e culminando com a Guerra do Paraguai, uma das experiências de guerra mais importantes das Forças Armadas brasileiras.

Embora a participação da Marinha brasileira nos movimentos internos que se desenrolaram durante o período regencial tenha sido marginal, em pelo menos um deles sua atuação foi mais ativa, fato confirmado por diversas referências de caráter oficial: a Revolução Farroupilha.¹⁰⁰ Duas hipóteses podem ser levantadas na explicação de tal ausência: em primeiro lugar, poderia haver a intenção da força naval de afastar-se da função de manutenção da ordem interna; também, essa ausência pode, em parte, ser entendida pela participação subsidiária da força naval nesses episódios que, na maioria dos casos, limitou-se ao bloqueio de portos e ao apoio logístico no transporte de tropas e suporte das operações terrestres. Esse papel marginal é confirmado pela análise de Vidigal (1985:16):

Em todos esses movimentos sediciosos os revoltosos não dispunham de Marinha, exceto no caso da Revolução Farroupilha, de modo que o papel das forças navais imperiais, embora extremamente importante – bloqueando os rebeldes, transportando tropas, provendo-lhes apoio logístico, apoiando as operações terrestres – não foi de molde a chamar sobre si a atenção dos governantes ou de permitir aperfeiçoamento profissional do pessoal, o que só teria sido possível no confronto com outras Marinhas. Evidentemente, a ênfase no problema interno, as dificuldades financeiras do país que via quase todos os seus recursos absorvidos com os gastos para a manutenção da ordem, não favoreciam a Marinha, tradicionalmente voltada para a segurança externa e sempre exigindo investimentos vultuosos para sua efetividade (VIDIGAL, 1985:16).

Entretanto, se a Marinha exigia maiores somas de investimentos para o pleno desenvolvimento de sua atividade precípua, a Guerra do Paraguai proporcionou o impulso necessário rumo ao progresso da construção naval do país. Mais que isso, esse momento de renovação coincidia com um dos marcos de transformação na história naval mundial, com o

¹⁰⁰ Sobre a participação da Marinha na Revolução Farroupilha ver Maia (1975).

desenvolvimento da propulsão a vapor. Em termos tecnológicos e estratégicos, esse desenvolvimento pode ser comparado às transformações decorrentes do desenvolvimento da navegação à vela. Entretanto, a despeito das longas apreciações sobre essa técnica e suas implicações para a navegação do início da colonização no Brasil, pouquíssima discussão é dedicada pela *HNB* às transformações que se seguiram ao advento da tecnologia à vapor.

Segundo Maia, em termos práticos essa transformação significava (1975:):

Na evolução da Marinha brasileira, como na de todas as Marinhas do mundo, o advento do vapor foi de importância extraordinária. A maior rapidez na locomoção dos navios, que passaram a não mais depender das trabalhosas manobras de içar e arriar velas para aperfeiçoá-las à direção do vento, bem como da própria existência deste, foi vantagem que compensou, sem dúvida, o encarecimento da construção e manutenção das novas unidades.

Entretanto, segundo Vidigal (1985:18), enquanto os países industrializados adotaram a propulsão a vapor e deram nova característica a suas esquadras em questão de duas décadas, “a atualização da Marinha brasileira após a Cisplatina foi bastante lenta até cerca de 1850, embora desde 1830, já figurassem entre os nossos navios de guerra as “barcas a vapor”, pequenas embarcações empregadas nos serviços auxiliares” (VIDIGAL, 1985:23). Contudo, a Guerra do Paraguai representou a oportunidade de promover as adaptações necessárias não somente à nova tecnologia ascendente, como também à realidade estratégica da própria guerra, cujas características diferenciavam substancialmente da guerra oceânica, modalidade para a qual nossa frota estava mais bem adaptada, como ficou demonstrado na guerra Cisplatina.

Nesse sentido, causa estranhamento a ausência dessas discussões, principalmente levando em consideração a relação estreita que pôde ser até agora verificada entre a construção do discurso histórico da força naval e os aspectos tecnológicos, chamados a destacar as características particulares da Marinha frente às outras forças, especialmente frente ao Exército. Talvez – e isso é realmente uma especulação – tenha havido a intenção

não concretizada de um Tomo II do Terceiro volume da *HNB*, o que ajudaria a explicar as ausências verificadas.

O que se pode afirmar é que, a partir de agora, tal qual como foi visto na construção histórica do Exército, as questões políticas começam a aparecer de maneira mais clara na narrativa. No caso da Marinha, essas apreciações destacam-se no conjunto, uma vez que até então sua narrativa primou excessivamente por uma “isenção” histórica, característica do desenvolvimento da história enquanto disciplina acadêmica. Neste momento, há uma alteração no foco discursivo da *HNB*, destacando-se com força um argumento político que permite identificar essa construção como uma contranarrativa do Exército. Essa característica pode ser observada logo nas primeiras páginas do Quarto volume da *HNB*, inteiramente dedicado à análise da “Marinha Imperial de 1870 a 1889”, de autoria de Lauro Nogueira Furtado de Mendonça. O discurso, agora, procura mostrar que, tal qual o Exército, a Marinha participou dos principais eventos desse período e, foi força ativa na vida política do país num momento de profundas transformações que culminaram na República.

Compartilhando da perspectiva tradicional, a narrativa afirma que “finda a guerra movida por López contra o Império, a paz externa veio juntar-se à interna, da qual gozava este país desde 1849, quando fora declarada a praieira, último movimento armado a ameaçar a sua unidade” (*HNB*, 2001:9). Nesse momento, desenhava-se uma evolução na sociedade, representada pelas idéias positivas e republicanas, cujo impacto teria sido diminuto na Marinha dada a sua participação marginal no apaziguamento das perturbações internas (*HNB*, 2001:10). Contudo, afirma a *HNB*, a idéia de que a Marinha teria sido pouco afetada pela influência dos ideais positivos e republicanos, largamente difundida pela historiografia sobre o período, é uma falácia historiográfica que se repete incessantemente de forma errônea, estereotipando e perpetuando uma imagem reacionária da força naval. Principalmente, essa imagem fortalece a primazia do Exército no processo que levou à instauração da República no

Brasil, ao apresentar – ou representar – a Marinha como base de apoio imperial. É contra essa imagem, num primeiro plano, que o discurso se estabelece:

A Marinha, se bem que não imune à evolução que se desenhava, não sofria, aparentemente, seu impacto, considerada a pouca atuação que lhe coube no apaziguamento das perturbações apontadas.

Aparentemente apenas, pois, elemento constituinte do conjunto das Forças Armadas e da elite intelectual brasileira, não se poderia manter ausente dessa evolução e, de fato, não se manteve, não obstante a enganosa legenda que lhe tem sido atribuída.

Ter-se-á, segundo tal legenda, permanecido distante dessa evolução nacional, mercê de alegada constituição elitista de sua oficialidade e das benesses que lhe seriam outorgadas pelo beneplácito imperial.

Enganosa legenda alardeada por diversos autores, seja por motivos políticos decorrentes da chamada Revolta da Armada, em 1893, seja pelos motivos ideológicos que, ainda recentemente, procuraram apontar a Marinha como reduto reacionário e antipopular, ou até mesmo pelo mero desconhecimento dos acontecimentos que precederam a instauração do regime republicano e suas repercussões no seio da oficialidade naval” (HNB, 2001:10).

Nesse sentido, a *HNB* busca colocar a Marinha ao lado do Exército no cenário político nacional, por exemplo, quando afirma que “como o Exército, voltava ela coberta de glórias da Campanha contra López”. As conseqüências da Guerra do Paraguai que historicamente se afirma terem transformado o Exército numa instituição orgânica, são estendidas também à Marinha, de forma a mostrar que os problemas não eram exclusivos de uma força, mas diziam respeito à realidade do conjunto das forças armadas. Como vimos, após a guerra, uma série de problemas organizacionais e políticos ajudavam a ferver o caldeirão de insatisfações dos militares. Todas essas questões são apontadas pela *HNB* como questões que afetaram também a Marinha que, como parte das forças armadas e da própria sociedade, não poderia estar alheia ao seu desenvolvimento.

No que toca aos aspectos organizacionais, todos os problemas já destacados na discussão sobre o Exército são apontadas pela Marinha: menor modernização de equipamentos; leis anacrônicas (baixos soldos, instalações precárias e sistema de recrutamento arbitrário); falta de código penal e processual condizente à época; normas de acesso inadequadas (promoção); necessidade de reformulação da justiça militar; lei de

inatividade que não considerava a importância da remoção dos quadros; tudo isso esbarrava na inércia legislativa, isto é, na falta de vontade política.

Essa inércia é entendida como decorrente da posição das Forças Armadas no conjunto da elite brasileira. Para a Marinha – e essa é uma visão que pode ser estendida para o conjunto das Forças Armadas – em face das circunstâncias inerentes à profissão das armas e sua condição de defensora da pátria, as Forças Armadas são mais nacionalistas que os demais setores sociais, principalmente, mais nacionalistas que o restante da elite brasileira, voltada para os interesses regionais e particulares. Em decorrência disso, a “classe militar” era repugnada por essa elite por ser mais capaz de compreender o homem do povo, “com quem confraternizara nos campos de batalha e com quem convivia no interior dos quartéis e nos conveses das belonaves” (HNB: 2001:12).

Nesse sentido, as ações que frustraram as esperanças de modernização que animavam a esquadra nos anos de 1870 podem ser vistas dentro desse panorama mais amplo de neutralização das Forças Armadas, descrita por Coelho como política de erradicação das Forças Armadas, já citada em capítulo anterior.¹⁰¹ Tal como aconteceu com o Exército, essa política marcou o desenvolvimento e a inserção social e política da Marinha. Contudo, nos dois casos, essa influência acabou resultando em comportamentos opostos. Se nos anos que se seguiram ao isolamento político da “classe militar”, o Exército rompeu essa situação de marginalidade através da passagem que ficou conhecida de “política no Exército” para “política do Exército” (já nos anos 30), para a Marinha, as conseqüências econômicas dessa política marcaram seu desenvolvimento material e, conseqüentemente, tecnológico, processo ao qual a Marinha é extremamente sensível. Assim, a Armada Imperial permanecia estagnada,

¹⁰¹ Segundo Coelho, a política de erradicação descreve atitudes básicas e comportamentos da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 30. Nesse tempo, ela passou por duas fases principais: uma fase particularmente violenta durante o Primeiro Império e uma fase mais dissimulada de suas manifestações no Segundo Império (marginalização) e durante a República Velha (cooptação). Quem falou que a interrupção do processo de modernização pode ser vista dentro do quadro de política de erradicação fui eu, não está na *HNB*. A passagem de política no para política do exército é o final do processo, que não se desenrolou da mesma forma na Marinha. Estendemos aqui essa política de erradicação à interrupção do processo de modernização da Marinha no período posterior à Guerra do Paraguai (Segundo Império).

quer sob o ponto de vista da organização, da legislação ou da administração.¹⁰² Segundo o próprio argumento da HNB:

Faltou-nos não só a energia facilmente acessível, que a essas nações [nações industrializadas] estimulou o desenvolvimento, mas também a clarividência para intentar obtê-la, a demonstrar que o mal tinha razões mais profundas, lastimáveis razões em que importar navios e maquinarias, livres de impostos, fez com que, em 1877, fosse fechada até mesmo a oficina de reparos em que fora transformado o antigo Canteiro de Fundição e Construção Naval, onde Mauá fizera construir 72 navios.

Lastimáveis razões em que a importação para baixar preços liquidou a nascente indústria brasileira, e em que a abertura da cabotagem à navegação exterior e internacional enfraqueceu decisivamente o empresariado marítimo nacional, reduzido à condição de usufrutuário da redistribuição de produtos pelos pequenos portos, os quais não interessavam à concorrência predatória das linhas sediadas nas ações que dominavam o tráfego marítimo e que obtinham um lucro marginal ao explorar a cabotagem nacional

A história da Marinha do Império, a partir de 1º de março de 1870, terá, pois, como pano de fundo a contradição fundamental entre o particularismo das oligarquias regionais e a própria razão de ser das Forças Armadas imperiais, ou seja, a manutenção da integridade nacional, debaixo de uma visão que poderia ser definida como global, em que não se admitia a redução dos objetivos nacionais frente àqueles das províncias (HNB, 2001:12).

Nesse contexto de marginalização, o discurso da *HNB* se define como contranarrativa ao discurso do Exército em dois aspectos inter-relacionados: tanto como oposição direta ao discurso do Exército construído na *HEB*, como também como oposição às perspectivas históricas amplamente difundidas que colocam a força terrestre no centro dos acontecimentos da época e descartam a participação da Marinha, restringindo-a a um papel de guardião do Império. Dessa forma, poderão ser encontradas constantes “denúncias” do tratamento desigual entre as duas forças, tanto em relação à política da época, como em relação às análises históricas dessas questões hoje.

Isto é, o discurso procurará mostrar que a marginalização da “classe militar” por parte da elite nacional atingiu igualmente as duas forças e as conseqüências desse processo – como a Questão Militar – envolveram igualmente a participação das duas forças,

¹⁰² Esse processo atingiu também a Marinha Mercante “e, por tais razões, deixou o país de ocupar a posição internacional que lhe competiria, não só por suas riquezas, como por sua população e pelas possibilidades proporcionadas pela natureza, ocupando, atualmente, posição em descompasso com suas condições, no concerto universal das nações” (HNB, 2001:138).

embora ao Exército sejam creditados todos os louros históricos pelo desenrolar dos acontecimentos que levaram à República. Embora longa, a passagem que segue evidencia exatamente essa idéia:

Cabe assinalar a existência de oficiais aos quais parecia um dever apontar o que consideravam demonstração de tratamento desigual, em desfavor das forças de mar, quando cotejadas com as de terra.

Assim, o já citado Tenente Alves Câmara, no ano de 1878, relaciona diversas dessas desigualdades.

(...)

E completa o distinto oficial, externando a sua amargura: “Desconsiderada perante o país, e fraca pela frouxidão dos laços que unem entre si seus membros, nem goza das mesmas imunidades de que usufrui o Exército.

“O Exército tem sido sempre advogado de seus interesses e de seus direitos; e se usufruímos de alguns pequenos favores são os concedidos a ele e que tornam-se depois extensivos à Marinha.

“Que classe é essa que não goza de direitos, nem de privilégios?” Estranhas palavras para uma corporação que pretendesse algum dia ter sido a pupila do Império.

Na realidade, ambas as forças, Armada e Exército, encontravam-se à mercê de uma classe política vinculada às oligarquias latifundiárias e escravocratas, hostis às corporações militares, estas diretamente dependentes do Governo central e, nesta medida, independentes das instâncias e órgãos do poder regional e local; em suma, eram elas intrinsecamente avessas às Forças Armadas nacionais, o que pode ser perfeitamente evidenciado, estudando-se o desenrolar dos acontecimentos, os quais rapidamente degenerariam na chamada Questão Militar, à qual a oficialidade naval não deixou de estar presente, por meio de alguns de seus mais lídimos representantes, ao contrário do que muitos desejam fazer crer, por motivos de ordem política, ou mesmo, ideológica, com o fito de dissociar as duas forças, o que lamentavelmente conseguiram obter, em não poucas ocasiões, por um lado, enquanto, por outro, tem havido o manifesto empenho em apresentá-las, e, em especial, à Marinha, como redutos incompatíveis com a satisfação dos anseios e necessidades populares, em lamentável e inverídica inversão dos fatos (HNB, 2001:15).

Nesse sentido, todos os acontecimentos desse período que são usualmente creditados somente ao Exército terão sua contrapartida na *HNB* e todos os eventos que a historiografia tradicional destaca como causa imediata da República como a Guerra do Paraguai, a Questão Militar e a Abolição, encontrarão seu espaço na história naval, de forma a comprovar a participação da Marinha nesses episódios. Mais que isso, muitas vezes serão buscados eventos capazes de estabelecer sua primazia em todo esse processo.

Apesar da ausência de uma construção sobre a Guerra do Paraguai, suas conseqüências encontram-se aqui presentes, pois se ela foi responsável por transformações importantes na definição identitária do Exército, “entre os oficiais da Armada, este

sentimento, nascido de uma necessidade inarredável, havia mostrado, também, a eficiência inerente à defesa dos interesses da própria classe, quando efetuada em comunhão por todos os interesses” (HNB, 2001:141). Isso porque, uma vez afastados os perigos da guerra, retornaram ao poder as mesmas forças políticas que dominaram a política nacional durante a Regência, alheias aos problemas que atingiam as Forças Armadas e promotoras da política de erradicação. Em busca de ultrapassar essas dificuldades,

Iniciava-se, então, um processo de criação de associações, em diversas categorias, visando, em seus primórdios, a fins beneficentes e recreativos, mas logo evoluindo por caminhos reivindicatórios. Entre eles a Associação Beneficente dos Artesãos Mecânicos do Arsenal de Marinha da Corte, a Caixa Beneficente dos Operários Carapinas do Arsenal de Marinha da Corte, a União Operária, em 1886, e, ainda em 1889, o Clube Operário (HNB, 2001:146).

Nesse surto associativo, a Marinha foi a primeira força a se manifestar pela organização. Sua primeira associação, o Clube Naval, teria surgido já em 1871, porém a iniciativa morrera logo no ano seguinte. O pioneirismo seguiria com a fundação do Clube Naval (1885) que, em 26 de junho de 1887 daria origem ao Clube Militar, quando passou a permitir a participação do Exército. Entretanto, a despeito de tal fato histórico – isto é, a precocidade da Marinha na formação das organizações associativas – a participação da Marinha nos eventos que culminariam na República é, na grande maioria das vezes, descartada em favor da preeminência da força terrestre. A própria origem do Clube Militar a partir de sua congênere naval por si só é fator que contraria as versões sobre a diminuta participação da Marinha nesse processo:

A adesão ao Clube Naval para a realização de tão significativo evento, à vista da posição política do Coronel Cunha Matos, fortemente envolvido na chamada Questão Militar, e a eleição de Custódio de Melo para a vice-presidência dessa tão expressiva associação ora formada, não podem deixar de ser consideradas quando da apreciação dos fatos que terminaram pela instituição do regime republicano em nossa pátria, senão como elementos indicadores de que a Marinha não se mantinha alheia aos acontecimentos, como querem alguns, porém, muito pelo contrário, algumas de suas mais expressivas personalidades tomaram posição ativa, ao lado de seus companheiros das forças de terra, na intenção de encontrar uma solução adequada aos graves problemas que então ameaçavam a estabilidade interna da nação e o significado, mesmo, da existência de suas Forças Armadas (HNB, 2001:147).

Toda essa construção se insere nesse esforço da Marinha em firmar definitivamente sua primazia frente ao Exército, que elabora toda sua construção simbólica, como visto, no sentido de se estabelecer como a força mais antiga. Nesse sentido, a mesma primazia é buscada na adesão da Marinha à causa da Abolição, questão que segundo a *HNB* “não passava em brancas nuvens, no entretanto, entre a oficialidade naval, como demonstram vários fatos” (*HNB*, 2001:150). Diversos são os exemplos destacados de grandes nomes da Marinha brasileira que publicamente se manifestaram pela questão abolicionista e pela defesa do negro. O exemplo mais contundente é o do prático do porto de Fortaleza, Francisco José do Nascimento que em 1881 impediu a efetivação do embarque de escravos que iriam trabalhar no Sul. Após uma série de contendas entre tropas, governo, comerciantes de escravos e latifundiários, “a causa abolicionista avassalara o Ceará” e Nascimento, por sua vez, foi demitido do cargo de prático-mor. O movimento recrudescer e novas disputas se sucederam, culminando com a abolição da escravidão no estado:

Sucessivamente, cada município cearense foi abolindo a escravidão em seu território. Afinal, em 24 de maio, chegou a Fortaleza a onda libertadora. Haviam vencido os abolicionistas. Finalmente, a 25 de março de 1884, eram declarados livres todos os escravos do Ceará, pelas mãos do Presidente Sátiro de Oliveira Dias. A fama de Francisco do Nascimento haveria de transcender sua província natal e levá-lo, em suas asas, ao centro do Império, à Corte, enfim (*HNB*, 2001:149).

A discussão mais importante, contudo, onde é possível encontrar maior exaltação do argumento será na Questão Militar que, apesar de ser considerado um dos principais episódios que levaram à queda da Monarquia no Brasil, poucas vezes valoriza-se a participação da Marinha:

Ao tratar da chamada Questão Militar, tida como uma das causas da queda do Império, citam-se de imediato os incidentes ocorridos com o Tenente-Coronel Antônio de Sena Madureira e com o Coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos; entretanto, aquele ocorrido com o capitão-tenente Antonio José Leite Lobo raras vezes é citado.

Antonio José Leite Lobo, capitão-tenente da Marinha reformado por motivo de saúde, foi preso e espancado pela polícia ao se envolver em “incidente de menor importância”, “apesar de haver declarado sua condição de oficial da Marinha e de ostentar no peito a fita de Cavaleiro da Ordem de Aviz”. Sabendo do fato, oficiais da Armada compareceram ao departamento de polícia, tendo sido desconsiderados pelo chefe do posto. Após discussões e exaltação de ânimos, “a oficialidade da Armada, ferida em seus brios, passou a exigir das autoridades em exercício as reparações que julgava de seu direito” (HNB, 2001:150).

Esse episódio é apresentado pela *HNB* como tão importante quanto os incidentes que envolveram os citados oficiais do Exército, pois que consistiu em incidente “assaz nocivo à estabilidade institucional, pela falta de percepção da gravidade dos acontecimentos que então se desenrolavam, por parte da facção política dominante” (HNB, 2001:151). Contudo, não apenas a historiografia tradicional como também o Exército o desqualifica ou mesmo o anula quando apresenta sua análise sobre a Questão Militar, o que claramente desprestigia a Marinha e provoca consternação:

A própria Questão Militar teve, no caso Leite Lobo, um de seus momentos mais críticos, desembocando na renúncia do Gabinete Cotegipe, o que raramente é citado pelos historiadores ao tratar da Questão, limitando-se aos incidentes ocorridos com o oficial do Exército. Cabe assinalar que a oficialidade naval sempre manifestou sua solidariedade a seus colegas de terra nas difíceis emergências então ocorridas (HNB, 2001:151).

Como se dissesse ao Exército “nós sempre nos manifestamos em sua defesa, mas a recíproca não é verdadeira”, a Marinha se contrapõe a todas as perspectivas, sejam elas oficiais ou não, que apresentam apenas o Exército como principal agente da República, renegando a participação da Marinha na vida política do país. Para a *HNB*, tal apresentação dos fatos não é condizente com a realidade, pois em todos os casos a força naval não só esteve presente como também atuou na vanguarda.

Acontece que, em decorrência de fatores de ordem política acontecidos à posteriori, acrescidos de outras considerações, com origem em posicionamentos ideológicos, a atuação da Marinha nos eventos que precederam à proclamação da República e, mesmo, aqueles desenrolados a 15 de novembro tem sido apresentada sob luzes não condizentes com a realidade.

É fato corriqueiro a apresentação da oficialidade da Armada como corporação alheia às discussões que se processavam no país, monarquista impenitente, oposta à evolução social, impenetrável ao movimento positivista que sacudia o Exército e até mesmo antiabolicionista, em suma, uma elite desligada dos sentimentos que avassalaram o país e indiferente à evolução que tão profundamente viria alterar a face institucional da nação (HNB, 2001:151).

Nessa fase que se estende da conspiração à Proclamação da República, a visão das duas forças está bastante próxima, uma vez que também compartilham do argumento historiográfico amplamente aceito de que D. Pedro, ao invés de tirar partido do prestígio de que usufruía nos primeiros anos de reinado para fortalecer o Exército e o poder central, deixou que a relação dos militares com o governo se deteriorasse: “Poder-se-ia mesmo afirmar, como o fez Quartim de Moraes, sem muito exagero, “... que a causa mortis do Império foi o suicídio. Se o foi, então o instrumento do suicídio terá sido a Questão Militar” (HNB, 2001:159). A incompreensão dos políticos quanto às necessidades mínimas das corporações militares, aliada à propaganda republicana que corria nas instituições militares, provocou a queda do prestígio do regime Imperial. Com o fim do regime, chega ao fim a Armada Imperial e tem início o período da Marinha republicana, “doravante responsável pela manutenção da dignidade e dos interesses nacionais” (HNB, 2001:155).

Mesmo que ferida em sua honra e aviltada pelos políticos, o entendimento sobre a mudança de regime não foi questão unânime na Marinha, o que não quer dizer, novamente, que era ela alheia aos problemas nacionais. Suas divergências estavam inseridas no panorama mais amplo de disputas político-ideológicas presente na sociedade da época e que se fez presente não apenas na Marinha, mas também no Exército: “Certamente, a Armada seria fiel à Monarquia, porém também o era o Exército. Não é possível, entretanto, duvidar de elementos da Armada que, em consonância com as mesmas forças que agiam nas tropas de terra, almejavam a mudança do regime” (HNB, 2001:158).

4.3 A Revolta da Armada e a definição do *ethos naval*

A análise sobre a República segue como pano de fundo da Revolta da Armada (1893), um dos movimentos sediciosos mais importantes no imaginário naval, tanto que a ele é dedicado todo um volume da *HNB* (Quarto volume, tomo I-A, 1995¹⁰³).¹⁰⁴ Nesse discurso irá se concretizar o principal argumento da *HNB*, ligando de maneira decisiva questões até então apresentadas isoladamente no discurso.

Como citado diversas vezes, a *HNB* demonstrou preocupação constante em apresentar em seu discurso uma visão isenta da Marinha. Isto é, através de um discurso focado numa construção histórica com longas descrições factuais, porém pouco analíticas, a *HNB* isentou-se de argumentos que a comprometessem ideológica e politicamente, tal como pôde ser encontrado na *HEB*. No entanto, essa construção apresenta uma mensagem clara, procurando passar a imagem de uma força naval “profissional”, inclusive na forma de construir sua história, pois que baseada em metodologia com características acadêmicas tais como a assinatura dos textos por pessoas de alguma forma ligadas à disciplina histórica, a “liberdade” dada aos seus autores na produção de seus textos, as constantes citações e

¹⁰³ O volume sobre a Revolta da Armada é assinado por Hélio Leôncio Martins.

¹⁰⁴ Interessante notar que no recém-publicado *Introdução à História Marítima Brasileira* (2006), produzido pela Diretoria de Ensino da Marinha e pelo Serviço de Documentação Geral da Marinha “em resposta à necessidade de uma introdução à História Marítima brasileira para os alunos das escolas de aprendizes-marinheiros da Marinha do Brasil”, não é feita qualquer menção aos dois episódios mais marcantes da história naval: a Revolta da Armada (1893) e a Revolta dos Marinheiros ou da Chibata (1910). Esses são justamente os episódios mais marcadamente políticos da história da corporação, o que pode levar a pensar que alguns posicionamentos estejam sendo repensados, porém, o alcance e o objetivo dessas alterações estão ainda longe de nossa compreensão.

referências bibliográficas, etc.; na tentativa de demarcar o caráter “acadêmico-profissional” de seu discurso.

Não obstante, neste último capítulo o posicionamento político da força naval, que até então podia ser identificado indiretamente em poucos momentos, foi se inserindo de maneira contundente no discurso. Historicamente, esse momento pode ser explicado em parte pela posição mais atuante das forças armadas no cenário nacional, principalmente após a Guerra do Paraguai. Entretanto, tanto no discurso oficial como também em grande parte da historiografia nacional, as transformações dificilmente são analisadas no conjunto das Forças Armadas e o termo “militares” é usualmente utilizado como referência ao Exército em detrimento da força naval, apresentada como a força mais elitizada, simpatizante e defensora do *status quo* imperial. Essa imagem se explica, segundo a *HNB*, pela maior presença de elementos oriundos da elite na Armada que no Exército:

“É crença bastante disseminada que, à época do Império gozava a Armada Imperial de especial carinho junto a nossos imperadores”. (...) Quais seriam, porém, os reflexos dessa simpatia na atribuição de galardões à oficialidade naval? O mais evidente deles seria, sem dúvida, o integrarem-se membros da Família Imperial na Marinha de nossa Pátria (*HNB*, 2001:173).

De fato, Carvalho (2005:19) já havia mostrado que durante o Império, a Marinha manteve um padrão de recrutamento mais alto que o do Exército, sendo possível encontrar almirantes filhos de importantes políticos, de famílias nobres e filhos de oficiais da própria Marinha. Segundo depoimento de oficial da força apresentado por Carvalho, “a oficialidade da Marinha sempre foi, ao menos uma parte, escolhidas da alta sociedade do Brasil”. Além disso, o reduzido número de oficiais e as constantes viagens ao exterior favoreciam a manutenção desse padrão elitista de recrutamento.

Entretanto, para a Marinha, a maior presença da elite nacional nos quadros da Armada não significa que a força tenha estado ausente nos processos sociais e políticos que se desenrolavam no seio da sociedade brasileira e, por conseguinte, que ela não tenha tido

participação em paridade com o Exército. Nesse sentido, o discurso enfatiza a disparidade no tratamento entre o Exército e a Armada tanto em termos historiográficos quanto nas relações políticas com as duas forças na época. A insatisfação com essa desigualdade, gestada durante anos, teria na Revolta da Armada seu momento de extravasamento, simbolizando uma luta entre Marinha e Exército pelo seu lugar na política nacional.¹⁰⁵

Como ficaria, entretanto, o “profissionalismo” da força naval – entendida, como afirmado na introdução, em termos huntingtonianos de afastamento político – diante dessa tomada de posição política verificada no discurso sobre a Revolta da Armada? Num primeiro momento, o leitor pode ser levado a identificar no elemento político uma incoerência discursiva que acabaria por invalidar todo o argumento alinhavado nos últimos sete volumes da *HNB*. Entretanto, a própria construção sobre a Revolta da Armada se encarregará de desfazer esse mal-entendido, mostrando que essas situações de envolvimento político foram exceção na história naval e não uma constante, tal como pode ser visto na história do Exército.

Ou seja, a força naval afirma que sua participação foi tão importante na história do Brasil quanto a participação de sua congênere terrestre, estando presente nos principais episódios da história nacional. Contudo, se essa participação não se deu na medida mesma que a da força terrestre, sendo por isso considerada inferior, é porque ela soube julgar o momento oportuno de se afastar, justamente porque é mais profissional. Com isso, fecha-se o elo que, ao mesmo tempo, une e separa a Armada das outras forças (principalmente do Exército), permitindo identificar um *ethos naval* próprio (tal como definido na introdução deste trabalho, como auto-imagem discursiva), intrinsecamente relacionado à definição de sua própria identidade: dentre as demais forças armadas, a Marinha é a força mais profissional.

¹⁰⁵ Hahner (1975) partilha dessa perspectiva, afirmando que “a Marinha sentia-se prejudicada e desprezada pelo governo dominado pelo Exército e as rivalidades e conflitos violentos entre as duas armas [termo aqui utilizado de maneira equivocada, já que a autora estava se referindo às duas forças – Exército e Marinha] finalmente conduziram a uma importante revolta na Marinha”.

O objetivo deste capítulo, segundo a *HNB*, é preencher a lacuna existente sobre o tema na historiografia nacional, pois a literatura existente é bastante falha, de autoria de partidários de um dos lados, em época próxima aos fatos narrados, portanto, passível de paixões. Por outro lado, existem descrições factuais do movimento que não o vinculam ao ambiente criado pelos acontecimentos de anos anteriores. Apesar desse objetivo, a narrativa se afirma como não-oficial, na medida em que a opinião do autor foi respeitada e mantida:

Não se trata de versão oficial da Marinha, ainda que tenha recebido apoio do Serviço de Documentação da Marinha. Como acontece com as demais publicações desse serviço, a liberdade de opinião é absolutamente respeitada, e tanto a narrativa dos fatos como a sua interpretação são de inteira responsabilidade do autor (*HNB*, 1995:10).

Entretanto, a seqüência do parágrafo já permite perceber que tal versão, ainda que de responsabilidade do autor, é partilhada pela *HNB*, uma vez que “a distância no tempo, permitindo melhor perspectiva histórica, ajudou a obtenção de maior veracidade deste episódio de tanta importância na historiografia brasileira e naval” (*HNB*, 1995:10). Em outros momentos até bem menos polêmicos, quando não partilharam da perspectiva do autor, a *HNB* posicionou-se com nota no próprio texto. Aqui, onde se trata de assunto delicado para a instituição e certamente a preocupação com a versão a ser narrada é maior, a afirmação da veracidade histórica é passível de torná-la versão oficial, mesmo que indiretamente.

Como se adiantou no início deste tópico, a Proclamação da República é o pano de fundo da Revolta da Armada. Mais que isso, ela é entendida como conseqüência de todo o processo político que se desenrolava no país desde o fim da Guerra do Paraguai, ou, nas palavras da *HNB*, “O golpe militar de 15 de novembro de 1889 representou o clímax de acontecimentos que vinham processando desde 1870” (*HNB*, 1995:19). Depois da proclamação da República – que se deu de forma pacífica, como todos os acontecimentos marcantes da História do país – acentuou-se a tutoria militar que já não contava com a homogeneidade inicial. Agora, florianistas e deodoristas digladiavam-se e mesmo a Marinha,

“que se mantivera até certo ponto limitada à sua esfera profissional”, acabou tomando parte nessa disputa. Animada com o êxito do movimento de 23 de novembro (o contragolpe desencadeado pela Armada que levou ao poder o vice de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto), a Marinha se ressentiu contra a posição secundária que ocupava, “não concordante com a atuação primordial assumida na derrubada da ditadura de Deodoro”. Assim, “o sentimento de inferioridade deu lugar à sensível hipertrofia de espírito de classe e à reação contra a dominação militar pelo Exército, levando elementos mais radicais a se levantarem em armas contra o Governo Floriano Peixoto: A Revolta da Armada, 1893” (HNB, 1995:10).

Essa revolta se concretizou em oito meses de guerra civil, com perdas humanas e de material significativas, sendo marcada por cisões, ódios e vinganças. Na visão da *HNB*, representou os últimos atos de violência resultantes de transformação, no primeiro momento pacífica, nas instituições nacionais. Contudo, na perspectiva tradicional permanece a imagem da intenção restauradora do regime derrubado, argumento utilizado pelo governo para unir em torno de si elementos civis e militares na defesa da república ameaçada (HNB, 1995:10).

De fato, havia uma crença disseminada de que a força naval era monarquista, o que pode ser verificado nos discursos públicos da época. Porém, a *HNB* procura mostrar que os fatos desmentem esse qualificativo: “Na realidade, um grande número de oficiais da Armada partilhava do sentimento vivo de que novos tempos se abriam para o Brasil, do que podemos chamar de ‘estado de espírito republicano’” (HNB, 1995:22):

Havia, da parte da comunidade naval, respeito pelo Império e pelo que ele realizara, além de veneração pela figura do Imperador. Mas a idéia, o sentimento republicano, que se tinham difundido pelos elementos pensantes do Brasil, atingiram também a Marinha. São inúmeros os exemplos e os detalhes encontrados na literatura histórica da época, nas notícias jornalísticas, nas crônicas, nas memórias, que mostram o grau de difusão do ideal republicano no seu Corpo de Oficiais (HNB, 1995:22).

Apesar disso, a *HNB* não nega que a extensão dessas influências em ambas as forças, naval e terrestre, foi sentida de maneira diferente. Se até então o discurso buscava

trazer a Marinha para o mesmo patamar de atuação e importância nesses acontecimentos, agora, uma vez que essa importância foi estabelecida, caberia delimitar a atuação da Marinha nesse panorama. Embora longa, a passagem que segue apresenta com clareza o grau de profundidade que a força naval pretende que seja dada à sua participação nesses eventos:

Enquanto os fatores acima apontados iam progressivamente criando o ambiente de desagrado que impulsionaria o Exército até tornar-se o elemento decisivo da queda do Império, a Armada não sofrera o impacto das mesmas injunções. Na Campanha do Prata, a oficialidade naval, restrita aos seus navios, não teve oportunidade de estabelecer os contatos que mostraram ao Exército a importância política das Forças Armadas. Finda a guerra, os chefes naval de nomeada (Tamandaré e Inhaúma) não ocupariam posições de relevo no governo que lhes permitissem influenciar a política imperial. Talvez por isso mesmo, os Gabinetes que se sucederam não previam nenhum perigo de interveniências indesejáveis por parte da Armada. E esta continuou a receber as atenções profissionais consentâneas com as dificuldades técnicas que a Revolução Industrial trazia para a renovação material da frota, em País que seguia sendo essencialmente agrícola. (...)

Com tais providências, mantendo-a ocupada em atividades profissionais, não se aguçou a sensibilidade da corporação. Não se sentiu ela relegada a um segundo plano nas preocupações nacionais. A inexistência de vivos protestos a serem levantados, dispensou um líder que os levasse adiante. A doutrina positivista, embora aceita por pequeno grupo, não teve um pregador da força de Benjamin Constant para disseminá-la.

Sem as causas, não se sentiram os efeitos, pelo que a Marinha limitou-se a assistir e aceitar os fatos consumados em 15 de novembro. Não se constituiu em um organismo solidário como aconteceu com o Exército, ainda que os Proclamadores da República fizessem questão de apresentá-la como tal, com a complementação de Benjamin ‘as diatribes de Deodoro contra Ouro Preto, ao acrescentar sempre que este citava o Exército “... e a Armada”, e também na entrega solene das forças navais no Arsenal de Marinha, elogiadas por sua brilhante cooperação na investida final contra as instituições imperiais (praticamente de presença) (HNB, 1995: 21-22).

Em termos de unidade do discurso, esses argumentos que à primeira vista parecem mesmo incongruentes se explicam quando conseguimos compreendê-los em seu conjunto. Assim, num movimento de aproximação e distanciamento, a Marinha determina o seu lugar na história nacional ao mesmo tempo em que constrói sua auto-imagem no discurso, isto é, o seu *ethos*. Cabe ao analista compreender o que essas considerações têm a dizer sobre o conjunto do argumento, e, neste caso, as palavras da *HNB* falam por si, numa passagem que, em termos didáticos, textualiza a justificativa para a Revolta da Armada e a contraposição entre as forças naval e terrestre:

Uma análise à distância no tempo, sem paixões comandando o julgamento, considerando os fatos à luz crua da verdade, com base em princípios éticos e ortodoxos, levando em conta não os resultados alcançados, mas os valores em jogo, obriga a que se ponham algumas restrições no tom laudatório usado quando se enaltece os vitoriosos de 15 de novembro.

O desajuste crescente entre o Exército e as autoridades governamentais nos últimos anos do Império, com ênfase no que se julgava ultrajes à corporação, seu abandono e, até, a temida substituição pela Guarda Nacional, provocou reações que, a rigor, em circunstâncias normais, poderiam ser consideradas, no mínimo, indisciplinadas, como negação ao respeito hierárquico imprescindível em uma organização militar. Simultaneamente, fruto da ação conjugada dos fatores acima apontados, ressentia-se o nível de operacionalidade do Exército. O Ensino na Escola Militar apresentava acentuados toques de bacharelismo e de academicismo filosófico. Os oficiais no mais altos postos, com relevantes folhas de serviço na Campanha do Paraguai, eram os “tarimbeiros”, enquanto os recém-saídos da Escola Militar consideravam-se os “científicos”, os “cidadão-soldados”, colocados acima das rotineiras atividades militares. A influência positivista passou a discutir a legitimidade de nossas lutas externas, “levando seus alunos a desprezarem os veteranos, que desfilavam orgulhosos ostentando em seus peitos as medalhas da campanha”.

O clímax desta situação foi a mudança do regime a 15 de novembro, movimento impulsionado pelos oficiais nos primeiros postos, que sofriam a influência de elemento de grande estatura moral – Benjamin Constant – convincente em sua pregação, mas de fraco passado militar. A solidariedade das tropas que deveriam defender o Governo – e não o fizeram – deu-se graças ao gesto intrépido de Deodoro e ao prestígio do nome, consagrado em lutas passadas e por seu caráter altaneiro e sem mancha. Mas não se encontra a mesma elevação nas atitudes de outros chefes, oficialmente ao lado da legalidade, como Floriano e Almeida Barreto, que até a última hora protestavam fidelidade ao regime, invertendo sua posição só diante das forças rebeldes em posição de ataque.

A herança deixada pela indisciplina reinante, (mesmo justificada por razões ideológicas), e pela dubiedade dos que se manifestaram na undécima hora, apesar de estarem a par do que se processava, justificou a reprodução de atitudes semelhantes nos primeiros anos da República. As mesmas razões, discordância com os métodos e práticas do Governo do momento, levaram à destituição de Deodoro e à tentativa de derrubada de Floriano. É neste contexto, de desobrigação aos poderes constituídos, de prevalência de opiniões de minorias que se arvoraram no direito de mudar pela força, senão o regime, pelo menos os detentores do Poder, que vamos encontrar na gênese dos movimentos rebeldes que se anunciavam, tanto no panorama nacional como nos estados, culminando com a Revolta da Armada em 1823 (HNB, 1995:23).

Seguindo essa tendência, a narrativa da *HNB* tentará mostrar que sua participação só se efetivou nos momentos em que o profissionalismo militar – tantas vezes ameaçado pelos interesses políticos, principalmente por parte do Exército – esteve em risco.

Durante o governo provisório de Deodoro (15 de novembro de 1889 a 24 de fevereiro de 1891), “a influência militar era cada vez maior, animada pela certeza de que a República só se fizera graças à interferência do Exército” (HNB, 1995:25). Embora a intenção inicial de Deodoro fosse de cortar gastos, reações baseadas no argumento de “direitos adquiridos” provocaram aumento nos gastos públicos: “Uma das primeiras providências

tomadas, inoportuna, antiética e antipática, foi o aumento dos vencimentos das Forças Armadas, que pareceu como sendo pagamento pela atuação de 15 de novembro” (HNB, 1995:25). Atitudes como essas tiveram suas conseqüências:

As conseqüências da participação cada vez maior dos militares (do Exército em quase sua totalidade) na política e na administração do País, principalmente de oficiais nas primeiras graduações, foram o aumento de atitudes ferindo a disciplina e o abandono do cumprimento das funções profissionais (HNB, 1995:25).

Em 15 de novembro de 1890 foi instalada a Assembléia Constituinte e em 18 de novembro apresentada a moção pela qual se decidia que o Governo Provisório ficaria no poder até a Constituição ser votada e organizado novo governo definitivo. Problemas na administração, nos Estados, na disciplina militar e na vida financeira do país deram origem a um movimento de oposição da Assembléia Constituinte, que teve importância especial para a Marinha “por ter trazido em seu bojo a primeira manifestação política naval que, anos depois, iria desenrolar na Revolta de 1893” (HNB, 1995:29). Consta que ao recém-promovido Chefe-de-Divisão Custódio José de Mello, quando de sua chegada ao Rio de Janeiro (29 de julho de 1890), não agradou o ambiente político que encontrou, pois que não correspondia às suas expectativas, principalmente no que concerne às regalias dirigidas às Forças Armadas. Logo, o oficial da Marinha colocou-se em oposição ao governo Deodoro. “Em sua nova posição, como único oficial-general da Marinha com envolvimento político ativo, pois os outros mantinham-se restritos às suas tarefas profissionais” (HNB, 1995:29), Custódio de Mello uniu-se ao bloco antigovernista mais agressivo.

Na Assembléia Constituinte era sensível a oposição à Deodoro, ainda apoiado pela maioria dos militares, principalmente os de alta patente. Desagravos entre as várias correntes fortaleceram a idéia de uma candidatura oposicionista civil, que girava em torno do nome de Prudente de Moraes. Entretanto, nesse bojo, “o Exército e parte da Marinha (esta ainda com pouca presença) preparavam-se para impor candidatura militar” (HNB, 1995:31).

Corria que, se a vitória fosse de Prudente de Moraes, haveria sinal para a dissolução do Congresso. A fim de obter a adesão da Marinha a Deodoro, O Almirante Eduardo Wandenkolk fora indicado como seu vice-presidente e em reunião do Clube Naval de 19 de fevereiro ficou registrada moção em prol dessa candidatura. Porém, outros oficiais se reuniram em sessão especial dias depois para protestar contra a moção aprovada, “por entenderem ser o número de sócios presentes na sessão anterior inexpressivo e que ‘o papel das Forças Armadas era garantir as instituições e acatar resoluções do poder constituído’, o que significou a primeira, embora modesta, participação da Armada nas lutas partidárias que dividiam a nação” (HNB, 1995:31).

Com a vitória “tão pouco convincente” de Deodoro e à espera de oposição por parte do Congresso, a situação política já fragilizada pelo encilhamento agravou-se, culminando na dissolução do Congresso, em 3 de novembro de 1891. Logo, grupos contrários a Deodoro começam a se articular. Nas Forças Armadas, “o cerne da dissensão concentrou-se na Marinha” (HAHNER, 1975:63), sob direção intensiva de Custódio José de Melo e José Simeão, com o beneplácito de Floriano Peixoto. “Em torno do Alm. Custódio movimentava-se grande número de oficiais de baixa graduação”.¹⁰⁶ Para aumentar a confusão, a Marinha passava por grave crise nos seus altos escalões. Finalmente, diante de situação insustentável, Deodoro renuncia ao seu mandato.

Segundo a *HNB*, a Marinha assumiu a responsabilidade pelo golpe de morte na ditadura, com a Revolta de 23 de novembro, o que lhe deu o gosto do êxito e a sensação de poderio e proeminência. Hahner (1975:65), partilhando dessa perspectiva, afirma que “a renúncia de Deodoro deve ser atribuída, principalmente, a uma determinação da Marinha e não à oposição das forças civis”. Segundo a autora, muitos elementos do Exército estavam descontentes com a demonstração de poder naval, tanto que, menos de duas semanas depois,

¹⁰⁶ Para análise das revoltas militares do período ver Carvalho (2005).

surgiram na Imprensa rumores sobre os perigos de restauração monárquica, visando claramente desprestigiar “a revolução que a Marinha Brasileira fez” (HAHNER, 1975:65).

Por apresentar uma característica narrativa factual, centrada na seqüência cronológica dos eventos, a descrição da Revolta da Armada não foge dos acontecimentos que se desenrolaram durante esse período. Tal como vimos na construção da Guerra do Paraguai no caso do Exército, o importante é identificar a utilização de tais eventos pela narrativa. Isto é, mais importante que o evento em si é a carga simbólica que ele carrega, o que ele representa na história da instituição. Neste quadro, a revolta da Armada representa uma mudança de atitude aos longos anos de subalternidade dessa força frente ao predomínio político do Exército, força que ela tanta vezes sustentara:

Neste meio já tão favorável aos distúrbios sociais, avultava um conflito potencial que lhe dava mais força: o autoritarismo militar exercido pelo Exército, exacerbado por Floriano para sua própria segurança, despertava nos quadros da Armada sentimento de inferioridade, de secundarismo, que tivera um interregno de esperança com a Revolta de 23 de novembro de 1891 e o posicionamento do Almirante Custódio José de Mello como poderoso Ministro da Marinha, influenciando em todo o cenário nacional. Essas ilusões desapareceram com a saída de Custódio do ministério (HNB, 1995:81).

Após a saída de Custódio de Mello, Floriano passa a buscar apoio exclusivamente no Exército, fortalecendo o sentimento de desigualdade entre as forças. Por essas razões, cada vez mais “as atitudes da Marinha tomavam aspecto de desagravo por tratamento que considerava injusto e desigual em relação a elementos assemelhados do Exército” (HNB, 1995:81). Mesmo que Floriano tenha tentado recuperar o apoio da armada convidando para o ministério figuras destacadas da Marinha, não houve acordo entre as pretensões de ambas as partes e, neste quadro, Floriano Peixoto é descrito como o elemento causador dos desagравos imediatos que levaram à deflagração da Revolta da Armada:

Embora para a Revolta da Armada se apresentem diversas razões justificando a sua deflagração, corporizava-se ela essencialmente na reação à personalidade de Floriano Peixoto. Era olvidado o fato de ele ocupar a vice-presidência graças à ação naval de 23 de novembro, e ter todos seus atos de governo aprovados, quando não dirigidos, pelo representante da Marinha no ministério (HNB, 1995:82).

Do lado oposto, coube ao Almirante Custódio de Mello representar a liderança do movimento. Coube a ele o comando da Revolta, bem como suas decisões políticas, o plano de campanha e a decisão de seu início. Entre os objetivos a serem alcançados com o movimento destacavam-se “reivindicar a honra da corporação, a pacificação do país e impedir a ditadura”. Porém, esses argumentos são questionados pela própria *HNB* como não convincentes, sendo difícil “explicar racionalmente suas causas, independente das paixões desencadeadas” (HNB, 1995:83).

Assim, a conclusão mais lógica é que a causa direta, imediata, da revolta, foi mesmo o desagravo da “honra da Marinha”, o que só poderia ser obtido, confundindo-se com reclamos de brio pessoal, pela queda de Floriano. Seria o natural desenvolvimento da luta pela supremacia do corporativismo das únicas instituições relativamente homogêneas que existiam no Brasil da época: o Exército e a Armada (HNB, 1995:84).

De fato, em análise das intervenções militares – tanto da força naval quanto terrestre – Carvalho (2005:52) mostra que as principais revoltas da Marinha se concentraram em torno dos constantes atritos com o Exército por rivalidades profissionais e competição por maior participação nos benefícios do poder. Isso porque, em razão de suas características organizacionais, do recrutamento aristocrático de seus oficiais e seu isolamento e treinamento mais profissional, a força era menos sensível às pressões políticas e menos hostil às elites políticas civis que o Exército.

A despeito da carga simbólica da Revolta da Armada, admite-se que, em razão de não contar com a adesão da totalidade da corporação, dificilmente esse episódio poderia ser chamado de “Revolta da Armada”, nome pelo qual ficou historicamente conhecido. Isso porque “nela tomaram parte, como revoltosos, apenas 139 oficiais dos diversos corpos (da Armada, Saúde, Maquinistas, Comissários), alguns da reserva, e 53 foram mantidos presos pelo Governo” (HNB, 1995:85). Teriam aderido ao movimento apenas cinco oficiais

superiores,¹⁰⁷ sendo o restante oficiais de baixa graduação. Dos 597 oficiais da Marinha na época, os revoltosos totalizavam apenas dois quintos. “Os restantes”, afirma a *HNB*, “permaneceram neutros, ocuparam funções administrativas ou, convictos de que Floriano representava a defesa da República, puseram-se a seu lado guarnecendo inclusive os navios adquiridos pelo Governo” (*HNB*, 1995:85).

Por fim, a data da deflagração ficou na dependência da prontificação dos reparos do Aquidabã, o que se esperava para 5 de setembro, dia no qual foi apostado o veto à Lei de Inelegibilidade do vice-presidente, o que, para os revoltosos, foi mais um sinal de que a ditadura se aproximava. Não mais se podia esperar. Na tarde e na noite daquele dia, os conspiradores, inclusive o Almirante, ocuparam os navios, ausentes os comandantes e imediatos, sublevaram as guarnições e, pela manhã do dia 6, todas as unidades de guerra surtas na Guanabara ostentaram a bandeira branca, símbolo da rebelião. Teria início a Revolta da Armada (*HNB*, 1995:86).

Dadas as limitações e os objetivos deste trabalho, não cabe aqui a descrição dos oito meses de luta que se seguiram, detalhadamente descritos no *Tomo I-A* do *Quinto volume* da *HNB*. Porém, ressaltamos a objetividade e imparcialidade buscada pela narrativa que demonstra grande dificuldade em se posicionar diante dos acontecimentos. A apreciação dos combates – que tanta impopularidade trouxeram à Marinha uma vez que transformou o Rio de Janeiro em alvo de sua artilharia – fica sempre a meio caminho entre a exaltação e a culpa, uma vez que ao mesmo tempo em que se transformou em símbolo da habilidade de combate da Armada, isto é, de sua capacidade profissional, o episódio apresenta uma cisão quase generalizada: da Marinha, das Forças Armadas, do governo e da própria população. A descrição sobre o cerco e resistência da Lapa representa bem essa indefinição: “O cerco e a resistência da Lapa, por 26 dias, representam a grande epopéia da guerra civil, infelizmente escrita por brasileiros contra brasileiros” (*HNB*, 1995:160). Mesma ambigüidade pode ser encontrada na descrição sobre o último combate da revolta:

¹⁰⁷ Inicialmente incluía um único oficial-general (Custódio de Mello) e, posteriormente, Saldanha, além de dois capitães-de-mar-e-guerra (Frederico Lorena e Eliezer Tavares) e um capitão-de-fragata (Alexandrino de Alencar) (*HNB*, 1995:85). Os dados apresentados por Carvalho (2005:14) demonstram que, ao contrário das intervenções militares do Exército, predominantemente promovidas por oficiais inferiores, a liderança das intervenções da Marinha se dividiu entre oficiais e praças, porém, em ambos os casos, as intervenções raramente partiram da organização como um todo.

O combate de 16 de abril, uma nota triste por ser travada entre brasileiros não deixou, por isto, de se tratar de feito corajoso para ambos os partidos em que se cindira a Marinha na emblemática Revolta da Armada, que findara com a destruição de seu último navio (HNB, 1995:198).

Em síntese, a Revolta da Armada foi desastrosa para a Marinha, pois a desfez moral e materialmente (HNB, 1995:250). Ao final da revolta, a liderança da força havia sido dizimada e seu poderio reduzido pela perda de navios e redução dos efetivos (CARVALHO, 2005:53). Floriano colheu os maiores dividendos da Revolta, saindo como consolidador da República.

Em breve a Revolta da Armada passava a ser apenas uma lembrança amarga pelo que causou de destruição moral e material à Marinha. Foi transformada por muitos, entretanto, em mito heróico, o que também não deixou de ser, se se considera a atuação individual dos que nela tomaram parte, legais ou rebeldes, que demonstraram bravura, resistência, espírito de sacrifício, qualidades que mereciam melhor emprego, mas que se constituíram em promessas de repetição quando, em causas mais elevadas, a Pátria os solicitara (HNB, 1995:242).

Ao final do capítulo, a *HNB* apresenta uma síntese conclusiva da Revolta da Armada bastante significativa do ponto de vista simbólico, pois nela o argumento norteador da narrativa da Marinha é apresentado de maneira bastante clara. Principalmente, ela permite compreender a indefinição tantas vezes destacada do papel desempenhado pela revolta na história militar. Por tudo o que foi dito, pode-se perceber que dificilmente a Marinha poderia negar a importância da revolta no conjunto da história naval. Contudo, num momento de revisão de posições e, principalmente, pela característica contranarrativa da *HNB* frente ao Exército, essa síntese destaca como lição aprendida o papel profissional que devem exercer as Forças Armadas em país como o Brasil, reforçando a superioridade da Marinha frente às outras forças – leia-se Exército – pois o profissionalismo (ou seja, o afastamento da política) é justamente a característica que a define. Embora longo, vale reproduzir o trecho que conclui o volume sobre a revolta:

Cabem, ao término deste trabalho, como resultado da lição aprendida com os acontecimentos que redundaram na Revolução de 1893, algumas considerações sobre o papel que devem exercer as Forças Armadas em país como o Brasil, que não sofre permanentemente o perigo de agressões em potencial. A tutoria militar nascida com a Proclamação da República – sempre evitada no Império – trouxe consigo, no turbilhão da indisciplina reinante, descontentamentos, corrupção, reação ao que eram consideradas posições subalternas, explodindo em convulsão como a Revolta da Armada, de trágicas conseqüências.

Depois de interregno, no qual a Marinha refazia-se da destruição sofrida e o Exército das demonstrações negativas da Campanha de Canudos, novamente o Brasil republicano viu-se a braços com um ciclo de insurreições de militares, que se envolviam nas lutas políticas e sociais, tomando partidos, ocupando funções civis, cindindo-se continuamente em legalistas e revoltosos, denominações que ora aplicavam-se a uma facção, ora à outra.

Destes envolvimento e divisões não resultaram aumento da eficiência ou melhoria das Forças Armadas, que as levassem a níveis compatíveis com o que delas se devesse esperar. Pelo contrário, as preocupações governamentais para que elas dispusessem dos meios e do preparo coadunando-se com o papel que lhes cabe no concerto nacional apresentaram sempre aspectos de descontinuidade, dependendo do prestígio que eventualmente obtivessem dos elementos dominantes. Não houve, podemos dizer não há, compreensão nítida dos dirigentes e da opinião pública que, em país como o Brasil, com a projeção que lhe dá, malgrados os erros internos, a importância geográfica, econômica e demográfica, é imprescindível que se mantenha um núcleo de cidadãos os quais, por seus conhecimentos técnicos e formação mental, hauridos em escolas especializadas, e dispendo dos meios necessários, constituam-se em reserva física e moral, pronta a ser empregada em emergências internacionais (que, lamentavelmente, a História mostra serem inevitáveis) e nacionais, estas representadas pelo estabelecimento de anarquia generalizada, tentativas ilegítimas de mudança das instituições e, mesmo, possibilidades de desagregação, se estas se manifestarem. E capaz também de ampliação, se circunstâncias especiais o demandarem. Percebe-se, ao se estudar a situação da Marinha logo depois da Proclamação da República, que era este o pensamento de seus chefes mais moderados e responsáveis, como Balthazar da Silveira, Júlio de Noronha e do próprio Saldanha. Este último, embora não concordando com a mudança do regime, dedicou-se à formação de oficiais e subalternos para a nova Armada que se manteria disciplinada, profissionalmente eficiente, una, como exemplo a seguir e influenciando positivamente naquele mar revolto que era o Brasil da época.

Não havendo compreensão dos inconvenientes e males que advêm da atenção necessária às Forças Armadas, da falta de confiança que as atingiam, e do respeito que devem merecer, resultará isso em sua desatualização técnica, no hiato de trabalho e conhecimentos que precisam sobrepor-se. E, pior do que tudo, causará desânimo, descrença, abandono do pessoal que as compõe, o que transformará organismos que se deseja vibrantes, entusiastas, o que já é dificultado pelo fato de não terem utilização imediata, em algo rotineiro, inoperante, ignorante em relação às suas finalidades específicas. Mas, dispendo de armas e de organização, estarão prontos para desviarem-se pelos caminhos da rebeldia, de posições indesejáveis ou partidárias, repetindo o que aconteceu em 1893, com o deflagrar da heróica mas triste Revolta da Armada” (HNB, 1995:252-253).

Assim, o discurso justifica a cisão da Marinha e seu envolvimento político no período – e em período posteriores – sob o argumento de que em razão da situação desfavorável que vivia, a Armada se tornou vulnerável às instabilidades da época.

4.4. Revolta dos Marinheiros de 1910

Segundo Vidigal (1985:106-107), é possível distinguir três fases do pensamento estratégico naval, assim delineadas: 1ª fase – da Independência até 1893, data da Revolta da Armada contra Floriano Peixoto; 2ª fase – de 1893 até 1977, data da renúncia do Acordo Militar Brasil - Estados Unidos; 3ª fase – iniciada em 1977, estendendo-se até os nossos dias.¹⁰⁸

Durante esses períodos da história naval brasileira, afirma o autor, é possível distinguir a existência de uma concepção estratégica dominante, isto é, a persistência de algumas idéias e ações no campo naval, ligadas entre si por certa linha de coerência que pode mesmo não ter sido explicitada ou compreendida por todos na época. Dentro desse quadro, a Revolta da Armada encerrara um período de hegemonia da força naval que nunca mais seria alcançado:

Assim, o Exército fez a República e conquistou o poder político, enquanto a Marinha permaneceu basicamente monarquista e assumiu uma posição de inferioridade. A Revolta da Armada de 1893, que sacrificou os melhores elementos da Marinha, mortos ou relegados a posição secundária, e que a indispôs com o Exército, encerra simbólica e inexoravelmente o fim do período de hegemonia política da Marinha (VIDIGAL, 1985:113).

Como visto anteriormente, a Marinha saiu arrasada da Revolta da Armada, tanto em termos materiais quanto de seus recursos humanos. Essa situação só começaria a mudar anos mais tarde, já no governo Rodrigues Alves (1902-1906). Segundo Carvalho (2005:53), o processo de reorganização da armada iniciada nesse período teria a finalidade de torná-la contrapeso ao Exército. Nos anos que se seguiram, as reformas guiadas pelo ministro Alexandrino de Alencar e sua política chamada de “rumo ao mar” promoveram o

¹⁰⁸ Esta própria periodização é polêmica, pois, para alguns, visa valorizar a “ruptura” das relações entre Brasil e EUA, de 1977, ocultando o corte ocorrido em 1922, com a vinda da missão naval americana.

reaparelhamento da força naval, com a compra de novas unidades, incluindo os grandes encouraçados Minas Gerais e São Paulo (CARVALHO, 2005:53).

É bastante comum sempre que se trata desse período encontrar referências à fase de progresso da Marinha brasileira, uma vez que ela chegou a constituir, na época, a mais equipada Marinha da América do Sul. Essa situação foi proporcionada pelos Programas Navais de 1904 e de 1906, que permitiram o reaparelhamento naval pela compra de novas e modernas unidades, condizentes com os avanços técnicos do período. Porém, aos olhos da Marinha, os objetivos não alcançados por esses Programas Navais recebem destaque, considerando-se que suas conseqüências foram mais significativas que todo o desenvolvimento proporcionado pela aquisição da nova frota.

Segundo Vidigal (1985:60), a não execução da parte referente à construção de um arsenal, onde os navios pudessem ser reparados, e de um porto militar onde o arsenal seria instalado, teria conseqüências para a Marinha. Teria sido melhor que se fizesse menos navios, mas que se assegurasse capacidade autônoma de mantê-los adequadamente e de operá-los com eficiência. Além disso, o desenvolvimento técnico-material não foi acompanhado pelo aumento da qualidade do material humano, cujas qualificações estavam aquém das necessidades impostas pelas rápidas transformações tecnológicas. Essa teria sido a principal causa da Revolta dos Marinheiros de 1910:

A 15 de dezembro de 1910, dirigindo-se ao Presidente do Senado Federal, comentando as causas da revolta da Chibata, diz o Almirante Marques de Leão, Ministro a Marinha:

“Iludida por uma miragem, a Nação Brasileira assistiu à formação de uma Esquadra respeitável, supondo que isso bastasse para uma boa organização naval; no entanto os fatos vieram demonstrar-lhe, agora, que a posse de um material flutuante aperfeiçoado e forte não era o elemento essencial de uma Marinha de primeira ordem” (VIDIGAL, 1985:62).

Essa perspectiva é partilhada por Hélio Leôncio Martins:

Em relação à Marinha, não há dúvida de que a causa preponderante da revolta tinha sido a falta de visão das autoridades navais, a partir da segunda metade do século

XIX, que não souberam ou não puderam evitar o descompasso entre os novos equipamentos mecanizados, que substituíram os veleiros e os navios mistos, e as qualidades técnicas e morais do pessoal disponível para guarnecê-los. – A relativa rapidez com que o material ia sendo substituído, aos jatos, principalmente o último salto que representou a aquisição da esquadra de 1910 [assim chamada porque os primeiros navios que a compunham chegaram ao Brasil nesse ano, embora a sua encomenda tivesse sido iniciada em 1906], sem haver continuidade evolutiva, não foi acompanhada por mutação do recrutamento e do preparo dos homens no mesmo ritmo. O Minas Gerais e o São Paulo, verdadeiros estabelecimentos industriais, com predominância da eletricidade, da hidráulica, do vapor para o seu funcionamento, seriam operados por elementos recrutados em grande parte pela polícia, e formados em veleiros, a maioria analfabeta, procurando fazê-los adaptarem-se às novas condições através de regime disciplinar, inteiramente desatualizado, com base na chibata (MARTINS Apud HNB, 1997:51).

Em razão das características dessa esquadra, Vidigal considera que esse período deve ser visto dentro de novo panorama, pois apresentariam características que o diferenciam do momento anterior, de hegemonia naval:

Dentro do quadro que traçamos dessa segunda fase, a esquadra branca de 1910 deve ser vista como um esforço, ainda que inútil, para dar continuidade à fase anterior, de influência inglesa e de consciência nítida do valor do Poder Naval para apoio à política do país. Falhou, como não poderia deixar de ser, por não ter levado em conta as limitações impostas pelas realidades do país e, embora a princípio tivesse servido de estímulo à classe pelo desafio que representava, logo transformou-se em instrumento de desânimo e descrédito, como demonstraram o episódio da Revolta da Chibata e a nossa incapacidade de reparar os navios no Brasil. O fato de não estendermos a primeira fase até a Primeira Grande Guerra, de molde a incluir nela a esquadra de 1910, aparentemente tão de acordo com o espírito daquela fase, prende-se à nossa convicção de que a República e a Revolta da Armada de 1893, que tiraram da Marinha o primado político, e, por conseguinte, a capacidade de influir na distribuição de recursos, foram acontecimentos que melhor caracterizaram o fim do ciclo anterior, e criaram as condições para o que se seguiu. (VIDIGAL, 1985:119).

No entanto, em termos históricos e dentro do escopo deste trabalho de pesquisa, considera-se aqui o episódio da Revolta dos Marinheiros de 1910 como última manifestação importante da Marinha brasileira, pois desde então até o fim da República, a Marinha praticamente desapareceu do cenário nacional (CARVALHO, 2005:54). Abordando a questão por esse ângulo, o foco passa para as relações na própria Marinha e não apenas dela com a política.

É possível identificar na historiografia sobre a Revolta dos Marinheiros alguns posicionamentos divergentes quanto ao entendimento do episódio, muito embora sejam poucos os trabalhos a se dedicarem ao tema.

Uma primeira corrente é representada pelo texto de H. Pereira da Cunha, *A Revolta na Esquadra Brasileira de 1910*, publicado primeiramente na Revista Marítima Brasileira (out./dez. de 1949) e posteriormente pela Imprensa Naval em 1953. Essa corrente pode ser considerada representante de uma “versão oficial” sobre a Revolta, cujas principais características podem ser encontradas também na narrativa construída pela *HNB*: a desqualificação dos revoltosos, com argumentos que desmentem a perícia técnica dos marinheiros no manejo dos encouraçados, justificando o emprego da chibata e auferindo dimensões heróicas aos oficiais que tentaram reprimir os revoltosos. Como resultado dessa abordagem, comenta Silva (1982:14), “a revolta foi considerada ‘criminosa e absurda’, enquanto a ação repressiva governamental foi mais que sustentada”.

De outro lado, temos uma vertente representada pela obra de Edmar Morél, “A Revolta da Chibata: subsídios para a história da revolta na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910” (1959). Embora o autor se baseie em fontes de variadas origens, desde depoimentos prestados pelo próprio João Cândido, líder do movimento, até textos publicados pela imprensa do Rio de Janeiro e debates parlamentares, entre outros, sua obra é criticada por sua clara simpatia pela figura de João Cândido, o que acabou, por vezes, comprometendo sua análise. Silva (1982:14) argumenta que “o fascínio do autor pela ação de João Cândido, todavia, tendeu a dotar seu trabalho de traços épicos, onde o processo analisado freqüentemente se confundiu com a opinião do líder sobre sua própria ação”. Talvez até em razão disso, setores tanto da imprensa quanto do congresso que criticaram a ação governamental foram também supervalorizados.

Marcos A. Silva, acima citado, com seu livro “Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910” (1982), representa uma corrente historiográfica que tentou relacionar a revolta da Chibata com a luta de classes na formação social brasileira, possuindo ligações elementares com setores civis, especialmente com o movimento operário. Seu argumento

opõe-se diretamente àqueles que viam na revolta um movimento puramente militar, relacionado à dinâmica interna da organização. Essa perspectiva é bem representada por José Murilo de Carvalho que em seu texto *As Forças Armadas na Primeira República: o poder destabilizador* (2005), afirma que o problema central era o relacionamento entre oficiais e praças. Nesse quadro, as possíveis ligações com elementos civis (representados pelo oficial e deputado José Carlos de Carvalho) são consideradas de pequena importância e questões como o recrutamento para o serviço naval e as práticas cotidianas nos navios – sendo a principal os castigos corporais, as chibatadas – são chamados a responder pelas causas do movimento. Para o autor, o problema principal era o relacionamento entre oficiais e praças e “a chibata era quase uma consequência necessária da diferença existente entre o recrutamento de praças e oficiais” (CARVALHO, 2005:53).¹⁰⁹

Essa multiplicidade de perspectivas se deve, em parte, às características que diferencia esse movimento dos demais movimentos vividos pela Marinha no período. Segundo dados de Carvalho (2005:15), durante a Primeira República, podem ser identificados sete movimentos de intervenção militar que contaram com a participação da força naval e, dentre eles, apenas dois foram liderados por praças. A Revolta dos Marinheiros foi um desses casos. Essa pode ser uma das razões que permitem que persista na *HNB* uma construção caracteristicamente “oficial”, embora de certa forma camuflada, muitas vezes revestida por uma tentativa de “isenção” proporcionada pela distância temporal. Mesmo que as causas imediatas do movimento sejam consideradas demandas legítimas (o fim dos castigos corporais, o abrandamento do regime de trabalho nos navios e o aumento do recrutamento), assim como são reconhecidos os defeitos persistentes na Marinha, é mais forte no discurso o sentimento de derrota para a instituição, pela quebra de hierarquia e a desmoralização dos oficiais. Principalmente, a revolta é vista como destruidora da modernização da Marinha.

¹⁰⁹ Sobre o assunto ver também Nascimento (2004), Maestri Filho (1982) e Arias Neto (2001).

A primeira manifestação dos rebeldes foi recebida através de um telegrama endereçado ao Ministro da Marinha, no qual os revoltosos afirmavam como objetivo do movimento acabar com os castigos corporais na Marinha e ameaçavam com o bombardeio da cidade, caso não fossem atendidos. (HNB, 1997:104) Os navios sublevados pertenciam à esquadra recém-chegada ao Brasil, resultado do Programa Naval de 1906: os encouraçados Minas Gerais e São Paulo, o antigo encouraçado Deodoro e o scout Baía. Também aderiram à revolta as tripulações do cruzador República e do cruzador-torpedeiro Timbira. Os outros navios simularam sua participação no movimento em razão da superioridade bélica dos dois principais navios rebelados, afastando-se para áreas seguras e abandonando as guarnições (HNB, 1997:118). “Em terra, o Batalhão Naval manteve-se disciplinado, sabendo-se, entretanto que havia muito descontentamento entre suas praças” (HNB, 1997:122).

As causas desse descontentamento generalizado inserem-se dentro do que foi chamado de “isenção” narrativa. Isto é, uma tentativa de revisão das falhas da Marinha de guerra da época que levaram ao desencadeamento do levante, com destaque para a distância cultural e social existente entre oficiais e praças, uma das “muitas heranças estagnadas do tempo da Marinha vélica, que a Marinha moderna não tivera previsão de mudar” (HNB, 1997:131). Esse descompasso entre equipamentos modernos face a uma legislação e formação atrasadas é visto como o responsável pela situação que culminou com a Revolta de 1910:

Estes foram os ingredientes que, apurados no tempo, acumularam-se até chegarem ao ponto crítico e fizeram deflagrar a Revolta de 1910. A chibata, o excesso de trabalho, os vencimentos constituíram a espoleta que provocou a explosão de algo que vinha se processando há muito tempo, alimentado especialmente pelo abandono governamental, pela imprevidência e desatualização dos chefes da Marinha, pela legislação defeituosa e pelas guarnições formadas em grande parte por elementos primários, alguns de mais instintos. Os João Cândidos e Dias Martins são muito mais criaturas do que criadores das circunstâncias (HNB, 1997:145).

O movimento foi deflagrado às 22h30 do dia 22 de novembro de 1910 e, segundo a narrativa, a ação dos navios rebeldes foi muito mais de presença do que efetiva. A presença dos modernos navios de guerra era o mais importante elemento de intimidação e que

assumia caráter ainda mais aterrorizante em razão da propaganda divulgada para justificar a compra da nova esquadra, “composta, como se escrevia, dos navios mais poderosos do mundo, dos invencíveis encouraçados, capazes de despejar toneladas de projetís explosivos a muitos quilômetros de distância” (HNB, 1997:123). Os efeitos dessa propaganda foram sentidos no pavor gerado na população, que agora via essa parafernália toda voltada contra si:

Havia pânico, mas havia também curiosidade entre os que acompanhavam as vagarosas evoluções das quatro unidades rebeldes, ostentando bandeiras vermelhas (que se multiplicavam nos outros navios fundeados), pontilhadas de vez em quando pelas chamas e fumaça dos disparos dos canhões, soando como sentença de morte para quem os via e ouvia (HNB, 1997:123).

Porém, apesar das falhas e mazelas assumidas pela Marinha e pelo poderio bélico disposto pelos revoltosos, a narrativa tende para aspectos de uma “versão oficial”, discutidos no início do capítulo. Um dos mais claros é a desqualificação dos revoltosos, principalmente quando confrontados ao preparo que diferenciava a oficialidade. O argumento que perpassa essa construção é de que, apesar da superioridade do material que os revoltosos tinham em mãos, eles não possuíam eficiência e coordenação do comando, coisas que a Marinha que se mantivera “legalista” possuía. Dessa forma, se essa Marinha tivesse se organizado a fim de levar adiante um ataque enérgico, teriam vencido a revolta a despeito do poder bélico que os revoltosos tinham em mãos. A passagem que segue é bom exemplo disso:

O plano de ataque era indiscutivelmente bom, audacioso, levando em conta as condições mais favoráveis. Possivelmente os navios revoltados não seriam tão bem manejados como a imaginação e o emocionalismo dos cronistas davam a entender. A disciplina, a ordem, a homogeneidade de direção, mantidas à custa de haver um objetivo bem definido – o fim da chibata – teriam possibilidade de entrar em colapso ante ataque levado a fundo e decidido (HNB, 1997:129).

Para dar fim a essa situação de forma segura, “não tão digna e honrosa” (HNB, 1997:130), não houve a necessidade de um ataque militar que poderia ter pequenas possibilidades de êxito, apenas a ação do Congresso cedendo aos pedidos dos marinheiros em questão e concedendo a eles a anistia:

Na tarde do dia 25, menos de 72 horas após a eclosão do movimento, a anistia votada “à toque de caixa” pelo Congresso determinava o término, pelo menos momentâneo, da crise da Marinha. Tinha início um período de relativa paz, em ambiente de disciplina artificial, afastado o perigo iminente do bombardeio da cidade e o aterrorizante rondar dos monstros de aço, apontando seus longos canhões ameaçadores e intimidantes. Por este alívio, o Congresso e Imprensa clamaram (HNB, 1997:130).

A vitória da revolta simbolizou, na mesma medida, a derrota das instituições, que não somente cederam aos reclamos dos rebeldes, mas julgaram o comportamento da oficialidade diante dos castigos físicos sem analisar as causas mais profundas da persistência desse sistema:

A chibata, com seus aspectos desumanos e a lembrança que trazia da recente e condenável escravidão, naturalmente ocupou o cento do quadro, sendo especialmente frisado seu uso como prova do inaceitável regime que prevalecia na Marinha. Contra tal argumento tornava-se difícil a defesa, embora não se chamasse a atenção simultaneamente para as causas mais profundas de esse sistema persistir, isto é, o recrutamento defeituoso, que transformava a Marinha em uma casa de correção. Seriam portanto dois erros a corrigir (HNB, 1997:158).

A solução exclusivamente política para a rebelião feriu os brios militares, especialmente navais, pois o movimento era uma manifestação clara de quebra de hierarquia. O Congresso e a Imprensa – principalmente esta, vista como sensacionalista – representando a opinião pública, contribuíam para colocar lenha nessa fogueira de insatisfação que agora se transferia para a oficialidade:

Deveria ter havido, sim, um pouco mais de dignidade na derrota que, indiscutivelmente, sofreram as instituições, dispensando-se os tropos e ditirambos delirantes que enfeitavam as falas e os escritos, só encontrando qualidades nos rebelados; mesmo havendo uma causa justa, que exigia solução, seria possível maior controle do emocionalismo que, explodindo em uma mesma e única direção, apagava dos quadros descritos quaisquer referências aos crimes nefandos cometidos no massacre do Minas Gerais, o que representava para as Forças Armadas brasileiras o rompimento da disciplina da maneira como foi feita, com desmoralização dos oficiais e as grandes dificuldades para recuperá-las.¹¹⁰ Naturalmente, a oficialidade naval ressentiu-se profundamente de sua marginalização na resolução do problema, dos ilimitados elogios aos rebeldes, que assumiam aspecto de crítica acerba à sua atuação, sendo diretamente acusados como algozes, desumanos racistas, descumpridores das leis e o que mais (HNB, 1997:159).

¹¹⁰ Pode-se inferir relação direta dessa quebra da disciplina com o período pré-golpe, onde justamente essa questão é utilizada como justificativa.

Terminava assim, com um clima de insatisfação, a rebelião de novembro, ou, *strictu senso*, o movimento que ficou conhecido como Revolta dos Marinheiros. Para alguns analistas, os episódios que se desenrolaram em dezembro são denominados de Revolta do Batalhão Naval (DONATO, 1996:148), por caracterizarem-se como seqüela do levante dos marinheiros. Porém, na *HNB* entende-se a continuidade do movimento, sendo as ações que se seguiram por parte da armada consideradas conseqüências da vitória apressada.

A rebelião de novembro terminou com uma anistia que, “dando aparente vitória aos amotinados, a rigor, nada prometia, exceto não castigá-los” (HNB, 1997:161). A situação dos oficiais também era delicada, pois voltariam para os navios onde seus subordinados haviam se insurgido. Embora instável, tudo indicava que a situação se estabilizaria vagarosamente, porém, dois dias depois, a situação muda completamente com a anulação de um dos termos do decreto de anistia, reacendendo os ânimos de revolta ainda não extintos. Porém, existe pouca definição, mesmo aqui na *HNB*, de uma continuidade efetiva entre os dois movimentos:

Tudo indica que os influentes no movimento anterior, no MG, no SP, no Bahia e no Deodoro, não estivessem a par do que se planejava, a não ser, talvez, um ou outro elemento isolado. Foram pegos de surpresa. Quando pedida sua cooperação, negada, mas que, mesmo que desejassem dá-la, seria difícil, pois os navios já estavam desarmados. Também ficou sem explicação o que pretendiam os rebeldes com este segundo movimento, pois nenhuma reivindicação existiu. Havia um vago receio de que os navios fossem invadidos pelo Exército (que se acentuou posteriormente), mas até aquele momento nada fazia supor que a invasão fosse iminente. Também é estranho que os fatos acontecessem em unidades que em novembro salientaram-se pela fidelidade ao governo (HNB, 1997:173).

A Revolta do Batalhão Naval envolveu mais de metade do seu efetivo, durou 17 horas e deixou um expressivo saldo de mortos e feridos e propriedades destruídas. Segundo o próprio argumento da *HNB*, o que se seguiu só pode ser compreendido dentro de um quadro de vingança que, passados os anos, não podem ser justificados nem deixar de receber condenação, pois que não são compreensíveis quando “se viu colegas sendo massacrados”, quando se “sentiu a execração nos discursos no Congresso e nos artigos da

Imprensa” (HNB, 1997:196). A própria posição da Imprensa e do Congresso mudou nesse segundo momento, contribuindo para as cenas que se viram:

Em 1910, é forçoso confessar, as autoridades do país – e não só as navais – deixaram-se levar por sentimentos de revide contra os elementos que, à força, teriam imposto suas exigências, espezinhado os princípios de disciplina e ordem. Agora, enfraquecidos, sem disporem de armas com as quais arrancaram o atendimento de suas reivindicações, os elogios e a anistia, eles estava à disposição dos adversários da véspera. A ação vindicativa das autoridades encontrou pretexto na segunda rebelião, deflagrada sem objetivos definidos, mas que prometia uma insuportável continuidade de atitudes semelhantes (HNB, 1997:196).

“Depois da tormenta”, afirma a HNB, a Revolta dos Marinheiros de 1910 é hoje um fato pouco lembrado, mas que deixou marcas na Marinha que devem ser vistas como exemplo para que episódios como este nunca mais voltem a acontecer. Mais que isso, sua construção histórica serve principalmente para reforçar o argumento a favor da profissionalização tantas vezes exposto pela *HNB*, pois a estagnação e descompasso entre a formação material e humana só pode trazer conseqüências malélicas para uma profissão que detém em suas mãos o poder das armas. Vivenciando na época essa situação, a revolta só poderia ser, portanto, inevitável. Cabe, com isso, aprender a lição para que essa triste realidade não se repita:

Não havendo inimigos ao redor, o preparo militar aparece realmente com certo aspecto artificial, pois não é fruto de uma necessidade evidente, mas sim de uma concepção racional, quase se podendo dizer administrativa, de provisão e previsão de e para situações que, embora não existentes, podem-se criar de um momento para o outro, vivendo nós no mundo em que vivemos e não naquele de paz e harmonia no qual seríamos felizes em viver. Se não houver esta preocupação, as instituições militares param no tempo, entram em decadência, vivem de exterioridades sem expressão, o que se reflete em suas atividades internas e em seu desenvolvimento. Não sendo nítida a sua finalidade principal, mas dispondo da força das armas, podem seguir caminhos nem sempre os mais acertados.

Isto aconteceu no Brasil. A partir da guerra do Paraguai, não havendo problemas internos semelhantes aos movimentos separatistas dos primórdios da nacionalidade, nem os atritos no Prata, que herdáramos dos conflitos coloniais entre Espanha e Portugal, a desatenção governamental pela Marinha foi completa, e esta se estagnou e entrou em progressiva decadência. Não houve evolução...era inevitável a revolução (HNB, 1997:205).

III. ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

III. Entre história e memória

Nos capítulos que trataram da construção histórica de cada uma das publicações oficiais, isto é, as narrativas encontradas na *História do Exército Brasileiro* e na *História Naval Brasileira*, a análise se dividiu em duas etapas: do Descobrimento à Independência e da Independência à República. Essa periodização não foi fortuita e seguiu parâmetros estabelecidos pelas próprias publicações. Tendo em vista as transformações político-sociais que representam, essas datas constituem marcos de periodização estabelecido pela historiografia tradicional e esse arranjo temporal foi seguido pela *HEB* e *HNB* na delimitação de suas obras. De maneira geral, as duas publicações apresentam características que nos permitem defini-las como tradicionais – para além das essencializações identitárias que podem ser promovidas na relação de imagens estabelecidas pelo *ethos*, como visto na introdução.

As características da história tradicional foram definidas por Burke (1992) em contraposição à História Cultural ou Nova História. Segundo o autor, pelo paradigma tradicional, a história é essencialmente uma história política (enquanto à Nova História é creditado o interesse por toda atividade humana). Em segundo lugar se destaca sua narratividade, isto é, os historiadores tradicionais pensam na história essencialmente como

uma narrativa¹¹¹ dos acontecimentos e, em razão disso, partilham uma perspectiva objetiva da história no sentido que entendem como tarefa do historiador apresentar os fatos aos leitores, “ou, como apontou Ranke em uma frase muito citada, dizer como eles realmente aconteceram” (BURKE, 1992:15). Caracterizando-se, assim, como uma narrativa factual e objetiva, a história tradicional oferece uma visão de cima, concentrando-se nos grandes feitos dos grandes homens e, embora entenda que a história deva ser baseada em fontes documentais, privilegia os registros oficiais.

As características apontadas por Burke como componentes da perspectiva histórica tradicional podem ser estendidas à abordagem tanto da *HNB* quanto da *HEB*. O exemplo da crítica dirigida por Burke a Christopher Hibbert ilustra bem isso:

Christopher Hibbert produziu uma narrativa tradicional, uma história dividida em partes em grande estilo, com capítulos intitulados “Motim em Meirut”, “O Motim se espalha”, “O cerco de Lucknow”, “O ataque”, e assim por diante. Seu livro é colorido, na verdade prende a atenção, mas é também superficial, no sentido de não dar ao leitor muita idéia do porque os acontecimentos ocorreram (BURKE, 1992:332).

Expressões semelhantes podem ser encontradas nas publicações em análise. Por exemplo, na *HEB*, encontramos a narrativa sobre a Revolução de 1842 em Minas Gerais subdivida em “Antecedentes”, “Início do movimento”, “Primeiros Insucessos”, “Retomada de Queluz”, “Ação de Caxias” e “Batalha final – Santa Luzia”. Da mesma forma, a narrativa da *HNB* sobre a Confederação do Equador subdivide-se em “A política e o problema das presas de guerra”, “O bloqueio de Pernambuco”, “Ameaças e dissensões”, “O desafio republicano e a ação imperial”, “A queda do Recife” e, por fim, “A pacificação do norte”.

Até mesmo o mais atento leitor dessa produção historiográfica experimentará essa sensação de não saber exatamente porque as coisas aconteceram em diversos momentos, quando as “explicações” dos episódios se perdem em meio a uma infinidade de nomes, datas

¹¹¹ Para muitos autores como de Certeau e Ricoeur, a questão narrativa não é mais problema hoje, mas sim constatação de que toda produção historiográfica organiza uma narrativa sobre o passado. Para saber mais sobre o assunto, ver também Chartier (1994, 2002) e Dosse (2001).

e movimentos por vezes pouco relevantes, privilegiando-se a descrição da seqüência cronológica dos eventos e dos movimentos em detrimento de sua análise. O ideal historiográfico – que segundo Burke seria uma construção que integrasse narrativa e análise, relacionando mais intensamente os acontecimentos locais às mudanças estruturais na sociedade – passa longe dessas obras. Quando tentativas nesse sentido são esboçadas, acabam concretizando afirmações político-ideológicas marcadas, principalmente quando essas tentativas aparecem relacionadas a momentos políticos delicados, quando a exposição das Forças Armadas foi mais acentuada e, conseqüentemente, maiores os julgamentos sobre suas ações.

Como se destacou no início do trabalho, a história militar foi marcada pela perspectiva tradicional, por sua maneira de abordar o problema da guerra focada nas batalhas, táticas e campanhas, enquanto considerações sobre a forma como a guerra influenciava as estruturas institucionais, sociais e econômicas do período eram negligenciadas. Isso porque mais que simplesmente descrever os eventos, a história militar exerce uma função utilitária no sentido de prover os Exércitos de lições e exemplos de bons comandantes, suas estratégias, as formações táticas e a utilização de armamentos, sendo, portanto, uma história didática, mais útil para o militar que deveria aprender com as experiências do passado que propriamente para o historiador. Essa visão utilitarista da história com a qual a perspectiva militar está comprometida enfraqueceu o impacto da história militar como disciplina acadêmica, pois essa orientação afetava a coleta e a seleção de dados. Porém, como pôde ser observado, essas são características que podem ser encontradas em toda produção historiográfica tradicional e não somente na militar e, além dessas, outras questões permitem classificar as produções historiográficas aqui analisadas como tradicionais.

As Forças Armadas são uma instituição que tiveram um papel *sui generis* na história nacional e, por isso mesmo, a história militar e a história nacional estão imbricadas de

maneira bastante particular. De modo a sustentar essa imbricação, as histórias militares “oficiais” se apoiaram num tipo específico de construção da história do país produzido pelos Institutos Históricos e Geográficos. Baseado em outros institutos internacionais do gênero que lhe serviam de modelo, em 1839 surgiu no Brasil o pioneiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que, tinha por objetivo elaborar um grande projeto de reconstrução da história do país associado a uma perspectiva nacional em construção (SCHWARCS, 1989:4). Dentro de um panorama maior de consolidação do Estado Nacional, o Instituto deveria, além de ensinar e divulgar conhecimentos, formular uma história nacional condizente com essa perspectiva, ou seja, “formular uma história nacional coerente e única, que à semelhança dos demais modelos civilizados servisse sempre para a glória e exaltação da pátria” (SCHWARCS, 1989:9). A criação do IHGB é considerada o primeiro esforço ou interesse de real eficácia pela historiografia, contudo, o modelo de história difundido era de orientação pedagógica, isto é, com objetivo de orientar as gerações para o patriotismo com base nos ensinamentos passados (IGLÉSIAS, 2000:61).

Era uma história, portanto, profundamente comprometida com a criação de uma história do Brasil que se pretendia “A História do Brasil”, onde as marcas de um saber oficial estiveram presentes, a despeito da definição formal do IHGB como estabelecimento científico-cultural. Neste quadro, a história produzida no Instituto tinha característica e objetivo bastante específico, marcado por um contexto histórico mundial de consolidação de um novo sistema de organização política que procurava buscar sua legitimidade em suas histórias regionais:

Escrever a história era, sobretudo, um ato de “recriar um passado”, “solidificar mitos de fundação”, ordenar fatos buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos. Era essa a meta grandiosa que se expunha aos institutos históricos nacionais, fundados no Brasil a partir dos anos 30 do século passado e cujo momento de apogeu (tanto em termos numéricos, como no que se refere a sua produção) dá-se no período que assinala os últimos anos do Império. Exemplos longínquos dos modelos do Velho Mundo, no Brasil os institutos se propõem a cumprir uma tarefa sem dúvida monumental: “Colligir, methodizar e guardar” documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional.

Assim, pensar a história do país era um projeto articulado a uma questão mais ampla, que no limite ia de encontro à necessidade de elaborar um discurso nacional que corporificasse este vasto país, carente de delimitações não só territoriais (SCHWARCZ, 1989:4).

Nesse contexto, a história era escrita mais como uma sucessão de eventos que seguia um caminho quase de inevitabilidade. Segundo SCHWARCZ (1989:28), essa perspectiva se acomodava bem à posição “patriótica” assumida por esses historiadores tão vinculados à situação vigente e, nesse tipo de “história política”, não parecia restar lugar para crítica ou contestação. Os artigos concebidos no interior do IHGB¹¹² se interessavam principalmente em fundar mitos de origem conformadores da identidade nacional, buscados em momentos remotos da história do país de modo a conferir-lhes legitimidade. Embora esse tipo de produção histórica seja hoje confrontado com o conhecimento produzido em outros setores que se opõem ao modelo tradicional, destacando-se nesse quadro as universidades, Schwarcz afirma que existem ainda espaços permeáveis a esse tipo de história épica e nacionalista, onde “um saber patriótico e pretensamente neutro subsiste, reproduzindo formas oficiais de compreensão do percurso do país” (1989:66). Este é justamente o caso das histórias militares produzidas pela *HEB* e pela *HNB*, onde além do intuito de construir uma história dessas instituições, existe uma intenção clara de, através dessa história, estabelecer o papel da instituição na história do Brasil, em virtude principalmente de sua atuação que, em muitos momentos, caracterizou-se como predominantemente política.

Como demonstra Pollak (1989:9), a memória política pode ser motivo de disputa entre várias organizações, porque a prevalência da memória de um grupo na consolidação da memória sobre um determinado evento significa, nesse contexto, a primazia do grupo nos eventos políticos e, conseqüentemente, seu lugar na própria memória nacional.

¹¹² Uma análise mesmo que superficial das referências bibliográficas citadas pelas publicações do Exército e da Marinha permite identificar que grande parte das obras citadas está de alguma forma identificadas com a perspectiva tradicional, e uma boa parte está inserida justamente no contexto de produção dos Institutos Históricos e Geográficos, seja o Brasileiros ou seus similares regionais ou mesmo sua congênere Militar, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil

Dessa forma, fica claro que também o conceito de memória nacional é uma construção social engendrada por grupos “encarregados” (no caso dos institutos oficiais) de organizar os eventos disponíveis num conjunto simbólico que, para que faça sentido à realidade da nação, dever ser coerente com as memórias dos mais diversos grupos sociais. Nesse sentido, as escolhas decorrentes deste processo não podem ser aleatórias, mas devem levar em consideração a complexidade da realidade social de forma a atender objetivos específicos na construção de uma “memória única”, isto é, uma memória que seja capaz de relacionar-se com o maior número possível de memórias coletivas a fim de garantir seu suporte, caso contrário, a empreitada pode terminar num discurso vazio. Dessa forma, lembra Oliveira (2000:184):

Sabemos que a memória nacional não é natural, e sim o resultado de um trabalho de grupos e pessoas que implica as atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores. O mesmo pode ser dito da memória coletiva, na qual um grupo se assume como portador da tradição. A memória nacional, que envolve toda a sociedade, se constitui como um discurso de segunda ordem, construído sobre valores da memória coletiva de diferentes grupos, e principalmente das classes populares.

Uma vez consolidada, a memória surgida dessa articulação das diferentes memórias coletivas se estabelece como oficial, podendo alcançar um determinado grau de “veracidade”¹¹³ que requer um esforço muito grande para que se consiga fugir de seus laços, como destaca Pollak (1989:9):

O problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil.

¹¹³ A intenção de “verdade” do conhecimento histórico foi, segundo Chartier (1992), sem dúvida uma das fundadoras da disciplina histórica. Para o autor, o próprio trabalho dos historiadores sobre a falsificação “é uma maneira paradoxal, irônica, de reafirmar a capacidade da história de estabelecer um conhecimento verdadeiro” (CHARTIER, 1002:112). Entretanto, segue o autor, não é mais possível pensar o conhecimento histórico, instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do “paradigma galileano”, matemático, dedutivo. Para ele, o mais coerente é, recorrendo a Certeau, pensar no específico da compreensão histórica: “em que condições se podem tornar coerentes, plausíveis, explicativas, as relações instituídas entre os índices, as séries e os enunciados que a operação historiográfica constrói, e, de outro lado, a realidade referencial que eles pretendem ‘representar’ adequadamente” (CHARTIER, 1992:113).

Este trabalho de organização das memórias no esforço de construção de uma “memória única” é o que Pollak (1989) chama de enquadramento da memória. Uma das principais funções da memória – principalmente de memórias coletivas fortemente constituídas – é manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Dessa forma, a memória se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes, desde famílias até as nações. Nesse intuito, toda memória passa por um trabalho de enquadramento, isto é, da formação de um quadro de referências no qual o grupo se reconheça. Esse trabalho nunca é arbitrário, pelo contrário, alimenta-se do material fornecido pela história que pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las. Com isso, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente (POLLAK, 1989:10).

Quando fala em combates, Pollak se refere principalmente aos limites que separam a “memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” e a “memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos” que são marginalizadas pela memória oficial (POLLAK, 1989:8). Nesse jogo de lembranças, pode-se observar uma disputa dos diferentes grupos pelo que deve ou não ser lembrado pela coletividade, dando margem à idéia hoje recorrente de “batalha pela memória”. Porém, no desenvolvimento da narrativa das publicações do Exército e da Marinha em seus aspectos mais exteriores, o que pode ser percebido é que, ao invés de enfrentamento, suas construções buscaram “enquadrar-se” no panorama mais amplo da memória nacional. O objetivo desse enquadramento fica bastante

claro nos discursos analisados: o estabelecimento das Forças Armadas como uma das principais promotoras – senão mesmo como liderança – da edificação da nação.

Nesse sentido, outra característica que permite “enquadrar” as histórias militares oficiais do Exército e da Marinha na vertente tradicional é a existência nessas obras de um projeto global que unifica e conduz o discurso, senão das Forças Armadas em seu conjunto, pelo menos “do Exército” e o “da Marinha”. Visto fora de uma perspectiva comparativa, o discurso resultante contribui para a essencialização da imagem “dos militares” como um grupo homogêneo, a despeito das disputas internas que ocorreram em diversos momentos.

Como visto, a perspectiva tradicional é tão marcante na *HEB* que a própria divisão dos volumes é estabelecida de acordo com a situação política do Brasil: Colônia, Reino Unido e Império e República. Nesses conjuntos narrativos o projeto histórico do Exército é definido, sendo possível identificar em cada período um marco de representação. Nesse sentido, enquanto na construção histórica sobre o período colonial, Guararapes surge como o marco de fundação do Exército, o seu mito de origem, no período posterior a Guerra do Paraguai representa um novo nascimento, o momento em a corporação acorda para si mesma e toma consciência do importante papel que são chamadas a desempenhar na construção e condução do país.

Já a divisão narrativa da Marinha não é tão marcada por essa separação definida pela periodização historiográfica tradicional. Muito embora o resultado final seja o mesmo, a divisão dos períodos é marcada pela justaposição entre o marco histórico nacional e institucional. Ou seja, a Independência marca o momento da formação da força naval sob ponto de vista histórico e não simbólico como Guararapes para o Exército. Isso não quer dizer que não existia Marinha antes da Independência do Brasil do domínio colonial português, mas que a Marinha do Brasil teria surgido como instituição nacional apenas quando o Brasil se

torna nação e, até este momento, a força naval é apresentada como expressão do poder naval português. Porém, as experiências anteriores não são descartadas, pois foram os ensinamentos proporcionados pela Marinha portuguesa que permitiram a construção do poder naval brasileiro. O segundo período narrativo se estende, então, da Independência até a República, quando termina a hegemonia naval e começa a do Exército. Entretanto, o argumento histórico ao qual a Marinha se apegava também tem seu lado simbólico: contrapor-se à tão difundida primazia do Exército na vida nacional sob o argumento profissional, até mesmo na construção histórica.

Em ambos os casos, a construção histórica dedicada ao período posterior à República, têm-se a sensação da perda do projeto histórico que conduzia o discurso. Será possível identificar com mais frequência problemas de consistência e fraquezas narrativas significativas, como se o tempo decorrido entre os eventos e a construção narrativa impedisse a cristalização de um discurso coerente, o que pode ser compreendido pela relação particular existente entre história e memória, tema deste capítulo.

5. As Forças Armadas entre a história e a memória

Quando se procura compreender a produção do conhecimento histórico deve-se considerar pelo menos dois tempos específicos: aquele que se refere ao desenrolar dos acontecimentos – ou seja, o passado – e aquele relativo à produção de interpretações e narrativas sobre esses acontecimentos – isto é, o presente. Na intersecção entre essas duas temporalidades é que se deve procurar compreender o esforço de produção humana sobre o passado. A relação entre essas duas temporalidades se torna ainda mais delicada quando se leva em consideração o tempo decorrido entre o evento e sua construção histórica, pois que esse tempo pode circunscrever essas duas instâncias no mesmo momento, o presente, determinando a diferença primordial entre história e memória.

Segundo Maurice Halbwachs (1990:81), a necessidade de se escrever a história de um período surge com mais força quando ele deixa de fazer sentido para a realidade do grupo, estando, portanto, próximo do desaparecimento, no momento em que se apaga a memória social:

Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas

sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

Por meio da história, os acontecimentos passados escritos nos livros, ensinados e aprendidos na escola são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não necessariamente se impunham ao círculo de homens que dele guardaram a lembrança viva, para quem os eventos poderiam ter significados diferentes. Fazer essa ponte entre o passado e o presente e restabelecer a continuidade interrompida é, segundo Halbwachs, um dos objetivos da história. Porém, para que possa estabelecer esse vínculo, a história não se prende à totalidade dos acontecimentos, mas retém do passado apenas aquilo que interessa hoje à sociedade ou grupo em questão, limitando-se a conservar uma imagem que possa ainda ter lugar na memória coletiva hoje.

Seguindo a mesma linha, Pierre Nora (1993:9) afirma que, antes de serem sinônimos, história e memória são termos em oposição:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma representação do passado.

Para Halbwachs, a memória se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, ela é uma corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente aquilo que está vivo ou é capaz de viver na consciência daqueles que a mantêm, não ultrapassando esse limite, seja na memória individual ou na memória coletiva. Em segundo lugar, há muitas memórias enquanto não há senão uma história: “O mundo histórico é como um oceano onde afluem todas as histórias parciais” (HALBWACHS, 1990:85). Embora possamos não partilhar da percepção de Halbwachs, já que partimos do

princípio que a história escrita também não é única e definitiva,¹¹⁴ mas passível de sofrer diferentes apropriações em função do grupo ao qual se subscreve e do momento (presente) por ele vivido, podemos entendê-la pela diferenciação existente entre as múltiplas possibilidades proporcionadas pela memória – pois que cada indivíduo percebe a realidade de maneira diferente – e “a factualidade positivista subjacente a tais percepções” (POLLAK, 1992:201).

Cada um de nós, com efeito, é membro ao mesmo tempo de vários grupos, maiores ou menores, e cada grupo se divide e se restringe no tempo e no espaço. Todos eles têm sua memória e as transformações que vivenciam atuam diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. No interior desses grupos se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança dos acontecimentos que não têm importância senão para o grupo:

Dentro de tais meios, todos os indivíduos pensam e se recordam em comum. Cada um, sem dúvida, tem sua perspectiva, mas em relação e correspondência tão estreita com aqueles que, se suas lembranças se deformam, basta que ele se coloque do ponto de vista dos outros para retificá-las (HALBWACHS, 1990:80).

Isso pode ser ainda mais forte no caso de instituições com características tão particulares como as Forças Armadas, em que a interligação entre essas duas memórias passa a ser essencial para o grupo, estando os indivíduos sujeitos, portanto, ao processo de enquadramento da memória. Dessa forma, não somente a memória do grupo passa por esse processo quando são alinhadas memória institucional e memória nacional (como discutido no início deste capítulo), mas também a memória dos indivíduos dentro do grupo passa pelo

¹¹⁴ Como afirma Pollak (1992:207), “Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral”. Ou seja, da mesma forma que há muitas memórias (que estabelecem com a oralidade uma relação intrínseca), existem também muitas histórias, em razão, como afirma Chartier referindo-se a Certeau, “das variações de seus procedimentos técnicos, dos constrangimentos que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde ela é exercida, ou ainda das regras que necessariamente comandam a sua escrita” (CHARTIER, 1994:113).

mesmo enquadramento, seguindo o mesmo processo que as organiza no conjunto mais amplo de memórias coletivas.

Partindo dessa distinção essencial entre história e memória, Pollak (1992:201) identifica três elementos que trabalham na constituição da memória. Em primeiro lugar está o elemento de mais fácil identificação, que são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, existe uma categoria de acontecimentos que o autor denomina de “vividos por tabela”, isto é, “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” e dos quais o indivíduo pode não ter participado, mas tomaram tamanho relevo no imaginário do grupo que, “no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992:201). Por fim, destaca o autor, se caminharmos ainda mais longe no tempo, a esses acontecimentos por tabela vêm se juntar os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo da pessoa ou do grupo, mas que por meio da socialização política ou histórica é possível que ocorra uma projeção ou identificação tão forte com um determinado passado que permite que se fale de uma memória quase que herdada. Ou seja, faz parte dessa memória herdada acontecimentos que marcaram de tal forma a vida do grupo que sua memória pode ser transmitida ao longo do tempo com altíssimo grau de identificação. Esses eventos constituem o que Hobsbawm (1988) definiu como zona de penumbra.

Segundo Hobsbawm (1988:15), “para todos nós há uma zona de penumbra entre a história e a memória, entre o passado como um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas”. Nos casos individuais, essa zona se estende do ponto onde começam as tradições ou memórias familiares ao fim da infância, “quando se reconhece que os destinos público e privado são inseparáveis e se determinam mutuamente”. Essa extensão pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam, mas segundo o autor, sempre existe essa terra-de-ninguém no

tempo que se aplica não somente aos indivíduos, mas também às sociedades e, neste caso, essa zona de penumbra se refere à parte da história cuja compreensão é mais difícil para os historiadores.

Quando lidamos com um passado remoto, afirma Hobsbawm, o historiador se depara apenas com outros contemporâneos discutindo um passado que não é mais parte da memória, pois que não existem mais testemunhas oculares vivas dos eventos em questão. Porém, nos períodos em que tais testemunhas ainda existem, dois conceitos de história se chocam ou se complementam mutuamente: o arquivo e a memória pessoal. Isto é, existe a história registrada em publicações e documentos e existe a história guardada na memória de sua fonte, duas versões que, embora fundamentalmente diferentes, são “construções coerentes do passado, conscientemente defendidas como tais e, ao menos, potencialmente passíveis de serem definidas” (1988:18). Porém, a história da zona de penumbra é diferente:

Ela constitui, em si, uma imagem incoerente e incompletamente percebida do passado, por vezes mais obscura, outras vezes aparentemente nítida, sempre transmitida por uma mescla de aprendizado e memória de segunda mão moldada pela tradição pública e particular. Pois ela ainda faz parte de nós, mas não está mais inteiramente dentro de nosso alcance pessoal. Ela é como aqueles mapas antigos multicoloridos, cheios de contornos improváveis e espaços brancos, emoldurados por monstros e símbolos. Os monstros e símbolos são ampliados pelos meios modernos de comunicação de massa porque o próprio fato de a zona de penumbra ser importante para nós a coloca numa posição central em suas preocupações. Graças a eles essas imagens fragmentárias e simbólicas perduraram, ao menos no mundo ocidental (1988:18).

Olhando para o seu objeto de análise, a Era dos Impérios (1875-1914), Hobsbawm afirma que mais do que qualquer outro período ela exige desmistificação “precisamente porque nós – inclusive os historiadores – não vivemos mais nela, mas não sabemos quanto dela ainda vive em nós” (1988:19). Nesse sentido, reforça-se o argumento dos autores até agora analisados de que a memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações,

transformações, mudanças constantes”. Essas flutuações ocorrem em “função do momento em que ela [memória] é articulada, em que ela está sendo expressa” (Pollak, 1992:203). Conforme a circunstância ocorre a emergência de certas lembranças e a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo lembranças de guerras ou de grandes convulsões internas remetem sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos (POLLAK, 1989:9). Esses fatores só vêm a confirmar a idéia de construção que, em essência, está intimamente relacionada à questão da identidade social. Como afirma Pollak (1992:204):

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Ou seja, a existência de memórias herdadas, isto é, de uma memória que, de alguma maneira ultrapassa sua geração, demonstra que há um investimento do grupo ao longo do tempo para que essa memória permaneça. As alterações que podem ocorrer nessa memória constituem parte desse esforço na construção da unidade, da continuidade e da coerência do grupo, os três elementos principais na construção da identidade. Nesse sentido, afirma Pollak, “podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992:204).

Entender o processo de transformação da memória e seu conseqüente enquadramento como um investimento, afirma Pollak, é perceber que há um preço a ser pago na constituição e construção social da memória nos seus mais diversos níveis, em termos de

investimento e de risco, na hora da mudança e da rearrumação da memória. Como ele mostra no caso do Partido Comunista, “cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescrevera-se a história do partido e a história geral”. Esses momentos são objeto de investimentos extremamente custosos em termos políticos e em termos de coerência, de unidade e, portanto, de identidade da organização, pois é justamente neles em que o grupo está mais vulnerável às cisões, levando à criação de novos agrupamentos (POLLAK, 1992:206).

Tais rearranjos na memória coletiva são mais facilmente observáveis em situações em que a memória e a identidade social do grupo não estão suficientemente articuladas e consolidadas a ponto de conseguir lidar com os questionamentos vindos dos grupos sociais externos à instituição. Isso porque, mais do que um fenômeno compreendido como essência da pessoa ou do grupo, a identidade deve ser vista como um fenômeno produzido em referência aos outros:

Se assimilarmos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memórias e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992:204).

Porém, quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos e os problemas colocados pelo outros, não chegam a provocar a necessidade dessas reorganizações, seja no nível da identidade coletiva ou individual: “Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjuntura ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade” (POLLAK, 1992:206). Todos esses elementos constituintes dessa relação do tempo que determina a memória e história podem ser

identificados na produção historiográfica oficial a partir da República, sendo, portanto, compreensível e em certa medida aceitável sua justificativa do pouco distanciamento histórico no trato de algumas questões.

De fato, essas publicações acabam apresentando tanto aspecto de memória quanto de história. Na primeira parte da análise, a relação com o tempo permite que se estabeleça e cristalize um discurso histórico pouco propenso à alteração substancial de conteúdo, tanto que as mudanças não são observadas na construção do evento em si, mas na apropriação simbólica a que ele pode se prestar dependendo do projeto histórico levado adiante, como no caso de Guararapes. No entanto, quanto mais nos aproximamos no tempo, o discurso se desloca do terreno da história para o da memória. Embora também de caráter “oficial”, ainda não é possível formalizar uma narrativa histórica institucional dada a existência, ainda hoje, de memórias individuais vivas que não permitem a cristalização de uma memória única, pois é sobre esse passado vivido que se apóiam as memórias (HALBWACHS, 1990:71). É exatamente isso o que acontece com parte da construção existente nas publicações aqui analisadas, pois compreende uma época da história do Brasil vivida intensamente pela instituição militar. Nesse quadro, é possível determinar dois momentos marcantes que definem de maneira geral o discurso desse período para as duas forças em análise.

Partindo dos eventos mais distantes para os mais próximos, deparamo-nos com um período que marcou profundamente a história do Brasil e das Forças Armadas e sobre o qual, se não é possível encontrar memórias oculares vivas dos eventos, existe ainda um grande número de testemunhas de segunda mão, ou seja, pessoas que conviveram com os portadores dessa memória e que, de alguma forma, a adquiriram. Ou, como definiria Hobsbawm, um período histórico que, justamente pelas marcas deixadas na sociedade,

permitiu que sua memória ultrapassasse sua geração, constituindo uma zona de penumbra: o tenentismo.

Na narrativa organizada pela *HEB*, existe uma construção histórica sobre o evento de alguma forma organizada, mas a passagem de uma edição para outra permite perceber que seus símbolos e representações ainda estão sujeitos a transformações, pois eles fazem parte da história de uma gama de instituições e pessoas, podendo, por isso, assumir contornos diferentes em razão dessas múltiplas perspectivas. O movimento conhecido como tenentismo ficou tão marcado na história das Forças Armadas brasileiras que, mesmo afirmando não ter participado diretamente de seus eventos, a *HNB* também não deixa de dedicar uma parte de sua construção para a descrição daqueles episódios.

Aproximando no tempo, o segundo momento marcante da narrativa sobre a República refere-se, como não poderia deixar de ser, ao período em que os militares estiveram no controle direto do Estado, ou seja, ao regime militar. Porém, aqui estamos lidando com um período ainda diretamente ligado à memória, dado que ainda é grande o número de testemunhas vivas, tanto de dentro quanto de fora da instituição, o que faz com que a institucionalização de uma visão única ainda esteja longe de se concretizar. Somente a problemática do distanciamento histórico que permite diferenciar história da memória e suas reorganizações internas necessárias à própria unidade e continuidade da identidade pode explicar a ausência de um discurso formalizado sobre um período que, por razões óbvias, é tão importante para a história institucional.

No caso da história do Exército, as maiores mudanças podem ser verificadas nesse bloco narrativo, em que podemos perceber que no decorrer do tempo entre uma edição e outra (1972-1998) amenizaram-se os conteúdos ideológicos marcados pela Guerra Fria, e a própria idéia de um projeto histórico que se inicia com o a Revolução de 1922 e culmina na Revolução de 1964 é atualizada. Já no caso da Marinha, a ausência dessa construção é dada

logo em seu início pelo argumento do pouco distanciamento histórico necessário a uma análise independente.

Entretanto, entre esses dois momentos, é possível identificar – por analogia ao conceito de Hobsbawm – uma zona de história dentro da penumbra. Isto é, é possível identificar um evento sobre o qual se construiu uma história suficientemente coerente e forte, capaz de sobreviver de certa forma intacta aos processos de reorganização observados nesse período. Trata-se da narrativa sobre a Segunda Guerra Mundial, que por suas justificativas humanitárias de luta contra a barbárie e por representar a luta das Forças Armadas na defesa da democracia, acabou se transformando em um evento que conseguiu, ao longo dos anos, articular as várias memórias internas num bloco coerente, instalando um discurso que, de alguma maneira, faz sentido à realidade dos mais diversos grupos.

Porém, antes de partir para a análise específica da memória, é importante destacar uma questão que aparecerá de maneira mais forte neste momento, que é a justificação. Por se concretizar em uma forma de resposta, faz sentido que ela seja um recurso utilizado com mais frequência agora, pois este é o momento em que estão rearticulando sua construção sobre o passado, processo que inevitavelmente leva em consideração a opinião do outro. Logo, este é também o momento de responder.

Segundo Charaudeau (2006), campo político, a credibilidade dos atores é frequentemente afetada tanto por fatos que contradizem as intenções declaradas, quanto por adversários que não se furtam a questioná-la. Assim, o político – foco da análise do autor – é, então, levado a produzir um discurso de justificação de seus atos ou a emitir declarações para se inocentar das críticas ou das acusações que lhe são dirigidas. Entretanto, essa atitude não é muito confortável e a escolha do tipo de justificação não é fácil, pois o sujeito que se justifica reconhece assim a existência da crítica ou da acusação – senão, por que responder? – e do mesmo modo reconhece o adversário que o critica. Segundo Charaudeau (2006:126),

A justificação não é propriamente uma confissão, mas ela acaba reforçando a idéia de que efetivamente foram cometidos uma falta, um erro, uma infração. Acusado, criticado, o político se encontra diante de um dilema, pois não se justificar pode levar a crer que não há defesa possível para a acusação, mas justificar-se faz pairar sobre ele a sombra da dúvida ou da incerteza. Ademais, cada uma dessas atitudes pode acarretar efeitos colaterais mais ou menos positivos: não responder pode produzir um efeito de inocência (não se sentir visado), de sabedoria (não polemizar, mas manter uma querela estéril) ou, ao contrário, de desdém (não se rebaixar a replicar); justificar-se pode produzir um efeito contraprodutivo de fraqueza (CHARAUDEAU, 2006:126).

Como dito, a justificação não é uma confissão. Na confissão, o sujeito reconhece a falta e no mesmo instante pede que o ato de reconhecimento seja levado em conta para que lhe seja acordado o perdão. Porém, na justificação não há nenhum pedido de perdão, pelo contrário, o ato é assumido e é reivindicada sua legitimidade. Nesse sentido, o discurso de justificação traz implícita a seguinte conclusão: “Se estivesse novamente na mesma situação, faria tudo de novo”. Existem situações em que outras estratégias de justificação são utilizadas, como no caso em que o ato foi julgado legítimo quando de sua realização e ilegítimo em seguida. Surge, então, o remorso, que corrige a justificação primeira com um: “Na mesma situação, não faria isso novamente (ou o faria de outro modo)”. Nesse sentido, Charaudeau identifica três estratégias que se oferecem ao político que quer preservar sua imagem justificando-se: a *negação*, a *razão superior*, a *não-intencionalidade*.¹¹⁵

Na negação, por uma estratégia que transforma o acusado em vítima e o acusador em perseguidor, ele se exime da justificação (CHARAUDEAU, 2006:128). Quando evoca a razão superior, uma estratégia consiste em responder à denúncia explicando porque o ato foi realizado.

O motivo pode ser a razão de Estado, que é a fiadora da identidade de um povo, de sua integridade, de sua grandeza e de seu território (suas fronteiras), graças ao que ele se reconhece em uma identidade nacional. O político que se justifica em nome dessa razão afirma que foi levado a agir como agiu para preservar essa identidade, mesmo que o povo não lhe tenha solicitado a agir desse modo (CHARAUDEAU, 2006:129).

¹¹⁵ Embora a análise de Charaudeau esteja voltada principalmente para o discurso político e, conseqüentemente, suas estratégias de justificação, ela cabe perfeitamente em nosso conjunto analítico, pois como já mostramos, a instituição militar possui uma face que é política e que, portanto, está sujeita a algumas instâncias de negociação. A justificação é uma dessas formas de negociação com a sociedade.

Essa justificação é às vezes encontrada como manifestações de: “Eu fiz o que tinha que fazer, conscientemente”, “Eu não tenho porque me condenar”, como se os autores desses atos fossem inspirados pela fé ou por uma voz superior, a ponto de se oferecerem em sacrifício à retaliação popular (CHARAUDEAU, 2006:129). Além da razão de Estado, a justificação pode também ser feita em nome da lei:

Trata-se, então, de defender não o direito de matar o outro como nos faroestes americanos, mas de defender a idéia de que as instituições são as mantenedoras da vida em sociedade, que elas existem com o consentimento dos cidadãos e que, ao respeitá-las, os membros da coletividade respeitam também sua consciência social de povo que pertence a uma mesma entidade cidadã. Nesse momento, o político pode tirar partido da legalidade de sua ação para justificá-la (CHARAUDEAU, 2006:130).

Já no caso da não-intencionalidade, aquele que se justifica pode fazê-lo argüindo sua inocência, ignorância, as circunstâncias ou a responsabilidade coletiva. O que mais irá se verificar no discurso analisado é o *argumento das circunstâncias*, que consiste em fazer a acusação se deslocar das pessoas para o que preside a tomada de decisão ou a realização da ação. São invocadas aqui as características próprias da situação social e política de determinada época, que fizeram com que as coisas não ocorressem de outro modo. Evidentemente, esse discurso de justificação em nome das circunstâncias do passado também é frágil, pois se poderia dizer, em oposição, que é preciso saber assumir seu passado mesmo quando rejeitado, portanto, deve-se reconhecer, ao menos, a responsabilidade (CHARAUDEAU, 2006:134-135). Como veremos, as justificações que poderão ser encontradas no discurso histórico militar recorrem em diferentes momentos às várias estratégias de justificação em função, principalmente, do que se deseja ressaltar sobre a ação do passado.

5.1. O tenentismo: uma zona de penumbra dentro da história

A historiografia brasileira dedicou um grande esforço à compreensão das transformações sociais e intensa agitação política da década de 1920, principalmente sobre a participação militar nesse período, no que ficou historicamente conhecido como tenentismo. Baseamo-nos no artigo de Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989) para apresentar sinteticamente as principais perspectivas historiográficas sobre a participação militar no período.

Até meados da década de 60 predominou na historiografia uma abordagem que analisa a participação militar na política e o movimento tenentista como resultado de uma oposição entre oligarquias rurais e setores urbanos e, neste choque, os militares teriam atuado como vanguarda política da classe média urbana por sua origem e suas articulações sociais. Partindo, portanto, de uma interpretação “classista”, o descontentamento do Exército é visto como parte de um contexto mais amplo de crescente insatisfação da população urbana, associado ao crescimento da classe média, não absorvida pelo sistema político.¹¹⁶ Porém, já na década de 60 surge a crítica a essa perspectiva analítica, contestando principalmente a tese dos militares como representantes políticos das classes médias urbanas.

Ao longo dos anos 70 desponta outro modelo de interpretação que aborda a ação dos militares e do movimento tenentista através do pertencimento à corporação militar.

¹¹⁷ Valorizando o papel da organização militar como instrumento de socialização política e de formação dos quadros, essa perspectiva discute tais movimentos como políticos somente na medida em que questionavam a relação entre o Exército e o regime político. Do ponto de vista da formação militar, a geração dos tenentes foi formada dentro do processo de reorganização

¹¹⁶ Os principais expoentes dessa perspectiva são Virgínio Santa Rosa (1933) e Nelson Werneck Sodré (1978).

¹¹⁷ Essa perspectiva é representada por Coelho (2000) e Carvalho (2005).

promovido pela Missão Militar Francesa, tendo cursado a Escola Militar do Realengo, cuja linha educacional era diversa da antiga Escola Militar da Praia Vermelha. Enquanto nessa escola era forte a influência positivista que pregava a formação do chamado soldado-cidadão, a Escola Militar do Realengo primava pela profissionalização do Exército, priorizando o ensino técnico e o seu afastamento da política. Entretanto, o aumento da profissionalização, defendido por muitos autores como o principal meio de promover o afastamento militar da política, teria produzido no Brasil processo inverso. Isto é, ao invés do afastamento, a profissionalização incentivou a intervenção dos militares na vida política, pois proporcionou a formação de certa coesão e consciência militar como servidores profissionais do Estado e não de governos.¹¹⁸

Entretanto, esse modelo foi relativizado por Maria Cecília Spina Forjaz (1977, 1978, 1988), que assume a dimensão corporativa como elemento explicativo importante, porém, sustenta a importância das relações desenvolvidas entre os militares e os setores civis da sociedade. Para a autora, essa teria sido a principal razão das dificuldades enfrentadas pelos tenentes junto à cúpula do Exército, que rejeitou e combateu o movimento rebelde. Por fim, há ainda outra corrente representada por José Augusto Drummond (1985, 1986), que afirma que o movimento tenentista tem um caráter nitidamente militar, constituindo uma corrente política dentro do Exército que, falando para o próprio Exército, mobiliza a baixa oficialidade, mas não consegue alcançar as patentes superiores.

Poucos anos após a análise das autoras, João Quartim de Moraes (1991, 1994) propôs nova perspectiva afirmando que o movimento foi essencialmente militar, mas estabeleceu relação com a política nacional na medida em que, “na história do Exército brasileiro, em especial, assinala o momento em que mais fortes foram em suas fileiras os

¹¹⁸ Para uma análise abrangente das reformas militares e suas implicações para a profissionalização das Forças Armadas ver Carvalho (2005), McCann (1982, 1997).

partidários de uma ruptura revolucionária da ordem social iníqua imposta ao país pela oligarquia latifundiária” (MORAES, 1991:135).

Já vimos que o projeto histórico da *HEB* buscou construir uma narrativa que privilegia a concatenação dos eventos de forma a apresentar a história do Exército como um processo linear, cujo início se estabelece com a sua fundação em Guararapes. Essa característica se tornará ainda mais forte neste momento, que envolve não somente uma maior participação militar no cenário político, como também cisões ideológicas marcantes no interior da instituição. Nesse sentido, a construção da narrativa sobre a chamada Revolução Brasileira¹¹⁹ estará empenhada em mostrar que em 1922 teve início um processo de transformação tanto em termos institucional quanto nacional que se realizará plenamente com a Revolução de 31 de março de 1964 e, portanto, todos os eventos deste entremeio constituíram preparação para este desfecho. Assim, essa construção estará mais preocupada com a apresentação dos eventos capazes de sustentar essa visão que propriamente com a apresentação de todos aqueles que se desenrolaram dentro desse período. Neste contexto, a história do Exército desde 1922 pode ser percebida como preparação de 1964.

Segundo argumento implícito na narrativa da *HEB*, o desprezo civil pelo meio militar sempre atuou como barreira ao seu pleno desenvolvimento profissional e, sempre que a instituição caminhava nesse sentido, os políticos apareciam nos quartéis para perturbar sua atividade. Nesse período, o comportamento civil não foi diferente. Terminada a I Guerra, o Brasil enfrentava o problema da atualização do Exército, liderado pelo Ministro da Guerra Pandiá Calógeras com o auxílio dos ensinamentos da Missão Militar Francesa. Tudo

¹¹⁹ Segundo Ridenti (2004:62-63), a idéia da “revolução brasileira” foi o tema que mais mobilizou a sociedade no início dos anos 60, adquirindo tamanha legitimidade que os golpistas logo apelidaram seu movimento de “revolução de 1964” (RIDENTI, 2004:62-63). Em razão disso, afirma o autor, é um anacronismo analisar o período da ditadura com base numa idéia de democracia estabelecida e consolidada no presente e, portanto, ressaltar a discussão da democracia em detrimento do tema que mais mobilizava a sociedade no início dos anos 60, que era justamente o da “revolução brasileira”. Da mesma forma, na narrativa ora em análise, é um anacronismo estender para a década de 20 a origem dessa revolução. Ou seja, nas construções empreendidas a *posteriori*, buscam-se no passado as origens de um projeto político desenrolado no “presente” (década de 60), de forma que a história seja capaz de sustentá-lo.

caminhava bem, “entretanto, ainda uma vez, esse quadro promissor seria interrompido, pois os políticos vieram, de novo, aos quartéis, perturbar a sua atividade” (HEB, 1972:889; 1998:85). Reforça-se, assim, argumento que veremos como justificativa para as intervenções, a saber, de que os militares sempre foram chamados pela sociedade a exercer seu papel constitucional na manutenção da lei e da ordem.

Mantendo uma análise estritamente descritiva e factual, a narrativa construída pela *HEB* para os episódios desse período não foge muito ao padrão geral: a agitação em torno da disputa sucessória para presidente da República de 1921, em que concorreram Artur Bernardes e Nilo Peçanha; as cartas publicadas pelo “O Correio da Manhã” atribuídas à Artur Bernardes, contendo conceitos ofensivos aos chefes militares; a acusação dirigida ao Clube Militar sobre o envio de telegrama à guarnição de Pernambuco contendo insinuação para que o comandante local deixasse de cumprir ordens que atentassem contra a destinação constitucional da força terrestre e a conseqüente prisão do Marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar.

O principal ponto a ser observado diz respeito ao que se pretende destacar com essa narrativa. Neste caso, os eventos são descritos de forma a mostrar como “a trama política envolvera e pressionara demasiadamente o Exército, já revolvido em si mesmo, pelo confronto entre a imensa disparidade de sua preparação, com as exigências de uma força moderna” (HEB, 1972:889; 86) e, apesar dos fatos serem descritos como ofensa à honra militar, o elo simbólico entre o Exército e a defesa dos interesses nacionais seria prejudicado se o movimento dos tenentes derivasse exclusivamente de seu caráter corporativo. Assim, a *HEB* procura estabelecer uma relação entre a Revolução de 1922 e os anseios maiores da Nação:

“Dos revoltosos de 1922 em diante – sejam eles os sobreviventes dos legendários 18 do Forte, sejam os jovens cadetes desligados da Escola Militar que percorreram, com outros, os sertões do Brasil, na marcha da Coluna Invicta... sejam os velhos revolucionários combatentes de outras batalhas... todos eles lutaram, ao seu modo e

pela forma que julgavam melhor, para exterminar a raiz do despotismo político dos obsoletos e anacrônicos partidos republicanos, eternamente situacionistas, e impor o voto secreto e as leis sociais de que o Brasil tanto necessitava... Estavam em 1930 todos unidos para fazer a Revolução, antes que o povo o fizesse... Porque sempre foi obra de sabedoria política, prevenir antes que remediar”! (G. Carneiro).

Deste modo, aparentemente movidos por causas que um observador apressado definiria como meramente corporativos, o Exército começava a grande luta pela restauração republicana e o troar dos canhões do Forte de Copacabana inauguraria a era da Grande Revolução Brasileira (HEB, 1972:891; 1998:87).

Porém, ao mesmo tempo em que compartilha de uma perspectiva que define o caráter revolucionário do movimento de 1922, tal como defendido por autores como Moraes (1991, 1994), o conteúdo desse caráter é essencialmente divergente nessas duas perspectivas. Para Moraes, o movimento foi formado por “militares de esquerda, convencidos de que só pela força podiam livrar o país das garras da oligarquia, de seus políticos e de seus coronéis” (MORAES, 1991:147), o que estabeleceu uma cisão horizontal dentro do Exército que contrapôs os jovens oficiais (em sua maioria tenentes) aos oficiais velhos e de alta patente. Essa cisão, ou melhor, “a aceitação dessa cisão, vale dizer, da ruptura com a própria corporação para levar adiante o combate político, constitui um fato inédito na História dos levantes militares em nosso país” (MORAES, 1991:138). Embora essa cisão seja ponto comum entre as diversas perspectivas históricas (ao menos acadêmicas), na narrativa oficial ela não aparece de maneira tão explícita.

Como destaca Fausto (1978:411), historicamente o tenentismo deixou marcas mais profundas no interior da esquerda brasileira do que em áreas conservadoras, justamente por esse caráter de ruptura com a instituição promovida pela “esquerda militar”. Na consciência militar conservadora, entretanto, a revolução está relacionada à chamada Revolução Brasileira, isto é, a um amplo movimento de “restauração republicana” liderado pelo Exército. Nesse sentido, o tenentismo é simbolicamente apropriado como marco inicial de um ciclo purificador, que se inicia em 1922 e se completa em 1964/68: “A marcha da Revolução Brasileira prosseguiria, com a formação de uma mentalidade revolucionária que se

ampliava e consolidava, desde o primeiro tiro de 1922 – vitória final, 1964” (HEB, 1972:894).¹²⁰

Nesse sentido, estabelece-se uma identidade de propósitos entre os movimentos de 1922 a 1930 onde o mais importante não é a descrição dos eventos em si – que de maneira geral não foge aos esquemas historiográficos tradicionais das descrições factuais – mas o significado que eles adquirem dentro do processo revolucionário. Assim, também o movimento de 1924 é chamado a responder pelos mais nobres ideais da nação, neste caso, em contraposição ao governo de Artur Bernardes: “O presidente e sua política estão julgados e condenados pela nação porque representam o reinado da ilegalidade, o domínio de todos os caprichos do poder pessoal, o triunfo da ilegalidade política” (HEB, 1972:905; 1998:98). Ou

É quase impensável aludir a todos os feitos da coluna, varando os sertões brasileiros, entranhando-se nos desertos, e desaparecendo nas redes de comunicações habituais, onde as forças federais pudessem alcançá-la. Tornou-se uma coluna fantasma, que de tempos em tempos dava o que falar, reportando ao longo do formidável itinerário (HEB, 1972:917; 1998:104).

Nestes dois casos (Revolução de 1922 e 1924), podemos mais uma vez perceber como a idealização da imagem do Exército dificulta a compreensão de aspectos importantes dos episódios. O exemplo mais marcante diz respeito ao posicionamento “do Exército” no que tange aos movimentos tenentistas. Visando a garantia da unidade, a narrativa tem dificuldade em justificar a Coluna como um movimento “do Exército”, assim como a sua derrota não é creditada ao combate “do Exército”. É somente através das nuances narrativas que podemos identificar esse posicionamento implícito. Isto é, se de um lado o movimento é descrito pela atuação de oficiais idealistas do Exército – ou seja, de parte e não do todo da instituição –, de outro, os adversários eram constituídos por todos os tipos de grupos armados, incluindo forças regulares:

¹²⁰ Novamente, podemos observar o esforço da nova edição em diminuir o acentuado caráter ideológico da narrativa de 1972. Na nova edição, toda a sentença transformou-se em: “Assim começou o revolucionário século XX no Brasil” (HEB, 1998:89).

A coluna, durante dois anos, percorreu 4 mil léguas e perlustrou 13 estados da Federação. Combatida por todos os tipos de adversários: forças regulares, milícias estaduais, jagunços, assaltantes e cangaceiros. Enfrentou sempre efetivos superiores ao seu – não superior, 1500 homens – nunca lhe foi infligida uma derrota verdadeiramente séria (HEB, 1972:918; 1998:105).

Quem são as forças regulares à época senão o próprio Exército? Porém, ao utilizarem o termo “forças regulares” para definir o grupo opositor, estabelecem uma diferenciação importante tendo em vista que o grupo revolucionário era formado por um grupo de oficiais do Exército. Nesse sentido, numa disputa de “Exército” contra “Exército”, não existe derrota nem vitória absoluta, termos que só serão oficialmente estabelecidos quando a oposição puder fazer parte de uma construção histórica maniqueísta, como vimos anteriormente. Somente então, a vitória pode ser definida:

Acabara a grande jornada. A coluna encerrara o ciclo de revolução volante, aparentemente sem conseguir nada mais do que o ódio de muitos e a admiração de poucos “sem que se sacudisse, como observa Pedro Calmon, na sua solidez, o regime que a condenara à morte, nem tirasse do poder o homem a que detestava”. Na verdade, aqueles oficiais de boa fibra, veteranos de tão extensa campanha, iam apenas retemperar, no desterro, as energias esgotadas por tantos meses de luta. Voltariam, 1930. (HEB, 1972:919; 1998:105).

Nesse quadro, a Revolução de 1930 se insere também numa perspectiva de processo histórico em evolução, onde os objetivos não alcançados no momento anterior retornam no movimento subsequente, até que se complete a revolução. Além disso, a idéia de processo evolutivo ajuda a explicar diferentes posicionamentos em diferentes momentos, como se constituíssem passos necessários rumo ao objetivo final. Assim, a Revolução de 1930 é definida por sua transitoriedade dentro do processo mais amplo de revolução, devido principalmente ao conjunto de alianças políticas que se formou para tornar a revolução possível:

A história da revolução de 30, incontestavelmente, marco indelével na marcha da evolução político-social brasileira, evidenciou que a sua obra não poderia ter caráter definitivo.

Em verdade, de raízes político-partidárias, não conduzia programa cuja execução exprimisse a revolução. Daí os desencontros de idéias e princípios, além do mais

porque trazia na sua estrutura, remanescentes de outras tentativas, ao lado de políticos militantes, liderando as respectivas correntes e de militares idealistas, mas sem amadurecimento político ou revolucionário.

Travou-se a luta política. De um lado, os que acreditavam nela e aspiravam, com a Ditadura, a revolucionar o quadro político-social brasileiro; do outro, os que, sentindo-se frustrados, trabalhavam pela volta ao regime anterior (HEB, 1972:933; 1998:113).

A definição dos diversos grupos que constituíam essa aliança e a falta de unidade entre eles – inclusive no que diz respeito às clivagens internas do Exército – ficam mais claras no desenvolvimento narrativo, quando chegamos à Revolução de 1932:

Todavia, a Revolução de 30, um amontoado de tendências divergentes, não possuindo, inicialmente, para guiar-lhes a ação reconstrutora, princípios orientadores, postulados ideológicos definidos e propagados que sintetizassem as aspirações dos que a tinha preconizado (HEB, 1972:934; 1998:114).

Esse reconhecimento das correntes divergentes exerce uma função muito específica nessa estrutura narrativa, justificando, em primeiro lugar, a derrota da revolução, mesmo tendo sido preconizada pelos militares e, em segundo lugar, a ruptura no movimento tenentista em 1935, que estabelece o grupo antagônico desse período: os comunistas.

Com relação ao primeiro elemento, isto é, a justificação da derrota do movimento, o discurso procura mostrar de que maneira as divergências políticas entre os próprios revolucionários levaram a um afastamento “do Exército” da condução da revolução. Porém, ainda assim, a narrativa permanece numa espécie de indefinição de posicionamento, contrapondo forças constitucionalistas às forças governistas. Mais uma vez, não há vencedores ou vencidos, já que cada um dos lados em conflito contribuiu de alguma forma para o desenvolvimento do Exército e da Nação:

O valor e a capacidade do homem, do brasileiro, em face da adversidade, superam todas as expectativas, não só no campo material, das improvisações e imaginação, mas, também, no campo da elevação moral e espiritual, diante da causa e motivação para defesa de suas convicções. Vencedor único: Brasil (HEB, 1972:959; 1998:124).

A principal ruptura narrativa começa a ser estabelecida com a transformação do tenentismo de movimento revolucionário em causa da cisão interna: “Na área militar, além do *tenentismo*, a conspiração do general Isidoro Dias Lopes, velho revolucionário, representou uma cunha na coesão das Forças Armadas, território de São Paulo” (HEB, 1972:937; 1998:116 – grifos no original). Essa ruptura se completaria na construção sobre o movimento de 1935.¹²¹

Uma série de alterações identificadas entre a primeira e a segunda edição mostra a transformação simbólica que a chamada Intentona Comunista sofreu entre o regime militar e a Nova República. Segundo a narrativa, os anos 30 conviveram com duas ideologias: o Integralismo, liderado no Brasil por Plínio Salgado, e o Comunismo, que tinha na figura de Luis Carlos Prestes um de seus maiores expoentes e, nessa época, arregimentava-se em torno da Aliança Nacional Libertadora – justamente a aliança que compunha as forças constitucionalistas na Revolução de 1932.

Como destaca Rodrigo Patto Sá Motta (2006), os acontecimentos de novembro de 1935 têm importância marcante na história do anticomunismo brasileiro, uma vez que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como um fenômeno essencialmente negativo. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração e, no início dos anos 60, já havia criado uma narrativa consolidada sobre o episódio. Um elemento de destaque nessa versão é o argumento de que ele teria sido uma traição, pois que os insurretos se levantaram contra a corporação que eles mesmos integravam. A narrativa construída pela

¹²¹ A alteração do nome do capítulo de uma edição da *HEB* para outra pode ser considerada como mais uma das tentativas de atualização proposta pela nova edição. Anteriormente chamado de Guerra Revolucionária Comunista – 1935, o título foi alterado para Conspiração Comunista de 1935. Além disso, uma das poucas semelhanças que podem ser encontradas entre as duas edições é o título dos tópicos e os nomes das vítimas, de resto, a narrativa foi reconstruída de forma e serem retirados os elementos demasiadamente datados do período da guerra fria.

HEB reproduz essa construção negativa, ao defender que a organização utilizava técnica subversiva: intrigava, conspirava e aliciava em todos os setores.

Em 11 de julho de 1935, o governo determinou o fechamento da ANL e “em novembro, desencadeou-se a tresloucada intentona que, apesar de sua efêmera duração, manchou com sangue de numerosos brasileiros a história da pátria” (HEB, 1972:964; 1998:128). Dos três levantes desencadeados em 1935, o de Pernambuco foi o mais sangrento, com aproximadamente 720 mortes somente nas operações da frente do Recife. O terceiro e mais importante surto subversivo foi o do Rio de Janeiro, cujos acontecimentos tiveram grande repercussão em todo o país.

A única semelhança entre as duas edições é o título do tópico e os nomes das vítimas. A estrutura da edição de 1972 é uma ode ao movimento de 1964 na busca de suas origens, como se dissesse: “hoje conseguimos cumprir a tarefa que há muito nos empenhamos: afastar a ameaça comunista do Brasil”.

Povo sem ódio não aceita violência como religião

O Exército jamais esquecerá essas páginas de traição, covardia e luto com que os comunistas mancharam a história brasileira. Tentaram violentar os conceitos de Pátria e de Honra que se encontram arraigados entre os nossos oficiais e praças, mas foram infelizes. A tristeza e a vergonha pelos atos praticados no interior dos quartéis serviram para unir ainda mais os quadros e fortalecer os princípios sagrados.

Envolvido pelo lindo cenário da Praia Vermelha, onde, 1935, ocorreram cenas de tanta dramaticidade, ergue-se um monumento, símbolo do reconhecimento da Pátria. [seguem os nomes de vítimas].¹²²

Um marco de pedra nas proximidades, inaugurado, 1964, lembra que, ali, na praia Vermelha, e noutros pontos do país, se tentara, 1935, instalar o regime comunista no Brasil.

Diante daquele monumento, todos os anos, dia 27 de novembro, reúnem-se elementos das antigas e novas gerações do Exército para reverenciar a memória dos heróis, vítimas do ódio vermelho. Solenidade simples em que mães, esposas e filhos dos militares sacrificados, com lágrimas nos olhos, lembram os ausentes familiares, enquanto, ao som de um clarim sentido, os militares prestam respeitosa continência. Esse toque ecoa em todo o País, pois onde existir um quartel do Exército a lembrança desses companheiros é sempre evocada naquela data com especial reverência.

A imolação desses heróis naqueles dias dolorosos estava bem presente na memória dos Chefes da Revolução de 31 de março de 1964, quando o Exército liderou o grito de *Basta!* àqueles mesmos comunistas que tentavam, novamente, ainda que, com outras táticas, destruir os melhores valores espirituais e morais da nossa nacionalidade, tradicionalmente cristã. Esse grito há de se opor sempre à penetração

¹²² Única parte também presente na edição de 1998, página 133.

bolchevista neste País, que não renega esses valores e consciente do direito de ser dono de seu próprio destino.¹²³

E, nosso Exército, parcela fardada do povo brasileiro, gente alegre e sem ódios, tomou, 1935, a decisão histórica, ratificada inteiramente, 1964:

- Nenhuma tolerância para com o comunismo! (HEB, 1972:971-972).

Nesse trecho, os principais aspectos simbólicos da construção sobre os levantes de 1935 são apresentados de maneira bastante didática: a traição, a não-tolerância com o comunismo (ateu) na defesa dos valores morais da sociedade cristã. Mais que isso, não somente se reproduz o discurso anticomunista, como se corrobora o projeto histórico consolidado em 1964, que alcançou a vitória sobre esses mesmos comunistas.

A relação da Marinha com o tenentismo já é diferente. Como destaca Carvalho (2005:27), os problemas políticos na Marinha estavam localizados mais no relacionamento entre oficiais e praças do que no relacionamento entre grupos de oficiais e, por isso, “a Marinha não teve tenentismos”. Isso é destacado pelo próprio discurso naval sobre o período, sob o argumento de que a participação da Marinha nas convulsões político-militares durante as décadas de 1920 e 30 “foi sempre esmagadoramente legalista, de acordo com o espírito conservador que é peculiar às Marinhas” (HNB, 1985:122). Nesse ponto, é interessante notar como o termo conservador, que define característica contra a qual lutaram em muitos momentos, cabe agora para descrever a atuação da Marinha no período revolucionário. A intenção, mais uma vez, é destacar a atuação profissional da força naval, que não se envolveu nas agitações políticas que marcaram e dividiram o Exército. Essa contraposição aparece mais de uma vez logo no início da construção sobre o período, quando afirma que o “descontentamento, localizado inicialmente nas oposições políticas, alcançou a oficialidade jovem do Exército” (HNB, 1985:121), ou que foi “transmitida ao Exército a agitação política pré-eleitoral” de 1921 (NHB, 1985:192).

Dessa forma, a atuação revolucionária da Marinha é vista como excepcional, como nas rebeliões do Encouraçado São Paulo e parte da Flotilha do Amazonas em 1924, e

¹²³ 64 concretizou uma luta de anos. Os mesmos comunistas, outras táticas.

nas manifestações com um grupo integralista em 1938. No restante dos casos, sua participação foi predominantemente anti-revolucionária, caracterizada por ações preventivas e de bloqueio, mas que exigiram grande movimentação naval, de navios e aviões.¹²⁴

Em 1922, a Marinha ficou encarregada de bombardear o Forte de Copacabana no Rio de Janeiro, juntamente com tropas do Exército e da Polícia Militar. Entraram em ação nessa tarefa o Encouraçado São Paulo e o contratorpedeiro Paraná, enquanto o Encouraçado Minas Gerais permaneceu preparado para participar da ação (HNB, 1985:122-123), vencida pelas tropas legais. Porém, “os revolucionários, derrotados em 1922, continuaram a conspirar, infiltrando-se nas guarnições militares de todo o Brasil. Em 1924, como fruto desse trabalho, explodiram movimentos em São Paulo (o de maior importância), em Sergipe, em Belém, em Manaus e no Rio de Janeiro, sendo que, no último, a Marinha teve papel saliente” (HNB, 1985:123). Já na perseguição à Coluna Prestes, a força naval participou em pequena escala, com o envio de um destacamento de fuzileiros navais, com seis grupos de combate e uma seção de comando para a fronteira boliviana a fim de auxiliar o Exército na cobertura da área para interceptar a coluna revolucionária (HNB, 1985:125). Porém, neste ano, a Marinha também participou de ações revolucionárias:

Em 1924, o germe revolucionário também atingiu a Marinha, chegando a se concretizar no levante do Encouraçado São Paulo. Desde julho, já se conspirava, sendo o chefe dessa conspiração o Capitão-de-Mar-e-Guerra Protógenes Guimarães, ex-comandante do Centro de Aviação Naval, que contava com seus ex-comandados, com a Flotilha de Submarinos, o Contratorpedeiro Rio Grande do Norte e infiltração em diversos navios, inclusive no Encouraçado São Paulo. O seu objetivo era o mesmo de todos os revolucionários da época: deposição do governo, modificação dos hábitos políticos, destruição das oligarquias, etc. (HNB, 1985:126).

Porém, a conspiração foi descoberta e foi possível cortar a comunicação dos revolucionários no mar, que seguem sozinhos com a ação. Mas a falta de comunicação e a

¹²⁴ Até a criação do Ministério da Aeronáutica, em 20 de janeiro de 1941, a aviação estava subordinada à Marinha. Em razão disso, a própria criação desse ministério foi uma questão política que marcou profundamente a força naval, sendo considerada pela própria Marinha como “um fator de perturbação ao pessoal da Armada, com a transferência de oficiais aviadores, médico e intendentes servindo ou que tinham servido na Aviação Naval, além de grande número de aspirantes da Escola Naval” (HNB, 1985:73).

ação dos legalistas presos nos navios rebelados conseguem controlar a situação. Dentre os envolvidos, apenas os tenentes Cascardo e Amaral Peixoto e mais oito homens juntaram-se aos rebeldes no Rio Grande, participando das campanhas terrestres subseqüentes até a formação da Coluna Prestes (HNB, 1985:127).

A diferença na participação entre as forças de mar e de terra são constantemente destacadas, de forma a mostrar como a participação das duas foi diferente nesses movimentos revolucionários. Assim, se a Coluna contou com a participação de apenas dez oficiais da Marinha, entre os principais articuladores militares da revolução de 30 constavam apenas dois:

Dominada a Revolução de 1924 em São Paulo e no Norte e internada a Coluna Prestes, os líderes revolucionários (exilados, mas vindo frequentemente ao Brasil) continuaram a conspirar, mantendo a ligação com unidades militares em todo o País e conquistando vagarosamente adeptos para a sua causa. Os principais conspiradores eram Juarez Távora, Siqueira Campos, João Alberto, Djalma Duarte, Juraci Magalhães, Eduardo Gomes, Miguel Costa, Estillac Leal, Agildo Ribeiro, Cordeiro de Faria e, na Marinha, Herculino Cascardo e Ari Parreiras. A direção geral do movimento permanecia em Buenos Aires, onde se exilara Luís Carlos Prestes (HNB, 1985:127).

Todos concordavam que uma ação militar isolada não seria decisiva, como não havia sido nos dois momentos anteriores (1922, 1924), por isso, identificaram nas eleições de 1930 uma oportunidade de incorporar um componente político ao movimento. Dessa forma, a aliança entre setores revolucionários civis e militares é percebida como uma possibilidade de sucesso, pois daria suporte militar aos rebeldes civis e deles receberia respaldo político. Entretanto, identificam também a falta de articulação ideológica, de maneira a sustentar essa aliança por muito tempo.

A narrativa segue uma seqüência factual que obedece a uma ordem cronológica e privilegia a descrição dos movimentos dos grupos, com especial atenção às ações da Marinha, como demonstram os subtítulos “O movimento no Sul e em Minas Gerais”, “A ação da Marinha no Sul”, “O movimento no Norte e no Nordeste”, “A ação da Marinha no Norte e no Nordeste”. Como conclusão, o espírito legalista e conservador na Marinha são destacados,

reforçando a prevalência dos preceitos profissionais da disciplina e hierarquia mesmo em face de situação política adversa à manutenção desse profissionalismo:

Empenhou-se ela a favor do governo constituído (como achava ser seu dever) com as dificuldades advindas da carência de recursos em que se encontrava, devido ao desinteresse que, por muitos anos, o mesmo governo vinha mostrando por suas necessidades. Mesmo assim teve atuação firme e decisiva no Sul e no Pará. No NE, sua ação foi passiva. Disponha de um único navio de guerra, o Cruzador Rio Grande do Sul, para operar num extenso teatro de operações, no qual as investidas terrestres inimigas, fulminantes, negaram-lhe as bases de apoio necessárias. Entretanto, sofre crítica o fato de o Rio Grande do Sul ter permanecido imóvel em Salvador. Uma entrada audaciosa no Recife, quando a sorte desta cidade não havia sido selada, talvez quebrasse o ímpeto das colunas revolucionárias e impedisse as adesões em massa que se seguiram.

Essa história se repete na narrativa sobre a Revolução de 1932, na qual a Marinha teria atuado na defesa da legalidade. Eram tarefas da força naval: o patrulhamento da costa, no litoral paulista, e bloqueio de Santos; o estabelecimento de defesa das Bases de Apoio de Vila Bela (Canal de São Sebastião) e Parati (na Baía de Ilha Grande); o transporte de tropas e material; a ocupação de Santos depois da rendição e transporte das tropas desmobilizadas e dos prisioneiros (HNB, 1985:138). Além disso, a Marinha desenvolveu ações também no rio Paraguai e no Amazonas que se destacam no quadro geral, pois demonstraram que a escassez de recursos sob a qual vivia não seria capaz de comprometer o desempenho de suas funções. Nas ações no rio Paraguai, “uma boa liderança tinha feito o milagre de transformar uma organização naval estagnada e desmoralizada em uma força altamente eficiente que definiu a situação no Rio Paraguai a favor do Governo, anulando completamente a atuação dos rebeldes”. Essa situação se repetia no Amazonas, “mostrando que iniciativa, criatividade e coragem compensam muitas vezes a ausência total de recursos” (HNB, 1985:140-141). Apesar da atuação legalista, não deixam de reconhecer a bravura e o idealismo demonstrado pelos paulistas, “civis que, sem nenhum preparo próprio, transformaram-se em soldados” (HNB, 1985:137).

Entretanto, chama a atenção nas narrativas do Exército e da Marinha sobre os eventos que se seguiram à Revolução de 1932, uma diferença na construção histórica diretamente relacionada às questões de identificação. Enquanto a chamada Intentona Comunista (1935) marcou a história do período para o Exército, simbolizando a traição do movimento tenentista ao grupo no qual foi gerado e, conseqüentemente, ajudando a fortalecer o ideário anticomunista da força terrestre, esse episódio não possui na Marinha a mesma força simbólica. Essa ausência pode ser percebida pelo pouco espaço dedicado ao episódio na sua construção histórica:

Em 1935 eclodiu um movimento sedicioso de caráter ideológico, resultado do trabalho do Partido Comunista Brasileiro e seu disfarce para uso externo, a denominada Aliança Nacional Libertadora.

A sedição comunista deu-se simultaneamente no Rio de Janeiro, revoltando-se o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e a Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, em Natal, Rio Grande do Norte, que passou alguns dias dominada por um governo rebelde, e no Recife, Pernambuco. Foram facilmente vencidas, mas não sem derramamento de sangue.

A Marinha não se envolveu diretamente nessas intentonas, embora tivesse que tomar medidas internas contra infiltrações verificadas em guarnições de navios e estabelecimentos, detectadas por uma série de inquéritos policial-militares, dos quais resultou a expulsão de alguns oficiais e praças (HNB, 1985:141).

Dentre os movimentos que marcaram o período revolucionário, a Marinha credita à rebelião integralista de 1938 seu principal símbolo, o que se deve a duas razões. Em primeiro lugar, este foi o episódio que envolveu a participação de maior número de pessoal da Marinha, ao contrário da Intentona, na qual não teria tido participação direta. Porém, a não-participação em movimento de cunho comunista em contraposição à sua adesão a outro ideologicamente mais próximo dos preceitos profissionais defendidos pelas Forças Armadas estabelece, mais uma vez, a diferença entre Exército e Marinha e, principalmente, destaca o caráter mais profissional e menos vulnerável às influências externas da força naval. Dessa forma, justifica-se a participação da Marinha em 1938:

Neste ano, assistiu-se à rebelião integralista, na qual foi grande a participação naval. A Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932 pelo escritor Plínio Salgado, pretendendo criar um Estado chamado integral, com base ideológica no trípico

Deus, Pátria e Família, conquistou, por volta de 1936, grande número de adeptos na Marinha, a maioria atraída pelos acenos idealistas e disciplinadores de seus programas. Esta participação foi até certo ponto estimulada pelas autoridades navais, que nela viam um fator neutralizante das influências comunistas, além de, indiscutivelmente, apresentar aspectos positivos no procedimento militar de seus seguidores (HNB, 1985:141).

Sendo, portanto, estimulada pelas próprias autoridades navais, chegou a existir na estrutura integralista uma chamada Província do Mar que incorporava o pessoal da Marinha. Porém, após o golpe de estado de 1937, Getúlio Vargas, que até então tinha se apoiado neste movimento, decretou o fechamento da Ação Integralista, assim como dos outros partidos políticos. A partir de então, alguns de seus membros começaram a conspirar, mas suas ações fracassaram em razão de uma “completa falta de preparo e de coordenação do movimento” (HNB, 1985:142). Os elementos navais vinculados ao movimento foram descobertos, o que resultou na prisão de grande número de oficiais e praças, sendo o mais graduado e virtual chefe da rebelião na Marinha o Capitão-de-Mar-e-Guerra Fernando Cochrane (HNB, 1985:143).

5.2. A Segunda Guerra Mundial: uma zona de história na penumbra

Neste panorama histórico da República, história e memória são articulados de forma a construir uma narrativa coerente à identidade do grupo. Assim, é possível encontrar duas fases marcadamente dominadas pela memória: o período revolucionário das décadas de 20 e 30 e o regime militar. Como visto, o primeiro teve nos movimentos tenentistas uma de suas principais marcas e constitui para as Forças Armadas uma espécie de zona de penumbra, isto é, uma fase da história ainda fortemente marcada pelas lembranças, não aquelas das testemunhas oculares – que caracteriza o período do regime militar –, mas de uma memória

que passou dessas testemunhas para as gerações seguintes. Embora o tenentismo tenha deixado marcas mais profundas no Exército, a Marinha também foi afetada pelos acontecimentos do período. Porém, esses acontecimentos estruturaram discursos diferentes em cada uma das Forças, indicando, mais uma vez, que as Forças Armadas não são um bloco homogêneo e que a sua auto-imagem – e, portanto, sua identidade – é construída tanto na relação com os demais grupos sociais, como na dinâmica interna entre as próprias forças.

Contudo, entre essas duas zonas de memória, é possível identificar no discurso tanto do Exército quanto da Marinha uma fase intermediária, já suficientemente articulada pelo trabalho de enquadramento a ponto de se constituir em história: a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, é como se todas as múltiplas memórias, mesmo aquelas que inicialmente se posicionaram de maneira crítica face aos ufanismos resultantes da participação brasileira na guerra (por exemplo, os *Depoimentos de Oficiais da reserva sobre a FEB*, de 1949, organizado por Demócrito Cavalcanti) já tivessem sido de alguma forma absorvidas pela memória institucional e hoje só existe uma memória: a memória da FEB. É claro que prevalece a perspectiva tradicional, principalmente a exaltação dos líderes e uma “visão de cima”. Contudo, a memória dos pracinhas foi absorvida pelo discurso oficial, restando basicamente um único ponto onde ainda podem ser identificados enfrentamentos mais diretos, que diz respeito à atuação da liderança militar, principalmente de Mascarenhas de Moraes.

A participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial como força aliada ao IV Corpo do V Exército americano em combate no teatro de operações italiano recebe destaque dentro da estrutura narrativa da *HEB*, consistindo num dos mais completos capítulos sobre um episódio militar que podemos encontrar nesta publicação. Isso se deve principalmente ao fato de que esta participação consistiu na única experiência do Exército brasileiro numa guerra convencional nos moldes de uma guerra total. Também dentro da historiografia militar oficial, a FEB constitui um dos temas sobre o qual mais se

publicou. Esses trabalhos incluem principalmente memórias de seus ex-comandantes e ex-combatentes que, apesar de seus posicionamentos hierárquicos diferentes (o que condicionam também sua participação), partilham uma visão institucional da participação brasileira na guerra, exaltando essa experiência como símbolo da capacidade combativa do Exército brasileiro.¹²⁵

Surgiram obras de caráter heterodoxo, questionando a visão institucional sobre diversos aspectos dessa participação, sendo a principal delas o livro *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB* (1949), organizado como uma coletânea de 16 depoimentos de participantes da FEB nas mais diferentes unidades e posições. Ao que se sabe, a obra foi publicada como resposta ao livro de memórias de Mascarenhas de Moraes (1947) por integrantes daquela força que não se empenharam em manter o mito, mas em conduzir uma análise crítica dos pontos marcantes relativos à sua constituição e desempenho. Nessa literatura, as considerações mais diretas direcionam-se principalmente ao comando da FEB, deixando muito claro o ressentimento dos militares de “baixo” com várias atitudes vindas de “cima”. Contudo, passados 60 anos do fim da guerra, a perspectiva oficial já conseguiu, de alguma forma, incorporar algumas das críticas direcionadas à FEB, principalmente aquelas que são capazes de exaltar essa experiência como vencedora, apesar de todas as adversidades que a FEB teve que enfrentar, tanto nos campos da Itália como na política brasileira.

Não obstante, as questões relativas à política interna constituem precisamente a segunda função narrativa exercida pelo episódio. Inserida dentro da conjuntura política do Estado Novo, a experiência da FEB se articula como um dos fatores que levaram ao seu fim, pois um Exército que havia lutado em terras ultramarinas na defesa de ideais democráticos não poderia concordar com a existência de uma ditadura dentro de seu próprio território.

¹²⁵ Para um panorama geral da historiografia sobre a FEB ver Mancuso (2003). Depois dessa data, outros livros sobre ao assunto ainda foram lançados: Ferraz (2005), Derengoski (2005), Seitenfus (2005), Maximiano (2005) e Silveira (2005).

Inicialmente, o Exército atuou como força de sustentação do regime autoritário implantado por Getúlio Vargas em 1937, papel que é destacado pela própria *HEB* como necessário frente à divisão ideológica imposta ao mundo pelo Comunismo:

O Exército, primeiro lustro da Era Vargas, manteve-se como fator de estabilidade do Poder, que se adaptava e enfrentava período de transição internacional. A intentona comunista, 1935, representou um violento golpe no moral do Exército, que se transformou no mais inflexível adversário da ideologia e dos processos bolchevistas [comunista, na nova edição] (*HEB*, 1972:973; 1998:168).

No plano político nacional, esse apoio é justificado pela necessidade de fortalecimento do Estado frente a uma política essencialmente liberal que colocava em risco a própria segurança nacional. Assim, o nacionalismo econômico foi a motivação lançada ao povo brasileiro pelo governo que fez ressurgir o ideal tenentista (aquele do princípio, antes da infiltração comunista) que fizera do nacionalismo uma de suas mais importantes idealizações. Essa proposta encontrou terreno fértil principalmente no Exército, um dos setores que pleiteava o controle estatal dos recursos estratégicos e dos serviços essenciais à segurança do país (*HEB*, 1972:973; 1998:168).

Com isso, se a defesa de uma ditadura pode parecer uma contradição diante da “vocação democrática do Exército”, ela se justifica dentro do panorama mais amplo de restauração republicana iniciado pelo movimento de 1922, pela necessidade de fortalecimento das instituições democráticas no país:

Desta forma, o Estado Novo, regime inspirado no modismo ditatorial de uma época cheia de incongruências, traduzido no Brasil por um autoritarismo *sui generis*, conseguiu, incentivo do Exército, proporcionar algo de útil à Nação: o despontar de um período de industrialização, essencial a seu desenvolvimento futuro. O Exército aparecia, pela gênese do seu sistema e por sua consciência institucional, como o verdadeiro sustentáculo do Estado Novo. Apoiava a sua criação naquelas horas difíceis em que a deterioração política impunha o fortalecimento do poder legal (*HEB*, 1972:974; 1998:168).

O Exército se identifica, portanto, como o condutor vitorioso de uma revolução democrática, criticando diretamente uma visão comumente difundida de que ele teria se

envolvido ingenuamente no jogo político. O argumento construído pela *HEB*, nesse ponto, mantém-se coerente com seu posicionamento durante o período, afirmando que o interesse nacional tinha que ser colocado acima dos modelos institucionais. Não era possível esperar, ou as democracias se fortaleciam ou seriam esmagadas (HEB, 1972:974; 1998:168-169). Todavia, afirma-se, com o fim da guerra, sobressaiu o sentimento de que o regime ditatorial perdera sua finalidade: “O Exército trouxera, de sua participação na guerra, a convicção de que deveria haver uma alteração no sistema político imperante” (HEB, 1972:974; 1998:169), reforçando o papel simbólico desempenhado pela participação na guerra.

Já no discurso da *HNB*, não encontramos qualquer passagem sobre a política brasileira nessa época, tampouco sobre o papel que as Forças Armadas teriam representado como suporte do Estado Novo. Por tudo o que já foi visto na construção histórica da Marinha, essas ausências não chegam a causar surpresa ou estranhamento, mas são condizentes com a imagem que a força naval pretende passar com seu discurso histórico: o de uma força profissional, logo, mais voltada para si e menos afeita aos envolvimento políticos. Nesse sentido, a narrativa sobre a participação da Marinha na Segunda Guerra se articula, mais uma vez, como forma de se contrapor à narrativa do Exército e à participação da FEB nos campos de batalha da Europa. Isso porque, a participação do Exército, embora muitas vezes criticada, é percebida como mais “real” que a participação da Marinha, muitas vezes considerada como uma participação secundária, uma vez que sua atuação se restringiu às atividades de comboio no oceano Atlântico. A resposta a essa percepção simbólica pode ser encontrada na *HNB*:

Seria, entretanto, de todo injusta e errônea a conclusão de que a participação da Marinha brasileira na Segunda Guerra Mundial teve algo de simbólico. Pelo contrário, desempenhou ela, no conflito, papel altamente efetivo e útil, tendo cumprido integralmente as tarefas que lhes foram atribuídas, acima mesmo de suas possibilidades materiais (HEB, HNB, 1985:431).

Essa passagem resume de maneira bastante didática a construção da *HNB* sobre a participação da Marinha na Segunda Guerra Mundial. O principal ponto de articulação é que

as forças navais brasileiras não estavam preparadas para essa guerra, cuja modalidade no mar era caracterizada principalmente pela guerra anti-submarino, sobre a qual, até 1942, eram nulos os conhecimentos da Marinha e inexistentes os equipamentos especializados. Nesse sentido, declarada a guerra, houve um trabalho intenso de adaptação de nossos artigos navais, dentro de suas possibilidades, para a campanha anti-submarino. Porém, apesar de todas as dificuldades de material e de recursos humanos (uma vez que não houve aumento do efetivo naval para a situação de guerra), a Marinha desempenhou plenamente as atividades que lhes foi designada.

Costuma-se creditar caráter figurativo à participação da Marinha porque as operações anti-submarinas levadas a efeito foram eminentemente defensivas, cabendo prioritariamente à força naval a proteção imediata dos comboios – regulares ou especiais, principalmente porque ela não dispunha de navios, nem em qualidade nem em quantidade, para executar operações de caça e destruição. Esse tipo de atividade só pôde ser desenvolvido já no fim da guerra, quando a ameaça submarina era restrita, sendo dispensada praticamente a formação dos comboios (HNB, 1985:366). A importância dessa atividade é destacada numa comparação com a Marinha norte-americana no Atlântico:

A Esquadra norte-americana do Atlântico comboiou 16 mil navios, o que corresponde a 16 protegidos por navio de guerra de escolta; a Marinha brasileira comboiou mais de 3 mil navios, isto é 50 protegidos por belonaves de escolta. Esses números bem traduzem o tremendo esforço despendido pela nossa Marinha com os poucos recursos de que dispunha, exigindo continuidade, permanência no mar, sacrifícios diários, perfeição de apoio logístico, sem grandes lances heróicos nem a motivação dos resultados imediatos, pois, sendo sua função principal proteger os mercantes, a ação terminara quando o perigo era afastado, não podendo empenhar-se na destruição do atacante, para não deixar o flanco do comboio desprotegido, proporcionando oportunidade para que um segundo submarino atacasse. Cada travessia de um comboio sem imediatos era uma vitória, embora indireta, que se repetiu centenas de vezes durante a guerra (HNB, 1985:267-269).

Já a partir de outubro de 1944, os norte-americanos começaram a se retirar do Atlântico Sul, entregando a responsabilidade total por essa área à Marinha brasileira e, nesse momento, “nossas forças participavam ativamente da guerra. O Exército e a Força Aérea

lutavam na Itália. A Marinha, com grupos de ataque recém-organizados, vasculhava os mares à procura dos últimos corsários, além de manter as escoltas dos comboios” (HNB, 1985:417).

Por tudo isso, o discurso naval se contrapõe a uma visão que coloca o Exército no centro das atenções e desprestigia as atividades da força naval. Desse episódio, a Marinha também tira suas lições políticas, porém, elas estão intrinsecamente relacionadas ao pleno desempenho profissional de sua atividade:

Mas a participação da Marinha brasileira na Segunda Guerra Mundial deixou também um terrível lembrete para o futuro. Com a crescente projeção internacional do Brasil e sua vinculação econômica ao mar, que não representa mais somente uma via de transportes, mas se constitui também em fonte de riquezas energéticas e alimentares, é inaceitável que, por falta de visão dos nossos homens públicos e um perigoso conceito de pacifismo, arrisquemos-nos a que outra situação de emergência nos encontre com o despreparo que caracterizou as ações iniciais da Marinha na Batalha do Atlântico. Da próxima vez a improvisação poderá resultar em inevitáveis derrotas ou na subordinação de nossos interesses ao dos aliados dos quais dependermos.

Esta é a lição máxima que tiramos da História da participação da Marinha brasileira na Segunda Guerra Mundial (HNB, 1985:433-434).

5.3. 31 de março de 1964 e a coroação da Revolução Brasileira

Neste último bloco, a atenção se volta para o período historicamente mais próximo, sendo por isso mesmo aquele em que se encontra mais viva na memória de seus participantes, sejam eles militares ou não, a lembrança de um momento político que marcou profundamente a história do Brasil e das Forças Armadas. Então, os militares foram os principais atores da política brasileira, quando através de um golpe de Estado interromperam a experiência democrática do país (1945-1964) e instauraram um regime autoritário que se prolongou por vinte e um anos. Levando isso em conta, este seria o momento sobre o qual mais teriam a dizer, porém, ao contrário do que se poderia supor, é sobre esta fase que menos se fala nas publicações históricas oficiais. Como destaca Daniel Aarão Reis (2004:30):

Como se sabe, em História, quando ainda se desenrolam os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória. Nela, os vitoriosos no terreno haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginavam subjugada.

Foi justamente isso o que aconteceu com a memória do regime. No momento exatamente posterior à redemocratização, em 1985, as Forças Armadas se viram obrigadas a abandonar o orgulho da vitória militar sobre os movimentos armados devido ao desgaste de sua imagem, consequência de duas décadas de segredo. Como afirmam Castro e D'Araújo (2001:21): “se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha teria acontecido o inverso: a história ignorada seria a dos vencedores”. Porém, isso só se tornou possível frente à recusa da própria instituição em contar a sua versão dos fatos. Se os vencidos foram mais felizes em sua investida e fizeram com que sua versão saísse vitoriosa dessa “batalha pela memória”, parte da responsabilidade é dos próprios “militares”. Se, como insistem em dizer, a anistia só se deu num sentido, é porque muito do ocorrido nos chamados anos de chumbo ainda está por ser explicado.

Durante o regime, as Forças Armadas empenharam-se na sua construção como uma intervenção salvadora, que viria livrar o país do comunismo ateu, da baderna e da corrupção. De certa forma, afirma Reis (2004:39), esse esforço alcançou resultados positivos já que, a curto prazo, amplos setores passaram a se referir ao golpe militar com o mesmo designativo utilizado pelos militares: revolução. Contudo, com o decorrer dos anos, o regime foi se tornando impopular e “mostrando insustentável a versão de que uma ditadura podia salvar, ou construir, uma democracia” e, na mesma medida, passaram a aparecer com mais vigor as versões da esquerda (REIS, 2004:40). Na visão do autor, durante esse processo a nação foi se metamorfoseando, gerando aproximações inesperadas até chegar um momento em que já não havia mais partidários da ditadura, pois todos eram democratas:

Figuras da maior expressão – favoráveis à instauração do arbítrio e, durante muitos anos, partidários de sua continuidade – e seus beneficiários surgiram agora visitando presos políticos e defendendo a democracia, e fosse alguém duvidar da autenticidade de seus propósitos, seria imediatamente estigmatizado como mesquinho revanchista. Chegou um momento em que não se sabia mais como pudera existir naquele país uma ditadura tão feroz. A força daquela maré democrática, tão disseminada, suscitava a questão de como fora possível àquela gente ter aturado tantos anos o arbítrio dos militares, e não logo escorraçado a ditadura tão repudiada?

Posteriormente, isso acabou gerando certa dificuldade da sociedade brasileira em recordar o período da ditadura, processo que, segundo o autor, é normal nas fases de transição das sociedades: “Sempre que os povos transitam de uma fase para outra da história, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não é pelo puro e simples esquecimento” (REIS, 2004:49). Para Denise Rollemberg (2006:88), o esquecimento era uma questão essencial no processo de abertura não somente para os militares, mas para toda a sociedade, que ainda não era capaz de lidar com “a cumplicidade, a omissão, os compromissos, a colaboração, o apoio”.

No entanto, no período pós-regime, o mercado editorial assistiu a uma explosão de publicações de biografias e autobiografias de ex-militantes da luta armada, fato que se explica, segundo Rollemberg (2006:83), por duas razões. Em primeiro lugar, por uma necessidade por parte daqueles que viveram a luta armada em contar a sua história e do interesse, por parte dos leitores, de conhecer uma história silenciada: “Assim, no encontro do precisar falar e do querer ouvir, eis a explicação para a quantidade de autobiografias; um ponto de intersecção entre segmentos da sociedade que seguiram caminhos diferentes em não raro, opostos”. Em segundo lugar, porque dentre todas essas biografias, uma delas se tornou uma espécie de senso comum sobre o que foi a luta armada: *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira. Para a autora, o sucesso dessa versão se deve à conciliação que a obra traz em si:

No final da década de 1970 e início da década de 1980, no momento em que a ditadura ia chegando ao fim em um processo sob o controle dos que a implantaram, parecia bem mais *pertinente* uma recuperação do passado recente que não colocasse o dedo na ferida, não abordasse as relações de identidade ou de apoio ou omissão ou colaboração de parte expressiva da sociedade com o regime (ROLLEMBERG, 2006:85 – grifos no original).

Nesse sentido, “criou-se um fosso entre o passado e o futuro, como se para compor o futuro fosse preciso esquecer o passado” (ROLLEMBERG, 2006:85) e, de certa forma, isso parece fazer mais sentido para a Marinha do que para o Exército. Isso porque, apesar da narrativa pobre elaborada por ambas as publicações oficiais sobre o período, a grande quantidade de memórias e depoimentos principalmente de oficiais da força terrestre demonstra que eles ainda buscam seu lugar nessa disputa. Em sua composição, essa memória contrapõe-se prioritariamente à “versão da esquerda” que, como demonstrou Rollemberg, também passou por um processo de enquadramento de sua memória.¹²⁶

Do lado “dos militares”, houve tentativas de enquadramento da memória do regime, como demonstra a coletânea de depoimentos organizada pela Biblioteca do Exército, *1964: 31 de Março – O Movimento Revolucionário e sua História* (2003). Porém, como se pode observar nesses depoimentos, há ainda divergências que fogem ao controle institucional – apesar de algumas tentativas intencionais de controle da memória dos depoentes – pois estão ainda muito vivas nas lembranças individuais.¹²⁷ Apesar dessa tentativa de articulação de uma memória oficial, as publicações históricas do Exército e da Marinha não foram capazes de compor uma visão oficial sobre o período.

Na *HEB*, os antecedentes da Revolução de 1964 começam a ser descritos a partir da crise de novembro de 1955 e, novamente, pode ser identificada a existência de um projeto político sob a forma de um encadeamento seqüencial dos eventos capaz de sustentar a

¹²⁶ Do conjunto das entrevistas pode-se perceber também que elas se articularam não somente contra a versão vitoriosa da esquerda, mas contrapunham-se em certo sentido ao conjunto de entrevistas com militares organizado pelos professores Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon e Celso Castro, articulados em três temáticas principais: *Visões do Golpe* (1995), *Os anos de chumbo* (1994) e *A abertura* (1995).

¹²⁷ Análises do conteúdo dessas entrevistas podem ser encontradas em Mancuso (2005) e Atássio (2007).

visão de que 1964 consistiu numa resposta à Nação, que clamava pelas Forças Armadas como solução para os problemas nacionais. Porém, tal argumento se encontra muito mais claramente definido na edição de 1972, publicada ainda sob o regime militar, durante o governo Médici, período em que o regime mostrou sua face mais autoritária. Nesta edição, a descrição dos eventos em si se perde em meio a declarações ideológicas e à exaltação da Revolução e de seus líderes. Contudo, se por um lado, a revisão em 1998 promove um trabalho de limpeza ideológica na medida em que retira do texto todos os trechos que apresentavam este caráter, por outro, esquivava-se de qualquer discussão sobre o regime, nem mesmo descrevendo seus principais acontecimentos.

Quando o trabalho de leitura comparada das duas edições foi iniciado, surpreendeu-nos a narrativa menos ideologizada e mais detalhada construída em torno dos eventos imediatamente anteriores a 1964, levando a considerar, em princípio, que o maior distanciamento histórico pudesse ter aplacado as paixões e colaborado para uma análise que contemplasse múltiplos aspectos do regime, já que consistiu num dos momentos mais intensos da atuação militar na vida política do país. Contudo, no decorrer da leitura, o que pode ser observado foi justamente o processo inverso, o que permite algumas considerações.

Em primeiro lugar, essa “desideologização” se deu somente em termos textuais, isto é, nas entrelinhas do discurso, é possível ainda identificar o projeto político que guia a construção histórica. Retirar da nova edição afirmações que podem ser consideradas datadas do período da Guerra Fria não quer dizer que o argumento tenha sido revisto ou re-elaborado. Se, de fato, tal re-elaboração tivesse sido conduzida, uma publicação histórica de caráter oficial como esta seria um dos melhores meios de apresentar à sociedade sua nova face. No entanto, o recurso mais utilizado nesse novo texto é aquele que Pollak destaca como “não-ditos”. Dessa forma, evita-se a discussão de questões ainda muito controversas, tanto dentro como fora da instituição, capazes de suscitar opiniões demasiadamente acaloradas num

momento onde se busca o apaziguamento dos ânimos e a diminuição dos danos causados pela imagem dos vinte anos em que os militares estiveram no comando do país. Nesse sentido, são abordadas apenas as questões sobre as quais existe um mínimo de consenso, como por exemplo, na apresentação da instabilidade disciplinar que se instaurava nas fileiras das Forças Armadas no período imediatamente anterior ao golpe:

A disciplina militar deteriorava-se. Nos quartéis observavam-se a insatisfação e as divergências. Não faltaram alguns militares que se aliavam à subversão, e procuravam levá-las às unidades. O núcleo silencioso do Exército mantinha-se entretanto avesso à radicalização, aos extremismos, e assistia, não sem amargura e perplexidade, à deturpação de todos os princípios em que se fundava a estrutura do país (HEB, 1972:982; 1998:183).

Da mesma forma, os problemas sociais que causavam instabilidade preocupavam as Forças Armadas: “O Exército, como as demais Forças Armadas, mantinha-se na expectativa de uma solução para os problemas nacionais, que, até então, se agravaram continuamente pela instabilidade social e pela corrupção política e econômica” (HEB, 1972:979; 1998:177). Contudo, essa expectativa se desfazia a cada dia, esvaindo-se de vez com o Comício da Central do Brasil (13 de março de 1964) e na Assembléia no Automóvel Clube (30 de março de 64) que, segundo o discurso militar, estavam previstos no cronograma do golpe de Estado planejado pelo presidente, em conluio com os comunistas, nas gestões de formação da Frente Popular. O objetivo do primeiro era desmoralizar o Congresso, enquanto o segundo buscava criar dissensão entre a oficialidade e os sargentos, para neutralizar a capacidade de reação militar (HEB, 1972:983-984; 1998:189). Entravam neste esquema também os meios de comunicação, escritos e falados, sendo veículos de exacerbação subversiva (1972:984; 1998:189).

Nesse sentido, mesmo que, textualmente, a nova edição não afirme que “A Revolução representou, na realidade, um movimento anti-subversivo, desfechado quase espontaneamente sob geral expectativa” (HEB, 1972:985), esse argumento se mantém ao afirmarem que “Em fins de março de 1964, ambos os lados preparavam-se para um confronto

armado” (HEB, 1998:189). A vantagem adquirida pelas Forças Armadas nesta condução se deve, sobretudo, à superioridade do poder armado e, por isso mesmo, “As Forças Armadas assumiram, [virtualmente], a responsabilidade da direção nacional e prometiam apuração cabal da culpabilidade dos implicados na subversão e na corrupção” (HEB, 1972:988; 1998:197). Nesse panorama revolucionário, ao mesmo tempo em que afirmavam as bases democráticas da Revolução, estabeleciam as medidas vigorosas que a situação excepcional impunha e dessa forma são justificadas todas as ações do governo militar, principalmente a promulgação dos Atos Institucionais, como o AI-5:

O Marechal Costa e Silva, extraordinário valor humano, procurou, a par de medidas incentivadoras do desenvolvimento nacional, conduzir a Nação a níveis mais moderados de restrições políticas, impostas pelas injunções revolucionárias. Todavia, o recrudescimento das agitações, particularmente no seio estudantil, excitado por comunistas, exigiu a promulgação do AI-5, cuja eficiência refletiu realmente na tranquilização do ambiente nacional (HEB, 1972:922).

Dessa forma, apesar das inúmeras ausências que podemos identificar no discurso histórico construído pela *HEB* sobre 1964, os exemplos acima citados nos permitem afirmar que, embora alguns argumentos não estejam textualmente expostos tal qual estiveram na edição de 1972, é possível perceber nas entrelinhas que praticamente todos eles se sustentam na justificação ao regime. Nesse sentido, dentro do amplo espectro de insatisfações e problemas que se apresentavam à Nação em 1964, as Forças Armadas esperaram por uma resposta até que foram chamadas pela sociedade a intervir pela solução da caótica situação em que se encontrava o país e, uma vez tendo assumido essa liderança, fizeram o que foi preciso para reconduzir a Nação à sua grandeza:

A Revolução de 1964 resultou da consciência nacional de que os valores da sociedade brasileira estavam sendo ameaçados pela situação reinante no país. A reação veio de vários setores da nação, baseada em motivos diversos e às vezes contraditórios.

Com intensidade crescente, todos aqueles grupos demonstraram sua insatisfação com o estado das coisas (ou com a situação). A última organização a manifestar publicamente sua opinião foi a militar. Ela permaneceu em silêncio, evitando intervir a menos que fosse chamada pelas autoridades civis. Quando interviu, logo tornou-se a força decisiva, tomando a frente e dando à Revolução um sentido maior

de unidade. Porque a iniciativa partiu das Forças Armadas, o movimento de derrubada de Jango engajou-se numa reforma nacional ordenada, pacífica e tolerante, o que teria sido impossível se algum dos outros grupos tivesse predominado. (HEB, 1998:192).¹²⁸

Quando da publicação da primeira edição da *HEB* (1972), o Brasil vivia o apogeu do regime militar, panorama alterado na edição de 1998, com o retorno do Brasil ao comando dos civis. Enquanto a primeira edição dedicava-se a mostrar os avanços obtidos pela Revolução, avaliados pelo “clima de tranquilidade do país em 1972” (HEB, 1972:1086), a nova edição procura mostrar como, uma vez restaurada a atmosfera de normalidade no Brasil, em 1974, o Exército pôde voltar sua atenção para sua modernização (HEB, 1998:220).

Desde a primeira manifestação concreta de subversão comunista, em 1968, o Exército e as outras forças armadas trabalharam para realizar sua missão constitucional e desempenhar seu papel histórico como guardião da democracia:

O Exército, cuja função inclui a defesa dos valores democráticos, juntou-se ao esforço nacional para alcançar a reconciliação e restaurar a normalidade institucional, apesar dos abusos e excessos que lhes foram diretamente dirigidos como resultado do aumento da liberdade de expressão que prevaleceu no país. Ele permanece unido e dedicado às suas atividades, superando as acusações de seus detratores com o silêncio, certo de que a opinião pública permaneceria em seu favor. (HEB, 1998:223).

Entretanto, esse papel histórico não foi abandonado com o fim do regime, mas teve sua atuação transferida para o resguardo e garantia da democracia em nações onde esse valor estivesse em perigo, nas chamadas Missões de Ação de Paz. Para tanto, a *HEB* traça um histórico dessa missão desde o que consideram sua primeira experiência em ações desse tipo, ainda durante o período colonial, na Restauração de Angola (1645-1648): “A primeira missão

¹²⁸ O discurso que se segue é do suporte que tiveram do meio civil, que exigia a participação das Forças Armadas. Detém-se na apresentação dos acontecimentos de 31 de março, como se desenrolaram de Minas Gerais até atingir os Estados, quem aderiu de imediato, até aproximadamente o dia 3 de abril quando Jango deixa o país e é formada a Junta Militar que assumiu a Presidência até a escolha do novo Presidente (junta essa que depois constituiu os ministérios militares). Não falam sobre essa escolha, nem sobre os presidentes militares ou qualquer outro aspecto da história do regime, embora na primeira edição possa ser encontrada descrição um pouco mais longa de alguns episódios que se desenrolaram sob o regime. Suas últimas palavras são sobre a necessidade do AI-1.

de paz do Brasil – se é que pode ser assim chamada – se desenrolou na África para fins da restauração de Angola”; seguindo com a descrição de todas as atividades do gênero em que deu sua contribuição na defesa da paz e manutenção dos valores democráticos. Anteriormente, a descrição das Missões de Paz localizava-se em capítulo anterior ao da Grande Revolução Brasileira, dado que então este era o foco da atenção militar no momento. Interessante que, com o fim do regime, a ordem dessa narrativa tenha se invertido, numa demonstração de que essa é a preocupação atual da força, mais condizente com o contexto democrático.

Falando claramente aos “militares”, ambas as edições preocupam-se em ressaltar o caráter do soldado, a identificação do Exército com os interesses nacionais e sua vocação democrática. Em termos políticos, tanto a República como a Revolução de 1964, por exemplo, podem, em grande parte, ser explicadas pela formação histórica do Brasil, quando se descreve a relação intrínseca, mais do que secular, da força terrestre com os supremos interesses da nacionalidade (HEB, 1972:1023). Entretanto, apesar dessa identificação, a *HEB* preocupa-se também em justificar aspectos da vida militar onde se torna mais evidente a diferença com o mundo civil e, nesse ponto, a relação se completa, pois estabelece a identificação entre formação histórica do Brasil e os aspectos particulares ao mundo militar, com objetivo específico de sustentar no soldado o espírito de corpo, isto é, a sua identificação com a instituição da qual é parte:

A essência do Exército. A primeira coisa que vêm à mente quando se fala de Exército é o quartel. É lá que o Exército vive e, sempre vigilante, desenvolve suas atividades diárias que definem sua identidade. É lá que treina e se prepara para as missões que lhe são próprias; onde o espírito do soldado é preparado ou formado com os nobres ideais que inspiram a tropa, inculcando neles o senso de dever que vem antes das aspirações individuais. O espírito militar das tropas é altamente temperado pela reverência aos símbolos da nação, a exaltação aos heróis e devoção ao dever, uma prática na qual todos os brasileiros alistados são iguais como camaradas em armas, a despeito de raça, religião ou credo. Assim o quartel deve ser entendido. Ele é o povo em armas. (HEB, 1972:1024-25; 1998:200).

Como pôde ser observado, as justificações são constantes na narrativa sobre o regime militar. São parte do discurso – principalmente político – e constituem uma espécie de resposta, antecipada ou a *posteriori*, às críticas e acusações que são dirigidas a um grupo. Por ser constituir como o período de maior envolvimento político e, portanto, de maior visibilidade da atuação militar, o regime é também a fase histórica em que os militares estão mais expostos às críticas. Nos discursos públicos veiculados principalmente na imprensa, essas críticas são consideradas pelos militares como revanchismo dos demais setores da sociedade que hoje se esforçam em desmerecer e repudiar a instituição que somente respondeu ao seu chamado. Essa idéia aparece também com bastante força nos depoimentos de oficiais militares, tanto na coleção organizada pelo próprio Exército (2003) como naquela organizada por D’Araújo, Soares e Castro (1994, 1995a, 1995b). Entretanto, nas publicações históricas analisadas, não existe qualquer referência ao termo, o que pode, em parte, ser explicado pelo caráter desses textos. Por constituírem obras históricas, realmente não podem responder a essas críticas de maneira declarada. No entanto, as justificações encontram-se diluídas no discurso, como vimos na *HEB*.

Já na *HNB*, a justificação vem explicitada logo no início do tomo que trata desse período, porém, não está voltada para os seus atos em si, mas para a antecipação as críticas que podem surgir da própria construção narrativa que, tal como a da *HEB*, é pobre no que diz respeito ao regime militar. Ao contrário dos outros volumes da coleção, este último volume apresenta um “Intróito” que é, em si, uma justificativa sobre a dificuldade em lidar com questões tão próximas no tempo e na lembrança, justificativa em si coerente com os problemas apresentados pela relação temporal que diferencia memória e história:

Relativamente ao após guerra (1945 à época atual), não se considera haver perspectiva histórica que permita a apreciação imparcial dos fatos que sofreram – e continuam sofrendo – a influência de circunstâncias acerca das quais ainda há choques de opiniões.

Mesmo em relação aos acontecimentos narrados e comentados neste tomo, existe grande número de testemunhas que os viveram e cujas interpretações podem não coincidir exatamente com a dos autores. Entretanto, sobre eles já o tempo trabalhou,

aparando as arestas vivas das discordâncias – e as consultas à ampla documentação disponível, assim como entrevistas pessoais com alguns de seus participantes permitiram que se aproximasse, ao mínimo, das versões mais fidedignas dos fatos (HNB, 1985:9).

Seguindo essa justificativa, há apenas um capítulo de cerca de vinte e cinco páginas sobre o período que se estende de 1945 a 1983, curiosamente intitulado “O pós-guerra, olhando para o futuro”. Mais significativa foi a escolha de Mario César Flores, um dos principais pensadores do papel da Marinha no Brasil e suas perspectivas estratégicas. Talvez até por isso, e por não se constituir como um capítulo de história propriamente dito, este capítulo está organizado de maneira bem diferente dos demais, “Apenas como informações que servirão de elemento de ligação com o porvir, sem veleidades de se constituírem em notícias históricas” (HNB, 1985:10). Como destaca o próprio Mario César Flores (HNB, 1985:437):

Esta seção do último tomo da História Naval Brasileira data de meados de 1983. Diz ela respeito a tendências e fatos selecionados por sua maior relevância ao longo da evolução da Marinha, nos últimos 38 anos e sobre sua projeção futura, não sendo, portanto, um capítulo de História, em sua acepção tradicional. Seu propósito é estabelecer um traço de união entre o passado e o futuro, fecho conveniente para uma obra da natureza desta História Naval. Sua leitura deve, portanto, ser regida pela flexibilidade e condescendência, para que eventuais discrepâncias na percepção, interpretação e avaliação dos supramencionados fatos, não venham a prejudicar a consecução de tal propósito (HNB, 1985:437).

Nesse sentido, ao contrário do que pode ser observado no caso da *HEB*, o foco deste capítulo se volta preferencialmente para as questões estratégicas e tecnológicas que afetaram e afetam diretamente a organização e o emprego do poder naval, sendo as questões políticas consideradas apenas na medida em que constituem fator interveniente nessa relação. Contudo, o projeto por trás do discurso segue coerente com a imagem que a HNB procurou passar desde o início – o profissionalismo – e, portanto, faz sentido que a política seja tratada apenas na medida em que é no campo político onde são definidos os recursos destinados à força a fim de que ela garanta sua atividade.

Dessa forma, os anos pós-Segunda Guerra são abordados como um período de efervescência no cenário internacional pelo embate entre comunismo e capitalismo, pelo processo de descolonização e o crescimento da interdependência da economia mundial, etapa mais proeminente da revolução científica e tecnológica, cujos reflexos provocaram mudanças no conceito de emprego do poder militar e dúvidas sobre seu papel. No campo interno, o país assistiu a anos de acelerado progresso econômico e outros de imensas dificuldades e perturbações políticas (com destaque para as ocorridas nos primeiros anos da década de 60).

A Marinha emergiu da Segunda Guerra Mundial com uma mentalidade estratégica e operativa voltada essencialmente para a defesa do tráfego marítimo e, no âmbito dessa defesa, para a guerra anti-submarino. Porém, já no fim da guerra e nos anos posteriores, foi baixo o índice de adestramento no mar, pois com o fim da ameaça do Eixo, caiu o estímulo capaz de manter em ritmo elevado as atividades operativas de natureza militar, aumentando as atividades de natureza subsidiária (hidrografia e sinalização náutica, transporte e salvamento). Mas a piora das relações entre Ocidente e Oriente “já começara a plantar, ainda nos anos 40, as sementes de uma nova ameaça que iria revitalizar tais atividades, especialmente estimuladas por uma preocupação com o tráfego marítimo que encontrava respaldo na ênfase que a União Soviética atribuía à sua frota de submarinos” (HNB, 1985:440). Com isso, principalmente na fase aguda da Guerra Fria, que pela perspectiva das relações militares entre os EUA e os países ocidentais (principalmente a América Latina) abarca o período do fim da Guerra da Coreia e a Crise dos mísseis de Cuba (1962), a mentalidade anti-submarina herdada da guerra foi reforçada.

No início dos anos 60, um incidente entre França e Brasil em torno do direito à exploração de recursos marinhos alertou a Marinha para o problema da defesa do patrimônio marítimo ao longo do litoral, transformando essa tarefa (comumente inserida no quadro do

confronto entre os países mais ou menos desenvolvidos) em uma de suas prioridades (HNB, 1985:450).

As dificuldades “geradas ou agravadas pelo tumultuado cenário interno” entre 1961 e 1963 prejudicaram o adestramento da Marinha, que se ressentia da falta de estímulo para superar seus problemas materiais e de falta de recursos, “pois tal estímulo não podia vicejar no ambiente deletério da época” (HNB, 1985:450). Nesse quadro, vemos surgir as únicas referências ao ambiente que levou ao desfecho de 31 de março de 1964:

tomava impulso perigoso a deterioração dos valores da hierarquia e da disciplina, produzida por motivações político-ideológicas alimentadas por várias fontes, inclusive por personalidades ou entidades do Governo, ou por ele apadrinhadas. Pode-se mesmo admitir, com pesar para a Marinha, ter sido o crescendo da indisciplina nessa força um dos impulsos que precipitaram o movimento finalmente deflagrado a 31 de março (HNB, 1985:450).

Entretanto, essa é praticamente a única referência ao regime militar que se instalou no país após o golpe militar, completada em parágrafo mais à frente:

Nos primeiros meses subseqüentes a 31 de março de 1964, a Marinha viveu a etapa mais dolorosa do processo revolucionário de revisão de rumos, em consonância com a revisão de rumos de toda a nação brasileira. Uma vez encerrada essa traumatizante etapa, durante a qual ocorreram medidas drásticas destinadas ao saneamento dos princípios da hierarquia e da disciplina, destacando-se entre elas o afastamento de muitas centenas de homens do serviço ativo, foram retomados paulatinamente os caminhos tradicionais da vida naval (HNB, 1985:450).

Os reflexos políticos desse período na condução doutrinária e estratégica da força naval dizem respeito principalmente ao aumento das atividades subsidiárias da esquadra, cujo adestramento consistiu em um espectro da guerra revolucionária que valorizava a operação anfíbia e cujos exercícios adquiriram maior envergadura, passando a ser montados sobre quadros de situação interna. Esse procedimento somente foi alterado decisivamente quando consolidada a segurança interna (HNB, 1985:451). Já na segunda metade da década de 70, como conseqüência do colapso do milagre econômico, a Marinha se viu cerceada financeiramente em seu reaparelhamento, condição agravada pelo problema da

obsolescência de seus meios materiais, numa relação que “faz supor um período de dificuldades no futuro breve” (HNB, 1985:461).

Dessa forma a Marinha chega “ao futuro”. No início da década de 1980 (este tomo foi concluído em 1983) a situação mundial dava sinais de mudança, em particular em seus efeitos sobre o relacionamento político-estratégico dentro do mundo ocidental. No campo interno, esse período deu início ao agravamento da crise econômica: “Registrou-se, em particular, que o controle dessa crise exige uma austeridade que se reflete pesadamente sobre os orçamentos das Forças Armadas, sobretudo inexistindo ameaças militares imediatas ou facilmente perceptíveis” (HNB, 1985:462). No campo das relações internacionais, o relacionamento militar com os EUA também mudou, dado que a menor pressão de ameaça comum não justifica um regresso à tutela estratégica que existia no passado:

Dessa forma, podemos inferir ser improvável que a Marinha brasileira volte a preocupar-se de modo quase excludente com a proteção anti-submarino do tráfego marítimo em área relativamente costeira, de conformidade com a visão estratégica dos EUA para o Atlântico Sul (HNB, 1985:462).

Além disso, as limitações impostas ao relacionamento militar com os EUA, principalmente sua resistência à transferência de meios, compeliu o Brasil à busca de outras fontes de suprimentos de material, o que produziu efeito saudável para o futuro do Poder Militar Brasileiro: “Sentimos que é possível visar à rebeldia da assistência norte-americana e que é importante atingir certo patamar de nacionalização, para que aquele poder seja realmente um instrumento eficaz, à serviço da política nacional” (HNB, 1985:463). Nesse sentido, a mensagem que a *HNB* deixa é também política, apenas na medida em que é ela quem acaba determinando a atuação estratégica e garantindo os recursos para o seu pleno desempenho: a necessidade de um poder naval balanceado, capaz de atuar com eficácia, em conflitos limitados de toda ordem e em guerra generalizada, de conformidade com os interesses brasileiros, principalmente no Atlântico Sul; no caso de guerra generalizada, é

preciso que sua atuação seja ponderável o suficiente para credenciar o Brasil como parceiro a ser ouvido no âmbito das decisões, ao menos de nível regional (HNB, 1985:463).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

Neste trabalho, abordamos o tema da construção da narrativa histórica oficial das Forças Armadas brasileiras, mais especificamente, das narrativas históricas construídas pelas Forças naval e terrestre em suas publicações *História Naval Brasileira* e *História do Exército Brasileiro*. O principal objetivo era, através dessa análise, aproximar-nos de questões concernentes à identidade militar, partindo do princípio que o discurso histórico permitiria compreender um aspecto da construção da auto-imagem ou *ethos* militar.

Embora o *ethos* seja um conceito muito utilizado pela Análise do Discurso para abordar a construção da auto-imagem (seja individual ou de grupos), principalmente nas relações discursivas de interação pela fala, expandimos suas possibilidades ao tratar a construção histórica também como um discurso, onde a imagem do grupo é construída nos mesmos termos em que o sujeito constrói sua imagem na fala. Essa aproximação foi permitida pela abordagem de Amossy, que considera que o *ethos* discursivo não é apenas um elemento pertencente à instância pura do discurso, mas também um termo que não pode ser separado das instâncias mediadoras que participam dessa troca verbal (e simbólica, portanto): o imaginário social (a imagem do outro sobre aquele que fala) e a autoridade institucional (a

posição institucional do locutor). Nesse sentido, tal como a fala, a narrativa histórica constitui também um discurso de (inter)ação.

Dessa forma, a abordagem discursiva se relaciona de maneira bastante próxima da questão da identidade, entendida aqui em seus aspectos mais gerais como a imagem de si, para si e para os outros. Ou seja, a imagem que uma pessoa constrói ao longo da vida sobre si mesma e que apresenta aos outros, não apenas para acreditar na sua própria representação, mas tendo em vista também a forma como quer ser percebida por eles. Entrecruzam-se nessa relação de percepção, portanto, os conceitos de público e privado, já que a imagem que construo não é apenas aquela que construo para mim, mas também aquela pela qual quero ser percebida pelo outro.

Essas duas instâncias – público e privado – estão relacionadas de maneira bastante estreita em nosso objeto de estudo, a instituição militar, que além das características que dizem respeito exclusivamente à especificidade do grupo social, ela tem uma face política que deve ser permanentemente negociada com a sociedade que, em última instância, é responsável pela sua própria existência. Assim, pode-se encontrar refletida na construção sobre o seu passado aspectos concernentes à elaboração da identidade social do grupo, pois a narrativa resultante articula um discurso compatível tanto aos aspectos internos à caserna quanto à realidade de sua inserção na história nacional. Nesse sentido, essa articulação visa, ao mesmo tempo, a construção de uma imagem pública positiva e de uma imagem de referência aos oficiais, principalmente àqueles em formação, de modo a servir-lhes como suporte moral por meio de exemplos históricos capazes de sustentar o espírito de corpo.

Entretanto, por mais que publicamente essa imagem seja percebida por uma idéia de unidade das Forças Armadas, essencializada em termos como “os militares”, a construção histórica permite entender que existem ainda outras instâncias que participam

nessa elaboração da imagem, e que dizem respeito à particularidade da relação entre as Forças. Essa relação pode ser mais imediatamente observada na preocupação de cada uma delas com a elaboração de sua própria história, desnecessária se a essencialização identitária “os militares” fosse a única a representar a realidade do grupo. Neste caso, só haveria uma única história das Forças Armadas que compreenderia a realidade de toda a instituição. Como a análise mostrou, essas essencializações encobrem questões importantes na construção da auto-imagem de cada uma das Forças e, descobri-las, permite dar um passo além na compreensão dessa realidade social que se coloca a nós, civis, como “o outro”.

Porém, mesmo a construção histórica não é única ou estática, pois ela articula em um discurso o passado e o presente, isto é, aquilo que o grupo foi de acordo com a realidade social do grupo hoje. Assim, a narrativa resultante dessa articulação está sujeita a mudanças em razão das preocupações que conduzem o grupo no presente. Além disso, a inserção do autor num lugar de produção interfere na condução desse passado e, portanto, os constrangimentos impostos pelo lugar social devem ser levados em consideração na análise de uma obra historiográfica. Entender essa ligação permite desnaturalizar a sucessão dos eventos históricos e afastar qualquer idéia de neutralidade que o discurso possa conter, pois existe um autor implícito que é responsável pelo recorte, ordenamento e narrativa dos fatos.

O lugar social de produção é particularmente importante neste caso, pois que determina o caráter “oficial” das produções analisadas. Como vimos, ser oficial significa sustentar em um determinado contexto a fala de toda uma instituição e, no caso das histórias oficiais, elas constituem narrativas referenciais para a instituição militar, adquirindo um caráter de veracidade que afirma que essa é a sua história, aquela que condiz com a imagem que têm de si.

Na *História do Exército Brasileiro*, o discurso histórico apresenta um projeto que se define desde o início, sendo possível identificar nele a preocupação em estabelecer o

papel histórico do Exército como salvaguarda nacional, dado que esta Força teria surgido no momento mesmo em que o Brasil nascia como Nação. Assim, essa narrativa destaca a força terrestre como a mais preocupada com os problemas nacionais, estando sempre pronta a servi-la e defendê-la, mesmo que para isso seja necessário seu envolvimento com questões que lhe afaste de seu caminho profissional. Porém, são capazes de carregar a carga negativa decorrente desse envolvimento já que esse é o papel que lhe foi designado pela própria nação.

Na construção desse projeto, a *HEB* estabelece dois marcos principais de representação do Exército que terminam por constituir dois mitos de origem. Na batalha de Guararapes, ocorrida durante a expulsão do invasor holandês do território brasileiro, o Exército estabelece sua fundação, seu mito de origem por excelência, pois ela representa o momento do nascimento do Exército, em consonância com o surgimento da nação. No momento em que índios, portugueses (brancos) e negros pegaram em armas na luta pela defesa de sua terra, deram origem ao mesmo tempo à nacionalidade brasileira e ao Exército: sua expressão armada. Já a Guerra do Paraguai representa um segundo nascimento, pois foram as conseqüências dessa luta que uniu a nação que permitiram ao Exército tomar consciência do importante papel que são chamados a desempenhar na sociedade: o papel de salvaguarda nacional.

De maneira diversa da narrativa histórica construída pelo Exército, o objetivo do discurso produzido pela Marinha não é perceptível logo de início, tornando-se claro ao longo da leitura. Somente nos últimos volumes é possível compreender entender o projeto que guia sua construção. A narrativa presente na *História Naval Brasileira* demonstra uma preocupação singular com a apresentação de minúcias técnicas, tanto em nível histórico quanto tecnológico. Isto é, detém-se em descrições de embarcações e sua função, assim como em minúcias dos fatos históricos, preocupando-se com a averiguação da veracidade da narrativa histórica convencional através de sua recomposição.

Em princípio pode mesmo parecer que não há conexão entre essas narrativas, porém, num determinado momento percebe-se que esse discurso tem um sentido muito claro, diretamente relacionado à construção de sua auto-imagem. No que tange à descrição dos eventos históricos, há uma clara preocupação do discurso em decompor visões comumente difundidas sobre a participação da Marinha, com destaque para aqueles em que as Forças Armadas foram mais atuantes. No decorrer da leitura, a idéia subjacente ao discurso vai se tornando clara: a Marinha é, dentre as duas Forças, a mais profissional. Profissionalismo, neste caso, está relacionado ao afastamento militar da arena política. Essa afirmação se estabelece numa dupla relação, uma vez que o discurso procura mostrar não somente para a sociedade que a Marinha é mais profissional que suas forças irmãs, mas ele estabelece uma oposição direta ao Exército.

Em praticamente todos os momentos da história do país em que houve participação mais contundente das Forças Armadas, o Exército foi a força mais influente e, nesse sentido, o discurso dirige-se tanto ao Exército quanto à sociedade como para dizer: Somos tão importantes para a História do Brasil quanto o Exército, tendo atuado de maneira decisiva em muitos momentos, nos quais nossa participação é vista como secundária. Porém, se houve momentos em que essa participação pareceu secundária ou mesmo divergente às outras Forças, é porque estamos muito mais preocupados em manter nosso perfil profissional.

Dessa forma, a análise da narrativa histórica oficial das forças naval e terrestre permite compreender aspectos da identidade social dos militares, principalmente, compreender sobre que termos essa identidade é construída e de que maneira ela é transferida na construção do discurso sobre o seu passado na forma de um projeto. A idéia de projeto permite perceber a imagem que os grupos pretendem passar ao público – seja ele interno ou externo – através do recontar histórico, que articula os elementos do passado de maneira a construir uma história coerente à sua realidade numa tríplice articulação: com a sua própria

história em diferentes momentos; com a história das Forças Armadas e, neste caso, materializando a relação entre as três forças; e com a história das Forças Armadas no Brasil, determinando sua relação com a sociedade.

Dessa forma, o estudo da história oficial constitui um aspecto importante para a compreensão de um grupo que atuou de maneira decisiva em vários momentos da história nacional. Entender a forma como esse grupo constrói a sua história permite apreender a maneira como esses atores concebem sua inserção no contexto nacional, pois a compreensão militar dos problemas nacionais está diretamente relacionada à sua forma de pensar a história o Brasil e, através dela, sua inserção na sociedade. Assim, entender a forma como eles concebem a história do país e sua participação nessa história contribui para o aperfeiçoamento das relações entre civis e militares no contexto democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. “Da noção retórica de ethos à análise do discurso”. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARARIPE, Tristão de Alencar, Coronel. *Expedições militares contra canudos: seu aspecto marcial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional, 1867-1910*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História. São Paulo: USP, 2001, 385f.

ATÁSSIO, Aline. *A Batalha pela Memória: Os Militares e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2007, 184f.

BASILE, Marcello Otávio N. de. “O Império brasileiro: panorama político”. In: Maria Yedda Linhares (org). *História Geral do Brasil*. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BLANKE, Horst Walter. “Para uma nova história da historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Editions de Minut, 1980.

_____ *O poder simbólico*. Fernando Tomaz (Trad.). Lisboa: DIFEL, 1989.

_____ *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Mariza Correa (Trad.). Campinas: Papirus, 1997.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*. 3 vol. Distrito Federal: Fundação IBGE, 1972

BROCHADO, João Manoel Simch. *O caráter dos soldados: estudo dos valores coletivos que configuram a base do caráter profissional de militares nas forças de combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “A crise do colonialismo luso na América Portuguesa, 1750/1822”. In: Maria Yedda Linhares (org). *História Geral do Brasil*. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CARNEIRO, Edson. *A Insurreição Praieira (1848-49)*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

CARONE, Edgard. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.

_____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo, 1922/1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. “Cidadania: Tipos e Percursos”. In *Estudos Históricos*, v.9, nº 18, Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp.332-335.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Carvalho, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação popular*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. ; D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CAVALCANTI, Demócrito *et al.* *Depoimentos de Oficiais da reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Cobraci. 1949.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHABY, Cláudio. “Fontes da História Militar do século XVII/XIX”. In: *Actas*, Lisboa, CPHM, 1993, págs. 225-235. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/exercito/fontes.html>>. Acesso em 27/07/07.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, 1994, p.97-113.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1996

CRAIG, Gordon A. “Delrück: The Military Historian” in *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

D’ARAÚJO, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary Dillon; Castro, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo – A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Visões do golpe – A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1995a.

_____. *A volta aos quartéis, a: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995b.

De PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/Editora da UNIMEP, 1998.

DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. 2ª ed. ampl. São Paulo: IBRASA, 1996.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1994.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

FAUSTO, Boris. “As crises dos anos 20 e a Revolução de 30”. In: *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Republicano, 2º vol – Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978a.

_____. *A revolução de 1930 – historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1978b.

_____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERRAZ, Francisco Cesar. *Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Tenentismo e Aliança Liberal*. São Paulo: Polis, 1978.

_____. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5vol. Rio de Janeiro, 1934.

FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FUCCILLE, Luis Alexandre. *As Forças Armadas e a temática interna no Brasil contemporâneo: uma análise da construção de missões de ordem e segurança internas no período pós-guerra fria*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 1999. 166f.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, Centro de Documentação. *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra dos Canudos nos jornais, 4ª expedição*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira república: um balanço historiográfico”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.244-280.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. 1vol, tomo I

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. 1vol, tomo II.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990. 2vol, tomo I-A.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990. v. 2, tomo I-B.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2002. 2vol, tomo II.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2001. 3vol, tomo I.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1997. 4vol.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1995. 5vol, tomo I-A.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1997. 5vol, tomo I-B.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985. 5vol, tomo II.

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO. *31 de março de 1964*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. 15vol.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. São Paulo: DIFEL, 1970.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo. São Paulo: DIFEL, 1971.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo. São Paulo: DIFEL, 1978.

HOWARD, Michael. "The use and abuse of Military History". In: *The cause of war and other essays*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1983.

_____. *War in European History*. New York: Oxford, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

IZECKSOHN, Vitor. "Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai". In: *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. "Diálogos convergentes: políticos e historiadores no início da república". In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

KARVAT, Erivan Cassiano. "A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programma* histórico". In *Revista de História Regional*, 10 (2): 47-70, Inverno, 2005.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *O foco narrativo. Ou a polêmica em torno da ilusão*. 9 ed. São Paulo: Ática, 1999.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVINE, 1992. Robert M. Vale of tears: revisiting the Canudos massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897. Berkeley: University of California Press, 1992.

LIDDELL HART, Basil H. *As grandes guerras da história*. 3ed. São Paulo: IBRASA, 1982.

LÓPEZ, Antonio Espino. *La Renovación de la historia de las batallas*. Disponível em <<http://www.ejercito.mde.es/iHYCM/revista/91/espino.html>>. Acesso em 25/01/2006.

MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: Revolução no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977.

MAESTRI FILHO, Mário. 1910: *A Revolta dos Marinheiros*. São Paulo: Global Ed., 1982.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1975.

MALERBA, Jurandir. “Teoria e história da historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. *O Brasil vai à guerra: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2003, 132f.

_____. “1964 – 31 de março: O movimento revolucionário e sua história”. Resenha, *Teoria & Pesquisa*, n.46, janeiro de 2005, pp.173-178.

MARQUES, Maria Eduarda. *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. “O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás”. *Olhar*, São Carlos, SP, v. 4, n. 4, p. 104-120, 2001.

MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAXIMIANO, Cesar Campiani; GONÇALVES, José. *Irmãos de Armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial*. São Paulo: Conex, 2005.

McCANN, Frank D. *A Nação Armada*. Recife: Guararapes, 1992.

_____. “Origens of the “New Professionalism” of the Brazilian Military”. In:

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2 ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998

_____. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed.34, 2003.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Brasília, Senado Federal, 1978.

MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Republicano, 2º vol – Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1978.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. “Da Independência à vitória da ordem”. In: Maria Yedda Linhares (org). *História Geral do Brasil*. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MORAES, João Quartim. *A esquerda militar no Brasil*. v.1. São Paulo: Siciliano, 1991.

_____ *A esquerda militar no Brasil*. v.2. São Paulo: Siciliano, 1994.

MORÉL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da revolta na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Rio de Janeiro: Irmãos Poncetti Editores, 1959.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O anticomunismo militar”. In: *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Entre o convés e as ruas: vida de marinheiros e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. In *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993. p.7-28.

NUN, Frederick M. *The time of generals: Latin American Professional militarism in world perspective*. Nebraska: Lincoln & London Press, 1992.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri, SP: Manole, 2005.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Imaginário Histórico e Poder Cultural: as comemorações do Descobrimento”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.14, n.26, 2000, p.183-2002.

OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy. *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996 – 2004)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. UFSCar: São Carlos, 2005, 344f.

PARET, Peter. “The history of war and the new military history”. In: *Understanding war: essays on Clausewitz and the History of military power*. Princeton, 1993.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3. 1989. p.3-15.

_____ “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai: A grande tragédia rio platense*. São Paulo: Global, 1980

PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PROENÇA JUNIOR, Domicio. *Guia de estudos de estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória”. In: *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: origem da intervenção militar, 1850 – 1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

SEITENFUS, Ricardo A. S. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Manole, 2003.

SILVA, Marcos A. da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

SILVEIRA, Joel. *O inverno da guerra*. São Paulo: Objetiva, 2005.

SMALLMAN, Shawn C. “The violent censorship of brazilian veterans, 1945-1954”. In: *Hispanic American Historical Review*, 78:2, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SPALDING, Valter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande declínio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentados*. - 3ª ed. il.- São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TALLET, Frank. *War and Society in early-modern Europe, 1495-1715*. London: Routledge, 1992.

TAUNAY, Alfred d’Escragolle. *A retirada da Laguna*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

THE Army in the Brazilian History. 3vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Salvador [Bahia]: Odebrecht, 1998.

THOMPSON, George. *A guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIDIGAL, Armando de Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1885.

VIGNY, Alfred de. *Servidão e grandeza militares*. São Paulo: Difel, 1967.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1999.

WEINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos?* Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres: tutela militar ou controle civil?* São Paulo: Ática, 1994.

_____. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.